

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WILLIAN SIMÕES

**TERRITORIALIDADES DA JUVENTUDE FAXINALENSE: ENTRE A PRODUÇÃO  
DE INVISIBILIDADES, A PRECARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE VIDA E OS  
DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER**

CURITIBA  
2015

WILLIAN SIMÕES

TERRITORIALIDADES DA JUVENTUDE FAXINALENSE: ENTRE A PRODUÇÃO  
DE INVISIBILIDADES, A PRECARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE VIDA E OS  
DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado,  
Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial para obtenção do título  
de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge R. Montenegro Gómez

CURITIBA  
2015

---

S593t

Simões, Willian

Territorialidades da juventude faxinalense : entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver/ Willian Simões. – Curitiba, 2015.  
306 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

Orientador: Jorge R. Montenegro Gómez .  
Bibliografia: p. 290-306.

1. Territorialidade humana. 2. Faxinalenses - Juventude. 3. Qualidade de vida - Camponeses. I. Universidade Federal do Paraná. II. Gómez, Jorge R. Montenegro. III. Título.

CDD: 307.720842

---



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Tese de Doutorado, apresentada pelo (a) candidato (a) **WILLIAN SIMÕES** intitulada "TERRITORIALIDADES DA JUVENTUDE FAXINALENSE: ENTRE A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADES, A PRECARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE VIDA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER" para obtenção do grau de Doutora em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa Território, Cultura e Representação.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Tese.

Curitiba, 07 de agosto de 2015.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Ramon Montenegro Gomez – orientador

Prof. Dr. Suely Aparecida Martins - UNIOESTE

Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas - UFSC

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz - UFF

Prof. Dr. Cicilian Luiza Löwen Sahr – PPGGEO/UFPR

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, que me incentivaram a estudar e a seguir em frente.

A Juliana Binotto pela companhia sempre carinhosa, pela paciência e pela permanente ajuda nas correções do texto. Peço desculpas pelas ausências, sobretudo por não ter acompanhado sua gravidez como você merecia. O Alessandro está aí, animando a casa e alegrando nossas vidas. Agradeço por essa experiência.

Ao meu orientador, Jorge Montenegro, pela amizade e a oportunidade do diálogo sempre muito educativo, pela capacidade de me fazer ver além, de me colocar em movimento para (re)pensar posicionamentos frente ao mundo e para vislumbrar outras perspectivas societárias.

Aos faxinalenses da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e aos jovens com os quais dialogamos. Pela confiança e pelo acolhimento sempre fraterno e solidário. Não mediram esforços em participar das atividades que contribuíram na elaboração desta tese.

Às professoras Suely Aparecida Martins e Gislene Aparecida dos Santos, pelas contribuições no trabalho de qualificação deste texto.

Ao professor Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr, por sua leitura crítica deste trabalho e suas considerações sempre muito atentas e provocadoras.

Aos professores Valmir Luiz Stropasolas e Valter do Carmo Cruz e às professoras Suely Aparecida Martins e Cicilian Luiza Löwen Sahr, por todas as considerações e críticas realizadas no momento da defesa deste texto. Levo comigo um conjunto de indagações e ensinamentos como parte fundamental do meu processo de amadurecimento intelectual-profissional.

A todos os meus familiares pela torcida, em especial ao meu irmão Michael, aos meus tios Célia e Miro, minha avó Maria, minhas cunhadas Cláudia, Márcia, Kelli, Dani e Tayane e aos meus cunhados Clodoaldo, Lorenzo, Moacir e Marco.

A todos os meus amigos do Coletivo Encontra, por estes anos que convivemos estudando, debatendo, refletindo sobre as possibilidades de um mundo diferente deste que vivenciamos todos os dias, trabalhando muito em oficinas, cartografias, seminários, encontros e desencontros e, também, festando muito. É impossível passar pelo grupo e não viver intensamente. Não tenho dúvidas que continuamos juntos. Agradeço, também, pelo apoio e ajuda de todos que me acompanharam e contribuíram na realização das oficinas com os jovens.

Aos meus amigos da Geografia, da Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial ao Wagner Battela, a Adriana Maria Andreis, Anelise G. Rambo, ao Igor Catalão e ao William Z. Bertolini. Obrigado a todos pela oportunidade de estar junto, pela paciência de me ouvir, pelo compartilhamento de conhecimentos e experiências.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho nos projetos de extensão voltados ao espaço rural do oeste catarinense, que me apoiaram e foram solidários nos momentos em que precisei me concentrar para finalizar este texto, em especial aos coordenadores Valdecir José Zonin e James L. Berto.

Aos meus colegas e amigos de coordenação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Santa Catarina, em especial à Adriana, o Claudecir, o Joel e a Dariane da UFFS. Ao Juarez, o Jeferson e à Zenilde da UFSC. O Cláudio da UNOESC, o Elson da UNIPLAC e à Mara da UNOCHAPECÓ. A Maike, o Marcelo, a Maristela e a Sirlei da SED-SC.

A todos os companheiros e companheiras da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. Mesmo morando em Santa Catarina, nestes últimos anos, continuaram me inserindo nos debates, compartilhando conhecimentos, oportunizando a minha participação em atividades do grupo e na continuidade da luta por uma educação do campo pública e emancipatória.

Aos companheiros dos movimentos sociais e sindicais que atuam em Santa Catarina, que nestes três últimos anos também me ouviram falar muito de juventude e comunidades faxinalenses, me oportunizaram conhecer ainda mais sobre o rural, sobre jovens rurais e a luta por um campo com vida, trabalho, cultura e identidade.

E, por fim, a todos aqueles que acabei não nomeando, que estiveram comigo e contribuíram de alguma forma para que eu pudesse chegar até aqui... para que eu pudesse seguir em frente, nunca sem críticas, mas sempre firme e forte.

*Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes.*

*Paulo Freire*

*A vida do nosso povo, tem coisa muito decente, cuidar da nossa cultura, também do meio ambiente, em meio a natureza estão nossos pinherais com a linda gralha azul, riqueza dos faxinais... Os povos tradicionais, trago vivo na memória, buscando sua identidade sua luta já faz história... Costumes tradicionais, união não falta entre nós, o puxirão lá na roça, são heranças dos avós, comida tipo caseira, não falta um porquinho na lata, feijão, farinha e mandioca e o leite com muita nata.... Os povos tradicionais, trago vivo na memória, buscando sua identidade sua luta já faz história... A festa dos faxinais, São Pedro e São João louvados, a dança de São Gonçalo, fogueira no inverno gelado, e nos finais de semana encilho meu Alazão... Os povos tradicionais, trago vivo na memória, buscando sua identidade, sua luta já faz história...*

*(Composição – Faxinalense Sr. Hamilton José da Silva)*

## RESUMO

A presente tese é resultado de um estudo sobre a relação juventude e território, tendo jovens faxinalenses como sujeitos da pesquisa. Trabalhamos com 69 jovens oriundos de comunidades faxinalenses que estão desde 2005 se organizando em torno de um movimento social denominado Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais (APF). Trilhamos um caminho teórico-metodológico ancorado nos pressupostos da pesquisa participante, tendo o trabalho de campo, a perspectiva dialógica e a noção de paradigma endógeno, alternativo e aberto como eixos estruturantes de nossa postura investigativa. Realizamos quatro oficinas pedagógicas que potencializaram nossos diálogos com jovens e nos permitiram apreender o que denominamos de “vocabulário territorial”. Dialogamos com outros autores em torno deste vocabulário para que pudéssemos construir o que chamamos de “retratos do território de vida de jovens faxinalenses”. Constatamos ao longo do percurso investigativo que são jovens que convivem com territorialidades específicas que marcam os territórios faxinalenses do estado do Paraná na atualidade, com territorialidades distintas (como resultado da inter-relação campo-cidade, família-comunidade-mundo, entre outros), com conflitos internos e com diferentes antagonistas externos, em meio à produção de sua invisibilidade e um permanente processo de precarização de seus territórios de vida. É a partir destes retratos que propomos, ao longo desta tese, a compreensão de que a juventude faxinalense precisa ser entendida como “categoria social” que produz suas territorialidades “em situação de fronteira”, nos dedicando ao tema das políticas públicas de juventude (PPJ). Jovens faxinalenses reforçaram, ao longo das oficinas, que se sentem invisíveis diante do poder público. Manifestaram o entendimento de que a ausência ou o atendimento marginal/precário das/nas políticas potencializam a precarização de suas vidas no território. Assim, procuramos refletir sobre cenários e tendências atuais presentes no campo político das PPJ. Apresentamos um aporte teórico-conceitual para sustentar a compreensão de que o Estado, desde a arena política destacada neste estudo, é permeado por determinadas tradições que contribuem para a produção de invisibilidades das múltiplas territorialidades da juventude rural brasileira, potencializando a negação ou marginalização das territorialidades das juventudes nestas políticas que, por sua vez, tornam o Estado um agente de precarização da vida nos territórios. Por fim, dialogamos com pensadores latino-americanos para argumentar a respeito de que jovens faxinalenses, ao constituir suas territorialidades em situação de fronteira, fazem emergir o que denominaremos de “Bem Viver da juventude faxinalense”. Um Bem Viver que, desde a perspectiva delineada, resulta das relações que os jovens estabelecem com seus territórios de vida (com a vida em comunidade, a interação com a biodiversidade, a convivência com o trabalho coletivo e solidário, a união e as relações familiares), somadas aos anseios e aos desejos de uma vida melhor (com educação, alternativas de geração de renda, acesso a cultura, aos meios de comunicação e lazer, entre outros). Defendemos que este Bem Viver da juventude faxinalense é composto por elementos que tornam o território faxinalense um território em que se pode constituir juventude e que sua construção ainda é um desafio.

**Palavras-chave:** Territorialidades. Juventude Faxinalense. Produção de Invisibilidades. Territórios de Vida. Bem Viver.



## **ABSTRACT**

This thesis is the result of a study on the relationship between youth and territory, with the young faxinalenses as research subjects. We work with 69 young people from faxinalenses communities that are being organized around a social movement called Puxirão Articulation of Faxinais People (APF) since 2005. We pursue a theoretical and methodological approach anchored on the assumptions of participatory research, with fieldwork, dialogical perspective and the notion of endogenous paradigm, alternative and opened as structural axes of our investigative approach. We have performed four pedagogical workshops which have strengthened our dialogues with young people and enabled us to grasp what we name "territorial vocabulary." We dialogue with other authors around this vocabulary thus we could build what we call "pictures of territory of life of the young people faxinalenses." We have found throughout the investigative path that are young people who live with specific territorialities that mark the faxinalenses territories of Paraná state nowadays, with distinct territoriality (as a result of the interrelationship field-town, family-community-world, etc.), with internal conflicts and different external antagonists, through the production of its invisibility and an ongoing process of precariousness of their territories of life. It is from these pictures that we propose, along this thesis, understanding that faxinalense youth must be understood as "social class" that produces its territoriality "in border situation," dedicating ourselves to the subject of youth policies (PPJ ). Young faxinalenses reinforced, during the workshops, they feel invisible before public authorities. They expressed understanding that the absence or marginal/poor service of of policies maximizes the precariousness of their lives in the territory. Thus, we pursue to reflect on current trends and scenarios present in the political field of PPJ. We present a theoretical and conceptual contribution to support the understanding that the State provided the political arena highlighted in this study, it is permeated by certain traditions that contribute to the invisibility of the production of multiple territories of the Brazilian rural youth, increasing the denial or marginalization of territoriality youths in these policies which make the State an agent of precariousness of life in the territories. Finally, we dialogue with Latin American intellectuals to argue as to which faxinalenses young people, when institute their territoriality in border situation, bring out what we call "Living Well faxinalense youth". A Good Living that from the outlined perspective, is a result of relations that young people have with their life territories (with community life, interaction with biodiversity, the collective and solidarity work, the union and family relationships), added to the anxieties and desires for a better life (education, alternative income generation, access to culture, media and leisure, among others). We claim that this Good Living of faxinalense youth is composed of elements that make the faxinalense territory a place in which it can be youth and that its construction is still a challenge.

Key-words: Territorialities. Faxinalense youth. Production of Invisibilities. Life territories. Living Well.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 01 – MUNICÍPIOS PARANAENSES COM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS

FIGURA 02 – JOVENS EM TRABALHO DE GRUPO DURANTE OFICINA REALIZADA NO IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINAENSES

FIGURA 03 – JOVENS EM ATIVIDADE COLETIVA DURANTE OFICINA REALIZADA NO IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINAENSES

FIGURA 04 – CARTAZ UTILIZADO PARA DIVULGAR REALIZAÇÃO DE OFICINA COM JOVENS

FIGURA 05 – JOVENS FAXINAENSES EM ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO DURANTE OFICINA REALIZADA EM MANDIRITUBA

FIGURA 06 – JOVENS FAXINAENSES APRESENTANDO AO GRUPO SÍNTESES DE SEUS DEBATES A PARTIR DE TEMAS GERADORES DURANTE OFICINA REALIZADA EM MANDIRITUBA

FIGURA 07 – JOVENS EM TRABALHO DE GRUPO, OFICINA REALIZADA NO FAXINAL MARCONDES

FIGURA 08 – JOVENS PARTICIPANDO DE OFICINA REALIZADA NO FAXINAL MARCONDES

FIGURA 09 – JOVENS DEBATENDO A REALIDADE VIVIDA A PARTIR DE TEMAS GERADORES, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINAENSES

FIGURA 10 – JOVENS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE A PARTIR DE QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINAENSES

FIGURA 11 – JOVENS ENTREGANDO CARTA À ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS DE FAXINAIS, IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES

FIGURA 12 – JOVENS ENTREGANDO CARTA AO PODER PÚBLICO, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 01 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE AS OFICINAS REALIZADAS COM JOVENS DOS FAXINAIS

QUADRO 02 – QUESTÕES QUE FIZERAM PARTE DO QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR JOVENS FAXINALENSES QUE PARTICIPARAM DAS OFICINAS

QUADRO 03 – MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DE ORIGEM DOS JOVENS FAXINALENSES, OFICINA REALIZADA NO IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES

QUADRO 04 – MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DE ORIGEM DOS JOVENS FAXINALENSES, OFICINA REALIZADA NO FAXINAL MELEIRO

QUADRO 05 – MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DE ORIGEM DOS JOVENS FAXINALENSES, OFICINA REALIZADA NO V ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES

QUADRO 06 – CARTA DOS JOVENS FAXINALENSES À ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS DE FAXINAIS, IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES

QUADRO 07 – CARTA DOS JOVENS FAXINALENSES AO PODER PÚBLICO, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES

QUADRO 08 – LÓGICAS OU MODOS DE PRODUÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA, SEGUNDO SANTOS (2006)

QUADRO 09 – ASPECTOS DIAGNÓSTICOS DESTACADOS NO RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL

QUADRO 10 – A JUVENTUDE RURAL NO PPA 2012-2015: PROGRAMAS, METAS, OBJETIVOS E ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

## **LISTA DE ESQUEMAS**

ESQUEMA 01 – SÍNTESE DA POSTURA INVESTIGATIVA

ESQUEMA 02 – VERBETES ELABORADOS PELOS JOVENS PARA CARACTERIZAR AS COMUNIDADES EM QUE VIVEM

ESQUEMA 03 – SÍNTESE DE ELEMENTOS QUE MARCAM A CONSTITUIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DA JUVENTUDE FAXINALENSE

ESQUEMA 04 – ASPECTOS QUE MARCAM MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NO CAMPO DAS PPJ, DO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) PARA O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (LULA), SEGUNDO LITERATURA CONSULTADA

ESQUEMA 05 – SÍNTESE DE PRINCÍPIOS DO BUEN VIVIR/BEM VIVER SEGUNDO LITERATURA CONSULTADA

ESQUEMA 06 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO BEM VIVER DA JUVENTUDE FAXINALENSE

ESQUEMA 07 – FORMULAÇÕES ELABORADAS POR JOVENS FAXINALENSES PARA SINTETIZAR O DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

ESQUEMA 08 – MANEIRAS DE COMPREENDER A INJUSTIÇA, SEGUNDO FRASER (2006)

## **LISTA DE SIGLAS**

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

APF – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

ARESUR – Área especial de uso regulamentado

ASA – Associação Aprendizizes da Sabedoria

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BM – Banco Mundial

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEC – Coordenação Estadual da Educação do Campo

CEFFA - Centro Familiar de Formação por Alternância

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CFR – Casa Familiar Rural

CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais

CNJ – Conselho Nacional de Juventude

CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas

ONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Nacional

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

CONTAG – Confederação Nacional da Agricultura Familiar

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRQ – Comunidades Remanescentes de Quilombo

CTB – Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural

ENCONTTRA – Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra

ENETERRA – Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária

EQUIP – Escola de formação Quilombo dos Palmares

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAZER – Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Agrícola do Brasil

FETRAF – Federação da Agricultura Familiar

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

GM – Guerra Mundial

GTJR – Grupo de Trabalho de Juventude Rural

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana (Aids)

IA – Instituto Aliança

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDJ – Índice de Desenvolvimento da Juventude

IJC – Instituto de Juventude contemporânea

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JAC – Juventude Agrária Católica

LDO – A Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MOC – Movimento de Organização Comunitária

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ODM – Objetivos do Milênio

OIJ – Organização Iberoamericana da Juventude

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAMJ – Programa de Ação Mundial para a Juventude

PDBR – Política de Desenvolvimento do Brasil Rural

PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios



PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNCS – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PPJ – Políticas Públicas de Juventude

PRADJAL – Programa Regional de Acciones para el Desarrollo de la Juventud en América Latina

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

REJ – Juventude do Mercosul

RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAP – Secretaria de Aquicultura e Pesca

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano

SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA – Fundo da População das Nações Unidas

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICEF – Fundo das Nações para a Infância

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1 POSTURA INVESTIGATIVA E ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS PARA A APREENSÃO DAS REALIDADES DOS/NOS TERRITÓRIOS DE VIDA DE JOVENS FAXINALENSES .....</b>	<b>45</b>
1.1 SOBRE A NOÇÃO DE POSTURA INVESTIGATIVA E A PERSPECTIVA DE PESQUISA PARTICIPANTE .....	47
1.2 OS CAMINHOS TRILHADOS PARA APREENSÃO DA REALIDADE .....	61
<b>2 RETRATOS DO TERRITÓRIO DE VIDA DE JOVENS FAXINALENSES: DIÁLOGOS EM TORNO DE UM VOCABULÁRIO TERRITORIAL .....</b>	<b>81</b>
2.1 SER JOVEM NO FAXINAL... ..	89
2.2 O FAXINAL NA VISÃO DOS JOVENS.....	91
2.3 JOVENS: PERMANECER OU SAIR DOS FAXINAIS? .....	101
2.4 A INTERFACE EDUCAÇÃO E TRABALHO.....	107
2.5 QUANDO O ASSUNTO É POLÍTICA PÚBLICA, O QUE DIZEM OS JOVENS? .....	112
2.6 JOVENS NOS/DOS FAXINAIS: PARA QUAL DIREÇÃO ESTAMOS SEGUINDO? QUAIS SÃO OS NOSSOS SONHOS?.....	119
2.7 CONSIDERAÇÕES E INDAGAÇÕES PARA CONTINUAR O DIÁLOGO.....	121
<b>3 JUVENTUDE FAXINALENSE: CATEGORIA SOCIAL E SITUAÇÃO DE FRONTEIRA .....</b>	<b>125</b>
3.1 JUVENTUDE FAXINALENSE: UMA CATEGORIA SOCIAL .....	127
3.2 A PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES EM SITUAÇÃO DE FRONTEIRA: UMA PROPOSIÇÃO DE LEITURA DA REALIDADE .....	134
<b>4 JUVENTUDE RURAL, JUVENTUDE FAXINALENSE E A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE NO CAMPO POLÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL .....</b>	<b>154</b>

4.1 A JUVENTUDE ENQUANTO SUJEITO ESTRATÉGICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NA MIRA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	158
4.1.1 O Programa Mundial de Ação para a Juventude (PAMJ) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	159
4.1.2 Juventude enquanto sujeito estratégico de políticas públicas na América Latina e a relação com os ODM	162
4.2 JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL BRASILEIRA: SUJEITOS ESTRATÉGICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS?	175
4.2.1 Diagnósticos de um cenário de crise e a necessidade de (re)pensar as políticas públicas voltadas aos jovens no Brasil	176
4.2.2 O nascimento da Secretaria Nacional da Juventude, as conferências nacionais e aspectos do campo político das PPJ	182
4.2.3 Movimentos de juventude rural e o debate a respeito da necessidade de PPJ	190
4.2.4 Juventude, juventude rural e o campo político das PPJ: reforçando o olhar a partir de quem analisa e debate o tema	197
4.2.5 Qual o espaço ocupado pela juventude rural no campo das PPJ no Brasil? A produção de invisibilidade nos meandros da arena política	205
4.3 TRADIÇÕES DO ESTADO NO CAMPO POLÍTICO DAS PPJ E A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE DAS JUVENTUDES	223
<b>5 A EMERGÊNCIA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER DA JUVENTUDE FAXINALENSE: UM OLHAR DESDE A COSMOVISÃO DE POVOS ORIGINÁRIOS DE ABYA YALA/AMÉRICA LATINA</b>	<b>244</b>
5.1 BEM VIVER DA JUVENTUDE FAXINALENSE?	246
5.2 ENTRE O BEM VIVER, A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE E A PRECARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE VIDA	261
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>277</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>290</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese é resultado de um estudo sobre a relação juventude e território. Historicamente, a partir da visão dos adultos, a juventude enquanto categoria foi, sobretudo, compreendida e adjetivada como rebelde, fase de transição para a vida adulta, sujeitos que necessitam ser formados para enfrentar os desafios da vida, incapazes de assumir compromissos. Entendemos que essa perspectiva adultocêntrica veio contribuindo para invisibilizar a juventude como sujeito produtor de espaço. No texto, defenderemos que a juventude, enquanto categoria social, interfere (in)diretamente nos processos de produção e de transformação de seus territórios de vida.

Tomamos como sujeitos da pesquisa, jovens faxinalenses. São jovens oriundos de Comunidades Tradicionais de Faxinais localizadas no espaço rural do estado do Paraná que, como veremos na continuidade desta introdução, são constituídas por territorialidades específicas etnicamente diferenciadas e atualmente se encontram envolvidas em diferentes conflitos territoriais. É preciso salientar que optamos por trabalhar com jovens oriundos de comunidades faxinalenses que estão, desde 2005, se organizando em torno de um movimento social denominado Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais (APF), muito embora os jovens faxinalenses com os quais trabalhamos não formem nenhum movimento organizado de juventude.

Entre as questões iniciais que orientaram o percurso desta pesquisa estão: O que é ser jovem na contemporaneidade? E o que é ser jovem e viver no espaço rural brasileiro? O que é ser jovem em uma comunidade faxinalense? O que o Faxinal representa para o jovem? Como os jovens faxinalenses se relacionam com seu território? Quais as condições de vida da juventude nos faxinais? Em que medida a juventude interfere nos processos de produção e transformação de seus territórios de vida?

Defenderemos, ao longo do texto, que jovens faxinalenses constituem suas territorialidades em uma trama complexa, considerando territorialidades específicas dos faxinalenses que atravessaram gerações e se projetam na atualidade, convivendo com a produção de sua invisibilidade e um permanente processo de precarização de suas vidas no território.

É preciso destacar que nossa opção foi pelo movimento, por uma Geografia em movimento e para o movimento. Isso significou ter como premissa que a Geografia “serve para desvendar máscaras sociais”, para usar aqui uma expressão do geógrafo Ruy Moreira. Significou tomar o Espaço Geográfico como sendo o “espaço interdisciplinar da Geografia”, produto social derivado de um conjunto de interações que os seres humanos estabelecem uns com os outros e com a natureza que os rodeia, por isso dinâmico, em movimento. Interações estas que ocorrem “simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo”. Desta forma, corroboramos com a compreensão de que o “espaço é um componente-chave de qualquer estrutura de sociedade” (MOREIRA, 2007, p. 64-65).

Por uma Geografia em movimento, ainda nos coube a compreensão de que o Espaço Geográfico é “a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade” (MASSEY, 2008, p. 30). É neste espaço que compreendemos que os seres humanos, diversos em suas especificidades políticas, econômicas, culturais e ambientais, se encontram e se confrontam, constituindo suas geografias, projetando e transformando espaços. Espaço uno e múltiplo, multiescalar, material e imaterial ao mesmo tempo.

Mas, cabe salientar que trata-se aqui de espaço enquanto território de vida. No decorrer do texto aprofundaremos nosso entendimento a respeito desta perspectiva de território. Cabe destacar que perpassa nossa compreensão de que se trata do território como condição *sine qua non* de/para (re)produção social, trata-se de apropriação social do ambiente, “campo de forças que envolvem obras e relações sociais” (SAQUET, 2007; 2009; 2013).

Compreendemos que é a partir das relações que os faxinalenses estabelecem uns com os outros, com a natureza, com suas e outras territorialidades distintas e em meio a conflitos territoriais com diferentes antagonistas, que eles constituem seus territórios de vida. São territórios em que se inserem os jovens, sujeitos desta pesquisa, que ocupam, produzem, usam, se relacionam, transformam, se articulam ou não a estes territórios à sua maneira.

É a partir destas premissas que mergulhamos em um diálogo de saberes. Um diálogo que envolveu nossos sujeitos da pesquisa, mas também o conjunto de intelectuais que convidamos para compor nossa “roda de prosa”. Um diálogo que é interdisciplinar. Para uma Geografia em movimento, o diálogo se tornou uma peça

fundamental de nosso processo investigativo, ao mesmo tempo do percurso formativo dos envolvidos na pesquisa. A partir de uma perspectiva dialógica, que envolveu trabalho de campo, acompanhamento de ações dos faxinalenses e a realização de oficinas, é que elaboramos o que iremos denominar de vocabulário territorial. Trata-se de um vocabulário composto por verbetes e expressões com que jovens faxinalenses manifestaram como vivem e se relacionam com e em seu território de vida – como veremos no segundo capítulo desta tese.

Nossa preocupação foi de amenizar ao máximo as possibilidades de violência epistêmica (MIGNOLO, 2006), mesmo reconhecendo que todo o diálogo gera um encontro e um confronto dos modos de enxergar e explicar a realidade – como aprofundaremos no decorrer desta tese. Nos perguntamos permanentemente a quem serve o conhecimento elaborado a partir desta pesquisa, por isso, de uma Geografia em movimento, nos propomos a uma Geografia para o movimento, como reforçaremos mais adiante.

Nossa postura investigativa tomou como premissa reconhecer que os sujeitos da pesquisa são sujeitos de conhecimentos, saberes e fazeres e que, historicamente, foram produzidos como invisíveis. Nesta condição, são sujeitos que vieram ocupando uma posição subalterna no sistema-mundo-moderno-colonial (QUIJANO, 2005; 2010; MIGNOLO, 2006), onde historicamente muitas geo-grafias foram negadas, marginalizadas, exterminadas, tomadas para exploração, entre outros (PORTO-GONÇALVES, 2001). Seus modos de vida foram sendo produzidos como entraves ao progresso, ao desenvolvimento proposto pela modernidade euro-ocidental (SANTOS, 2006).

Desta forma, nos colocamos em movimento para construir um processo investigativo que viesse a contribuir para tornar cada vez mais visíveis aqueles que foram produzidos como invisíveis. Assim, entendemos que uma Geografia em movimento é também aquela cujos estudos se constituem como instrumento de luta, de transformação social dos subalternos.

Por uma Geografia em movimento, também trabalhamos para constituir uma Geografia para o movimento. Entendemos que uma Geografia para o movimento é aquela cuja produção do conhecimento é colocada a disposição para contribuir na construção de alternativas às perversidades do capital, por isso também a serviço dos movimentos sociais que confrontam com o “sistema mundial del capitalismo histórico” (ARRIGHI, HOPKINS e WALLERSTEIN, 2012), suas representações e

ações<sup>1</sup>. Mas, como afirma Ceceña (2008, p. 32), não se trata apenas de conflitar contra instituições como a ONU, o FMI e o BM, mas sobretudo de travar uma guerra “que não aparece como tal, que condena os povos a seu desaparecimento por causa de uma privação paulatina, porém implacável”, que “destrói sujeitos, despersonaliza”.

Entendemos, desta forma, que uma Geografia para o movimento é aquela em que o conhecimento geográfico se constitui como um instrumento nas lutas pela recuperação da dignidade<sup>2</sup> (CECEÑA, 2008), pela defesa dos territórios de vida. Por isso, nossa opção foi pelo diálogo com sujeitos faxinalenses participantes de um movimento que vem se organizando nos últimos 10 anos – a APF (como já mencionamos anteriormente e iremos aprofundar na seção a seguir).

A nossa opção foi por produzir conhecimento que esteja a serviço dos movimentos sociais na luta pela terra e pelo território, contra toda forma de mercantilização da natureza, de preconceito étnico-cultural, de gênero e diversidade sexual, geracional, de invisibilidade e precarização territorial, contra os mecanismos que contribuem para destruição da vida. É desde esta compreensão que nos colocamos em movimento e para o movimento, optando, como veremos no decorrer desta tese, por uma perspectiva de pesquisa participante.

Feitas estas considerações iniciais, o texto que segue nesta introdução se divide em duas partes. Na primeira, centralizamos nossas considerações a respeito do contexto em que disputam visibilidade os povos e comunidades tradicionais de faxinais. Veremos que faxinalenses organizados emergem nestes últimos 10 anos,

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa, trata-se, sobretudo, do momento histórico mais contemporâneo “que se abre com o neoliberalismo”, entendido como “a universalização da guerra sobre todas as suas formas: econômica, com a extensão da economia de mercado e a financeirização do campo de definição de normas e políticas; cultural, com a ampliação conceitual – e a criminalização – do não civilizado, do ingovernável, dos velhos e novos bárbaros; disciplinária, com a flexibilização do trabalho e o controle do entretenimento, e, logicamente, militar” (CECEÑA, 2008, p. 13).

<sup>2</sup> Destaca Ceceña (2008, p. 36): [...] A maioria dos movimentos na atualidade encontra seu sentido no território e é desse lugar que se subleva. O território como espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história é traçada do inframundo até o cosmos e abrange todas as dimensões do pensamento, a sensibilidade e a ação. Lugar onde reside a história que vem de longe para nos ajudar a encontrar os caminhos do horizonte. Desse lugar onde a terra adquire forma humana e toma corpo nos homens e mulheres de milho, os da cor da terra, ou nos homens de mandioca, de trigo e arroz. Do território cultural, do território complexo onde são geradas as práticas e as utopias, os sentidos da vida e da morte, os tempos e os universos de compreensão. É aí onde se constrói a esperança e também onde são rasgados os sonhos quando não se consegue mantê-la. É quem alimentou Tupac Amaru, Cuauhtémoc, Emiliano Zapata, Zumbi, Atahualpa e tantos outros que fazem parte dessa história à que não iremos renunciar. E é esse território que nos fez conhecer a dignidade e nos impede renunciar a ela.



conjuntamente com outras representações do espaço rural como quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, ilhéus e ribeirinhos, entre outros, em defesa de seus territórios de vida e pelo cumprimento de seus direitos, frente a diferentes antagonistas. Objetivamos contextualizar, desta forma, o cenário em que nos propusemos a pesquisar jovens faxinalenses, um espaço rural marcado por territorialidades dos chamados povos e comunidades tradicionais, movimentos de resistências e conflitos territoriais. Já na segunda parte trataremos de como organizamos esta tese, destacando os capítulos e algumas de suas especificidades.

### **Povos e Comunidades Tradicionais de Faxinais no estado do Paraná, resistências e conflitos territoriais: considerações sobre o cenário da pesquisa**

Como afirmamos anteriormente, os jovens sujeitos deste percurso investigativo, hoje, vivem em comunidades faxinalenses que fazem parte de um movimento social denominado APF. Compreendemos, desta forma, que para o entendimento de como estes jovens constituem suas territorialidades, torna-se necessário, também, considerar um cenário mais amplo em que suas comunidades, organizadas coletivamente, disputam visibilidade e reconhecimento acerca de seu modo de vida, denunciam ausências e marginalidades das/nas políticas públicas e a convivência com a precarização permanente de suas vidas no território. Um cenário em que a juventude faxinalense e também jovens dos povos e comunidades tradicionais e do espaço rural brasileiro de modo geral convivem todos os dias.

Podemos afirmar que, nesta última década, como resultado do avanço de agroestratégias<sup>3</sup> e processos de desterritorialização<sup>4</sup> conduzidos pelo Estado e por representações do capital privado no espaço rural brasileiro, temos evidenciado a

---

<sup>3</sup> Para Almeida (2009, p. 102), as agroestratégias “compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras. Abrangem tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências – relatórios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em Inglês) – bem como de ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos [...] Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, em uma quadra de elevação do preço das *commodities* agrícolas e metálicas.

<sup>4</sup> [...] desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido forte, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto recurso ou apropriação (material e simbólico) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade (HAESBAERT, 2006, p. 314).

emergência de mobilizações realizadas pelos que estão sendo chamados de Povos e Comunidades Tradicionais (ALMEIDA; 2006; 2009), a exemplo de quilombolas, seringueiros, ilhéus e ribeirinhos do litoral e do interior, pescadores/as artesanais, quebradeiras de coco dos babaçuais livres, em particular para este trabalho as comunidades tradicionais de faxinais. Estes povos, cujas existências vieram sendo historicamente invisibilizadas, negadas e marginalizadas, trazem no bojo de suas reivindicações a necessidade de reconhecimento de sua diversidade territorial, suas geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2001), tanto por parte da sociedade de forma geral quanto pelo Estado na gestão de suas políticas públicas.

Neste estudo, compreendemos por movimentos sociais todas “as ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011). Corroboramos com Scherer-Warren (1996, p. 69) que “é o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política”. Nessa perspectiva, para a referida autora, o mútuo reconhecimento “como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito”, a sociabilidade política e a construção de um projeto coletivo de transformação das realidades de opressão são requisitos fundamentais para a formação de um movimento social.

Mas é preciso deixar claro, desde o início, que quando falamos em movimentos sociais estamos nos referindo a diferentes grupos que historicamente no Brasil se colocaram em contraposição às forças opressoras das oligarquias agrárias que agem de diferentes formas e atuam em diferentes espaços públicos e privados, contribuindo para materializar e fortalecer os interesses capitalistas, travestidos de ordem e progresso, desenvolvimento, aceleração do crescimento, entre outros jargões.

Na atualidade, trata-se de um conjunto de entidades, organizações que “apesar da diversidade de concepções e manifestações” objetivam “solapar a apropriação concentrada da terra” (FABRINI, 2011), combater toda forma de extermínio da vida, a exploração do trabalho e a mercantilização da natureza. São sujeitos que se colocam em movimento para nos ajudar a redescobrir a dignidade humana ao estabelecer “uma crítica profunda das atuais condições sociais de vida” e, ao propor, ainda, “um projeto de mudança, como contraposição e melhoria da situação presente” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 27-29).

Desta forma, quando emerge no texto a categoria movimentos sociais ou organizações coletivas, estamos tratando daqueles que, a partir de diferentes estratégias de luta, “variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações) até as pressões indiretas”, “atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais” (GOHN, 2011, p. 336-337).

Desde essa perspectiva, entendemos que organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), entre outros ligados à Via Campesina, os movimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais, estes que atuam no campo, podem ser considerados movimentos sociais. Veremos neste texto que há grupos de jovens ligados a estes movimentos e que já constituem um campo político da juventude rural, ocupam espaço no campo político das políticas públicas de juventude e reivindicam melhores condições de vida no campo, um campo com vida em que é possível ser jovem.

A intensificação de mobilizações de movimentos sociais dos chamados povos e comunidades tradicionais levou à criação, por parte do governo federal, em 2004, da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, que resultou na elaboração e na publicação do Decreto n. 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)<sup>5</sup>. Na visão da ministra do Meio Ambiente daquele período – Marina Osmarina Silva – o referido decreto retirava da invisibilidade “uma diversidade social e cultural que se expressa pela multiplicidade de comportamentos, institucionalidades sociais, línguas, etnias, saberes e modos de vida” existentes no país e, ainda, estabelecia “diretrizes e objetivos que permitem às políticas universais se adequarem para atender às demandas e características singulares deste público” (SILVA, 2007, p. 7-9).

O anúncio do referido decreto fez parecer que o Estado passava a assumir mais explicitamente as suas diversidades internas, “a coexistência de sua

---

<sup>5</sup> Este decreto define como Povos e Comunidades Tradicionais aqueles que possuem vida comunitária, culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social, conhecimentos, inovações, práticas geradas e transmitidas pela tradição, que ocupam “territórios tradicionais”. Como territórios tradicionais, define como espaço necessário à reprodução cultural, social e econômica, que podem ser utilizados de forma permanente ou temporária.

heterogeneidade espacial” (MASSEY, 2008), assim como reconhecer a importância que estes povos possuem para a preservação de elementos da natureza essenciais à vida.

No entanto, o convívio nestes últimos anos em diferentes espaços com representantes de comunidades quilombolas, indígenas, ilhéus e ribeirinhos, pescadores artesanais e faxinalenses no estado do Paraná e o estudo de diferentes literaturas têm nos permitido vivenciar situações de permanente conflito frente à inoperância ou morosidade proposital do Estado em compreender as especificidades territoriais destes povos e comunidades tradicionais e atender suas demandas, como idealizado no decreto supramencionado. Percebem-se marcas desta inoperância, por exemplo, na falta de pessoal para trabalhar no atendimento das demandas apresentadas, na verticalizada e esquizofrênica fixação de determinados critérios para o acesso às políticas e programas de governo que, sustentados por um aporte teórico-jurídico, não dão conta de contemplar as territorialidades específicas destes povos e comunidades.

Soma-se a isso o conjunto de medidas tomadas pelos agroestrategistas e suas ações junto ao poder público para modificar e/ou flexibilizar legislações (a exemplo do Código Florestal Brasileiro), para legalizar impactos ambientais e a mercantilização da natureza, para remover o que entendem como obstáculos que impedem o avanço do agronegócio, para garantir recursos financeiros por meio de financiamentos ou isenções de impostos, para potencializar a materialização de projetos (rodovias, ferrovias, pequenas e grandes centrais hidrelétricas, entre outros) visando o que vem sendo denominado de aceleração do crescimento (MOREIRA, 2007; ALMEIDA, 2010; SAUER, 2011).

O acompanhamento da emergência de representações coletivas dos povos e comunidades tradicionais no Paraná<sup>6</sup>, por meio de suas reuniões e atividades de educação/formação, dos materiais produzidos a partir de suas cartografias sociais<sup>7</sup> e de suas ações coletivas de reivindicação frente ao Estado, tem permitido vivenciar

---

<sup>6</sup> Em 2008 surge no Estado do Paraná a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais. Pode ser entendido como um espaço de articulação entre distintos grupos étnicos, como: quilombolas, benzedores e benzedeiros, caiçaras, cipozeiras, religiosos de matriz africana, ilhéus do Rio Paraná, faxinalenses, indígenas das etnias xetá, guaranis e kaingang.

<sup>7</sup> O projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades tem seu epicentro a partir de trabalhos realizados por pesquisadores das Universidades Estadual e Federal da Amazônia, se propagando para diferentes partes do país e envolvendo outros pesquisadores e consiste em criar as condições para que cada comunidade possa se autocartografar, com ênfase nos conflitos territoriais. Mais detalhes, ver: <[www.novacartografiasocial.com](http://www.novacartografiasocial.com)>.

as angústias que marcam este contexto e que resultam dos entraves que estes povos têm enfrentado na luta pelo cumprimento de seus direitos, assim como dos mais diferentes conflitos que, cotidianamente, ocorrem em seus territórios a partir das relações de preconceito de suas tradições, dos impactos destrutivos do agronegócio, a ausência e/ou marginalidade das/nas políticas públicas, entre outros.

Há um campo intelectual que marca a produção de conhecimentos sobre os faxinais desde os anos de 1980 (CARVALHO, 1984; CHANG, 1985; NERONE, 2000; SAHR E CUNHA, 2005; LÖWEN SAHR E SAHR, 2009; TAVARES, 2008; SOUZA, 2010; HAURESKO, 2012; BARRETO, 2013; OLESKO, 2013) e que, a partir de diferentes interesses, ressalta aspectos políticos, econômicos, culturais e socioambientais que constituem esse modo de vida. Podemos afirmar que estes permitiram desencadear bons debates, resultando em trabalhos que vêm contribuindo para dar maior visibilidade às suas territorialidades e reforçar estratégias de resistência destas comunidades no estado do Paraná<sup>8</sup>.

Faxinalenses, quando indagados a responder o que é um Faxinal e o que é ser faxinalense, constroem diferentes narrativas permeadas por distintos elementos que nos impedem de estabelecer um esquema geral de definição, no entanto, a centralidade na família e na vida comunitária, a existência de conhecimentos tradicionais a respeito do trabalho com a terra, a criação de animais à solta e de forma coletiva, o respeito nas relações com a natureza, a presença de ofícios tradicionais ligados ao tratamento da saúde (práticas de benzimento, parto, uso de ervas medicinais, entre outros) são alguns dos elementos recorrentes em suas respostas (PNCS, 2007; 2008; 2011).

Simões (2009) afirma que comunidades faxinalenses são encontradas principalmente em municípios e áreas cobertas pelo Bioma da Mata com Araucária, com destaque para municípios ao sul da Região Metropolitana de Curitiba e porção Centro-Sul do Estado. Segundo o trabalho desenvolvido, “pode-se dizer que uma das manifestações marcantes do modo de vida faxinalense está no uso coletivo da terra para habitação e criação de animais, que ocorre de forma peculiar no chamado Criadouro Comum” (SIMÕES, 2009, p. 38). Destacamos que é, sobretudo, no

---

<sup>8</sup> São exemplos os trabalhos realizados pelos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Sul do Brasil desde 2007 junto aos faxinais, a criação da Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais – que pode ser compreendido como sendo o movimento social faxinalense e suas atuações junto ao poder público no Estado (tanto em âmbito municipal quanto estadual), o surgimento de novas pesquisas que procuram retratar os conflitos territoriais, a exemplo de Olesko (2013).

criadouro comum que algumas territorialidades se destacam, tais como “o cotidiano, as rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma de construção das casas, as festas religiosas e pagãs” (SAHR; CUNHA, 2005, p. 95). Destaca-se que:

Há terras utilizadas exclusivamente para a prática agrícola, na maioria das vezes para o cultivo de alimentos, a exemplo do plantio de milho, mandioca, batata, arroz, entre outros, base alimentar de muitas comunidades. Em algumas realidades, entretanto, frente a mudanças técnicas e científicas, seguidas da desvalorização das práticas tradicionais da agricultura, aparecem territorialidades do agronegócio, com destaque para a produção do fumo (SIMÕES, 2009, p. 39).

Pode-se compreender que estes elementos constituem as territorialidades específicas etnicamente diferenciadas do território faxinalense, como produto das relações que estes mantêm uns com outros ao longo de suas histórias, na vida em comunidade e com sua natureza externa e que são importantes para sobreviverem e se reproduzirem socialmente (SAQUET, 2013), como “resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território” (ALMEIDA, 2006).

Nos anos de 1980, dadas as transformações economicamente conservadoras e sustentadas pelos interesses capitalistas no campo paranaense, que por sua vez acabaram por atingir negativamente as áreas de criadouro comum de comunidades faxinalenses, trabalho realizado por Chang (1985) sinalizava que esse modo de vida deixaria de existir no máximo entre 10 ou 12 anos, ou seja, ainda no final do século XX. A narrativa do fim dos faxinais passou a se sustentar a partir do nível avançado e violento de redução da área e/ou de desagregação do criadouro comum, muitos deles já cercados.

Em 1994, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Paraná (EMATER-PR) publicava um relatório apontando a existência de 118 comunidades faxinalenses, localizados em 25 municípios. Em 2004, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) indicava, a partir de um trabalho realizado em 13 faxinais e 08 municípios, considerando visitas em 36 famílias e 07 agentes de organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações etc.), a existência de apenas 44 comunidades faxinalenses. Por outro lado, em 2007, a APF, em articulação com pesquisadores da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, demandou o que ficou denominado de mapeamento social dos faxinais, que a partir de outros/novos critérios chegou à existência de, pelo menos, 227 comunidades.

O trabalho de Souza (2009; 2010), no qual encontramos referência ao mapeamento social supramencionado dos faxinais, explicita que o território faxinalense se apresenta na atualidade de forma diversa, estabelecendo uma crítica às tendências que reduziram a noção do território de vida dos faxinais à existência de um “criador comum fechado” para habitação e criação dos animais à solta, ou ainda, como importante espaço de reserva biológica da Floresta de Araucária, com fauna, flora, fontes de água preservadas etc. Na visão do referido autor:

O que mais aparenta ser uma “paisagem”, composta por elementos “vestigiais” de ordem ambiental e cultural identificadores da presença de um “criador comum”, comporta no tempo e no espaço, situações dinâmicas marcadas pelas descontinuidades impressas nos avanços e retrocessos sob as terras tradicionalmente ocupadas. O grupo frente a situações favoráveis ou ameaças ao seu território refugia-se em uma nova posição na luta insistente contra as tentativas de desagregação das modalidades de uso comum. Enquanto não forem compulsoriamente deslocados ou “desapossados” das condições que lhes permitem o uso comum dos recursos naturais e de seus meios de reproduzir-se socialmente e fisicamente, os membros do grupo persistem em realizar suas práticas tradicionais. Isso mesmo que seja em circunstâncias de aparente “desagregação” e “isolamento” das unidades familiares [...] (SOUZA, 2009).

Para Souza (2009), torna-se necessário considerar outras formas de configuração territorial, que acabam por expressar a situação do território faxinalense na atualidade, não podendo ser estas configurações compreendidas “como estágios ou fases que tendem à extinção, pelo anacronismo ou apelo a uma tradição do passado”, mas sim “formas de resistência e solidariedade empregada pelo grupo em torno da defesa da modalidade de uso comum” (SOUZA, 2009, p. 49).

A partir desta compreensão, o referido pesquisador expõe a existência de, pelo menos, quatro categorias situacionais: 1) Faxinais com uso comum, com o criador comum aberto – trata-se de “grandes extensões territoriais (acima de 1.000ha) livremente acessados por “criações altas e baixas” para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos”; 2) Faxinal com uso comum, mas com o criador comum cercado; 3) Faxinais com uso comum, mas que são marcados pela “criação grossa ou alta”, neste caso, há “uma forte limitação ao livre acesso aos recursos essenciais”, “a forte presença de sistemas de integração agroindustrial, como fumicultura, granjas de suínos e aves”; 4) Faxinais sem uso comum, também conhecidos como “mangueirões e poteiros”, quando a criação dos animais ocorre apenas de forma doméstica – está restrito dentro dos limites da propriedade privada.

Considerando a pesquisa de Souza (2009), destacamos a seguir os municípios paranaenses onde podem ser encontradas Comunidades Tradicionais de Faxinais.

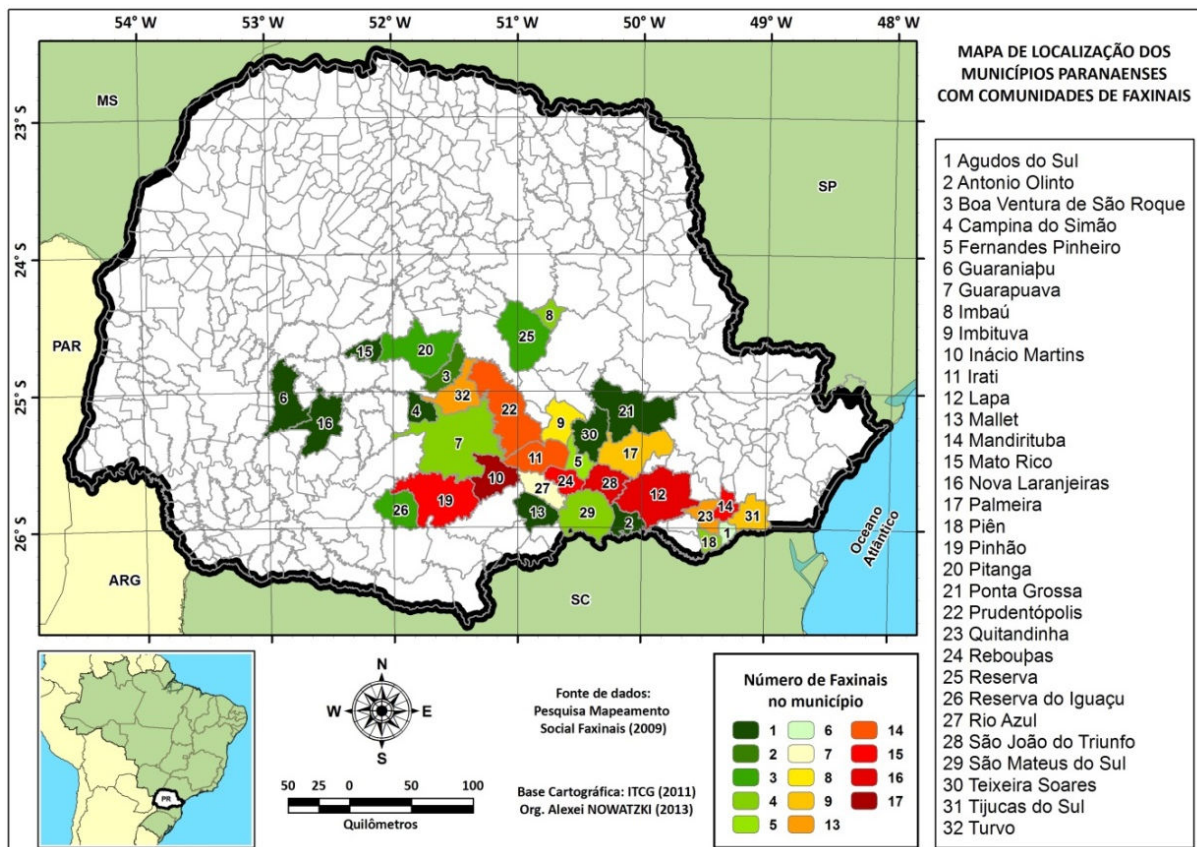


FIGURA 01 – MUNICÍPIOS PARANAENSES COM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS, SEGUNDO MAPEAMENTO SOCIAL DOS FAXINAIS (SOUZA, 2009).

Na atualidade, podemos afirmar que os faxinalenses se encontram em diferentes situações de conflito, seja contra o Estado – a falta ou impactos negativos de políticas públicas que não levam em consideração o modo de vida nos Faxinais – contra o agronegócio – que vem avançando sobre o território faxinalense – ou ainda contra a sua invisibilidade étnica frente à sociedade em geral – que muitas vezes ignora ou interpreta as manifestações típicas do modo de vida faxinalense como sendo atrasadas (FAXINAIS, 2005; PNCS, 2007). Desde 2005, temos observado que faxinalenses vêm se organizando e fortalecendo sua representação coletiva denominada Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais (APF)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> A Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais (APF) é composta por lideranças de diferentes comunidades e assumida por eles como sendo uma “organização coletiva”, seu significado varia entre seus membros, vejamos alguns exemplos: “É uma organização dos faxinalenses, que ela foi criada agora mais ou menos uns oito meses, de seis a oito meses, que é a organização dos



Simões (2009) nos permite afirmar que entre os anos de 2004 e 2005, contexto histórico em que nasce a APF enquanto movimento social, diferentes atores – governamentais e não governamentais – se faziam presentes, contribuindo, por exemplo, na organização e financiamento de encontros que visavam discutir a situação das comunidades faxinalenses no estado do Paraná. Segundo a pesquisa:

[...] Em 2005, encontro promovido pela Rede Faxinal, criada em 2004, envolveu órgãos do governo – Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Secretaria Estadual de Abastecimento (SEAB), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), prefeituras municipais (Ponta Grossa, Rebouças etc...), instituições de ensino/pesquisa (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO, etc.), organizações não governamentais (Instituto Equipe de Educação Popular – IEEP, Instituto Guardiões da Natureza – ING etc.) e membros das comunidades (SIMÕES, 2009, p. 42).

Constatamos que, a partir de 2007, a APF foi quem passou a organizar os eventos a cada dois anos, contando com parcerias estatais como a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e o IAP, e com representações não governamentais de seu interesse, como o IEEP e o Centro Missionário de Apoio ao Campesinato (CEMPO). Salientamos que pesquisadores ligados à Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais também aparecem no cenário de organização e atuação da APF, a exemplo do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), ligado à Universidade Federal do Paraná.

Considerando as diversas formas do território faxinalense explicitado por Souza (2009) e o surgimento de uma organização coletiva que se constitui enquanto movimento social e que passa a agir frente a seus antagonistas, podemos afirmar que os territórios faxinalenses de hoje resultam de um processo histórico de resistências. A resistência aqui toma uma dupla-forma-articulada: a primeira se inspira em Scott (2002) e se refere às “formas cotidianas de resistências” promovidas por faxinalenses frente a seus antagonistas em defesa de seu território e territorialidades; a segunda forma se inspira em Fabrini (2012) e se refere ao próprio

---

faxinalenses, os faxinalenses não tinham nenhuma organização que defendesse os faxinalenses” (Acir Túlio, Faxinal Marmeleiro de Baixo, município de Rebouças, 2006); “É onde o pessoal aprende a conviver, aprende coisas da outra comunidade que tem nos faxinais, com as famílias dos faxinalenses os conflitos, demandas, ações” (Sergio Sobenko, Faxinal dos Ribeiros, município de Pinhão, 2006); “Eu falo assim, vocês tem que participar das reuniões, dos encontros, que vocês participando vocês vão ficar por dentro e vão saber do que é bom para nós, que eles estão fazendo uma coisa pro nosso bem, que é melhor né” (Lindaci da Silva, Faxinal Pedra Preta, Mandirituba, 2010); (PNCS, 2007; 2011).

território faxinalense e suas territorialidades específicas etnicamente diferenciadas, constituindo resistência frente ao modelo destrutivo e espoliativo de produção do agronegócio e das políticas públicas de caráter (neo)desenvolvimentista<sup>10</sup>.

Para Scott (2002, p. 10), as “formas cotidianas de resistência camponesa” se referem à “luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis, os lucros”. Para o referido autor, estas resistências podem assumir formas mais sutis de ação como “fazer corpo mole, a dissimulação, a submissão falsa, os saques [...] a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem [...]” ou de “confrontação direta”, como “invasões públicas de terras [...] a realização de motins [...]”, entre outros (SCOTT, 2002, p. 11-13). A proposição do referido autor é compreender estas formas de resistência camponesa enquanto microrresistências:

Microrresistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas a essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

Para esta definição, o autor salienta aspectos importantes, entre estes destacamos “o fato de que não há nenhuma exigência de que a resistência assuma a forma de ação coletiva”, e outro está no reconhecimento do que ele denomina “resistência simbólica ou ideológica (fofoca, injúrias, rejeição de categorias impostas, questionamento e afastamento da deferência)” (SCOTT, 2002, p. 24).

No caso dos faxinalenses, podemos observar estas formas cotidianas de resistência em: a) conflitos ocasionados pelo não cumprimento dos acordos comunitários, a exemplo da construção de feixos que cercam áreas do criadouro comum e de uso coletivo; moradores que desrespeitam os limites de velocidade

---

<sup>10</sup> Cabe destacar que Scott (2002), ao construir a noção de resistência cotidiana que aqui fazemos referência, tomou como base seus trabalhos de campo realizados entre os anos de 1978 e 1980, em uma vila da Malásia, que se destacava pela produção de arroz. Ele usa dois episódios que considera como sendo emblemáticos: um movimento de mulheres – uma tentativa de boicote, de parar máquinas – contra o descarte de sua mão de obra a partir da mecanização da colheita; e a realização de furtos anônimos por parte dos camponeses, como forma de resistência ao empobrecimento dos trabalhadores do campo. Salientamos que James C. Scott é cientista político do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Yale (EUA). Nossa outra inspiração trata-se de João Edmilson Fabrini, Geógrafo e Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O trabalho de Fabrini (2012) toma como referência um conjunto de movimentos sociais que emergem no cenário brasileiro a partir do final do século XX ligados à luta pela terra (como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) ou por melhores condições de trabalho no campo (como os movimentos sindicais ligados à Agricultura Familiar).

quando percorrem as estradas que atravessam o criadouro comum; b) a organização do trabalho em mutirão para arrumar as cercas que delimitam o criadouro e as áreas de lavoura; c) a elaboração de mapeamento de suas realidades por meio da Nova Cartografia Social, procurando dar visibilidade aos territórios e territorialidades; d) a organização de associações, participação em sindicatos e da própria APF, que contribuem para fortalecer negociações com agentes do poder público, organizar audiências e manifestações públicas, eventos de educação/formação com vistas ao fortalecimento de sua cultura e identidade; entre outros.

Em Souza (2009, p. 77) encontramos referência a esta forma de resistência dos faxinalenses, conforme podemos observar a seguir:

[...] Os informantes entrevistados relatam de maneira objetiva os processos conflituosos que resultaram nesta posição, indicando os antagonistas envolvidos, as violações e as ameaças sofridas e, as formas empreendidas para obstrução do “livre” acesso aos recursos essenciais à reprodução física e social do grupo, bem como narram as inúmeras estratégias dos faxinalenses para evitar a ruptura da unidade social, entre elas, ***atas de reuniões em defesa da permanência do faxinal, organização de associações, reuniões com prefeitos e vereadores, realização de mutirões, registro de Boletins de Ocorrência, denúncias coletivas no Ministério Público contra antagonistas***, realização de acordos comunitários sobre o uso dos recursos etc. (*grifos meus*).

O trabalho de Olesko (2013), que procurou analisar diferentes conflitos e resistências junto a faxinais do município de Mandirituba-PR, área metropolitana sul de Curitiba, nos permite afirmar que “a feira de produtos sem veneno” é uma forma de resistência dos faxinalenses. O referido pesquisador salienta que além da intenção de produzir um alimento mais saudável, ou ainda, de melhorar a renda, a feira também contribui para fortalecer laços familiares e comunitários:

[...] os laços que estavam se perdendo com o passar do tempo ganham força, uma vez que na feira há a possibilidade de faxinalenses de diversas comunidades, não somente das de dentro do criadouro no qual está inserida a comunidade Espigão das Antas, comparecerem, trocam informações, conversas e, assim sendo, (re)criam laços de amizade e compadrio que estavam se findando, seja pela distância, seja pela falta de tempo dos mesmos. Cabe ressaltar também que a feira ajudou a impulsionar o clube de mães, o qual conta com reuniões nas quintas-feiras, com rotatividade de locais, passando de comunidade por comunidade, e que, no ano de 2012, realizou, no mesmo local onde se dá a feira, a primeira festa de São João/Junina do Espigão das Antas, que se deu logo após a feira [...] (OLESKO, 2013, p. 46).

Estas formas de resistência, segundo Scott (2002), são aquelas que nem sempre “produzem manchetes” nos jornais, porém, fortalecem a luta e a defesa do território frente aos diferentes antagonistas. É interessante salientar a violência com

que estes conflitos atingem a realidade, modificando a geografia do território, gerando um clima de tensão entre os moradores. Vejamos alguns exemplos a partir de relatos já publicados em fascículos da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Onde eles podem abraçar um pedaço de chão eles não perdem tempo... Eles tem recursos. E tocam soja, veneno e máquina por cima de nós. A gente tá morrendo devagarinho... e como fica o futuro dessas crianças. (Acir Túlio, Faxinal Marmeleiro de Baixo, Município de Rebouças, 2007).

[...]

Desde a proibição digamos... Da passagem, do livre acesso, de uma comunidade a outra, até mesmo de passar pra propriedade de outro vizinho, a não permissão que seja feita a manutenção de cerca... E aquela desavença, de ameaça que isso não existe, que isso não pode... Aquele que quer preservar, mas do modo fechado, aquele que fecha, aquele que faz o cerco, que é o dono próprio, que o uso da área aberta não vale (Antônio Francisco Cardoso, Faxinal Pedra Preta, Município de Mandirituba, 2011).

[...]

Eles me ameaçaram e não ficou só nisso. Depois que eu fui dizer que não deixaria que ele colocasse a cerca ali, ele mandou um pistoleiro que foi até na minha casa, me chamou na frente, e puxou a arma disparando 3 tiros, a sorte é que nenhum me acertou (Carlos de Oliveira Borges, Faxinal do Salto, Município de Rebouças, 2007) (PNCS, 2007; 2011).

Podemos afirmar que o nascimento da APF vem fortalecendo estas resistências, assim como ampliando a escala de ação dos faxinalenses, que também passaram a realizar atividades mais amplas e coletivas, para além daquelas em que as associações já realizavam na comunidade e nos municípios. Em 2007, os faxinalenses da APF realizaram na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) uma Audiência Pública, naquele momento eles entregaram a diferentes representantes do poder público um dossiê de denúncias sobre seus conflitos socioambientais. Já em 2010, faxinalenses de diferentes comunidades, conjuntamente com outros representantes dos povos e comunidades tradicionais do Estado, organizaram e promoveram um acampamento em frente ao Palácio do Governo do Paraná e realizaram reunião com representantes do poder público.

Compreendemos, desta forma, que os movimentos de resistência dos faxinalenses não podem ser compreendidos apenas pelas ações de ampla escala, mas desde aquelas que histórica e cotidianamente são realizadas em defesa de seu território. Lembra Saquet (2013, p. 128) que “as forças sociais efetivam o território, o processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela”. Nesse sentido, passamos a compreender que o território faxinalense e suas territorialidades específicas etnicamente

diferenciadas tomam a forma da resistência cotidiana acumulada ao longo das gerações que tradicionalmente ocupam terras paranaenses e que se colocam em contraposição, principalmente às formas destrutivas de produção ou às políticas de caráter (neo)desenvolvimentista que atingem o espaço rural.

Segundo Fabrini (2012, p. 68):

[...] a escala de ação dos camponeses se amplia pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma energia local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam a ação de movimentos e organização de entidades [...].

Para Fabrini (2012), a aplicação “de uma agricultura defensiva ao padrão agrícola, caracterizada pelo elevado consumo de agrotóxicos” [...], “a adubação verde e o cultivo de espécies vegetais que repõem os nutrientes do solo [...]”, “o cultivo de sementes crioulas [...]”, “os métodos naturais de combate às pragas, a fabricação e produção de ferramentas de trabalho e instrumentos nos próprios lotes” são exemplos desta resistência. Desta forma, corroboramos com a compreensão de que “o território se constitui como base de ação das forças camponesas”.

Destaca-se no processo de construção de resistência a partir de forças locais um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro etc. Essas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmento do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança [...] (FABRINI, 2012, p. 69).

A partir desta perspectiva, podemos compreender que o território faxinalense e suas territorialidades específicas assumem a forma de resistência, como a relação diferenciada com a natureza, o criadouro comum, a existência de formas de trabalho coletivo, a opção pelo plantio sem veneno e a agroecologia, a vida em comunidade, a defesa de suas práticas de ofícios tradicionais e manifestações religiosas, entre outros. Vejamos alguns exemplos a partir de relatos já publicados em fascículos da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais:

A gente preserva muito né, nossa isso aqui é uma coisa muito importante e todas as pessoas como foi falado, tanto faz se a pessoa tem bastante terra, tem pouca terra, é tudo igual. Tem sua criação, a quantia que quiser, não importa né [...] (Lindaci do Nascimento, Faxinal Pedra Preta, Município de Mandirituba, 2011).

[...]

É, você defender a cultura... Assim como nós éramos reconhecidos como pequeno agricultor, por causa da lavoura... E aí a gente tá buscando reconhecimento como faxinal pra manter a tradição, conforme na minha fala, em agosto do ano passado, que teve o primeiro seminário regional nosso, foi convidado as autoridades e não compareceram, e falei que não estamos defendendo apenas uma tradição, mas até mesmo um modo de

vida...Que lá mesmo com a crise, os faxinalenses tem o milho crioulo que o povo criou, tem o feijão, então já é um alimento que não precisa se preocupar em tá buscando no mercado (Amantino Sebastião de Beija, Faxinal Meleiro, Município de Mandirituba, 2011).

[...]

O faxinal, no nosso ponto de vista faxinalense são aquelas áreas onde nós vivemos, 70, 80 famílias, num uso coletivo. Onde todos usam as áreas protegendo o meio ambiente e ocupando com pequena criação, criação de porte alto também. Tem faxinal que tem pequena criação, que tem a lei, e a criação alta, tem os quatro fios de arame. Todos podem viver e não tem importância de limite de área de terra, ali a pessoa que tem 50 alqueire e outra tem 02 alqueire, um litro de chão, ela tem o mesmo potencial de criar seus animais ali e ali sobreviver (Ismael Kloster, Faxinal dos Krüger, município de Boaventura de São Roque, 2007) (PNCS, 2007; 2011).

Em 2005, no 1º Encontro dos Povos Faxinalenses, após um trabalho em grupo que procurou debater se estes eram ou não “povos tradicionais”, foram elencadas territorialidades específicas típicas do território faxinalense, como: a prática da pecuária, a agricultura e o extrativismo, em um sistema singular; as terras do criadouro são de uso comum, a criação de animais de forma coletiva; partilham sementes, criações e produtos através de trocas; desenvolvem uma atividade agroflorestal e prezam pela conservação da biodiversidade; possuem uma forte convivência e integração com o meio ambiente; praticam festas, danças e rezas presentes em suas tradições; possuem normas e fazem acordos baseados na cultura e na tradição; entre outros (FAXINAIS, 2005, p. 42-43).

Estes aspectos conflitavam com a monocultura de *pinnus* e eucalipto, soja e fumo, o uso intensivo de agrotóxicos que contaminam suas fontes de água e a natureza presente, com aqueles que cercam de forma indevida áreas do criadouro comum, ou ainda, aqueles que causam danos, roubam criações, usam o território faxinalense apenas como espaço de lazer, que ofendem suas práticas religiosas e de ofícios tradicionais, e com a inércia ou a inoperância do Estado na gestão de políticas públicas, entre outros (PNCS, 2007; 2011; FAXINAIS, 2005; SOUZA, 2009).

Desde este primeiro encontro, os faxinalenses pertencentes à APF vêm desenvolvendo um conjunto de ações junto ao poder público, o que tem resultado em conquistas em defesa de suas territorialidades específicas, tais como a criação de legislações municipais e estaduais de reconhecimento do modo de vida faxinalense, a ampliação das ARESUR, a criação do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná e a participação de faxinalenses na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No Estado do Paraná, podemos compreender que os faxinalenses constituem territorialidades específicas etnicamente diferenciadas que resultam em seu território de vida e, no conflito com seus antagonistas, se somam às lutas pela terra e pelos territórios que marcam a questão agrária brasileira na atualidade. O reconhecimento de sua cultura e identidade pela sociedade de forma geral, de seus territórios e territorialidades frente ao Estado nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas, estão permanentemente em suas pautas de reivindicação. É nesse contexto social que se insere esta proposta de pesquisa junto a jovens.

### **Como organizamos o texto**

É desde o cenário trabalhado anteriormente, de emergência destes povos e comunidades, que este trabalho pretende contribuir para ampliar a nossa capacidade de compreensão da realidade vivida especificamente pela juventude faxinalense, como constituem suas territorialidades. Destacaremos que jovens faxinalenses se encontram em situação de invisibilidade em seus territórios de vida. Os jovens não tiveram centralidade nas pesquisas sobre os faxinais, pouco se sabe sobre eles nestas realidades, fomos constatando que são praticamente invisíveis frente ao Estado e as políticas públicas voltadas à juventude, em particular a juventude rural – como iremos refletir neste estudo.

A primeira proposição de pesquisa, objetivando o doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, envolvia juventude faxinalense e Educação do Campo. Naquele momento eu ainda estava envolvido na gestão de políticas públicas educacionais dentro da Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), na Coordenação Estadual da Educação do Campo (CEC), onde trabalhei entre 2005 e 2010. A referida proposta de pesquisa visava elaborar um mosaico conceitual, conjuntamente com os jovens faxinalenses, no sentido de contribuir para dar visibilidade aos seus aspectos territoriais (as dimensões políticas, culturais, econômicas e naturais), seu jeito jovem de ver e viver o território faxinalense, com intuito de subsidiar políticas públicas educacionais voltadas ao atendimento de jovens oriundos dos povos e comunidades tradicionais.

A experiência profissional me proporcionou a aproximação e a convivência com representantes faxinalenses que, neste período, vinham compondo um

movimento coletivo – a APF – como já mencionamos. Não por acaso muitos deles ainda me chamam de professor. Cabe destacar que entre 2007 e 2009 também cursei mestrado em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), quando me propus a estudar impactos das políticas públicas educacionais em comunidades faxinalenses, no sentido de contribuir tanto na questão faxinalense quanto na Educação do Campo.

Com a entrada no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, passei a participar do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA) quando, conjuntamente com demais colegas, principalmente ligados à graduação ou à pós-graduação em Geografia, passamos a estudar ainda mais um conjunto de literaturas que nos ampliassem compreensões sobre as diferentes situações de conflitos por terra e território que marcam a emergência de povos e comunidades tradicionais e suas organizações coletivas no Paraná, Brasil e América Latina. É preciso salientar, também, os trabalhos de extensão realizados com o intuito de contribuir com os processos de elaboração das cartografias sociais dos faxinalenses, por exemplo, e/ou de formação política das organizações coletivas das comunidades tradicionais – como organização de encontros, seminários, cursos, entre outros. Esses trabalhos nos mantiveram muito próximos das comunidades, moradores e lideranças.

Com o andamento dos trabalhos de campo, os debates com lideranças da APF e a realização da primeira oficina junto aos jovens em 2011, percebemos a necessidade de ampliar a proposta de pesquisa para além da Educação do Campo, uma vez que a realidade vivenciada nos indicava um conjunto de outras questões envolvendo a relação juventude e território, em particular a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento dos jovens, apontada como sendo um dos principais motivos que têm levado os jovens a migrarem de suas comunidades. Os jovens alegaram, ao longo dos diálogos, se sentir invisíveis diante do poder público.

Objetivando explicitar a trajetória investigativa, os diálogos teóricos e as reflexões promovidas, o presente texto está composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Postura investigativa e encaminhamentos metodológicos para apreensão das realidades dos/nos territórios de vida de jovens faxinalenses”, apresentará o caminho que trilhamos para apreensão da realidade junto a jovens faxinalenses que, como mencionamos anteriormente, são oriundos de comunidades faxinalenses que pertencem à APF. No texto, trataremos de nossa compreensão a



respeito do conceito de postura investigativa, a perspectiva de pesquisa participante, assim como apresentaremos detalhes referentes às metodologias que utilizamos para que pudéssemos apreender a realidade, tais como o diálogo com faxinalenses a partir dos trabalhos de campo e a realização de um conjunto de atividades no que chamamos de oficinas pedagógicas. Destacaremos, também, os territórios de origem dos jovens participantes de nossas oficinas, cujas realidades são marcadas pelas resistências e pelos conflitos mencionados na seção anterior.

No segundo capítulo, intitulado “Retratos do território de vida de jovens faxinalenses: diálogos em torno de um vocabulário territorial”, apresentaremos um conjunto de verbetes e expressões elaborados pelos próprios jovens a partir de diferentes temáticas problematizadas para o diálogo e que retratam aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais de seu território de vida. As temáticas destacadas giram em torno do que é ser jovem em uma comunidade faxinalense, a visão dos jovens sobre seu modo de vida, o dilema de permanecer ou migrar dos faxinais, a interface entre educação e trabalho, o que dizem os jovens quando o assunto é políticas públicas, quais os sonhos e desejos da juventude no presente e para o futuro.

Neste capítulo, ainda, estabelecemos um diálogo teórico para sustentar nossa compreensão a respeito do conceito de vocabulário territorial, assim como conceitos de território de vida, processos de territorialização, multiterritorialidade e o movimento de des-re-territorialização. Fazemos referência a outras pesquisas em comunidades faxinalenses onde a presença jovem foi relatada pelos pesquisadores. Dialogamos com outras literaturas que trataram de jovens rurais, também para destacar que determinados dilemas vividos por jovens faxinalenses estão presentes na realidade vivida por outros jovens do Brasil rural.

No terceiro capítulo, intitulado “Juventude Faxinalense: categoria social e situação de fronteira”, destacaremos que nosso entendimento de ser, viver, se autodefinir jovem, constituir identidade jovem é mais que estar em uma determinada faixa etária ou estar em uma fase de transição para a vida adulta. Defenderemos que a constituição da categoria social jovem é perpassada por múltiplas dimensões: econômica, política, cultural, ambiental, étnica, territorial, entre outras. Argumentaremos que, ao compreender a juventude faxinalense enquanto categoria social, ampliamos as possibilidades de enxergá-los como sujeitos que interferem nos processos de des-re-territorialização de/em seu território de vida.

Procuramos sustentar, neste capítulo, a compreensão de que os jovens faxinalenses sujeitos deste percurso investigativo vêm constituindo suas territorialidades em situação de fronteira. Fronteira entendida não como limite, uma linha rígida que separa dois mundos distintos, mas como lugar de interpenetrações em que coexistem movimentos de colaboração, negociações e contestações. Desde essa perspectiva, procuramos sustentar a tese de que estes jovens constituem suas territorialidades, estabelecendo, ao mesmo tempo, conexões e desconexões com territorialidades específicas do território faxinalense, em contato com territorialidades distintas, em meio à produção de sua invisibilidade e a precarização de seus territórios de vida.

A partir das questões refletidas e discutidas ao longo do terceiro capítulo, aprofundamos nosso estudo no sentido de ampliar a compreensão a respeito da produção de invisibilidades e os mecanismos que contribuem para potencializar a precarização dos territórios de vida de jovens faxinalenses, com foco no campo político das políticas públicas de juventude (PPJ). Os jovens faxinalenses apontaram, ao longo do percurso investigativo, que se sentem invisíveis diante do poder público, sinalizaram a urgência da existência de políticas que considerem suas especificidades, que tenham a comunidade faxinalense como espaço de vida, que oportunizem o acesso à educação pública, às alternativas de geração de renda, cultura e lazer etc. A ausência e/ou atendimento precário das/nas políticas públicas será tratada neste estudo como um dos principais fatores que contribuem para a precarização da vida jovem nos faxinais, por isso o tema também ganha um lugar de destaque neste estudo.

Assim, no quarto capítulo, intitulado “Juventude rural, juventude faxinalense e a produção de invisibilidade no campo político das políticas públicas de juventude no Brasil”, realizamos uma discussão em que procuramos apontar algumas tendências emergentes no campo político das políticas públicas de juventude (PPJ) nos últimos anos no Brasil. Entre estas tendências iremos destacar a produção de invisibilidade dos jovens que vivem em comunidades tradicionais nos meandros em que as políticas são elaboradas, como resultado de um processo em que se destaca, por exemplo, a homogeneização da juventude rural – entendida hegemonicamente como juventude da agricultura familiar, uma juventude rural organizada – e do foco das ações em duas dimensões bem definidas, educação/escolarização/profissionalização e geração de renda.

Neste capítulo procuramos elaborar um aporte teórico-conceitual que sustente que o Estado, no processo de elaboração e nos caminhos tomados para a implementação das PPJ, em particular as políticas voltadas à juventude rural, desde a arena política que iremos destacar, é permeado por determinadas tradições – a *tradição da homogeneização*, a *tradição urbanocêntrica*, a *tradição produtivista* e a *tradição adultocêntrica* – que contribuem para a produção de invisibilidades, potencializando processos de negação ou marginalização das territorialidades das juventudes nestas políticas que, por sua vez, tornam o Estado agente de precarização das vidas no território.

Mas, conjuntamente com a produção de invisibilidade e a permanente precarização dos territórios de vida, em situação de fronteira, os jovens manifestam a vontade de viver, de estar e permanecer em suas comunidades faxinalenses. São dimensões de um mesmo cenário e que muito embora estejam apresentadas nesta tese em capítulos distintos, aparecem articuladas e movimentam a vida jovem nos faxinais. Os jovens clamam por um faxinal onde seja possível ser jovem.

Assim, no quinto capítulo intitulado “A emergência de um Bem Viver da juventude faxinalense: um olhar desde a cosmovisão de povos originários de Abya Yala/América Latina”, tendo como base o vocabulário territorial, procuramos argumentar sobre a existência do que denominaremos de Bem Viver da juventude faxinalense. Defenderemos que este Bem Viver resulta das relações que os jovens estabelecem com seus territórios de vida (como a vida em comunidade, a interação com a biodiversidade, o trabalho coletivo e solidário, a união e o convívio entre as famílias), somados aos anseios e aos desejos de uma vida melhor (com educação, alternativas de geração de renda, acesso a cultura e lazer). Procuramos inferir a compreensão de que o Bem Viver da juventude faxinalense, desde o olhar delineado, pode ser visto como desafio, como sendo possibilidade de constituir juventude em território faxinalense.

Recorremos a um grupo intelectual latino-americano para tratar do conceito de Bem Viver/Buen Vivir, cujos princípios nascem dos/nos saberes e práticas de comunidades originárias andinas. Entre estes princípios estariam a vida comunitária, o trabalho coletivo, a convivência e a relação respeitosa com a natureza, a valorização dos saberes e práticas tradicionais e a livre espiritualidade. No entanto, destacamos que não realizamos uma transposição mecânica do conceito, mas nos desafiamos a uma aproximação no sentido de delinear os elementos de um

Bem Viver da juventude faxinalense. Argumentaremos que, desde esta compreensão, o Bem Viver, enquanto desafio, pode ser entendido como alternativa ao modelo hegemônico de sociedade euro-ocidental que, ancorado nos pressupostos da lógica autodestrutiva do capital em que historicamente permeiam processos de negação, subalternização, exploração, extermínio, mercantilização, acumulação etc., tem colocado em risco a vida na Terra.

## 1 POSTURA INVESTIGATIVA E ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS PARA A APREENSÃO DAS REALIDADES DOS/NOS TERRITÓRIOS DE VIDA DE JOVENS FAXINALENSES

O presente capítulo objetiva explicitar o caminho metodológico que trilhamos para apreensão da realidade junto a jovens das Comunidades Tradicionais de Faxinais que pertencem à APF, estes que denominaremos durante o texto como sendo juventude faxinalense. Neste sentido, iniciaremos o texto apresentando o que chamamos de “postura investigativa e a perspectiva de pesquisa participante”. A pretensão é destacar que a apreensão da realidade resultou de um acompanhamento de ações realizadas pelos faxinalenses, em particular a partir do diálogo com a juventude faxinalense, se constituindo como pesquisa participante. Objetiva-se, principalmente, potencializar o debate a respeito do desenvolvimento de pesquisas qualitativas junto a comunidades tradicionais que habitam o espaço rural e que sempre estiveram no contexto conflituoso da questão agrária brasileira, sejam eles quilombolas, indígenas, ilhéus e ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros, quebradeiras de coco dos babaquais livres, faxinalenses ou outros.

Desta forma, procuramos dialogar interdisciplinarmente com autores de diferentes campos do conhecimento, como a Geografia, a Educação, a Filosofia e a Sociologia, com o intuito de delinear nossa postura investigativa junto aos sujeitos da pesquisa e no exercício da produção do conhecimento científico. Compreende-se que este delineamento precisa ser entendido como um importante e permanente movimento de (re)pensar a *práxis* da pesquisa científica, procurando reforçar a indissociabilidade pesquisador-postura investigativa, problematizando as noções de produção e socialização de conhecimentos científicos.

A opção pela pesquisa qualitativa, desde uma perspectiva participante, pode ser compreendida como sendo a “espinha dorsal” de nosso percurso investigativo. Historicamente, a perspectiva participante de pesquisa é muito conhecida como sendo uma alternativa para além das descrições densas, do amplo e sistemático levantamento de dados e informações, percepções e análises verticalizadas (sujeito-objeto), entre outros. Mas, cabe salientar que essa perspectiva se constitui a espinha dorsal de nossa postura investigativa principalmente por ter em sua essência o compromisso de contribuir na ampliação das possibilidades e das

capacidades de transformação da realidade vivida pelos sujeitos envolvidos na pesquisa (BRANDÃO, 1999).

No texto que trata dos elementos que compõem nossa postura investigativa, procuramos sustentar a importância do trabalho de campo, necessário para a inserção na realidade, o contato com a geografia local, o diálogo entre os sujeitos da pesquisa com vistas ao compartilhamento de problemas, desafios e perspectivas (CARVALHO e SOUZA, 2009). Entendemos que o trabalho de campo é o laboratório do geógrafo por excelência, alvo de problematizações, ponto de partida da elaboração teórica (THOMAZ JÚNIOR, 2005).

Neste capítulo, defenderemos uma perspectiva dialógica de investigação que também possa resultar em ação educativa de mão dupla, como resultado de uma relação mais respeitosa possível em que todos os envolvidos na pesquisa compartilham seus conhecimentos a partir da realidade problematizada. Assim, procurando sustentar essa compreensão, nos inspiramos em Freire (1967; 1987; 2007) e Levinás (2005) para subsidiar nossas reflexões acerca do processo de humanização em contraposição à produção da palavra inautêntica e à desumanização. Foi por meio do diálogo que apreendemos junto aos jovens faxinalenses com quem trabalhamos um conjunto de verbetes e expressões que falam da vida faxinalense, como vivem e como é ser jovem em uma comunidade faxinalense.

Procuramos defender uma perspectiva de pesquisa e de produção do conhecimento que seja capaz de contribuir na compreensão da realidade geográfica vivida pela juventude faxinalense – seus territórios de vida –, um conhecimento comprometido com a transformação social em contraposição às lógicas ou modos de produção da não existência, produtoras de invisibilidades.

Com o intuito de sustentarmos essa compreensão, nos inspiramos na noção de paradigma endógeno, alternativo e aberto de Mora-Osejo e Fals Borda (2006), dialogamos com Fals Borda (1986) sobre a perspectiva de pesquisa participante e seus princípios metodológicos e com Sousa Santos (2006) sobre as noções de razão metonímica, sociologia das ausências e das emergências.

Por fim, detalhamos aspectos de nossas reuniões junto às lideranças da APF e das oficinas realizadas com os jovens. Desde 2011, realizamos quatro oficinas nas quais participaram um total de 69 jovens de diferentes faxinais. Nestas, os jovens eram instigados a participar de distintas atividades pedagógicas, sistematizar e

registrar as sínteses dos diálogos que passaram a compor nossos relatórios de campo e que se tornaram referências para a elaboração do “vocabulário territorial” – este, como veremos no próximo capítulo, compreendido como um conjunto de verbetes e expressões que procuram retratar e traduzir a realidade vivida pela juventude: a geografia local.

## 1.1 SOBRE A NOÇÃO DE POSTURA INVESTIGATIVA E A PERSPECTIVA DE PESQUISA PARTICIPANTE

A presente pesquisa buscou, ao longo de sua trajetória investigativa, respeitar ao máximo que a apreensão da realidade resultasse do acompanhamento de ações realizadas pelos faxinalenses, tais como os seus momentos de lutas, de educação/formação, de festas comunitárias, rodas de chimarrão, entre outras<sup>11</sup>. É nessa convivência, seja por meio do trabalho de campo em território faxinalense, no acompanhamento das audiências públicas junto ao Estado ou ainda na participação em momentos de educação/formação realizados pela universidade, que nos colocamos em um permanente movimento de ensino e aprendizagem sobre o modo de vida dos/nos faxinais, sobre seus territórios e territorialidades.

Foi assim que a presente pesquisa veio se constituindo como participante. É a partir de estratégias de observação, diálogo, acompanhamento e ação que temos

---

<sup>11</sup> O acompanhamento dos momentos de lutas transcende o tempo desta pesquisa, mas o que transcende se agrega a ela, pois trata-se de uma trajetória dos últimos 10 anos que compreende minha atuação em diferentes condições em que estive em contato com os faxinalenses, e que entendo que devem ser consideradas de forma articulada. São estas condições: 1) Enquanto profissional, uma vez que fui membro da Coordenação Estadual de Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná entre os anos de 2005 e 2010 e responsável pela pasta de Educação e Comunidades Tradicionais; 2) Enquanto pesquisador, de quem vem, desde o mestrado, procurando contribuir para dar visibilidade a aspectos políticos, econômicos, culturais e socioambientais do modo de vida dos faxinalenses e os conflitos territoriais em que estão envolvidos, procurando produzir conhecimentos para uma melhor compreensão da realidade vivida nos Faxinais; 3) Enquanto militante, de quem procura contribuir nos debates sobre a questão agrária brasileira e o contexto dos povos e comunidades tradicionais, em particular no estado do Paraná. Entre estes momentos destacamos: Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa em 2007; I, II e III Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, respectivamente em 2008, 2011 e 2015; os encontros dos Povos Faxinalenses realizados em 2007, 2009, 2011 e 2013; acampamento dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná realizado em 2010; as Reuniões da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais realizados em 2011, 2012 e 2013. Cabe destacar que minha entrada no programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) me proporcionou a participação, desde 2011, no Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), que tem contribuído para potencializar a convivência com faxinalenses que atuam na APF, seja por meio da realização de oficinas e cursos realizados junto aos faxinalenses e à Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais nos trabalhos da extensão universitária, assim como da possibilidade de participação em momentos de debate na universidade, com a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil em 2012, entre outros.

a pretensão de elaborar um aporte teórico-conceitual com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão da realidade vivida nos territórios tradicionais das comunidades de faxinais, em particular o território de vida da juventude faxinalense, como constituem suas territorialidades. Desta forma, delineamos nossa postura investigativa<sup>12</sup> como resultado da soma de três elementos estruturantes e que precisam ser compreendidos de forma articulada: o Trabalho de Campo, a Perspectiva Dialógica e a noção de Paradigma Endógeno, Alternativo e Aberto.

O trabalho de campo possuiu um papel fundamental, proporcionando a aproximação junto aos sujeitos da pesquisa, para o exercício de dialogar e ouvir atentamente o conjunto diverso e contraditório de vozes que buscaram retratar aspectos políticos, econômicos, culturais e socioambientais da vida real. Desta forma, corroboramos com Thomaz Júnior (2005) ao afirmar que o trabalho de campo é o “laboratório geográfico por excelência”, onde podemos compreender o território em estudo como sendo alvo de problematizações, objetivando a superação de sua descrição imediata, dos fenômenos aparentes, da pura empiria.

Reforçamos que o trabalho de campo permite ao pesquisador aproximar-se dos sujeitos e de seus territórios de vida. É por meio desta atividade que o pesquisador pode, atentamente, observar a paisagem, evidenciar as práticas sociais, culturais e identitárias, as condições econômicas, conviver e dialogar com os sujeitos dos territórios e produtores de territorialidades, participar de atividades rotineiras, se encontrar e se confrontar com os imprevistos da vida cotidiana, as diferenças culturais, entre outros.

Assim, sendo os sujeitos e suas vidas no território em estudo o ponto de partida e alvo de problematizações, os resultados dessa ação investigativa nos levaram a um segundo momento: a “elaboração teórica” que, permeada por mediações, feitas as devidas correlações entre a teoria e a realidade, pretende contribuir para potencializar o “nível de explicação da espacialidade geográfica”.

---

<sup>12</sup> Entende-se que constituir uma postura investigativa é inerente ao exercício da pesquisa e a formação permanente do/a pesquisador/a. A partir desta noção, podemos afirmar que todo/a pesquisador/a tem e/ou adota uma postura investigativa, que traduz sua compreensão de ciência, os caminhos tomados para apreensão da realidade e a produção do conhecimento. Lander (2008, p. 41), por exemplo, ao fazer uma crítica às formas neoliberais de produção científica, às diversas relações entre universidade e os interesses do mercado, nos permitiu compreender que historicamente se constituíram posturas investigativas em “cumplicidade básica com o processo histórico de imposição colonial-imperial do modelo de vida e de estar na natureza da experiência cultural do Ocidente ao resto dos povos do planeta, como um modelo de conhecimento que, ao recusar a validade dos saberes do outro, de todos os outros, nega o direito a suas próprias opções culturais, modo de vida e, com frequência, à própria vida”.



Desta forma, esta tese, desde “o retrato inicialmente configurado com a paisagem (imediate), a mera aparência do fenômeno, ganhará o *status* do ordenamento territorial resultante de um processo contraditório produto/produzido de múltiplas determinações” (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 23). O trabalho de campo, então, foi imprescindível para a “imersão do pesquisador no cotidiano da comunidade investigada”, o que veio, ao longo desta trajetória, contribuindo para que pudéssemos “partilhar, concretamente, os problemas, os desafios e as perspectivas do grupo” – os faxinalenses, em particular a juventude faxinalense (CARVALHO e SOUZA, 2009, p. 153).

Neste sentido, o processo de acompanhamento das ações dos faxinalenses, o conjunto de atividades realizadas visando a apreensão da realidade junto aos jovens, foi permeado pelo diálogo, o que nos levou a apreender um conjunto de verbetes e expressões em que os jovens procuraram expressar, principalmente, como caracterizam os faxinais em que vivem e como é ser jovem e viver a juventude nestes faxinais, por isso nos inspiramos em Paulo Freire (1987) no que ele denomina de “palavra verdadeira”. Nós chamaremos estas palavras, verbetes e expressões, de “vocabulário territorial<sup>13</sup>”. Para Freire (1987, p. 78):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

O legado de Paulo Freire no campo da educação, em particular da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pode ser considerado uma importante contribuição para pesquisas que se propõem ser participantes e permeadas pelo

---

<sup>13</sup> Não utilizaremos a expressão “palavra verdadeira”, conforme propôs Freire (1987), mas nos inspiramos em suas compreensões acerca deste conceito para cunhar o que iremos denominar de “vocabulário territorial”. Entendemos que há múltiplas compreensões filosóficas a respeito do conceito de verdade e não verdade e que aqui não optamos em aprofundar o debate (Ver Batista, 2005; Redyson, 2007; Schneider, 2010). Mas, torna-se importante ressaltar que, para Freire (1987, p. 77-79), a palavra verdadeira é “práxis”, resultado do processo de humanização. Para o referido pensador, “ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinha, ou dizê-la para os outros, em um ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais”, ela resulta do diálogo – entendido como sendo “o encontro de homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo”. Desta forma, é possível afirmar que para a pesquisa participante o “diálogo” é prática fundamental, “é uma exigência existencial” e, nesse sentido, “se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes”, pelo contrário, sendo o diálogo considerado um “ato de criação” ele não pode ser entendido como sendo um “manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens”.

diálogo. O referido intelectual, ao problematizar a postura dos educadores frente aos desafios da alfabetização de jovens e adultos, estes últimos trabalhadores do campo e da cidade cujas trajetórias de vida foram marcadas pela exclusão do processo de escolarização formal típica da escola capitalista, reforça a importância do diálogo como peça fundamental de um caminho pedagógico cuja intencionalidade seja ampliar a capacidade humana de pronunciar, interpretar e agir no mundo, a produção de conhecimento que permita “de fato” a compreensão da trama – os aspectos econômicos, políticos, culturais e socioambientais – em que os alfabetizando estão envolvidos.

Isto posto, nossa prática investigativa procurou se ancorar nos pressupostos da ação cultural em Freire (1967; 1987; 2007), que de modo algum nos orientou a sobrepor nossa visão de mundo à visão de mundo dos jovens faxinalenses, pelo contrário, nos indicou a ter como ponto de partida a sua visão “tomada como problema, para exercer, com os camponeses, uma volta crítica sobre ela, de que resulte sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação” (FREIRE, 2007, p. 41). Veremos, no desenvolvimento do texto, que algumas questões se tornaram temas de debate e foi a partir destas questões que foi surgindo o conjunto de verbetes e expressões, nosso “vocabulário territorial”.

Desta forma, os encaminhamentos tomados no processo de apreensão da realidade procuraram manter uma relação de forma que toda ação investigativa realizada pudesse ser, também, educativa, enquanto um “processo educativo de mão dupla, em que a educação seja resultado do encontro do conhecimento histórico do camponês com o conhecimento acadêmico do pesquisador” (CARVALHO e SOUZA, 2009, p. 155). O diálogo, face a face, se faz no encontro e no confronto das visões de mundo do pesquisador e dos sujeitos-territórios da pesquisa. É neste encontro-confronto proporcionado pelo diálogo que podemos afirmar que a pesquisa participante torna-se estratégia interessante de apreensão da realidade e de nossa postura investigativa, porque também faz do percurso da pesquisa um percurso educativo-formativo para ambos.

Na composição desta postura investigativa o trabalho de campo é fundamental, mas também compreendemos como sendo estruturante a perspectiva em que dialogamos com os faxinalenses, em particular a juventude faxinalense, a posição que estes sujeitos ocupam no diálogo, a importância dada aos seus

conhecimentos tradicionais oriundos de seus saberes e fazeres resultantes de sua relação com o território.

Assim, dialogamos com Levinás (2005) para sustentarmos a noção de que a compreensão dos sujeitos da pesquisa, ou seja, a juventude faxinalense e seus territórios de vida, como constituem suas territorialidades, “não supõe apenas uma atitude teórica, mas todo o comportamento humano”, sua ontologia. Para o referido autor:

[...] O homem inteiro é ontologia. Sua obra científica, sua vida afetiva, a satisfação de suas necessidades e seu trabalho, sua vida social e sua morte articulam, com um rigor que reserva cada um destes momentos uma função determinada, a compreensão do ser ou a verdade (LEVINÁS, 2005, p. 22).

A partir da referida noção de ontologia passamos a considerar que a compreensão de um determinado território de vida e dos sujeitos que ali habitam não pode se reduzir à pura e simples contemplação de determinadas especificidades, que precisam ser compreendidas pelo pesquisador como sendo um conjunto de aspectos exóticos e que podem ser submetidos a um mecânico processo de isolamento e análise. Pelo contrário, a nossa perspectiva foi de considerar que “Outrem não é primeiro objeto de compreensão e, depois, interlocutor. As duas relações confundem-se. Dito de outra forma, da compreensão de outrem é inseparável sua invocação” (LEVINÁS, 2005, p. 27).

Assim, entendemos que a compreensão sobre este outrem – que em nosso caso vem representado pelos jovens faxinalenses – já não pode resultar de um bruto afastamento, mas justamente de um engajamento crítico à sua realidade problematizada, movido, também, pelo sentimento de contribuir para a superação dos aspectos que limitam o processo do que Freire (1987, p. 30) denominou de “humanização”, que para ele é a vocação histórica do ser humano em “ser mais<sup>14</sup>”. Para este educador:

[...] a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (FREIRE, 1967, p. 43).

---

<sup>14</sup> Para Freire (1987, p. 30), “[...] se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores e esta, o “ser menos”.

Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire (1987) refletiu sobre a condição “opressor-oprimido”, em que, para o primeiro, os outros são reduzidos permanentemente a coisas, a objetos de seu domínio. Segundo o referido pensador, “a terra, os bens, a produção, a criação dos homens, os homens mesmos, o tempo em que estão os homens” se reduzem a objetos de comando dos opressores (FREIRE, 1987, p. 46). Desta forma, reforça o autor que os seres humanos tomados como coisas são levados a condições extremas de violência que promovem a negação do “ser mais”, a imposição do “ser menos”, a sujeição ao processo de “desumanização”.

Nessa perspectiva, na condição de oprimidos, “como objetos, como quase “coisas”, os outros devem estar condicionados à servidão, às finalidades prescritas pelos opressores (1987, p. 47). Daí que o legado freireano contribui para refletir criticamente sobre essa condição “opressor-oprimido”, em particular na superação desta condição, tendo os processos educativo-formativos um papel fundamental nessa superação, processos que possuem como princípio “a dialogicidade”, ou seja, o diálogo como “essência da educação como prática da liberdade<sup>15</sup>” (FREIRE, 1987, p. 77-120).

A importância de a perspectiva dialógica estar nas bases de sustentação desta postura investigativa tem, nas palavras expressas pelos sujeitos da pesquisa, o vocabulário que melhor retrata aspectos da realidade vivida, que em nosso caso trata-se de um vocabulário construído desde as palavras e formulações pronunciadas e sistematizadas pelos jovens faxinalenses ao longo de nossas atividades de pesquisa, como veremos no próximo capítulo. Neste sentido, como premissa, como princípio da postura investigativa que estamos delineando, passamos a entender que:

---

<sup>15</sup> Para Freire (1987) a Educação Bancária é um importante mecanismo que contribui na constituição do “ser menos”, no processo de desumanização. A Educação Bancária, para o referido pensador, é marcada pelo verbalismo mecânico – da relação em que o educador (entendido como dono do conhecimento) deposita os conhecimentos nos educandos – pelo controle das leituras, pelo distanciamento sempre crescente entre educador e educando, escola e realidade, na proibição do pensar e refletir criticamente sobre o mundo em que todos estão inseridos e as condições a que estão submetidos, pelo fortalecimento das relações de opressão sobre uma vasta camada de oprimidos. Nessa perspectiva, também podemos falar de posturas investigativas bancárias, comprometidas com a indústria da guerra (CECEÑA, 2008), com as empresas farmacêuticas (LANDER, 2008), com a violência epistêmica em relação à diversidade de formas de produzir conhecimento sobre o mundo (MIGNOLO, 2006; VISVANATHAN, 2006; WALLERSTEIN, 2006), com a produção de invisibilidades, homogeneização e marginalização/subalternização política, econômica, cultural e ambiental da diversidade de formas e modos de vida humana existentes no planeta (SANTO, 2006; 2010; 2013; QUIJANO, 2009; 2010), entre outros.

[...] Compreender uma pessoa é já falar-lhe. Pôr a existência de outrem, deixando-a ser, é já ter aceito essa existência, tê-la tomado em consideração. Ter aceito, ter considerado, não corresponde a uma compreensão, a um deixar-ser. A palavra delinea uma relação original. Trata-se de perceber a função da linguagem não como subordinada à consciência que se toma da presença de outrem ou de sua vizinhança ou da comunidade com ele, mas como condição desta “tomada de consciência” (LEVINÁS, 2005, p. 27).

Nesta perspectiva, a visão de mundo dos jovens faxinalenses, pronunciada, nos levou à composição do que poderíamos denominar de um vocabulário territorial, um conjunto de verbetes e expressões que traduzem suas experiências, como constituem suas territorialidades, por consequência, como são seus territórios.

Essa postura investigativa nos tornou permanentemente vigilantes sobre as nossas compreensões dos fenômenos evidenciados, nos conduzindo a evitar o que poderíamos denominar de classificação *a priori*, de quem, no encontro com o outro, classifica-o, sugere um conjunto de adjetivações que procuram explicitar quem eles são, como resultado de um diálogo desigual que teria a pretensão de “depositar ideias de um sujeito no outro”. Essa postura nos levaria à composição do que Freire (1987) denominou de “palavra inautêntica”, palavra esta:

[...] com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes. Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também se transforma em palavreria, verbalismo, blábláblá. Por tudo isto, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo [...] (FREIRE, 1987, p. 78).

A produção da palavra inautêntica nos afastaria da concepção de ontologia e alteridade de Levinás (2005) e teríamos como resultado a “negação do ser mais”, o processo de desumanização (FREIRE, 1987) e, desta forma, chegaríamos ao sentido negativo da compreensão, da sua não invocação, apenas de sua nomeação, ou ainda, a pura classificação, a classificação *a priori*, como mencionamos anteriormente. Desta forma, não haveria a composição de um vocabulário territorial que nos apresentasse um retrato da realidade e, certamente, chegaríamos a um conjunto de pontuações e considerações distorcidas. A elaboração teórica, nesta lógica, perderia seu sentido de ação-reflexão-ação, típica da pesquisa participante.

Assim, conjuntamente com a perspectiva dialógica defendida, coube compreender que os faxinalenses são produtores de conhecimentos e práticas e ao longo de suas trajetórias desenvolveram suas formas de viver e agir no e com o mundo. Neste ponto, recorreremos à noção de paradigma endógeno, alternativo e

aberto proposta por Mora-Osejo e Fals Borda (2006) que, para eles, se constitui como a possibilidade de produzir ciência de forma popular e contextualizada.

Essa perspectiva, segundo estes pensadores, se constrói como uma crítica à pura e simples “repetição ou cópia de paradigmas eurocêntricos”, de que somente o conhecimento produzido na Europa Ocidental e depois transferido à América “tanto na sua modalidade básica como aplicada” é capaz de contribuir para “explicar as realidades em qualquer lugar do mundo” (MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006, p. 712-718)<sup>16</sup>. Para estes:

[...] a simples repetição ou cópia de paradigmas eurocêntricos deve parar, se entendemos por cultura a interação da sociedade com o meio social e natural que a sustenta. Temos que potenciar essa interação com o conhecimento de nossa trajetória, das nossas realidades geográficas, dos nossos recursos, de tal modo que daí resultem valores partilhados, geradores de solidariedade e fortalecedores da nossa identidade cultural (MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006, p. 718).

Desta forma, reforçamos que o conhecimento produzido e explicitado nesta tese procurou se constituir como resultado do contato com a vida real, a geografia local. Trata-se de produzir conhecimento a partir dos territórios de vida, contextualizado, que advém, também, do respeito à coexistência de múltiplos sujeitos, seus conhecimentos produzidos ao longo de suas trajetórias. Nesse sentido, retratar a realidade vivida pela juventude faxinalense não poderia ser resultado apenas de uma revisão bibliográfica do que se tem produzido em diferentes espaços sobre o modo de vida nos Faxinais – na universidade, nas cartilhas e nas cartografias elaboradas pela APF, nos documentos jurídicos elaborados pelo poder público, por exemplo – mas, sobretudo, a partir do diálogo com os jovens, a partir de suas formulações que procuram explicitar como compreendem e vivem seu território.

Nesta perspectiva, para Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 715):

[...] do ponto de vista do cientista, o conhecimento das realidades locais torna-se tanto mais rico e útil quanto mais se relaciona com a compreensão e a autoridade da vivência pessoal. Autoridade científica e intuição que provêm do contato com a vida real, as circunstâncias, o meio e a geografia.

Salientam Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 717) que a proposta não é a de promover um isolamento do “mundo intelectual externo nem de sermos xenófobos”, pelo contrário, a proposição é promover um diálogo mais equalizado

---

<sup>16</sup> Também corroboramos com Sousa Santos (2010, p. 61) que as grandes consequências de uma negação radical dos mais diferentes tipos de conhecimentos têm levado a um “epistemicídio maciço”, assim como “uma riqueza imensa de experiências cognitivas tem vindo a ser desperdiçada”.

entre os saberes globais externos – também oriundos de paradigmas eurocêntricos – e os saberes locais. Para eles, trata-se de promover uma relação científica mais “horizontal e respeitadora”, como resultado do que denominam “soma de saberes”. Como método de apreensão da realidade, os autores propõem a perspectiva de pesquisa intitulada Investigação-Ação Participativa, que caracterizam como sendo um “método analítico e de observação no terreno que incorpora elementos locais e familiares e atores populares e o seu conhecimento da realidade, com o objetivo de a transformar” (MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006, p. 717).

Sobre a proposta de Investigação-Ação Participativa, Fals Borda (1990, p. 177) salientou que seu nascimento se deu a partir de experiências intelectuais promovidas nos países do Sul e compartilhadas em “El Simposio Mundial de Cartagena” realizado na Colômbia em 1977, dispostas em teses que procuraram ressaltar questões sobre a importância da “recuperación histórica local, historia en el presente, devolución del conocimiento, intervención y participación social”. Evidencia-se em Fals Borda (1990, p.178), que agrega nesta proposição:

[...] la hermandad de los intelectuales y universitarios críticos del Norte y del Sur propende a un mundo mejor, en el que queden proscritos el poder opresor, la economía de la explotación, la injusticia en la distribución de la riqueza, el dominio del militarismo, el reino del terror y los abusos contra el medio ambiente natural.

Ao tratar da perspectiva de pesquisa participante, Fals Borda (1986, p. 43) reflete sobre as possibilidades do processo investigativo contribuir para dar visibilidade às necessidades dos sujeitos e dos territórios da pesquisa. Para o referido pensador, há uma “ciência popular”, enquanto conhecimento popular, como resultado da empiria que podemos compreender como sendo resultado das relações cotidianas que os seres humanos estabelecem no e com o território em que estão inseridos. De acordo com Fals Borda (1986, p. 45), este conhecimento “não é codificado segundo os padrões da forma dominante e, por esta razão, é menosprezado como se não tivesse o direito de articular-se e expressar-se em seus próprios termos”.

Em suas reflexões, Fals Borda (1986, p. 47) nos coloca duas questões importantes para um (re)pensar permanente de nossa postura investigativa: Qual tipo de conhecimento queremos e precisamos? A que se destina o conhecimento científico e quem se beneficiará? Estas duas questões nos permitem problematizar permanentemente o papel da pesquisa mediante as realidades marcadas por

conflitos territoriais, práticas de resistência, negações, invisibilidades e precarização do território a que estão submetidos os jovens faxinalenses da nossa pesquisa, pelo sentimento de mudança e pela ansiedade de uma vida melhor manifestada constantemente por eles.

No sentido de potencializarmos esta compreensão, dialogamos com Sousa Santos (2006, p. 789), que afirma ser a racionalidade científica “ocidental”, em particular oriunda dos países do Norte, com epicentro em países da Europa Ocidental, ainda hegemônica na atualidade, sobrepondo historicamente de forma arrogante todas as outras formas de conhecimento, o que acabou por conduzir historicamente a produção de “não existências”, fato que para ele acontece “sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível”.

A não existência na visão do referido pensador pode se apresentar de, pelo menos, cinco maneiras:

[...] o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas” (SOUSA SANTOS, 2006, p. 789).

Para Sousa Santos (2010, p. 780), ao potencializar práticas que promovem a não existência, podemos elaborar uma visão abreviada do mundo, sustentando o que denomina de “razão metonímica”, sendo esta a “que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para transformá-las em matéria-prima”. Para o referido pensador:

A razão metonímica é obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem ação que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõe. Por isso, há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das suas partes. Há, pois, uma homogeneidade entre o todo e as partes e estas não têm existência fora da relação com a totalidade. As possíveis variações do movimento das partes não afetam o todo e são vistas como particulares. A forma mais acabada de totalidade para a razão metonímica é a dicotomia, porque combina, do modo mais elegante, a simetria com a hierarquia. A simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical. Isto é assim, porque, ao contrário do que é proclamado pela razão metonímica, o todo é menos e não mais do que o conjunto das partes. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza;



civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; e assim por diante (SOUSA SANTOS, 2006, p. 782).

Desta forma, à postura científica que estamos delineando aqui, potencializamos o fato de se considerar os sujeitos da pesquisa como sujeitos produtores de conhecimento sobre seus territórios e territorialidades, sobre os aspectos de sua relação no/com o território. Buscam-se, então, meios de superação das perversidades da razão metonímica, que “não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo”, assim como as possibilidades de por meio dela produzir uma visão extremamente seletiva e limitada da realidade (SOUSA SANTOS, 2006, p. 783).

Assim, nos propomos a transitar pela compreensão de Sociologia das Ausências e das Emergências proposta por Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 794-796), no compromisso de querer contribuir para visibilizar “a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusiva das práticas hegemônicas”, assim como para ampliar a “investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas”, o que permitiria vislumbrar outro cenário futuro “sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração<sup>17</sup>”.

Para o referido pensador, a Sociologia das Ausências é um dos caminhos para se produzir conhecimentos que superem a produção da não existência, da invisibilidade e marginalidade a que estão submetidos sujeitos e territórios na contemporaneidade marcados por históricos processos de negação, expropriação, espoliação e exclusão. Segundo Sousa Santos (2006, p. 786), “trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe”. Nessa perspectiva, nosso compromisso também foi o de proporcionar um processo de investigação cujo resultado seja transformar ausências em presença, invisibilidades em visibilidades, reconhecendo a multiplicidade de experiências, as

---

<sup>17</sup> Sousa Santos (2010, p. 58) reforça essa compreensão ao refletir e tecer considerações a respeito de como “em muitas áreas da vida social, a ciência moderna tem demonstrado uma superioridade indiscutível em relação a outras formas de conhecimento. Existem, no entanto, outras formas de intervenção no real que hoje nos são valiosas e para as quais a ciência moderna nada contribuiu, é o caso, por exemplo, da preservação da biodiversidade tornada possível por formas de conhecimento camponesas e indígenas e que, paradoxalmente, se encontram hoje ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna”.

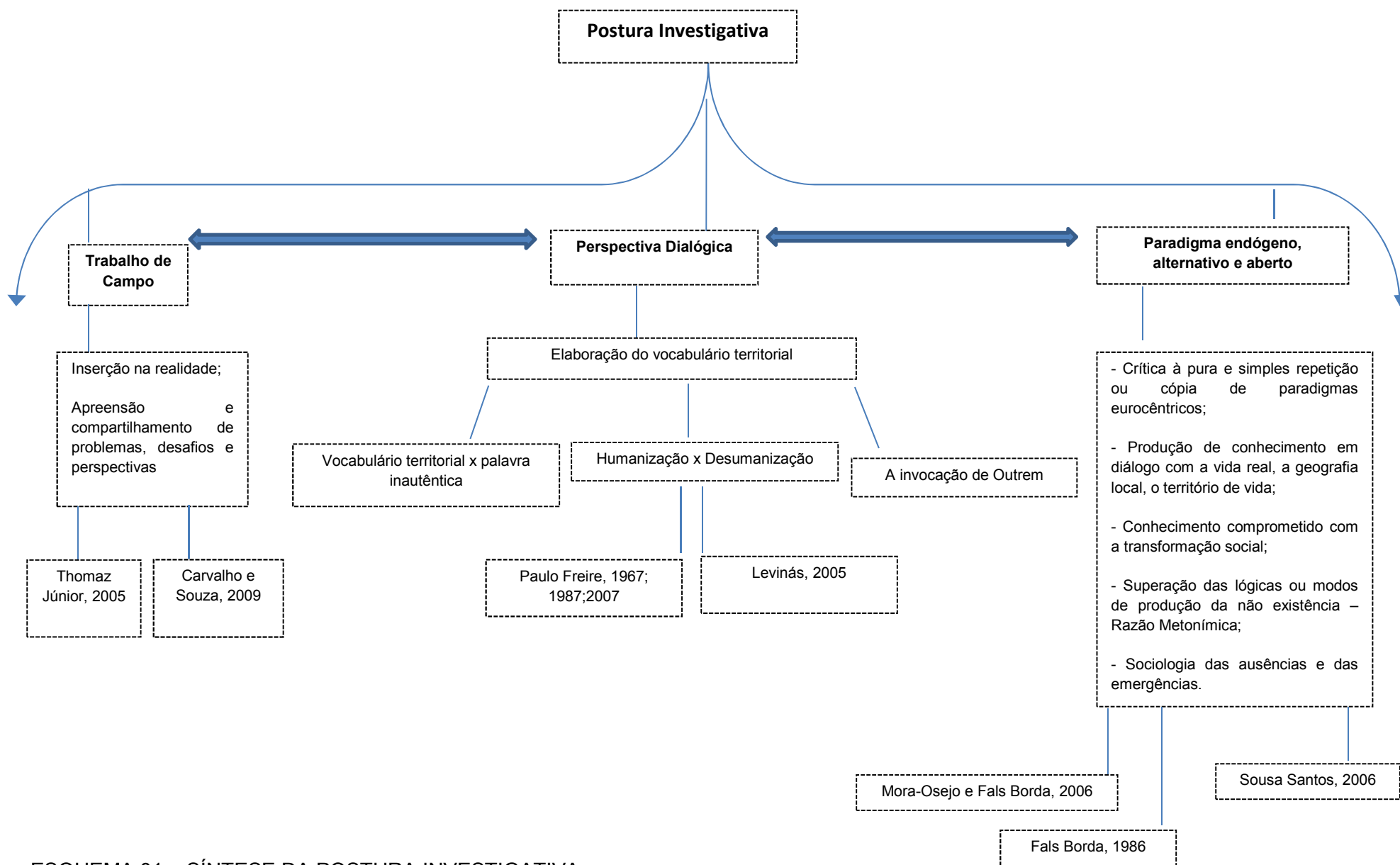
vozes (ou gritos) que expressam conhecimentos e práticas, que contribuam na composição do vocabulário territorial que de fato possa expressar os aspectos existentes na realidade vivida por jovens faxinalenses.

Por isso, nos inspiramos também na compreensão de Sociologia das Emergências, que trata do processo de “investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (SOUSA SANTOS, 2006), no sentido de considerar a diversidade de conhecimentos e práticas como sendo possibilidade, ou seja, também como racionalidade capaz de nos levar a vislumbrar o presente e o futuro que não seja apenas aquele que já foi vislumbrado pela razão metonímica e suas lógicas de produção da não existência, mas que contribua na construção de expectativas contra-hegêmônicas e na constituição das bases de uma ciência popular e contextualizada. Nesta perspectiva, é preciso considerar que:

[...] as duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo, mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos (SOUSA SANTOS, 2006, p. 799).

Compreendemos que a noção de sociologia das ausências e das emergências de Sousa Santos (2006) pode contribuir no processo de construção de paradigmas endógenos, alternativos e abertos, objetivando a produção de uma ciência popular e contextualizada, como propõem Mora-Osejo e Fals Borda (2006). Esse diálogo de saberes pode ser entendido como sendo um importante instrumento de contraposição aos desdobramentos negativos historicamente provocados pela razão metonímica.

Com base em nossas reflexões suprarrealizadas, tecemos uma síntese do que estamos intitulado “postura investigativa”, que entendemos como sendo resultado da soma de diferentes elementos e a relação entre eles, assim como as tendências que estão por trás das referências utilizadas para sustentar teoricamente a escolha, as compreensões e os usos desses elementos. Vejamos o esquema a seguir:



ESQUEMA 01 – SÍNTESE DA POSTURA INVESTIGATIVA

Os elementos que compõem esta postura investigativa, muito embora possam ser tomados separadamente, uma vez que cada um deles contemplou e pode contemplar um objetivo ou mais trilhados pelo pesquisador, em nosso caso ganham sentido a partir de suas relações. Isso significa que o trabalho de campo, que contribuiu para o contato com os sujeitos e seus territórios de vida, o compartilhamento de problemas e desafios relacionados à realidade, têm o sentido que queremos dar quando está relacionado com a perspectiva dialógica defendida nesta reflexão que, por sua vez, se articula com a noção de paradigma endógeno, alternativo e aberto, como contribuição à superação das lógicas ou modos de produção da não existência, típica da razão metonímica e as possibilidades de construir uma noção de ciência popular e contextualizada.

Cabe salientar, ainda, que a postura investigativa delineada não pode ser vista como sendo fechada, rígida, imutável, dividida em etapas, pelo contrário, ela precisa ser entendida como sempre aberta, suscetível ao erro, em permanente movimento do (re)pensar a práxis da pesquisa, procurando expressar a indissociabilidade pesquisador-postura investigativa no processo investigativo, a relação sujeitos-sujeitos, as noções de produção e socialização de conhecimentos.

A produção do conhecimento desde a perspectiva que aqui estamos defendendo, ou seja, de uma elaboração teórica realizada pelo pesquisador que permita ampliar as possibilidades de interpretação/compreensão da realidade vivida em diálogo/contato com os sujeitos-territórios da pesquisa, que tem a pretensão de elevar nossa capacidade de explicação da espacialidade geográfica tendo os sujeitos da pesquisa enquanto sujeitos-territórios de conhecimentos credíveis, visando potencializar as possibilidades de construção de uma ciência popular e contextualizada, pressupõe um diálogo de saberes, enquanto “ecologia de saberes” (SOUSA SANTOS, 2006). Trata-se de um diálogo que pressupõe o face a face com a realidade, o respeito aos saberes que não são necessariamente científicos, mas também um diálogo entre os mais diferentes campos do conhecimento científico e que historicamente foram sistematizados e estão disponíveis à humanidade.

Corroboramos com Sousa Santos (2006, p. 56-57) onde “a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos não implica o descrédito do conhecimento científico” (e vice-versa), pelo contrário, assume que há uma interdependência entre eles, um “interconhecimento”, sempre objetivando evitar uma “violência epistêmica”. Para o referido autor, “a utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios”.

Mas, para além do diálogo entre os saberes científicos e não científicos no processo de apreensão da realidade e a elaboração teórica, compreendemos como importante o diálogo de saberes entre os mais diferentes campos científicos. Não somente entre os conhecimentos científicos da modernidade euro-ocidental, mas também o acúmulo de conhecimentos já produzidos em outros continentes, como exercitaremos aqui ao dialogar com pensadores latino-americanos.

Nesta perspectiva, muito embora epistemologias de determinados campos do conhecimento tenham tido trajetórias distintas entre Europa e América Latina, por exemplo, é possível, por meio da “tradução”, “identificar preocupações comuns, aproximações complementares e, claro, também contradições inultrapassáveis” (SOUSA SANTOS, 2006, p. 62). O mais importante em tudo isso está na produção e no uso contra-hegemônico do conhecimento, que nos permita vislumbrar cenários que possibilitam a (re)produção da vida no planeta, de forma digna, libertária, humanizada, solidária, frente às práticas de exclusão, marginalização, subalternização e extermínio, típicas da globalização neoliberal e seu projeto de desenvolvimento na atualidade.

## 1.2 OS CAMINHOS TRILHADOS PARA APREENSÃO DA REALIDADE

Para a apreensão da realidade consideramos inicialmente os debates sobre a juventude faxinalense que ocorreram junto à Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) no mês de Junho de 2011<sup>18</sup> quando, a partir da

---

<sup>18</sup> Essa reunião ocorreu precisamente em 18/06/2011, em Irati-PR, momento em que lideranças faxinalenses que compõem a APF também organizavam o IV Encontro dos Povos Faxinalenses a ser realizado entre os dias 26, 27 e 28 de Agosto de 2011.

apresentação e da problematização de alguns resultados da pesquisa de mestrado realizada por Simões (2009)<sup>19</sup> (que tratou de aspectos da realidade vivida por jovens estudantes da comunidade faxinalense Taquari dos Ribeiros, localizado no município de Rio Azul/PR), levantou-se um conjunto de colocações e indagações a respeito da juventude faxinalense de forma geral, procurando debater as possibilidades do desenvolvimento de uma pesquisa mais próxima e mais ampla sobre estes sujeitos.

Neste primeiro momento, a partir do diálogo com as lideranças, as colocações realizadas por aqueles que se identificaram como sendo “adultos ou mais velhos” sinalizavam, de modo geral, a existência de uma “juventude apática” à questão faxinalense. As expressões mais utilizadas para explicitar esta afirmação foram “a juventude não está interessada, a maioria está indo embora”, ou ainda, “os jovens não querem nada com nada”. Foi colocado, também, o fato de os jovens terem sido considerados motivo de conflito por aqueles que exercem ofícios tradicionais<sup>20</sup> – a exemplo de ofícios como benzedeiros e benzedores, parteiros e parteiras, entre outros. Segundo estes portadores de ofícios tradicionais, os jovens não estariam interessados em aprender os conhecimentos tradicionais que estão presentes na prática destes ofícios, fato que para a APF coloca em risco a continuidade destas práticas nas comunidades.

Algumas pontuações foram feitas pelas lideranças objetivando explicar tal desinteresse dos jovens, tais como: a comunidade não oferece boas condições de vida, muitas estão longe dos centros urbanos e não possuem a

---

<sup>19</sup> Trata-se de dissertação de mestrado, intitulada “Comunidades Tradicionais de Faxinais e Gestão de Políticas Públicas Educacionais: compreendendo territórios e territorialidades”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O texto procurou explicitar questões sobre os impactos das políticas públicas educacionais junto à comunidade faxinalense Taquari dos Ribeiros, localizado no município de Rio Azul-PR, quando evidenciou diferentes aspectos sobre a vida jovem na comunidade. Entre estes aspectos estavam: a divisão do tempo dos jovens entre os estudos e o trabalho com as atividades agrícolas – naquela comunidade tratava-se do trabalho com o fumo – a insatisfação da juventude com as diferentes ausências de políticas públicas – falta de infraestrutura nas estradas, o deslocamento precário no caminho escola-comunidade-escola, falta de espaços de lazer e atividades culturais, entre outros.

<sup>20</sup> Trata-se do conjunto de “ofícios e práticas tradicionais de cura visando o fortalecimento da saúde popular, através do uso dos remédios caseiros”, a exemplo de: Benzedeiros/os, Rezadeiras/os, Curadores, Costureiras/os e Parteiras/os. Entre as práticas tradicionais, podemos destacar: simpatias, orações, massagens, defumação, benzimento, remédios caseiros e costuras de machucaduras. Para mais detalhes, ver Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 1. Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura. Irati, 2008.

mesma estrutura como acesso a escola, atividades culturais, tecnologia, entre outros; o trabalho na lavoura é árduo; a escola está formando os jovens para ir trabalhar na cidade, alguns saem da comunidade para estudar e não voltam mais; não há boas condições de trabalho nas comunidades; não chegam políticas públicas que incentivem a juventude a permanecer nos faxinais, entre outras.

Embora, em um primeiro momento, pudéssemos compreender que as respostas ditas já sinalizavam alguns aspectos da realidade vivida, visto que estes faxinalenses estão mergulhados nas demandas emergentes das comunidades, nas lutas que objetivam o seu reconhecimento étnico e das especificidades territoriais, a garantia de direitos e a busca pela existência de políticas públicas que melhorem as condições de vida dos faxinalenses, o coletivo reconheceu que havia a necessidade de se aproximar mais dos jovens, ouvi-los, convidá-los para uma roda de conversa que pudesse trazer à tona aspectos da realidade, ou seja, era necessário conhecer melhor os jovens dos territórios faxinalenses.

Desta forma, levantou-se um conjunto de questões que poderiam contribuir como ponto de partida para fomentar o diálogo com a juventude, como: Quem são estes jovens? O que significa, para eles, viver em um faxinal? Os jovens querem permanecer ou sair dos faxinais? O que gostam e o que não gostam na comunidade em que vivem?

A perspectiva dialógica de pesquisa defendida como sendo parte fundamental deste percurso investigativo nos permitiu apreender, neste momento inicial, as primeiras expressões de um vocabulário territorial com que estes faxinalenses fazem leitura de seu mundo e expressam sua compreensão sobre a juventude que vive nos faxinais a que pertencem. As lideranças chegaram a buscar respostas para sustentar as opiniões sobre por que, na visão deles, os jovens eram “apáticos” ou por que “não querem nada com nada”, destacando principalmente aspectos negativos que envolvem hoje a vida nos faxinais.

As indagações que emergiram do diálogo e que foram sintetizadas anteriormente foram tomadas no decorrer desta pesquisa como ponto de partida, inspirado no que Freire (1987, p. 86) denominou de “temas geradores”. Para Freire (1987, p. 98) os temas geradores resultam da realidade vivida, da

visão de mundo exteriorizada pelos homens, sua forma de pensar e agir neste mundo, muitas vezes presentes no pensar o mundo fatalistamente, “dinâmica ou estaticamente, na maneira como realizam seus enfrentamentos com o mundo”.

Os temas geradores, para o referido pensador, se constituem como sendo conteúdo programático no processo de ensino-aprendizagem, em particular no trabalho pedagógico com Jovens e Adultos, que pode se desenrolar em novos temas, para além do particular vivido, buscando a universalidade no intuito de fortalecer a compreensão dos educandos sobre a realidade em que estão inseridos, fortalecendo-os no sentido da ação, com vistas à construção das condições de superação dos limites impostos como resultado da opressão a que estão submetidos pelos seus antagonistas, esta condição o referido autor irá denominar de “situação-limite”<sup>21</sup>.

Nessa perspectiva, o conjunto de problematizações, tomado na perspectiva dos temas geradores, nos conduziu por meio dos trabalhos de campo a fortalecer um maior contato com jovens dos faxinais<sup>22</sup>, resultando na realização de quatro oficinas<sup>23</sup> para garantir que o processo dialógico defendido neste trabalho pudesse trazer aspectos consideráveis sobre as realidades vividas por estes sujeitos e que pudesse contemplar jovens de diferentes faxinais. São estes aspectos da realidade vivida que irão compor o que denominamos anteriormente de vocabulário territorial, sendo fundamental para a composição dos retratos do território de vida da juventude faxinalense, neste caso, jovens de comunidades faxinalenses que pertencem à APF.

O vocabulário territorial composto, desta forma, deve ser entendido como sendo um conjunto de verbetes e expressões com que jovens fazem leitura de seu mundo, sendo o debate a partir deste vocabulário um reforço

---

<sup>21</sup> Na visão de Freire (1987, p. 95) “para alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das “situações-limites” em que os homens se acham quase coisificados”.

<sup>22</sup> *A priori* ficou definido que o critério para definição de “ser jovem” não se limitaria à faixa etária, porém, que as atividades seriam desenvolvidas, principalmente, entre faxinalenses com idade mínima de 14 anos, sem idade máxima para se “achar jovem”. Neste primeiro momento haviam outros fatores apontados pelas lideranças que caracterizariam o “ser jovem”, se destacando: a dependência dos pais; ser solteiro/a; estar em fase de estudos na escola.

<sup>23</sup> Para a realização das oficinas contamos com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação membros do ENCONTTRA.



educativo que proporciona um retorno mais lúcido a todos os envolvidos neste processo investigativo à trama da vida.

Mas é preciso reforçar que o vocabulário territorial almeja dar visibilidade ao que foi tornado invisível, buscando superar os mecanismos que sustentam a lógica de produção da não existência típica da razão metonímica. Cabe salientar, ainda, que este vocabulário não se constitui como sendo um quadro fechado de verbetes e expressões, pelo contrário, ele é aberto e está sempre sujeito a novos verbetes, novas formulações.

Assim, como esta pesquisa passaria a se desenvolver conjuntamente com o processo de mobilização dos faxinalenses, ficou acordado com a APF que faríamos as oficinas também com objetivos educativo-formativos, para que os jovens, a partir de debates, pudessem despertar o sentimento de liderança e de poder atuar junto às lutas/ações que visam, de modo geral, a melhoria das condições de vida das comunidades, a superação de suas “situações-limites”.

As oficinas eram compostas por um conjunto de atividades, como veremos os detalhes adiante, sendo que em cada uma delas os jovens sintetizaram formulações ou palavras-chave que procuravam expressar aspectos relacionados ao seu território de vida. Em cada momento, pela oralidade, os jovens discutiam e traduziam ainda mais suas formulações, debatiam novos temas geradores, sempre no sentido de explicitar questões da vida jovem nos faxinais em que habitam.

Não nos preocupamos em titular essa perspectiva de apreensão da realidade como sendo um tipo de pesquisa com grupo focal, ou ainda como um grupo de discussão, porém, com o intuito de fortalecer nossa perspectiva de postura investigativa, levamos em consideração um conjunto de orientações de ambas as propostas, tanto no que diz respeito às suas potencialidades, quanto em seus limites.

Da perspectiva de trabalho com grupos focais, por exemplo, consideramos que o “grupo de participantes” das oficinas seria composto por jovens a partir dos 14 anos de idade, sem idade limite para se sentir ou se autodefinir jovem, e que vivem em comunidades faxinalenses pertencentes à APF<sup>24</sup>, não sendo delineado nenhum outro recorte, como de classe ou gênero.

---

<sup>24</sup> É preciso salientar que ser jovem nas comunidades faxinalenses ligadas à APF não significa necessariamente ser algum tipo de militante da APF ou pertencer a algum tipo de movimento

Essa se constituiu como sendo, desde nosso ponto de vista, a característica chave que os qualificaram para a discussão, “foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo”, uma vez que já contemplava dois fatores importantes para o desenvolvimento da pesquisa: geração e etnia.

Além disso, outras características que lembram o trabalho com grupos focais se fizeram presentes, tais como: a) a preocupação em mediar o diálogo e os debates, mas sem fechar as questões ou inferir sínteses; b) não detalhar os objetivos da pesquisa, para que os jovens não viessem para as oficinas “com ideias pré-formadas ou com sua participação preparada”; c) a realização de atividades que permitissem a interação, o face a face; d) a aplicação de um questionário, visando, sobretudo, a suplementação de informações (GATTI, 2005 p. 07-27).

Essa proposta metodológica sugere que os grupos não sejam formados por mais de 12 integrantes. Não nos preocupamos com a quantidade de jovens nos grupos, mas sim que pudéssemos ter em um grupo de trabalho representantes de diferentes comunidades. Nessa definição das quantidades, levamos em consideração o acúmulo de debate acerca do método de trabalho com grupos de discussão desenhados por Weller (2006), que nos indicou, por exemplo, que os grupos de discussão ajudam a documentar experiências coletivas, assim como um conjunto de características desse grupo de acordo com os interesses da pesquisa.

Assim, muito embora tenhamos o entendimento de que nossas constatações possam variar na escala da individualidade, consideramos que o vocabulário territorial elaborado pelos jovens nos ajuda a reconstruir aspectos políticos, econômicos, culturais e socioambientais dos territórios de vida em que estão inseridos.

Em relação à proposta metodológica de trabalho com grupos de discussão, ainda levamos em consideração: a) que estando entre pessoas de um mesmo contexto social os jovens estariam mais a vontade para utilizar suas próprias expressões, vocabulários; b) que estando entre os membros do

---

de juventude. Podemos dizer que haviam jovens mais inteirados das questões que envolvem as demandas mais gerais de luta da APF porque convivem com familiares que atuam no movimento ou em realidades em que o movimento tem atuação. O que queremos reforçar é que não há um movimento da juventude faxinalense. Aprofundaremos essa questão ao longo da tese.

próprio grupo os jovens possuem maior dificuldade em manter um diálogo com base em histórias inventadas; c) a possibilidade de uma interpretação refletida, na qual o pesquisador também realiza suas interpretações, podendo recorrer a outros conhecimentos – teóricos e empíricos (WELLER, 2006, p. 250-252).

Mas, consideramos também os limites dessa perspectiva de trabalho, a exemplo do menor controle sobre as informações que emergem no diálogo e nos debates e o fato de que os jovens se expressam em um contexto específico, como resultado da interação com um determinado público preestabelecido e que, por isso, é preciso considerar que “os pontos de vista de cada um deles não podem ser tomados como posições definitivas” (GATTI, 2005, p. 68). Entre os limites, ainda destacamos as possíveis interferências do pesquisador, principalmente quando levamos em consideração a perspectiva de pesquisa participante que permeia esta proposta de investigação, tendo entre seus objetivos que o processo investigativo também seja formativo.

No entanto, entendemos que as preocupações expressas, os cuidados tomados para a coleta e a sistematização dos verbetes e expressões elaboradas pelos jovens faxinalenses, o confronto entre as informações coletadas e sistematizadas no vocabulário territorial e as análises e interpretações que serão dispostas ao longo desta tese, assim como seu potencial neste processo de elaboração de um aporte teórico conceitual que contribua para ampliar nossa capacidade de interpretação da realidade, são o que fortalece a consistência das informações apreendidas no diálogo com os jovens (GATTI, 2005, p. 71).

Neste sentido, entendemos que essas preocupações contribuem em um processo investigativo que pressupõe o diálogo e a ação direta, um compartilhamento de ideias, indagações, indignações, anseios e desejos, “problemas e desafios” (CARVALHO e SOUZA, 2009), que potencializa o “diálogo de saberes” (MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006), que contribui para a superação do que Freire (1987) denominou de “situações-limites”. Passamos a entender, ao longo deste percurso formativo e de pesquisa de doutorado junto aos faxinalenses do Paraná, que a pesquisa participante é uma perspectiva que pode contribuir para uma produção do conhecimento desde uma “geografia local”, o território de vida, compromissada com a transformação social (FALS BORDA, 1986; MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006), onde os

sujeitos da pesquisa são sujeitos de conhecimentos credíveis (SOUSA SANTOS, 2006).

Veremos que o diálogo com jovens faxinalenses nos oportunizou compartilhar anseios e desejos, sonhos e angústias, onde diferentes questões sobre a sua vida nos faxinais foram expressas, tais como: características de trabalho; a pretensão de permanecer ou migrar do faxinal; o que gostam ou não nos faxinais que moram; quais atividades costumam desempenhar; e no caso de políticas públicas e melhoria das condições de vida, o que gostariam de destacar. O conjunto de informações geradas a partir das oficinas e suas atividades – ver quadro 01 – foi sistematizado na forma de Relatórios de Campo, que se tornaram referências na composição do vocabulário territorial, o qual será disposto no próximo capítulo.

ATIVIDADES	COMENTÁRIOS/OBJETIVOS
Apresentação dos participantes da oficina	A atividade de apresentação ocorria em dois momentos: um, em que os participantes da oficina pronunciavam seu nome e comunidade a que pertencem; outro no qual elencam termos que explicitam os fatores que “os unem” enquanto jovens que moram nos faxinais e fatores que “faltam para que essa união ocorra”.
Trabalhos em grupos	Os trabalhos em grupos eram realizados para que o jovem, após o debate coletivo, pudesse completar com suas palavras, em folhas de papel, as seguintes expressões: a) Ser Jovem é...; b) Ser Jovem no Faxinal é...; c) O Faxinal para o Jovem é...; d) O que tem para os jovens no Faxinal e o que está faltando?; e) Para vocês, o futuro do jovem será... f) Que demandas podem ser pautadas pensando em Políticas Públicas?
	Os jovens eram divididos em dois grandes grupos. O Grupo 1 tinha por finalidade formular um conjunto de argumentos que convencesse os jovens a saírem do faxinal; e o Grupo 2 um conjunto de argumentos que defendesse a permanência dos jovens nos faxinais.
A mística dos sonhos	Atividade realizada para finalizar os trabalhos das oficinas. Perguntava-se aos jovens: Quais os sonhos dos jovens que moram nos faxinais? Cada jovem respondia a pergunta, sistematizando suas respostas em um pedaço de papel cartolina. Após, era feito um círculo onde eram lidos os sonhos e, após, cada um deles era depositado no centro para que pudéssemos visualizá-los.

QUADRO 01 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE AS OFICINAS REALIZADAS COM JOVENS DOS FAXINAIS, 2011-2013.

FONTE: RELATÓRIOS DE CAMPO, 2011/2012.

ORG.: SIMÕES, W., 2013.

Como mencionamos anteriormente, houve aplicação de um questionário ao final das atividades cujas respostas foram levadas em consideração para a elaboração do vocabulário territorial (quadro 02). Vejamos a seguir o conjunto de questões que foram respondidas pelos jovens:

<b>QUESTIONÁRIO</b> <b>JOVENS – (Nome do núcleo em que a oficina foi realizada)</b> <b>Data da realização da oficina</b>	
<b>1. Nome:</b> (Não havia obrigatoriedade)	<b>2. Idade:</b> _____
<b>3. Gênero:</b> Masculino (   )      Feminino (   )	
<b>4. Comunidade:</b> _____	
<b>5. Estudos:</b> (   ) Ensino Fundamental      (   ) Curso Universitário / Qual curso? _____ (   ) Ensino Médio            (   ) Para de estudar. Qual série/Ano? _____ (   ) Ensino Técnico de Nível Médio      (   ) Não estuda <b>Observações:</b> _____ _____	
<b>6. Localização da Escola/Colégio/Universidade</b> (   ) Dentro do Faxinal (   ) Fora do Faxinal, em outra comunidade rural (   ) Fora do Faxinal, na sede do município (   ) Fora do Faxinal, em outro município. Qual? _____ <b>Como se desloca?</b> _____	
<b>7. Trabalho</b> (   ) Trabalha no Faxinal (   ) Trabalha fora do Faxinal (   ) Não trabalha <b>Descreva características de seu trabalho:</b> _____	
<b>8. Você pretende permanecer no Faxinal ou migrar para outro lugar? Justifique sua resposta.</b>	
<b>9. O que você gosta e o que você não gosta no Faxinal?</b>	
<b>10. Descreva atividades que você costuma desempenhar ao longo de sua semana.</b>	
<b>11. Pensando em políticas públicas para os jovens, quais seriam as prioridades a serem tomadas pelos governos?</b>	

QUADRO 02 – QUESTÕES QUE FIZERAM PARTE DO QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR JOVENS FAXINALENSES QUE PARTICIPARAM DAS OFICINAS.

FONTE: RELATÓRIOS DE CAMPO, 2011.

ORG.: SIMÕES, W., 2011.

A primeira oficina junto a jovens dos faxinais foi realizada durante o IV Encontro dos Povos Faxinalenses, realizado no município de Guarapuava, região central do Estado do Paraná, entre os dias 26 e 28 de Agosto de 2011, contando com a participação de 29 jovens de comunidades faxinalenses distintas, conforme podemos observar no quadro a seguir (quadro 03). Os jovens trazidos para participação desta oficina foram convidados por lideranças da APF que atuam nas comunidades.

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Quantidade
Boaventura de São Roque	Faxinal dos Krüger	03
Pinhão	Bom Retiro	04
	Faxinal dos Ribeiros	02
	São Roquinho	01
Turvo	Saudade de Santa Anita	02
Prudentópolis	Faxinal Marcondes	05
Rebouças	Barro Branco	03
	Marmeleiro de Baixo	01
Antônio Olinto	Água amarela de Cima	01
São Mateus do Sul	Emboque	01
Mandirituba	Espigão das Antas	01
	Meleiro	01
	Campestre dos Paula	01
	Pedra Preta	01
Quitandinha	Salso	02
<b>Total</b>		<b>29</b>

QUADRO 03 – MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DE ORIGEM DOS JOVENS FAXINALENSES, OFICINA REALIZADA NO IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES, GUARAPUAVA, 2011.

FONTE: RELATÓRIO DE CAMPO, 2011.

ORG.: SIMÕES, W., 2013.

Nesta oficina, do total de jovens que participaram das atividades, 75% eram do gênero masculino e 24,1% eram do gênero feminino. A maior parcela destes jovens – cerca de 89,7% – afirmaram gostar de morar na comunidade faxinalense em que vivem, sendo que 96,6% declararam viver com seus pais. Cerca de 72,4% afirmaram ser estudantes da Educação Básica, sendo que apenas 6,9% destacaram estudar na própria comunidade faxinalense, outros 31% afirmaram estudar em outras comunidades rurais e 34,5% em escolas localizadas nas sedes dos municípios. A maioria deles declarou estudar e trabalhar ao mesmo tempo, nesta situação estavam cerca de 89,7% dos jovens que participaram desta oficina.

É preciso salientar que 82,8% declararam ter vontade de continuar estudando, destacando atividades que visam qualificação profissional ou formação política. Entre permanecer ou migrar de suas comunidades, cerca de 58% respondeu que tem a pretensão de permanecer, os demais declaram querer sair.

Veremos, a seguir, algumas imagens que procuram exemplificar os momentos de trabalho de grupo, em que jovens eram convidados ao diálogo para debater temas e registrar aspectos do seu modo de vida (figura 02), e um dos momentos que denominamos de *mística*<sup>25</sup> dos sonhos (figura 03). Nesta *mística* realizada, é interessante destacar que os jovens não só leram verbetes e expressões a respeito de seus sonhos para o presente e para o futuro, como também depositaram estes sonhos em uma grande panela e, com uma colher de madeira, os misturavam.

Os jovens nos mostraram, por meio dessa atividade, que seus sonhos também eram coletivos. É importante salientar, ainda, que como a *mística* dos sonhos encerrou essa oficina é possível observar na figura a seguir, também no centro da roda, todo o material sistematizado durante as atividades.



FIGURA 02 – JOVENS EM TRABALHO DE GRUPO DURANTE OFICINA REALIZADA NO IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2011.  
FONTE: SIMÕES, W., 2013.

---

<sup>25</sup> Nos inspiramos no conceito de *mística* desde Caldart (2001) como sendo “sentimento materializado em símbolos”, mas também em palavras escritas e oralmente expressas “que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva”.



FIGURA 03 – JOVENS EM ATIVIDADE COLETIVA DURANTE OFICINA REALIZADA NO IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2011.  
FONTE: SIMÕES, W., 2013.

Os sujeitos das duas próximas oficinas foram escolhidos mediante uma questão em particular, que nos fazia pensar sobre os fatores de influência acerca das visões, opiniões, posturas adotadas pelos jovens durante a primeira oficina: Teriam os jovens faxinalenses, que moram em comunidades rurais mais próximas de uma cidade considerada grande, como Curitiba, posições muito diferentes daqueles jovens que estão em comunidades rurais de um município menor e do interior do Estado?

Ao longo deste trabalho veremos que, de modo geral, os jovens compartilham muitas experiências e somente em alguns casos foi possível sentir que estar próximo de Curitiba, por exemplo – leia-se Região Metropolitana de Curitiba – aumentam as possibilidades para estudo e trabalho, sem necessidade de abandonar totalmente as relações com a comunidade.

Assim, a segunda oficina foi realizada no Faxinal Meleiro, localizado no município de Mandirituba, Área Metropolitana Sul de Curitiba, no dia 26/05/2012, com a participação de 12 jovens de três comunidades faxinalenses distintas (ver quadro 04). Para esta oficina foram feitos trabalhos de campo em quatro faxinais da região que participam da APF – os faxinais Espigão das Antas, Meleiro e Campestre dos Paula, localizados no município de Mandirituba; e o Faxinal do Salso, localizado no município de Quitandinha. Durante estes trabalhos um jovem de cada comunidade ficou responsável por realizar o convite a outros jovens, filhos/as ou parentes de lideranças da APF e que tinham participado ou não da primeira oficina realizada em Guarapuava.



Conjuntamente com estes jovens, foi escolhida uma data para o desenvolvimento da oficina e, naquele momento, definimos a necessidade da elaboração de um cartaz para contribuir na divulgação (ver figura 04).

Os cartazes foram entregues aos jovens, que divulgaram em diferentes pontos de venda e na igreja de suas comunidades. Além do cartaz, no dia 19/05/2012, participamos conjuntamente com liderança e jovem da comunidade Meleiro de um programa da rádio comunitária de Mandirituba, reforçando o convite aos jovens dos faxinais para que participassem da oficina. Nesta oficina, além das atividades voltadas para a apreensão da realidade, ocorreram atividades promovidas pelo Levante Popular da Juventude com vistas à formação de lideranças, uma vez que as oficinas também tinham este objetivo, como mencionamos anteriormente.

O Levante Popular da Juventude é uma organização que reúne jovens de diferentes Movimentos Sociais com vistas à transformação social, que se autodefinem como “Juventude do Projeto Popular” e atuam no meio estudantil secundarista e universitário, nas periferias dos centros urbanos e nos setores camponeses<sup>26</sup>. O referido Levante acompanhou todas as atividades da oficina, realizadas no período da manhã e no período da tarde, e eles procuraram problematizar aspectos levantados pelos jovens a partir dos temas geradores e desenvolveram suas atividades de formação política.

<b>Município(s)</b>	<b>Comunidade(s)</b>	<b>Quantidade(s)</b>
Mandirituba	Espigão das Antas	03
	Meleiro	03
	Pedra Preta	01
Quitandinha	Salso	03
Mandirituba/Quitandinha	Campestre dos Paula <sup>27</sup>	02
<b>Total</b>		<b>12</b>

QUADRO 04 – MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DE ORIGEM DOS JOVENS FAXINALENSES, OFICINA REALIZADA NO FAXINAL MELEIRO. MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, 2012.

FONTE: RELATÓRIO DE CAMPO, 2012.

ORG.: SIMÕES, W., 2013.

<sup>26</sup> Para mais detalhes sobre o Levante Popular da Juventude, acessar: <http://levante.org.br/>. Acesso em: 26/01/2015.

<sup>27</sup> O território da comunidade faxinalense Campestre dos Paula está entre os municípios de Mandirituba e Quitandinha.



FIGURA 04 – CARTAZ UTILIZADO PARA DIVULGAR REALIZAÇÃO DE OFICINA COM JOVENS, MANDIRITUBA, 2012<sup>28</sup>.  
 FONTE: COLETIVO ENCONTTRA, 2012,  
 ORG.: COLETIVO ENCONTRA, 2012.

A maioria dos jovens participantes nesta oficina era do gênero feminino – cerca de 58,3% dos jovens. Apenas 16% afirmou não trabalhar, a maioria declarou desenvolver alguma atividade que entende como trabalho, cerca de 33,3% disse que trabalha fora da comunidade faxinalense em indústrias ou prestando serviços, e outros 50% declararam ajudar nos serviços da casa, a cuidar dos animais, entre outros.

Estudar e trabalhar também é a situação vivida pela maioria destes jovens. Para eles, os estudos ocorrem sempre fora da comunidade faxinalense, em escolas do entorno, e, em dois casos, em instituições de ensino superior localizadas em Curitiba. A maior parcela deles afirmou ter a pretensão de permanecer na comunidade faxinalense em que vive – estes representam cerca de 91,7% dos jovens participantes da oficina.

Nas figuras a seguir podemos observar uma das atividades de apresentação (figura 05), momento em que os jovens, ao jogar o rolo de fio uns aos outros, diziam seus nomes e suas expectativas em relação à oficina. É interessante salientar que, depois deste momento, a teia formada pelos fios ocupou espaço ao centro da roda de conversa, quando fizemos um exercício em que eles, por meio de tarjetas de cartolina, sistematizaram verbetes que

<sup>28</sup> O referido cartaz foi elaborado e impresso com apoio do trabalho dos pesquisadores do ENCONTTRA.

procuraram expressar elementos de suas realidades que os unem e que os separam, falaram sobre atitudes que poderiam tomar para que os jovens fossem mais unidos nos faxinais. Podemos observar, também, um momento coletivo de socialização das sínteses elaboradas pelos jovens a partir de questões problematizadoras voltadas para os trabalhos em grupo (figura 06).



FIGURA 05 – JOVENS FAXINALENSES EM ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO DURANTE OFICINA REALIZADA EM MANDIRITUBA, ÁREA METROPOLITANA DE CURITIBA, 26/05/2012.

FONTE: SIMÕES, W., 2013.



FIGURA 06 – JOVENS FAXINALENSES APRESENTANDO AO GRUPO SÍNTESES DE SEUS DEBATES A PARTIR DE TEMAS GERADORES DURANTE OFICINA REALIZADA EM MANDIRITUBA, ÁREA METROPOLITANA DE CURITIBA, 26/05/2013.

FONTE: SIMÕES, W., 2013.

A terceira oficina ocorreu no Faxinal Marcondes, localizado no município de Prudentópolis, porção centro-sul do Estado do Paraná. Essa

oficina ocorreu no dia 18/08/2012 e contou com a participação de 10 jovens. Neste caso, não fizemos nenhum cartaz ou participamos de algum programa de rádio. A liderança da comunidade, se autodefinindo jovem, ficou responsável por articular outros jovens para participar das atividades, uma vez que ele mesmo já havia participado dos debates realizados sobre juventude que ocorreram junto à APF e da primeira oficina realizada em Guarapuava.

Nesta oficina, 70% dos jovens eram do gênero masculino. Do total de jovens participantes, 30% parou de estudar, não concluindo a Educação Básica. Já os demais, 40% cursam o Ensino Fundamental e 30% o Ensino Médio. As escolas onde estes jovens estudam se localizam em outra comunidade rural e na sede do município de Prudentópolis (caso dos que estão cursando o Ensino Médio). Apenas 20% declarou não trabalhar, se dedicando aos estudos. Já os demais, 70% declararam desenvolver alguma atividade ligada ao faxinal e apenas 10% afirmaram trabalhar fora da comunidade, como empregados. Sobre permanecer ou migrar da comunidade, a maioria declarou ter a pretensão de permanecer – o que correspondeu a 90% dos jovens participantes desta oficina.

As figuras a seguir procuram exemplificar momentos de trabalho em grupo (figura 07), em que jovens sintetizam o resultado de seus diálogos, e um momento de socialização das sínteses ao grande grupo, quando outros/novos debates foram realizados (figura 08).



FIGURA 07 – JOVENS EM TRABALHO DE GRUPO, OFICINA REALIZADA NO FAXINAL MARCONDES. PRUDENTÓPOLIS, 2012.

FONTE: SIMÕES, W., 2013.



FIGURA 08 – JOVENS PARTICIPANDO DE OFICINA REALIZADA NO FAXINAL MARCONDES. PRUDENTÓPOLIS, 2012.  
FONTE: SIMÕES, W., 2013.

E, por fim, realizamos uma quarta oficina durante o V Encontro dos Povos Faxinalenses, organizado pela APF, realizado em Guarapuava entre os dias 30 de Agosto e 01 de Setembro de 2013. Nesta oficina contamos com a participação de 18 jovens, na ocasião somente uma jovem havia participado da primeira oficina realizada em evento anterior. Vejamos no quadro a seguir as comunidades de origem dos jovens participantes:

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Quantidade</b>
Rebouças	Barro Branco	01
Pinhão	Bom Retiro	03
	Ribeiros	05
	São Roquinho	02
Lapa	Paio	01
Prudentópolis	Marcondes	03
Boaventura de São Roque	Faxinal dos Krüger	03
<b>Total</b>		<b>18</b>

QUADRO 05 – MUNICÍPIOS E COMUNIDADES DE ORIGEM DOS JOVENS FAXINAENSES, OFICINA REALIZADA NO V ENCONTRO DOS POVOS FAXINAENSES. GUARAPUAVA-PR, 2013.

FONTE: RELATÓRIO DE CAMPO, 2013.  
ORG. SIMÕES, W., 2013.



Entre os participantes desta oficina, a maioria dos jovens declarou ser do gênero masculino, uma vez que apenas 16% dos jovens declaram ser do gênero feminino. Assim como as demais oficinas, boa parte destes jovens são estudantes da Educação Básica – o que corresponde a 84% dos participantes. Uma jovem declarou cursar o ensino superior, pretendendo não retornar para a comunidade em que moram seus pais. Entre permanecer ou migrar de suas comunidades, apenas esta jovem afirmou não querer permanecer (no caso, retornar) em sua comunidade, os demais declararam a pretensão de permanecer.

A partir do diálogo com lideranças da APF, refletindo e debatendo sobre as expressões e formulações dispostas nos relatórios de campo como resultado das atividades desenvolvidas em oficinas anteriores, o tema principal desta oficina em específico girou em torno de “Políticas Públicas”, mas, a partir deste tema, foram tratadas questões sobre a situação de invisibilidade da juventude nos faxinais, o Estado e as Políticas Públicas, em particular as políticas públicas de juventude. O debate acabou por reforçar o que já vínhamos apreendendo desde a primeira oficina.

Podemos observar, a seguir, o momento em que os jovens elencavam verbetes a partir do debate a respeito de temas geradores como Juventude, Trabalho, Educação, Cultura e Lazer, para registrar principalmente aspectos de sua realidade vivida (figura 09) e um dos trabalhos em grupo que procura responder questões problematizadoras como as que foram dispostas no quadro 01 (figura 10).



FIGURA 09 – JOVENS DEBATENDO A REALIDADE VIVIDA A PARTIR DE TEMAS GERADORES, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2013.  
FONTE: SIMÕES, W., 2013.



FIGURA 10 – JOVENS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE A PARTIR DE QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2013.

FONTE: SIMÕES, W., 2013.

No caso das oficinas realizadas durante os eventos da APF, os jovens elaboraram cartas que procuraram registrar os resultados do debate para dar visibilidade a diferentes questões que estão presentes nas comunidades. Em 2011, a carta foi direcionada à APF, os jovens que participaram da oficina naquele momento entendiam que precisavam primeiramente ocupar um espaço junto às lideranças do movimento, e que estes contribuiriam para criar as condições de maior participação jovem, assim como para apresentação das demandas ao poder público.

Já no evento de 2013, os jovens direcionaram a carta diretamente ao poder público<sup>29</sup>, pois o grupo participante entendeu que deveriam aproveitar o momento em que representantes do poder executivo e do legislativo estariam no evento para denunciar o descaso do Estado com a juventude nos faxinais. As cartas estarão dispostas no próximo capítulo e constituem parte do vocabulário territorial, uma vez que contribuem para retratar aspectos presentes no território de vida de jovens que habitam em comunidades tradicionais de faxinais.

As atividades desenvolvidas nas oficinas geraram o que denominamos de vocabulário territorial. A compreensão do que estamos entendendo por esse vocabulário será disposto no próximo capítulo e será tomado como ponto de

---

<sup>29</sup> Neste evento, participaram representações do poder executivo ligado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e ao poder legislativo, do gabinete de deputados estaduais.

partida de nossa “elaboração teórica” (THOMAZ JÚNIOR, 2005), tendo como pretensão a constituição de um aporte teórico-conceitual que contribua para a compreensão do ordenamento territorial que funciona como pano de fundo desse retrato, conseqüentemente para ampliar nossa capacidade de compreensão do território de vida dos faxinalenses, em particular dos jovens faxinalenses, de como os jovens constituem suas territorialidades.



## **2 RETRATOS DO TERRITÓRIO DE VIDA DE JOVENS FAXINALENSES: DIÁLOGOS EM TORNO DE UM VOCABULÁRIO TERRITORIAL**

Este capítulo tem por objetivo apresentar o que estamos denominando de retratos do território de vida de jovens faxinalenses. Para constituirmos estes retratos, recorreremos ao que estamos denominando de vocabulário territorial que, como veremos ao longo do texto, trata-se de um conjunto de verbetes e expressões elaboradas por jovens faxinalenses para retratar e/ou expressar, de modo geral, como vivem os jovens e como se relacionam com seus territórios, o que pensam quando debatem sobre as possibilidades de permanecer ou sair dos faxinais, o que dizem a respeito das políticas públicas e quais são seus sonhos para o presente e para o futuro.

Considerando nossa compreensão de diálogo disposto em nossa postura investigativa, optamos não somente por descrever as sínteses elaboradas pelos jovens, mas também dialogar com elas para trazer contribuições a respeito destas mesmas questões já tratadas por pesquisadores, com o intuito de potencializar as discussões a respeito dos retratos do território de vida.

Primeiramente, gostaríamos de tecer algumas considerações que venham a contribuir para o entendimento do que estamos chamando de vocabulário territorial, procurando, principalmente: 1) argumentar por que entendemos que este vocabulário nos ajuda, como ponto de partida, a nos adentrarmos nas relações juventude faxinalense-território de vida; 2) justificar por que não optamos em pura descrição dos verbetes e expressões elaborados pelos jovens, mas pela coexistência com reflexões e considerações do pesquisador, pelo diálogo de saberes/soma de saberes.

Na língua portuguesa, o termo vocabulário aparece com diferentes significados, sobretudo para ser referir “a um conjunto de palavras de uma língua”, “[...] de um certo estágio de uma língua”, “[...] de palavras especializadas em qualquer campo do conhecimento”, ou ainda, “[...] palavras e expressões conhecidas e/ou empregadas por pessoas de determinada faixa etária, social etc.” (FERREIRA, 1999, p. 2083), isso para ficarmos com algumas formas de emprego do termo.

Desde o capítulo anterior anunciamos que entendemos vocabulário territorial como sendo um composto de verbetes e expressões que procuram retratar a realidade vivida pela juventude, a geografia local. A partir dessa compreensão salientamos que nosso entendimento é que os jovens, ao constituírem suas relações com seu território de vida, com o modo de vida faxinalense e com territorialidades distintas, também perpassados por um diálogo intergeracional, vão elaborando sua forma de verbalizar e sistematizar a respeito da realidade vivida.

Nessa perspectiva, a compreensão é que ao longo de sua trajetória de vida e suas relações políticas, econômicas, culturais e socioambientais, a juventude vai elaborando um conjunto interconectado de palavras e frases que podem retratar seu modo de vida, nos ajudando a compreender como constituem suas territorialidades, como ocupam, usam, produzem e transformam seu território de vida e o que pensam sobre seu presente e futuro. Estamos falando de palavras que são dotadas de sentido e significado onde se dá a unidade pensamento-linguagem (VYGOTSKY, 2000, p. 398), onde o território de vida também funciona como fator de influência no movimento de elaboração da(s) palavra(s), por isso vocabulário territorial.

Muito embora não tenhamos a pretensão de destrinchar os fundamentos da psicologia ou também conhecida no Brasil como psicopedagogia histórico-cultural do pensamento de Lev Semenovitch Vygotsky<sup>30</sup>, sobretudo a respeito do pensamento e da linguagem, recorreremos a algumas de suas sínteses para fortalecer nossa argumentação acerca da compreensão do que estamos

---

<sup>30</sup> “Vygotsky foi um psicólogo russo, com formação em medicina e direito, entre outras, que nasceu em Orsha em 1896 e se radicou em Gomel, ambas cidades da Bielo-Rússia, sendo que Gomel situava-se tem território de confinamento de judeus na Rússia czarista. Desenvolveu sua psicologia basicamente em Moscou, onde faleceu em 1934, com 38 anos de idade” (CAVALCANTI, 2005, p. 187). A opção por Vygotsky advém da rigorosidade teórico-metodológica com que tratou sobre a construção do pensamento e da linguagem pelos seres humanos (em um de seus trabalhos mais conhecidos no Brasil e ao qual recorreremos, “Pensamento e Linguagem”) e a recorrência do uso de seu pensamento no campo intelectual da Educação Geográfica (como em CAVALCANTI, 2005; ANDREIS, 2012; ANDREIS, 2014). Como sintetiza Paulo Bezerra, tradutor da obra de Vygotsky “Pensamento Linguagem”, ao dissertar sobre o caráter multidisciplinar do tema da referida obra e as contribuições de Vygotsky para os campos da pedagogia, da psicologia, da linguística e da teoria do conhecimento ou epistemologia, entre outros: “o homem se forma e interage com seus semelhantes e seu mundo numa relação intercomplementar de troca. A relação entre o homem e o mundo passa pela mediação do discurso, pela formação de ideias e pensamentos através dos quais o homem apreende o mundo e atua sobre ele, recebe a palavra do mundo sobre si mesmo e sobre ele-homem, e funda a sua própria palavra sobre esse mundo” (VYGOTSKY, 2000, p. 12).

denominando de vocabulário territorial. A questão que iremos focar é que corroboramos com a noção de que a linguagem (a palavra e/ou um conjunto de palavras interconectadas) é materialidade do pensamento dotada de significado(s) e sentido(s). Vejamos uma parte do raciocínio de Vygotsky (2000, p. 478) para iniciarmos o processo de sustentação desta afirmativa:

[...] Se desejo comunicar o pensamento de que hoje vi um menino descalço, de camisa azul, correndo rua abaixo, não vejo cada aspecto isoladamente: o menino, a camisa, a cor azul, a sua corrida, a ausência de calçados. Vejo tudo isso em um só ato de pensamento, mas o exprimo em palavras separadas.

Destaca Vygotsky que, desta forma, “o pensamento é sempre algo integral, consideravelmente maior por sua extensão e o seu volume que uma palavra isolada”, e assim:

[...] É por isso que o processo de transição do pensamento para a linguagem é um processo sumamente complexo de decomposição do pensamento e sua recriação em palavras. Exatamente porque um pensamento não coincide só com as palavras, mas também com o significado das palavras é que a transição do pensamento para a palavra passe pelo significado. No nosso pensamento, sempre existe uma segunda intenção, um subtexto oculto. [...] O significado medeia o pensamento em sua caminhada rumo à expressão verbal, isto é, o caminho entre o pensamento e a palavra é um caminho indireto, internamente mediatizado (VYGOTSKY, 2000, p. 478-479).

Isso porque Vygotsky (2000, p. 484) considera que “a relação entre pensamento e palavra é um processo vivo de nascimento do pensamento na palavra. Palavra desprovida de pensamento é, antes de tudo, palavra morta”, ou seja, palavra sem significado. O significado da palavra, desta forma, se constitui como sendo a “unidade que reflete de forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem”. Para compreendermos melhor essa leitura, recorreremos à noção de significado elaborada pelo autor:

O significado da palavra como tentamos elucidar anteriormente é uma unidade indecomponível de ambos os processos e não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista no seu aspecto interior. Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno do discurso. [...] a relação entre o pensamento e a palavra é, antes de tudo, não uma coisa, mas um processo, é um movimento do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento. (VYGOTSKY, 2000, p. 398).

Ao refletir sobre estas sínteses, podemos inferir que, a partir dos diálogos e das relações que os jovens faxinalenses estabelecem com o território faxinalense – como mencionamos anteriormente – em um processo

permanente do movimento da vida, elaboram seu conjunto de verbetes e expressões (conjunto de palavras) como resultado da transformação do seu pensamento em linguagem, por isso dotada de significado é “palavra viva”.

Nessa perspectiva, o vocabulário territorial precisa ser compreendido como um conjunto de verbetes e expressões que resultaram do movimento realizado por jovens de pensar sobre a realidade jovem nos faxinais, em que cada palavra anunciada é “palavra viva” como realização do pensamento, em contrapartida à “palavra morta” como sugeriu Vygotsky (2000) ou “palavra inautêntica” de Freire (1987), como utilizamos no capítulo anterior. Entendemos que a realidade anunciada (e sistematizada) nos ajuda, a partir de um diálogo de saberes, a ter uma visão mais ampliada sobre a relação juventude-território.

Cavalcanti (2005, p. 190) ressalta que, para Vygotsky, “a palavra é signo que serve tanto para indicar o objeto como para representá-lo, como conceito, sendo nesse último caso, um instrumento do pensamento”. Veremos no vocabulário territorial que quando mobilizados ao exercício do pensamento sobre as realidades em que vivem, os jovens apontaram que ser jovem é diferente de ser jovem em uma comunidade faxinalense. Isso porque ser jovem em um faxinal ganha um significado peculiar, trata-se da convivência com um conjunto de territorialidades específicas etnicamente diferenciadas do modo de vida faxinalense.

Por isso, a própria compreensão que se vive em um faxinal, marcada por relações comunitárias, por contatos mais intensos com a natureza, guardando um sentimento de liberdade proporcionado pela vida em um criadouro comum, por exemplo, compõe o conjunto de palavras, conceitos, que ajudam a caracterizar a vida de jovens faxinalenses. Neste sentido, a linguagem precisa ser entendida como sendo:

[...] uma ferramenta da consciência, que tem a função de composição, de controle e de planejamento do pensamento e, ao mesmo tempo, tem uma função de intercâmbio social. Os significados das palavras compõem a consciência individual, mas são, ao mesmo tempo, construídos no âmbito interindividual, têm um caráter social (CAVALCANTI, 2005, p. 191).

Sobre o significado da palavra (ou de um conjunto de palavras), Vygotsky (2000, p. 398) nos alerta sobre seu caráter inconstante, pois, para ele, o significado “é antes uma formação dinâmica que estática”:

[...] A palavra lembra seu significado da mesma forma que o casaco de um homem conhecido lembra esse homem ou o aspecto externo de um edifício lembra os seus moradores. Desse ponto de vista, o significado da palavra, uma vez estabelecido, não pode deixar de desenvolver-se e sofrer modificações. A associação que vincula a palavra ao significado pode ser reforçada ou debilitada, pode ser enriquecida por uma série de vínculos com outros objetos da mesma espécie, pode pela aparência ou contiguidade, estender-se a um círculo mais amplo de objetos ou, ao sofrer uma série de mudanças quantitativas e externas (VYGOTSKY, 2000, p. 399).

Mas, o referido autor destaca que essa dinamicidade se dá, sobretudo, pelo sentido da palavra, sendo o significado apenas uma “zona do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso”. Para Vygotsky (2000), a partir de seus referenciais e trajetória de pesquisa sobre o pensamento e a linguagem, “o sentido real de uma palavra é inconstante”, podendo variar de acordo com os contextos em que é aplicada.

O significado de uma palavra pode emergir em um contexto fixo, guardando consigo o significado dado como resultado do movimento do pensamento dos sujeitos em seu contexto inicial, porém, pode adquirir diferentes sentidos ao ser apropriada em outros contextos. Nessa perspectiva, na visão do autor, o sentido pode enriquecer, conferir à palavra, a partir do contexto em que ela emerge, a dinâmica do significado das palavras, uma vez que:

[...] a palavra incorpora, absorve de todo o contexto com que está entrelaçada os conteúdos intelectuais e afetivos e começa a significar mais e menos do que contém o seu significado quando a tomamos isoladamente e fora do contexto: mais, porque o círculo dos seus significados se amplia, adquirindo adicionalmente toda uma variedade de zonas preenchidas por um novo conteúdo; menos, porque o significado abstrato da palavra se limita e se restringe àquilo que ela significa apenas em um determinado contexto [...] (VYGOTSKY, 2000, p. 399-400).

Corroboramos, desta forma, com a compreensão de que há uma “interface língua-território” (RAFFESTIN, 2003, p. 06), em que a língua assume mais do que uma função de comunicação, se tornando capaz de manifestar especificidades que marcam a vida de jovens faxinalenses e o convívio com territorialidades específicas etnicamente diferenciadas típicas de suas comunidades. Esta diferenciação pode ser compreendida a partir do que Raffestin (2003) denominou de “função de comunhão” da língua.

Para o referido pensador, no território do cotidiano, há uma “língua cotidiana, ou às vezes uma língua vernácula”, ou seja, os idiomas, mas

também “pode ser um dialeto vernáculo, um língua falada por um pequeno número de pessoas”. De acordo com Raffestin (2003, p. 07, tradução nossa):

[...] na linguagem cotidiana, a parte da comunhão é muito importante e até mesmo pode superar a comunicação. Posso pedir uma refeição no restaurante, colocando em termos de comunicação e usar um mínimo de palavras, para fazer-me entender o que eu quero, mas eu também posso estabelecer uma relação de comunhão com a linguagem, que não muda em nada o conteúdo da minha mensagem, em termos de eficiência, mas criará um pouco de intimidade, convívio com a garçonete ou garçom.

Por isso, a partir desta compreensão, podemos entender que os verbetes e as expressões que compõe o vocabulário territorial precisam ser considerados no contexto em que emergem os faxinalenses enquanto povos e comunidades tradicionais, suas territorialidades específicas, mas também na sua capacidade de expressar uma forma diferenciada de ocupação e uso do território em um contexto político mais amplo, diante dos processos de invisibilização territorial e de territorialização precária a que estão submetidos, ao mesmo tempo em que alguns aspectos que marcam a sua vida também estão presentes em outras realidades vividas por outros jovens no Brasil rural – a juventude rural – como veremos ao longo desta tese.

Os jovens, quando elencam um conjunto de palavras para caracterizar as comunidades em que vivem, por exemplo, enumeram nomes de animais, tipos vegetais, atividades políticas e econômicas, manifestações culturais. Vistas de forma isolada, muitas destas palavras sistematizadas possuem significado próprio e podem ser tranquilamente entendidas fora do contexto faxinalense.

Muitos animais citados, por exemplo, como a vaca, o porco ou o peru também fazem parte de outros modos de vida no espaço rural brasileiro. O trabalho coletivo, a exemplo do mutirão, também pode ser observado em comunidades quilombolas, de fundos de pasto ou indígenas (outras comunidades tradicionais). Mas, quando visto desde o contexto faxinalense, o sentido destas palavras muda, uma vez que coexiste e compõe um território de vida onde os animais são criados à solta em um criadouro comum, por exemplo, onde os elementos naturais ligados à fauna ou à flora são entendidos como sendo parte fundamental do território de vida (do aspecto étnico que também faz parte da vida em comunidade, como fonte de alimento e geração

de renda) e, por isso, a relação sociedade-natureza se dá de forma diferenciada quando comparada com as relações capitalistas que os oprimem.

Nessa perspectiva, entendemos que o sentido das palavras elencadas pelos jovens adquire um significado peculiar quando compreendidas desde o contexto faxinalense, em que “o cotidiano é vivido simultaneamente, territorialmente e linguisticamente” (RAFFESTIN, 2003, p. 07). Trata-se dos conteúdos de seu modo de vida e que, em nosso caso, precisam ser tomados como resultado das relações que os faxinalenses estabelecem:

- a) uns com os outros na produção e na transformação espacial – seu território de vida. São relações que atravessam gerações e se projetam na atualidade (também como resultado de diálogos intergeracionais), sendo os jovens, produtos, mas também produtores de espaço, por isso, produtores de palavras, sujeitos de conhecimento (pensamento, no sentido que demos anteriormente a partir das contribuições de Vygotsky);
- b) com o próprio território como sendo uma fonte linguística de seu vocabulário;
- c) com territorialidades distintas que estão para além de suas comunidades, nas relações com as comunidades do seu entorno e/ou com a cidade, que muitas vezes acaba sendo tomada como referência tanto para reafirmar que a de vida nos faxinais é boa, como o sossego, o contato com a natureza, a vida em comunidade, entre outros – que nesta tese trataremos como sendo parte do Bem Viver da juventude faxinalense – quanto para denunciar e questionar situações de invisibilidade e de territorialização precária, provocadas, sobretudo, na visão dos jovens, pela ausência do poder público.

O processo investigativo que resultou nesta tese entende ter proporcionado – considerando os pressupostos de nossa postura investigativa e as preocupações que mencionamos no capítulo anterior referente aos caminhos trilhados para apreensão da realidade – que, ao terem a sua realidade problematizada, os jovens pensassem sobre ela, discutissem e registrassem palavras ou expressões que, desde o ponto de vista aqui delineado, também trazem à tona um acúmulo de relações, vivências e experiências que foram marcando suas trajetórias. Por isso, entendemos que

este vocabulário territorial pode nos ajudar, como ponto de partida, a nos adentrarmos nas relações juventude-território de vida, assim como para a elaboração de um aporte teórico-conceitual, tem como objetivo ampliar nossas capacidades de leitura espacial dessas relações e alguns de seus desdobramentos.

Então, a noção de vocabulário territorial que estamos delineando desde o capítulo anterior reforça nossa compreensão de que o diálogo com os sujeitos da pesquisa contribui para tornar visíveis aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais de jovens que foram produzidos como invisíveis, que convivem com a produção de invisibilidades e têm suas territorialidades historicamente precarizadas. Mas é preciso considerar, ainda, como pressuposto de nossa postura investigativa, que o percurso investigativo precisa se constituir como uma via de mão dupla, onde todos se colocam em movimento de ensinar e aprender, desde a perspectiva já defendida do que denominamos de “diálogo de saberes”.

Desta forma, consideramos que o vocabulário territorial não pode ser apresentado como “pura descrição”, mas como diálogo entre o que jovens faxinalenses apresentam e o resultado de reflexões e considerações do pesquisador, ou seja, como diálogo de saberes. Tanto no que diz respeito ao tratamento dos verbetes e expressões – para destacar e/ou diferenciar posicionamentos dos jovens a respeito de algum tema – quanto em relação à presença de conhecimentos que venham, desde nosso ponto de vista, contribuir na elaboração do aporte teórico-conceitual que tem como pretensão potencializar outras/novas leituras geográficas a respeito de como jovens constituem suas territorialidades.

É nesse encontro e nos confrontos proporcionados pelo diálogo de saberes que compreendemos a existência, de fato, desta via de mão dupla, onde se criam condições de ensino e aprendizagem, em que os envolvidos na pesquisa refletem, pensam e repensam os aspectos retratados. Por fim, feitas as ressalvas necessárias para que pudéssemos fortalecer nossos entendimentos, seguimos agora com os retratos dos territórios de vida de jovens faxinalenses, dialogando em torno de um vocabulário territorial.



## 2.1 SER JOVEM NO FAXINAL...

Os verbetes e as expressões utilizadas pela juventude para manifestar sua compreensão sobre o que é ser jovem no faxinal nos permitiram evidenciar duas diferenças que consideramos fundamentais destacar: o fato de ser jovem; e o fato de ser jovem em uma comunidade faxinalense, conforme mencionamos na introdução deste capítulo. Por isso, logo de imediato, passamos a compreender que o território de vida faxinalense, entendido como resultado “das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas” (SAQUET, 2013) se constitui como sendo fator de influência da elaboração linguística dos jovens.

Sobre ser jovem, as expressões mais utilizadas pela juventude foram: alegria, felicidade, disposição, esperança, ter amor pela vida, garra, alguém que está em busca do conhecimento, pessoas festivas, que podem fazer escolhas, sonhar e ter amigos, pessoas que podem estudar e namorar, frequentar o que denominam de “baladas”, poder andar de moto, bicicleta ou a cavalo, praticar esportes.

Quando os jovens refletiram e debateram sobre “ser jovem no faxinal”, as expressões passaram a retratar ligações com territorialidades específicas do território faxinalense, as contradições que marcam a vida jovem nos faxinais. O conjunto de verbetes e expressões referente ao tema foi elaborado nos trabalhos em grupo, por isso traremos as formulações sem identificar especificamente as comunidades, mas destacando algumas diferenças de posicionamento.

Alguns grupos destacaram com maior ênfase questões como a vida em comunidade, o trabalho, a convivência com tradições, uma vida mais próxima da natureza, a diversão, como podemos verificar a seguir:

- É poder ir na casa um do outro para se encontrar; jogar bola, ser família, ajudar os pais nos serviços, andar de cavalo, viver em comunidade;
- Ser mais tranquilos, sossegados, ter segurança, ter mais contato com a natureza, mais liberdade, não se sentir diferente em relação aos demais jovens;
- É interagir com a natureza, é cavalgar, cuidar e brincar com os animais, nadar em rios e jogar futebol;

- É não ter horário para cumprir, jogar bola, dormir bastante, não ser mandado por um patrão, tomar chimarrão;
- Jogar futebol, trabalhar, cuidar dos animais, andar a cavalo.

Em outros casos, nas sínteses, se misturam, também, a existência de relações de preconceito entre faxinalenses e não faxinalenses; a migração de jovens, sobretudo para estudar e em busca de lazer; a dificuldade de acesso à cidade; e o sentimento de quem também se entende como alguém que está lutando pelos direitos da comunidade. Muito embora não haja um movimento organizado de jovens faxinalenses, veremos ao longo da apresentação deste vocabulário territorial a aparição de relatos que sugerem a participação de jovens em reuniões de associações ou em atividades promovidas pela APF. Vejamos alguns exemplos:

- Ser livre, adquirir sabedoria e manter sua cultura; O jovem faxinalense luta pelos seus direitos para continuar na comunidade; Muitos jovens urbanos não conhecem a cultura faxinalense, às vezes julgam sem saber, e com a convivência acabam aprendendo um com o outro;
- Ser o futuro da comunidade; não há opção de lazer, isso faz com que os jovens deixem a comunidade no fim de semana para se divertir; As meninas, na maioria, não sofrem preconceito. Em questão os rapazes, sim!;
- É diversão, curtidão, uma fase da vida, descobertas e experimentações; aproveitar a natureza, pescar, nadar, sair em festa, jogar bola; é um pouco desagradável pelo fato de nos expressarmos diferente, com pessoas da cidade, pelo modo de falar e de agir;
- Um jovem é uma pessoa que interage com o povo estudante, tendo em vista o objetivo de luta! Poder participar em encontros e debates na comunidade, não ser excluído pelo motivo de ser jovem; não tem diferença, ou seja, não existe discriminação ou preconceito pelo fato de ser faxinalense;
- Andar de moto, comer comida saudável e sossego. Temos desvantagem no acesso à cidade e ao conhecimento;
- É gostar da tradição, sentir-se livre, ter vantagens e dificuldades como conhecer todos, menos violência, alimentação, baixo custo de vida, porém, poucas oportunidades de trabalho;
- Ser unidos, dedicados à comunidade, ser participativo na comunidade.

É interessante ressaltar que essa participação relatada por jovens, tanto na comunidade quanto na luta por direitos, que aparecerá mais vezes neste vocabulário, conflitua com a primeira percepção que tivemos ao dialogar

com lideranças da APF, a de que a juventude não quer nada com nada com as questões que hoje atingem os faxinais, a luta faxinalense.

Essa condição nos levou a três hipóteses: 1) os jovens que já participam de reuniões das associações, promovidas ou não pela APF, muito embora se entendam como sendo jovens, não são vistos como jovens pelas lideranças (os adultos), sendo assim, a participação no movimento faxinalense é responsabilidade adulta; 2) há uma participação de jovens, mas ela é tão pequena que mal é sentida pelo movimento, a juventude, neste caso, pode ser vista como sendo uma minoria sem voz e sem conhecimento credível, sujeito incapaz de assumir responsabilidades – podemos denominar de “participação invisibilizada”; 3) os jovens imprimem um sentimento de quem quer participar do movimento, mas não possuem abertura, ou seja, condições favoráveis para isso. Os jovens, nestas três hipóteses, acabam assumindo condições subalternas, o que contribui para potencializar processos de invisibilização pela própria postura adultocêntrica adotada pelos faxinalenses mais adultos.

Em todo caso, o diálogo com os jovens foi demonstrando, conjuntamente com as atividades elaboradas que contribuíram na elaboração deste vocabulário territorial, que há vontade e capacidade de participação nas questões que envolvem a luta faxinalense, o que contraria uma visão mais adultocêntrica de que a juventude não quer nada com nada. Veremos adiante que os jovens, em um exercício, também como resultado desta nossa perspectiva de pesquisa participante, elaboraram cartas, cujo conteúdo é resultado do movimento dialógico em que os jovens se colocaram como principais protagonistas.

Na sequência, veremos que há uma forte relação entre as formulações sobre ser jovem nos faxinais e nos verbetes e expressões elaboradas pelos jovens para caracterizar os faxinais e para expressar o significado atribuído pelos jovens aos faxinais.

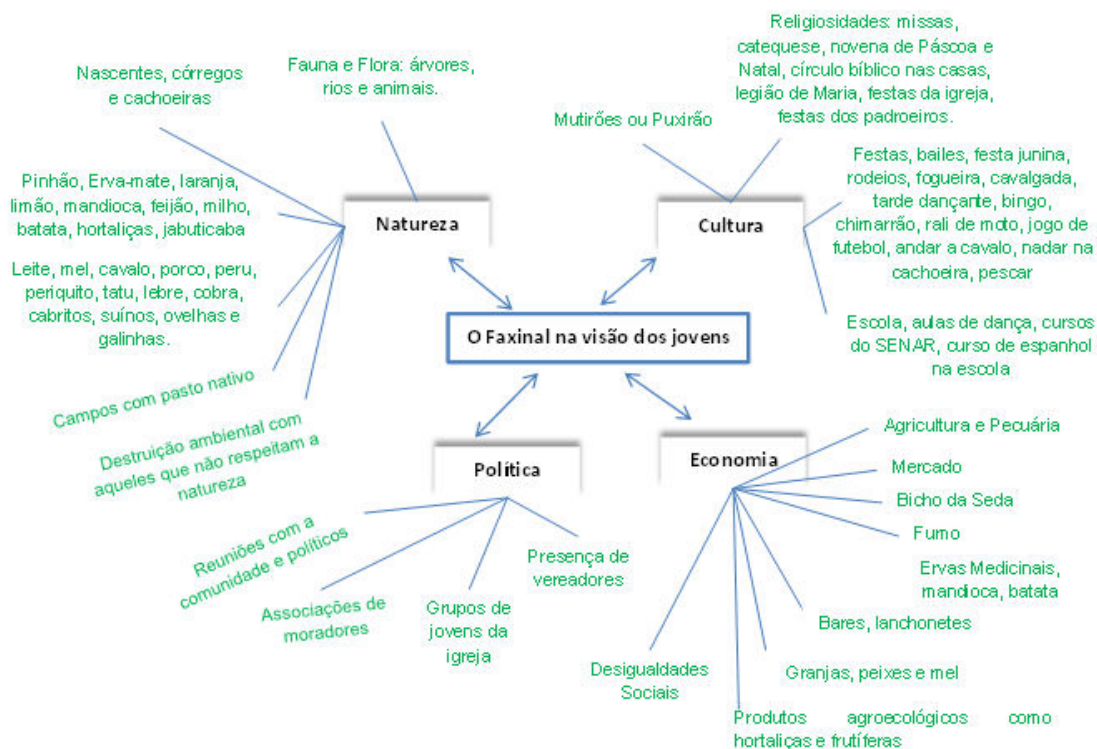
## 2.2 O FAXINAL NA VISÃO DOS JOVENS...

As atividades desenvolvidas durante as oficinas nos permitiram evidenciar como os jovens enxergam as comunidades faxinalenses em que

vivem, assim como o que gostam e o que não gostam, o que consideram como vantagens e desvantagens de se viver em uma comunidade faxinalense desde o seu ponto de vista. As formulações desenvolvidas por eles nos conduzem às visões que possuem do território do qual fazem parte, expressando conhecimentos sobre o modo de vida.

Nas oficinas, os jovens elencaram um conjunto de palavras que, para eles, ajudavam a descrever elementos que fazem parte de suas cotidianidades. O resultado foi um conjunto de verbetes que nos ajuda a ter uma noção sobre a diversidade territorial dos faxinais (sua multiterritorialidade), assim como nos permite perceber que os jovens possuem um amplo conhecimento sobre as características de seu modo de vida.

No exercício, além do grande tema gerador que problematizava como se caracterizavam os faxinais na visão destes jovens, foram colocados quatro subtemas dos quais os jovens poderiam verbalizar e sistematizar elementos caracterizantes de suas comunidades: natureza, cultura, política e economia. O esquema a seguir apresenta o conjunto de palavras elaboradas pelos jovens (esquema 02).



ESQUEMA 02 – VERBETES ELABORADOS PELOS JOVENS PARA CARACTERIZAR AS COMUNIDADES EM QUE VIVEM.

FONTE: RELATÓRIO DE CAMPO, 2011/2012.

ORG.: SIMÕES, W., 2013.

A partir do referido esquema podemos destacar que estes jovens convivem com territorialidades específicas dos territórios faxinalenses, que coexistem, sobretudo, no chamado criadouro comum ou coletivo, a exemplo da variedade de animais que no criadouro são encontrados à solta, a diversidade de fauna e flora, a vida em comunidade, reforçadas pela realização de festejos, as atividades de lazer, as práticas religiosas, os mutirões e/ou puxirões, a participação em grupos de jovens.

Outra questão que podemos destacar está em como elementos que aparecem ligados à natureza também aparecem como economia quando os jovens tratam dos produtos agrícolas e da pecuária, ou ainda, como cultura. As hortaliças, por exemplo, são colocadas como natureza e economia, entendidas como elemento da produção agroecológica. O cavalo, os peixes e o rio, outro exemplo, são destacados pelos jovens como elementos naturais, por outro lado, também são elencados como cultura, uma vez que os jovens sinalizaram que entre as atividades de lazer estão nadar, pescar e andar a cavalo. O peixe, último exemplo, aparece como um elemento da natureza e pescar aparece como prática cultural e também econômica.

Compreendemos, desta forma, que estes jovens faxinalenses expressam por meio destes verbetes as múltiplas dimensões do território de vida faxinalense (política-economia-cultura-natureza) como resultado de suas relações, formas de ocupação, uso, produção e transformação do espaço, de suas manifestações. Reforçaremos ao longo desta tese a noção de que os jovens não só ocupam o território, não são apenas meros espectadores, mas participam da dinâmica territorial, interferindo direta ou indiretamente nas continuidades e descontinuidades das territorialidades específicas do território faxinalense, o modo de vida.

Nessa perspectiva, corroboramos com Saquet (2009, p. 81) ao destacar que o “território significa apropriação social do ambiente, ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas”, ou seja, “que o homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente” e que “o território é um espaço natural, social historicamente organizado e produzido”. Mas, cabe salientar que estamos tratando aqui, sobretudo, da noção de território de vida de jovens faxinalenses, em que estão

imbricadas, principalmente, as noções de territórios do cotidiano e de referência (SAQUET, 2009).

Compreendemos que o território do cotidiano “corresponde à territorialização de nossas ações de todos os dias, através do qual garantimos a satisfação das necessidades” (SAQUET, 2009, p. 84-85), mas também pode ser caracterizado por suas descontinuidades, marcado pela “mobilidade espacial”, sendo “ao mesmo tempo aquele da tensão e da distensão, aquele da territorialidade imediata, banal e original ao mesmo tempo, previsível e imprevisível enquanto tudo é possível, mesmo quando você tem a sensação de uma eterna repetição” (RAFFESTIN, 2003, p. 07, tradução nossa).

Já nossa compreensão acerca do conceito de território de referência é de que ele resulta de um constructo histórico e que, de certa forma, parte dele possa até não existir mais fisicamente, como ressalta Raffestin (2003) (mas estão guardados na memória), como resultado dos processos de produção e de transformação do território ao longo das gerações, seja pela dinâmica da própria cultura, por questões econômicas ou como resultado de conflitos com seus antagonistas etc. Raffestin (2003) compreende que “cada sociedade pode ter um território de referência diferente, o que também pode mudar ao longo do tempo”. No entanto, suas reflexões vão significando o território de referência mais como “ruínas ou restos” que alimentam a imaginação, diferenciando-o do que chamou de “território real”.

Aqui, compreendemos que o território de vida é também um território de referência real, território este que é multi e/ou pluridimensional, multiescalar, material e imaterial ao mesmo tempo, permeado por afetividades e conflitos (SAQUET, 2009; 2013; HAESBAERT, 2006). Consideramos, desta forma, que este território de referência pode estar disposto no aqui e no agora, como território de vida – que é cotidiano e referência ao mesmo tempo<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Não queremos, com isso, descartar a noção de que determinados territórios de referência realmente só existam na memória, ainda assim, para alguns, eles funcionam como fator de influência para uma possível retomada de suas terras tradicionalmente ocupadas. Temos observado na convivência com representações de alguns povos e comunidades tradicionais do Paraná, por exemplo, que territórios de referência não são exatamente seus territórios de vida na atualidade, a exemplo: a) dos reassentados do Quilombo Paiol de Telha, em Guarapuava, cujos territórios de referência ficaram muito tempo sobre o domínio de um representante do agronegócio; b) de Ilhéus no Rio Paraná, que ainda hoje moram em uma ilha no município de Cândói (Ilha do Cavernoso), mas seu território de referência continua sendo a Ilha Grande, vale do Rio Paraná, área impactada pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a instalação do Parque Nacional da Ilha Grande. Os ilhéus estão desde os anos de 1990 na luta pela

O que queremos sustentar é a noção de que os seres humanos, ao longo de suas trajetórias, vivências e experiências, constituem seus territórios de vida também a partir de um território de referência preexistente. É a partir deste território de referência que vamos nos relacionando, ocupando e usando, aprendendo a falar, pensar e agir sobre ele, a partir dele, que vamos produzindo e transformando, interferindo no conjunto das continuidades e descontinuidades de suas e/ou nossas territorialidades. A partir desta compreensão, podemos afirmar que os jovens faxinalenses que participaram de nossas oficinas têm como território de referência o território faxinalense em que estão inseridos e suas territorialidades específicas<sup>32</sup>.

É importante considerar, ainda, que o território de vida se constitui nos processos cotidianos de territorialização. Consideramos que:

[...] o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades (SAQUET, 2013, p. 127).

Nesse sentido, compreendemos que:

[...] A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente. [...] A territorialidade é o acontecer de todas as atividades, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço

---

retomada de suas terras; c) e comunidades faxinalenses, que tiveram parte de seus territórios atingidos pela expansão do agronegócio, o que forçou a construção de cercas nas áreas de criadouro comum, que eram abertas no passado. O trabalho de Bourdieu e Sayad (2006), que trata da política francesa de reassentamento de camponeses argelinos, objetivando, sobretudo, monitorar e combater qualquer possibilidade de um levante popular de liberação nacional, nos mostra que a perda total do território de referência pode tomar um rumo violento, potencializando movimentos de desintegração, subordinação e domínio.

<sup>32</sup> Nessa perspectiva, compreendemos que para os povos e comunidades tradicionais, sobretudo aqueles que emergem no contexto mais atual da questão agrária brasileira na luta pela retomada de suas terras tradicionalmente ocupadas e pelo cumprimento de seus direitos constitucionais, a noção de território de referência se aproxima da noção de território tradicional, como sendo “espaço necessário à reprodução cultural, social e econômica” de um grupo, conforme proposto na PNPCT, mas cuja noção de tradicional não pode ser compreendido como sendo cristalizado ao passado, pelo contrário, “a noção de tradicional não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização continuada (ALMEIDA, 2006, p. 25). Por isso, entendemos que um território de referência, como território presente no aqui e no agora, pode ser resultado da coexistência entre história, afetividade e conflito.

geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2013, p. 129).

Assim, entendemos que os verbetes elaborados pelos jovens para caracterizar suas comunidades expressam suas múltiplas territorialidades e podem contribuir para uma melhor compreensão de como ocupam e usam, como contribuem na produção e na transformação de seu território de vida na atualidade. Agora, somaremos a esta reflexão a síntese que resultou da atividade realizada nas oficinas que nos ajudou a identificar a visão dos jovens sobre os faxinais, pois eles tinham que completar a seguinte expressão: “O Faxinal para o jovem é...”. Em pequenos grupos, os jovens elaboraram frases que foram sistematizadas e lidas e, como muitas das expressões se repetiam, apresentaremos algumas na sequência.

Algumas formulações elaboradas pelos jovens ressaltaram mais o sentimento da vida em comunidade e o convívio com territorialidades específicas, vejamos alguns exemplos:

- Tradição, costume, qualidade de vida, local onde moro, modo de vida;
- Um lugar livre para criação e para as pessoas também, relação de comunidade;
- O respeito, contato com a terra e união;
- O ambiente onde nós conseguimos interagir com a biodiversidade, tem segurança, frutas;
- Viver em comunidade, um modo de vida.

Já outras sínteses são semelhantes àquelas em que os jovens elaboraram para se referir a ser jovem no faxinal, que também trazem insinuações a respeito da existência de relações de preconceito e a ausência de políticas públicas que atendam os interesses dos jovens, como podemos ver a seguir:

- *Habitat*, moradia, lugar que mantém tradições, aconchego, lugar de difícil acesso, falta de lazer, gostar de viver dessa forma, gostar e manter a natureza;
- É uma preservação, é um lugar tranquilo e agradável, às vezes tem um pouco de conflito; um ajuda o outro; é um lugar seguro;
- É um lugar de uso coletivo, para muitos é o lugar dos atrasados; tem um ar diferente, tem muito passarinho.



Como essas diferenças supramencionadas apareceram novamente na forma de resultado dos trabalhos em grupo, tomamos como referência os questionários que nos retornaram e constatamos que estas mesmas questões e contradições apareceram nas expressões elaboradas pelos jovens para manifestar o que gostam e o que não gostam em seus territórios de vida.

Os jovens, quando se referem ao que gostam, reforçam sua ligação com territorialidades específicas dos faxinalenses, como a vida em comunidade, a relação mais próxima com a natureza, práticas religiosas e festejos. Compreende-se que a vida nos faxinais é marcada por tranquilidade, ar puro, liberdade, tradição, como um espaço que possibilita a vida e uma alimentação mais saudáveis. Esse discurso aparece tanto nas formulações de jovens cujas comunidades se localizam em municípios do interior do Estado quanto na Região Metropolitana de Curitiba. Vejamos alguns exemplos:

- Respirar ar livre, comer comida de verdade e sem veneno, cultivar meu modo de vida. (a Jovem, Faxinal dos Krüger, Município de Boaventura de São Roque-PR);
- A vida livre, sem medo de ocorrer algum acidente, roubo, não há poluição... uma vida tranquila (o Jovem, Faxinal Marmeleiro de Baixo, Município de Rebouças-PR);
- A natureza, as festas, fim de semana, reunir os amigos para jogar futebol, conversar (o Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão-PR);
- Gosto da união das pessoas, da liberdade, contato com a natureza (a Jovem, Faxinal do Salso, Quitandinha-PR).

O mesmo se repete com as formulações que expressam o que os jovens não gostam nos faxinais em que vivem, a exemplo de expressões que sugerem a existência de conflitos, ausências ou atendimento precarizado das/nas políticas públicas, vejamos alguns exemplos:

- Falta de lazer, algumas pessoas que são contra nosso modo de vida. (a Jovem, Faxinal dos Krüger, Município de Boaventura de São Roque);
- Maltrato dos animais, pois há pessoas que embora sendo faxinalense maltrata-os (a Jovem, Faxinal Espigão das Antas, Município de Mandirituba);
- Não gosto da falta de lazer, acessibilidade e comunicação (o Jovem, Faxinal Meleiro, Município de Mandirituba-PR);
- Não existem tantas opções de cursos e trabalhos. (a Jovem, Faxinal Espigão das Antas, Município de Mandirituba-PR);

- O que eu não gosto é de violência e conflito que acontece no faxinal (o Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão-PR).

Percebe-se uma diversidade de visões, um conjunto de contradições existentes na realidade vivida por estes jovens faxinalenses. Quando os jovens revelam o que o Faxinal significa para eles, expressam que este significado é construído a partir de suas relações com a natureza, com o modo de criação dos animais à solta, permeada por um conjunto de valores morais que tem sua centralidade na família, na religião e na vida comunitária. Mas, também, demonstram que se constrói nas relações com territorialidades distintas e em meio a conflitos dentro dos faxinais, em um conjunto de limites que dificultam a vida na comunidade, como o difícil acesso à cidade e ao conhecimento, a falta de oportunidades e as dificuldades de emprego (geração de renda), educação e atividades de lazer.

Ao desenvolver seu trabalho nas comunidades faxinalenses de Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, localizadas na Área Metropolitana Sul de Curitiba, Olesko (2013) traz elementos que destacam a coexistência de relações em que a juventude se faz presente:

[...] É o caso de carroças em conjunto com carros, de antenas parabólicas juntamente com latrinas, de música sertaneja caipira com música eletrônica dos mais jovens. A paisagem também conta, como já citado, com a abundância de mata nativa que é manejada tanto por sujeitos tipicamente campesinos como por jovens trajados com roupas largas e bonés, seguindo a moda da juventude brasileira. Isso tudo se faz presente num mesmo território, onde granjas de frangos criados confinados contrasta com galinhas caipiras e porcos criados soltos. Os tempos e espaços se sobrepõem, às vezes em conflito, às vezes de modo paralelo (OLESKO, 2013, p. 32).

A convivência de jovens (e crianças) com práticas tradicionais foi captada por Bertussi (2010, p. 80), que desenvolveu um estudo etnográfico na comunidade Espigão das Antas, município de Mandirituba, já acima mencionada, e acabou acompanhando os procedimentos de abate de um porco:

[...] Numa tranquila manhã vou à bodega, pela primeira vez desacompanhada de um representante da família Luz. Não há ninguém no balcão e por esse motivo bato palmas. Conheço Sueli, jovem esposa de seu Laurindo. A diferença de idade é notável. Ele, um homem grande e forte; ela, tímida e juvenil. Sueli me leva aos fundos da casa, onde acontece a carnagem. Chego atrasada. Um dos porcos já está pendurado nas correntes, dissecado, resta-lhe somente a espinha dorsal. O cheiro de fumaça e sangue é intermitente. O calor vem do tacho. Moscas sobrevoam todo o

ambiente. Trabalhando juntos a seu Laurindo está sua irmã Inês e prima de sua ex-mulher, Jucilaine, todos parentes. O filho do seu Laurindo tem pouco mais de dez anos, acompanha todo o processo e auxilia em determinadas etapas.

Mas, cabe destacar, ainda, a recorrência de verbetes e expressões em que os jovens querem retratar a presença de vereadores nas comunidades – até de faxinalenses que se candidatam – do movimento realizado para estudar e/ou trabalhar (que aprofundaremos mais tarde), da presença de fumo e granjas em algumas comunidades. Tal fato nos permite afirmar que as territorialidades destes jovens se constituem, também, marcadas por relações multiescalares, desde uma escala mais local, a exemplo das relações comunidade – faxinal-sede do município, faxinal-escola – mas também global – como resultado da expansão do capital no campo, a exemplo dos relatos de participação ou da convivência do trabalho com o fumo ou granjas.

Corroboramos com Barreto (2013), ancorados nos estudos de Oliveira (1997, 1999 e 2007) que a monopolização do território faxinalense pelo capital monopolista insere faxinalenses no processo global de reprodução capitalista. Para ele:

[...] Ao adquirir a matéria-prima, para ser beneficiada em relação de produção e realização de mais-valia, a indústria se apropria da renda da terra que competiria ao camponês, por ser ele o legítimo proprietário dela (da terra). No caso das famílias camponesas faxinalenses, foram verificadas essas relações na extração da folha verde da erva-mate e no sistema de integração com as indústrias do frango e do fumo (BARRETO, 2013, p. 112).

Nas comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros, localizadas respectivamente nos municípios paranaenses de Prudentópolis e Rio Azul, por exemplo, a cultura do fumo coexiste com as territorialidades específicas dos faxinalenses. O estudo de Hauresko (2012) a respeito da realidade destas comunidades demonstra como o trabalho com o fumo, que exige uma parte da terra para o plantio das folhas, mão de obra disponível e qualificada para lidar com o veneno e as tecnologias dispostas em estufas, submete os faxinalenses a ritmos e condições de trabalho muito distintos daqueles que estão acostumados com a produção de alimentos. A pesquisadora constatou, a partir de suas convivências com faxinalenses das comunidades supramencionadas, que:

[...] a cultura do fumo não desloca, não desencaixa fisicamente as famílias, ao contrário, permite a permanência dos faxinalenses no

meio rural e dentro da sua propriedade. Por outro lado, exige conhecimento especializado, que é repassado ao faxinalense fumicultor, pelos técnicos da indústria, que impõe a eles um outro ritmo de trabalho e de vida. O cultivo do fumo, de certa forma, rompe com o papel tradicional de construção e organização de um espaço voltado às necessidades das comunidades faxinalenses.

Os canteiros de fumo, a estufa são objetos técnicos artificiais, frutos da evolução técnico-científico-informacional, que insere nas comunidades faxinalenses o tempo, o ritmo e o consumo do mundo. O simbolismo destes objetos não tem ligação com o lugar e não remetem o faxinalense ao seu próprio lugar, e sim, ao mundo global (HAURESKO, 2012, p. 250-251).

Em Simões (2009) é possível constatar que na comunidade Taquari dos Ribeiros, município de Rio Azul-PR, trabalhar nas estufas de fumo faz parte da rotina de alguns jovens, visto como sendo um fator que ao mesmo tempo em que amplia a renda das famílias, submete-as aos interesses das indústrias fumageiras, ao convívio com o uso de veneno e muitas horas de trabalho. Veremos mais adiante que o trabalho com o fumo ou em granjas aparece nos relatos de outros jovens.

O que queremos reforçar, neste momento, é que quando observamos atentamente os dizeres dos líderes faxinalenses da APF que procuram explicar o que é um Faxinal, dispostos nas cartilhas publicadas pela Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, percebe-se que entre os elementos identitários estão a vida em comunidade, o uso coletivo da terra para a criação de animais à solta e habitação, o trabalho coletivo, o cuidado com a natureza, os ofícios tradicionais, as práticas religiosas. Mas também se percebe as denúncias a respeito dos impactos do agronegócio, contra a monocultura do *pinnus* e *eucalipto*, o avanço da soja transgênica, do fumo, do milho e da batata, que ocupam terras em larga escala, assim como o veneno que acaba por poluir o solo e a água dos rios e lagos; a exploração das empresas madeireiras, a violência contra os bens dos faxinalenses, o roubo de animais, as situações de negação, invisibilidade e marginalidade nas políticas públicas, entre outros (PNCS, 2007; 2008).

Estas questões também vão sendo apresentadas pelos jovens ao longo das oficinas, em alguns casos expostas como fatores de decisão para sua permanência ou saída de suas comunidades, como veremos a seguir. Desta forma, vamos constatando, cada vez mais, que a juventude participante de nossas oficinas estabelece conexões com seu território de vida,

compartilhando com territorialidades específicas que atravessam gerações. No entanto, a rotina de vida a que estes jovens estão submetidos vai sendo marcada, também, por um contexto bastante dinâmico que favorece o diálogo e a troca de experiências – na escola ou em ambientes de trabalho fora das comunidades, ou ainda a partir do uso das redes sociais, por exemplo – que contribui para o convívio com outros jovens e realidades.

### 2.3 JOVENS: PERMANECER OU SAIR DOS FAXINAIS?

Quando indagados sobre “permanecer ou sair dos Faxinais”, os jovens sujeitos desta pesquisa não só emitiram suas vontades para o presente ou para o futuro – um simples sim ou não –, mas também justificaram os fatores que influenciam seus posicionamentos frente à realidade em que estão inseridos. A maioria dos jovens afirmou que sua pretensão é permanecer na comunidade em que vive, mas nos debates evidenciamos que a permanência também se relaciona com mudanças nas condições de vida.

As justificativas de suas decisões variam entre sua participação nas demandas mais gerais do movimento faxinalense pelo reconhecimento de sua identidade e modo de vida, até seus sentimentos de pertença ao território, as relações familiares e comunitárias, ou ainda, as condições precárias no acesso às políticas públicas, em particular as políticas de emprego/geração de renda, educação, cultura e lazer, entre outros.

Há quem pretende ficar, cujos argumentos permitem evidenciar uma convivência com a luta faxinalense, o que reforça mais uma vez que há jovens já participando de ações promovidas pela APF ou pelas associações de moradores, entre outros. Vejamos a seguir os exemplos:

- Pretendo morar, porque pretendo lutar até o fim... Até conseguir meus ideais e cultivar a tradição faxinalense. (a Jovem, Faxinal dos Krüger, Município de Boaventura de São Roque-PR).

Outro argumento bastante utilizado por aqueles que pretendem permanecer revela seus sentimentos de pertença às relações com o território de vida, como podemos observar a seguir:

- Eu pretendo continuar no faxinal, pois ali nasci e ali vou permanecer, trabalhando e estudando para ter uma vida digna. (o Jovem, Faxinal Meleiro, Município de Mandirituba-PR);

- Pretendo continuar, lá eu consigo ser eu mesmo, desenvolver sustentabilidade, ali é meu refúgio (o Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR);
- Eu pretendo continuar, ajudando a desenvolver as propriedades de forma coletiva, e eu estudo sem sair do faxinal (o Jovem, Faxinal dos Ribeiros, Município de Pinhão-PR);
- Quero continuar morando no faxinal, pela família e os benefícios da natureza. (o Jovem, Faxinal Saudade de Santa Anita, Município de Turvo-PR);
- Quero continuar por causa da família (o Jovem, Faxinal do Salso, Município de Quitandinha-PR);
- Pretendo ficar, eu pretendo estudar... eu estava fazendo curso técnico de agroecologia, então eu vou estudar e o que eu aprender, eu vou aplicar na minha propriedade (o Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão-PR).

Há casos em que ficou marcada a influência da família para uma tomada de decisão, que encontra resistência na posição do jovem:

- Minha mãe quer que eu vá morar na cidade, mas não pretendo. Sei que ela quer um futuro melhor pra mim, mas eu acho que já tenho (a Jovem, Faxinal Espigão das Antas, Município de Mandirituba-PR).

Podemos destacar, também, casos que expressam dúvida sobre a exata posição, um afirma pretender ficar, mas tudo dependerá de um futuro contexto:

- Eu pretendo continuar morando lá, mas se não melhorar... talvez eu saia (o Jovem, Faxinal Pedra Preta, Município de Mandirituba-PR);
- Talvez sim, talvez não. Trabalhar na cidade ou ajudando a família na casa. (a Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR).

Sobre sair, os jovens denunciam ausências, descasos, dificuldades enfrentadas no cotidiano, manifestam seus descontentamentos frente à realidade vivida, acreditam que podem construir uma “vida melhor” fora de suas comunidades. Entre os fatores de maior influência estão o difícil acesso a uma educação de qualidade e as condições de trabalho, como podemos evidenciar a seguir:

- Pretendo sair... até para completar meus estudos, na comunidade é muito difícil para estudar (a Jovem, Comunidade Bom Retiro, Município de Pinhão-PR);
- Sair, porque não há continuação dos estudos e por falta de oportunidades de renda (o Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR);

- Sair, pretendo estudar, arrumar um emprego fixo (o Jovem, Faxinal Barro Branco, Município de Rebouças-PR);
- No momento, eu pretendo sair, pois os recursos rurais estão sendo desvalorizados e pouco reconhecidos pelo Estado (o Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão);
- Não pretendo ficar, pois pretendo estudar engenharia civil (o Jovem, Faxinal Pedra Preta, Município de Mandirituba-PR).

Há jovens que expressam a vontade de que o Faxinal continue existindo, mas não vê parte de sua vida jovem dentro dele, explicitando que pretende sair e só voltar quando sua vida já estiver encaminhada, como podemos evidenciar no posicionamento destes jovens:

- Quero sair, trabalhar e depois de algum tempo voltar para viver tranquilo (o Jovem, Faxinal São Roquinho, Município de Pinhão-PR);
- Eu pretendo sair para estudar, depois dos estudos eu volto para o faxinal. (o Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão-PR);
- Pretendo somente sair e me qualificar em artes e geografia, para continuar morando no faxinal e dar aulas na escola local (a Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR).

No convívio com os faxinalenses da APF é muito comum escutar das lideranças comunitárias que os “jovens estão indo embora”, não por acaso a temática de permanecer ou sair dos faxinais gerou polêmica entre eles, cujas discussões nos permitiram apreender um conjunto de argumentos que contribuem para entender os motivos que influenciam essa decisão. Evidenciamos nas formulações dos jovens, por exemplo, que a procura pela continuidade dos estudos e um bom emprego são motivos que têm contribuído para potencializar a sua saída.

Hauresko (2012) identificou que nos faxinais Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros a migração de jovens para a cidade está atrelada, sobretudo, ao acesso à escola, entendida como caminho para uma melhoria da qualidade de vida e a busca de um trabalho que, pelos jovens, é compreendido como menos árduo<sup>33</sup>. A pesquisadora afirma que, nestas comunidades, as migrações mais definitivas não se justificam pelas mudanças técnico-mecânicas que foram

---

<sup>33</sup> Hauresko (2012, p. 242-244) identificou a partir de pesquisa realizada com 08 famílias do Faxinal Anta Gorda, por exemplo, que jovens migrantes foram para cidades como Ponta Grossa-PR, Prudentópolis-PR, São Paulo-SP, Curitiba-PR, São José dos Pinhais-PR, Rio de Janeiro-RJ. Entre as profissões exercidas por eles estão: atendentes de creche ou padaria, diarista, pedreiro (construção civil de modo geral), garçom, reposidores de mercadorias em supermercados, autônomos, entre outros.

ocorrendo ao longo dos últimos anos e que auxiliam o trabalho na lavoura, mas recai ainda sobre o trabalho agrícola que é, desde o ponto de vista dos jovens, muito cansativo e pouco rentável, assim como a falta de atividades de lazer (HAURESKO, 2012, p. 245).

Em conversa com jovens mulheres, a referida pesquisadora ainda encontrou argumentos que falam de beleza física (estética) e o encontro/confronto com a cultura do consumo (a moda). Os diálogos com jovens faxinalenses sinalizaram que:

[...] muitas meninas ou mulheres mais jovens do faxinal, disseram que, após estabelecerem contatos com outras meninas que foram trabalhar na cidade, notaram “a pele mais branquinha, sem manchas”, “roupas da moda”, “elas ficaram bem mais bonitas”, não hesitaram em migrar para a cidade, porém, por intermédio das amigas (HAURESKO, 2012, p. 245).

Encontramos menções referentes às migrações de jovens faxinalenses, também em Grzebieluka (2010), Barbosa (2010) e Lima (2011). Grzebieluka (2010, p. 120), preocupado em analisar as transformações socioespaciais ocorridas nas comunidades rurais do município de Tibagi-PR, identificou nas comunidades faxinalenses dos Empoçados e dos Mendes que:

[...] o contato com elementos do mundo moderno faz com que o modo de viver tradicionalmente dos jovens do campo, incorpore muitas informações de um modo de viver que está em constante transformação. Neste contexto, muitos jovens residentes em comunidades rurais, abandonam as tradições do campo e seguem em busca de novas oportunidades nas áreas urbanas. Nas comunidades que fazem parte da presente pesquisa, constata-se que o número de jovens que se desloca para outras cidades em busca de estudo e emprego tem aumentado gradativamente nos últimos anos, sendo que muitos não retornam mais para o convívio na comunidade onde viveram boa parte de suas vidas.

Lima (2011), ao procurar entender as dinâmicas das territorialidades na comunidade Faxinal do Posto, localizada no município de Inácio Martins-PR, constatou que cerca de 50% dos jovens estavam saindo da comunidade em busca de emprego. O trabalho de Barbosa (2010, p. 62), ao analisar mudanças nas dinâmicas organizacionais das famílias faxinalenses na comunidade Taquari dos Ribeiros, constatou que há uma tendência de “envelhecimento da comunidade”. Explica que “jovens comumente buscam alternativas mais atrativas do que se estabelecer nos moldes de vida faxinalense”. Por outro lado, o referido pesquisador entende que no caso da comunidade pesquisada “isso não reflete uma tendência à desestruturação da comunidade”, pois muito



embora tenha uma parcela significativa de migração de jovens faxinalenses, “há uma parcela que cria identidade com o modelo de vida e continua a reproduzir o sistema ao qual está inserido”.

Para além das realidades faxinalenses aqui retratadas, o dilema de permanecer ou sair faz parte do contexto de vida de outros jovens do Brasil rural. O êxodo rural da juventude é uma temática de pesquisa no Brasil desde antes dos anos de 1980 (CASTRO, 2010; CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010). A pesquisa de Castro (2005), cujo foco se deu sobre a cotidianidade de jovens assentados da Reforma Agrária na Baixada Fluminense, por exemplo, nos mostra que marcam a dinâmica de ficar ou sair da comunidade, principalmente questões como os conflitos intergeracionais, a formação de novos núcleos familiares (o casamento), os estudos, a procura por trabalhos não vinculados à propriedade rural (trabalhos não agrícolas).

A pesquisa de Stropasolas (2006, p. 17), realizada com jovens da agricultura familiar do “município de Ouro-SC, situado no Vale do Rio do Peixe, região Oeste de Santa Catarina (Microrregião de Joaçaba)”, nos permite compreender que permanecer ou sair, neste contexto, é um dilema perpassado pelas questões que envolvem os padrões sucessórios da agricultura familiar. O pesquisador constata que transformações técnico-mecânicas, conjuntamente com a gradativa integração das famílias em sistemas mais complexos e dinâmicos provocados pela chegada das agroindústrias de aves e suínos, impulsionados pelo ritmo do mercado, provocaram mudanças substanciais na vida cotidiana dos trabalhadores. O trabalho mais alinhado às regras destas agroindústrias vai sendo considerado mais árduo e menos rentável pelos trabalhadores.

O trabalho de Stropasolas (2006) destaca aspectos que marcam a vida jovem no contexto da agricultura familiar e dos pequenos municípios, que vivenciam uma relação muito próxima entre as dinâmicas da vida no campo e na cidade, tais como: a invisibilidade dessa juventude em diferentes esferas da vida social; o significado do trabalho, da cultura e do lazer, da educação (como estratégia para mudar/melhorar de vida), os conflitos provocados por relações desiguais de gênero, em particular envolvendo o processo sucessório da propriedade agrícola.

O pesquisador ressalta que, na agricultura familiar, geralmente são os homens que herdaram a terra e em relação às mulheres. Isso só não acontece quando uma filha casada permanece ou retorna à propriedade para cuidar dos pais. Esse movimento, segundo Stropasolas (2006, p. 21-22), tem contribuído para uma masculinização do campo, uma vez que as moças saem para estudar fora da comunidade e, ao saírem, dificilmente retornam para casar com os filhos de agricultores. A partir dos depoimentos dos jovens, o autor destaca que esse retorno e casamento com os filhos dos agricultores representam para as moças que saem “a continuidade da condição social da mulher na agricultura, condição vivida por suas mães, e que elas não pretendem reproduzir”.

Percebe-se, tanto entre os jovens faxinalenses quanto outros jovens que vivem no espaço rural, a exemplo dos jovens assentados pesquisados por Castro (2005) e da Agricultura Familiar pesquisados por Stropasolas (2006), que “forças econômicas, políticas e culturais” acabam por determinar o movimento que podemos denominar de des-re-territorialização (SAQUET, 2013). Veremos ao longo desta tese que o movimento de des-re-territorialização leva à “constituição de novas territorialidades, no mesmo ou em diferentes lugares, no mesmo ou em diferentes períodos históricos” (SAQUET, 2013, p. 128).

Os jovens, impulsionados pela necessidade do estudo, pela busca de um trabalho alternativo (menos árduo na visão deles) e mais rentável, pelo conflito com as especificidades de seu território e as condições precárias de vida, por exemplo, se desterritorializam de seus territórios de vida e se reterritorializam nas escolas (muitas delas localizadas nas sedes dos municípios), nos mais diferentes empregos não agrícolas, entre outros. Assim, vamos constatando que os jovens com os quais trabalhamos produzem suas territorialidades entre as territorialidades específicas etnicamente diferenciadas dos faxinalenses e o contato com territorialidades distintas dispostas no mundo que o rodeia.

## 2.4 A INTERFACE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Como viemos demonstrando na seção anterior, o debate sobre educação e trabalho acabou se relacionando ao longo das atividades promovidas nas oficinas. Mas, aqui, queremos ressaltar que a maioria dos jovens manifestou dividir o seu tempo diário entre atividades de escolarização e de trabalho. Frequentar a escola, estudar, é entendido pelos jovens como sendo uma possibilidade para melhoria das condições de vida, de trabalho e geração de renda.

Constatamos que a escola dificilmente fica dentro da comunidade, principalmente as que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Segundo os jovens que participaram das oficinas, geralmente são os ônibus que passam pelo faxinal para deslocar os estudantes, movimento que, segundo declarações, possui um tempo de duração que varia entre 15 min., 30 min. e 1 hora – esse é um exemplo do movimento de des-re-territorialização temporária, pois os jovens retornam a seus territórios de vida.

Além de ser o espaço de estudo, para os jovens, evidenciamos que a escola também é entendida por eles como sendo o espaço de ampliação de sociabilidade para além do território faxinalense, onde fazem novas amizades, possuem mais liberdade em relação às tradições familiares, podem namorar, frequentar lojas e bares, entre outras atividades que são promovidas nas sedes dos municípios. Porém, muitos deles denunciam que ela pouco trata ou reconhece o modo de vida dos faxinais.

A escola, também como espaço de ampliação das relações sociais, apareceu em estudo com jovens quilombolas da comunidade São José da Serra, localizada no município de Valença-RJ, muito conhecida pela tradicional dança do jongo originada em terreiros de escravo. Neste cenário, Carrano (2007) ressalta que a escola acaba se tornando, também, um lugar onde se pode reivindicar juventude.

No caso dos jovens quilombolas supramencionados, a escola é o lugar que permite um tipo de sociabilidade sem adultos, autoridades tradicionais do quilombo, que raramente é vivenciada no contexto das relações de festas e trabalho da comunidade. É na escola que se fazem as amizades fora da roça e

se ampliam as relações com a cultura da cidade. Percebe-se, a partir deste trabalho, que estes jovens quilombolas, conjuntamente com as tradições do quilombo, suas territorialidades específicas, modificam seu modo de vestir e falar, assim como querem participar dos bailes *funk*, ou seja, modificam suas territorialidades.

Junto a jovens faxinalenses, indagamos sobre a preferência em estudar em uma escola localizada na comunidade faxinalense em que habitam ou nas sedes dos municípios. A maioria respondeu que gostaria muito que a escola estivesse no faxinal, suas justificativas são variadas, como podemos observar em algumas declarações a seguir:

- Dentro do faxinal... Porque tem o transtorno de ir todo dia de ônibus e gostar de ter um estudo diferenciado com meu modo de vida (a Jovem, Faxinal dos Krüger, Município de Boaventura de São Roque-PR);
- Eu escolho na área do faxinal. Pois a educação é de mesmo nível em todas as escolas do meu município, e não deixaria de estudar (o Jovem, Faxinal Meleiro, Município de Mandirituba-PR);
- Eu preferia no faxinal, mas como não tem, eu estudo na cidade. A escola que eu estudo é diferente das outras porque ela tem o curso técnico e ao mesmo tempo tem o Ensino Médio (o Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão-PR);
- Preferia no faxinal, embora falem que na cidade o ensino é melhor. Pois o modo de agir, falar seria tudo o mesmo. (a Jovem, Faxinal Espigão das Antas, Município de Mandirituba-PR).

Cabe destacar que alguns jovens responderam querer estudar na sede de seus municípios, sem justificativas, apenas um acabou por expressar que prefere estudar na cidade “por ter cursos profissionalizantes” (o Jovem, Faxinal Barro Branco, Município de Rebouças-PR). Encontramos apenas duas jovens que declararam frequentar cursos universitários, uma delas é moradora do Faxinal de Espigão das Antas e outra é moradora do Faxinal Campestre dos Paula, ambas comunidades localizadas em municípios da Área Metropolitana Sul de Curitiba. Uma destas explicitou que chega a morar fora do faxinal durante os dias úteis da semana, tanto para trabalhar, quanto para estudar, e retorna à casa dos pais aos sábados, domingos e feriados.

Esse movimento de des-re-territorialização provocado pela necessidade de acesso à escola por parte de jovens faxinalenses também aparece nos trabalhos de Simões (2009), Bertussi (2010), Grzebieluka (2010),

Lima (2011) e Hauresko (2012). Simões (2009, p. 92-93) aponta, por exemplo, que no Faxinal Marmeleiro, localizado no município de Rebouças-PR, muito “embora a escola esteja localizada no criadouro coletivo da comunidade (Marmeleiro de Baixo), as crianças chegam a se locomover entre 1 a 5Km pelas estradas”. Em Inácio Martins-PR, os jovens faxinalenses chegam a percorrer 45Km para terminar o Ensino Médio.

Na comunidade de São Miguel, localizada em Inácio Martins, Lima (2011, p. 75) captou mais um dos desdobramentos da interface entre educação e trabalho, a distorção idade-série:

[...] O entrevistado A nessa comunidade retrata: “Estou fazendo Ensino Médio, mas não normal, na EJA (Educação de Jovens e Adultos), porque já desisti várias vezes de estudar, no decorrer do ano, para ajudar minha família e por ser muito longe. No inverno é ainda mais difícil, nos dias de chuva o ônibus encalha e não vai vários dias. Aí acabei desistindo três anos de estudar”.

Tal fato também acontece com outros jovens rurais, como demonstra Silva (2002) que desenvolveu pesquisa no município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha-MG. A pesquisadora conseguiu apreender a partir de entrevistas com jovens rurais entre 15 e 25 anos de idade que eles:

[...] deixam a escola, pois, muitas vezes, se veem num processo de sucessivas repetências, seja porque tem de migrar para completar a renda familiar; abandoná-la, temporariamente, para ajudar os pais no plantio quando chega os períodos de chuva; ou porque a escola que têm não lhes oferece perspectivas de futuro profissional, principalmente no momento de entrada no mercado de trabalho (SILVA, 2002, p. 102).

O estudo de Ferreira e Alves (2009, p. 247), considerando dados do PNAD de 2007, aponta que a taxa de analfabetismo da juventude rural é seis vezes superior à urbana. Os autores destacam ainda que:

[...] O número médio de anos de estudos entre jovens rurais é de 6,5 anos, enquanto entre os urbanos ultrapassam os nove anos. Se considerarmos somente a zona rural, é notável a diferença de escolaridade entre rapazes e moças. Estas apresentam uma taxa de analfabetismo de 1,45% contra uma taxa masculina de 6,4%.

Hauresko (2012, p. 243), na conversa com faxinalenses das comunidades de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros – mencionadas anteriormente – constata que “a escola, na visão dos faxinalenses, é um caminho para inserção de seus filhos ou filhas como mão de obra assalariada na cidade”. Segundo a pesquisadora:

[...] este quadro aparece após a década de 1990, quando o governo incentiva mais a escolarização de jovens no meio rural. Após este

período, a escola passa a ser vista pelos pais e pelos filhos como um processo de transição para o trabalho na cidade e como possibilidade e esperança de uma melhor remuneração da força de trabalho de seus filhos, inclusive esperando deles a colaboração financeira com parte dos membros que permanece no campo (HAURESKO, 2012, p. 239).

Em nossas oficinas, os jovens faxinalenses participantes desta pesquisa também elencaram tipos de cursos que eles acreditam contribuir para essa melhoria da qualidade de vida: formação política, direito, economia, engenharia civil, agroecologia, agronomia, informática, técnicos florestais, veterinária, manejo sustentável da lavoura, turismo, cursos profissionalizantes em educação do campo, de agricultura com sementes e vários tipos de grãos, financeiro, cursos sobre cultura, artesanato, entre outros.

Percebe-se, desta forma, que nem todos os jovens querem trabalhar em atividades agrícolas. Segundo Ferreira e Alves (2009, p. 248), o PNAD de 2007 já sinalizava que 35% dos jovens rurais entre 15 e 29 anos estavam “predominantemente envolvidos em tarefas não agrícolas”.

Mas, como mencionamos anteriormente, a maioria dos jovens faxinalenses com os quais trabalhamos expressou dividir seu tempo entre a escolarização e a realização de tarefas nas propriedades. Vejamos alguns exemplos em que os jovens desenvolvem atividades na propriedade dos pais:

- Tirar leite, cuidar da horta, cultivar alimentos sem veneno, ser faxinalense (a Jovem, Faxinal dos Krüguer, Município de Boaventura de São Roque-PR);
- Trabalho na propriedade, faço serviços domésticos, extrativismo de erva-mate (a Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão-PR);
- Trabalho na propriedade dos pais, com agroecologia e leite (o Jovem, Faxinal Saudade de Santa Anita, Município de Turvo-PR);
- Ajudo a minha mãe no dia a dia, limpo a casa (a Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR);
- Eu trabalho na lavoura, com plantio de fumo, feijão, milho, entre outras coisas (o Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR);
- Eu trabalho cuidando de três granjas, eu faço coisas... abasteço os pratinhos de ração, incentivo os pintinhos a comer e a beber água (o Jovem, Faxinal Pedra Preta, Município de Mandirituba).

É interessante ressaltar que estes jovens apresentam uma noção de trabalho que possui uma dupla forma: trabalho como parte do modo de vida e trabalho que objetiva geração de renda. Como modo de vida, aparecem os

serviços da casa (que, aliás, se tornou recorrente em formulações de jovens mulheres), tirar leite, alimentar os animais à solta, cuidar da horta, cultivar alimentos como pinhão, milho, feijão, batata, mandioca, entre outros. A expressão “produzir para o gasto” é muito comum para se referir à produção que é voltada para o autoconsumo. Já para geração de renda aparecem verduras em geral, leite, erva-mate, granja, fumo e milho. Principalmente nestes últimos casos o trabalho é apontado como sendo pouco rentável e de muito esforço.

Vimos, anteriormente, que a busca pela escolarização se dá pelo anseio, sobretudo pela possibilidade de conseguir um emprego melhor, assim, educação e trabalho para geração de renda constituem dois fatores importantes de decisão dos jovens em permanecer ou migrar dos faxinais. Existem casos em que os jovens migram para trabalhar fora dos faxinais, fato que apareceu mais entre jovens faxinalenses que moram na Área Metropolitana Sul de Curitiba. Vejamos alguns exemplos:

- Contabilidade... trabalho de segunda a sexta e aos finais de semana venho à casa dos meus pais (a Jovem, Faxinal Espigão das Antas, Município de Mandirituba-PR);
- Trabalho pesado... pois trabalho em uma cerâmica (o Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR);
- Eu trabalho em uma indústria, onde trabalhamos em grupo, como auxiliar de produção (o Jovem, Faxinal Meleiro, Município de Mandirituba-PR);
- Estágio em escritório de advocacia (a Jovem, Faxinal Campestre dos Paula, Município de Mandirituba-PR).

Bertussi (2010, p. 63), em seu estudo antropológico no Faxinal Espigão das Antas, encontrou junto aos mais antigos da comunidade, o discurso sobre as dificuldades de se manter os filhos na roça:

[...] Fazendo a comparação entre os tempos antigos e a realidade atual, Matheus e Tonico lembram que o filho se criava na roça. Seu Tonico, por exemplo, tem os nove filhos trabalhando na cidade e somente um consegue acumular serviço numa empresa e ainda auxiliar na granja. Hoje não se cria filho na roça por diversos motivos. Ali se ressaltava a dificuldade em garantir a subsistência somente com a produção agrícola.

Essa comparação entre o passado e o presente também aparece no trabalho de Hauresko (2012, p. 240) no contexto dos faxinais Taquari dos Ribeiros e Anta Gorda:

Nos relatos que ouvimos de faxinalenses mais idosos, notamos que estes quando crianças e/ou adolescentes aprendiam desde cedo a diferenciar funções, a estabelecer hierarquias e as funções que cabiam a cada membro da família. Tempos atrás, por volta de 1940, cobrava-se da criança, do adolescente e do jovem de ambos os sexos, a disposição, a participação no e para o trabalho na roça e na casa. Os homens e mulheres muito precocemente eram iniciados no trabalho pesado, “para que o filho e a filha sentissem que a vida não é fácil” e para “saber se virar quando crescer”, disse uma faxinalense.

Mas, como viemos destacando, mesmo com as mudanças técnico-mecânicas ocorridas, principalmente com o avanço da revolução verde, a juventude expressa que o trabalho é cansativo, ou ainda, desgastante e pouco rentável. Por isso recai sobre a educação a esperança de que ela contribua para gerar novas oportunidades de geração de renda – não necessariamente na comunidade. Hauresko (2010, p. 243) evidenciou nas comunidades supramencionadas que há quem não gostaria que seus filhos continuassem na roça. Segundo a pesquisadora:

[...] Após a década de 1980-1990, houve a extensão da escolarização para os jovens do meio rural e, a partir daí, o estudo passou a ser visto pelos pais como possibilidade e esperança de “ganhar dinheiro por mês” de “diminuir o sofrimento, porque o trabalho na roça é muito pesado e a gente nunca tem dinheiro”. A escola, na visão dos faxinalenses, é um caminho para a inserção de seus filhos ou filhas como mão de obra assalariada na cidade.

Em síntese, a partir do vocabulário territorial e dos diálogos que realizamos com autores que fizeram menção à realidade de jovens faxinalenses em suas pesquisas ou à realidade de outras representações da juventude rural, destacamos que há interface entre educação e trabalho, uma vez que: a juventude divide seu tempo entre os estudos e o trabalho – seja como parte do modo de vida ou para geração de renda; o processo de escolarização é entendido como caminho de acesso para um bom emprego, como capaz de ampliar, na visão deles, as possibilidades de melhorar as condições de vida dentro ou fora dos faxinais.

## 2.5 QUANDO O ASSUNTO É POLÍTICA PÚBLICA, O QUE DIZEM OS JOVENS?

Os jovens retrataram as ausências das políticas públicas, manifestaram que muitas das dificuldades existentes dentro dos faxinais persistem porque os governos não os enxergam. Sobre este assunto, os jovens emitiram opiniões



muito distintas, porém, entre as demandas que mais apareceram em suas considerações estavam ações voltadas à educação, à geração de emprego e renda, acesso à cultura e atividades de lazer.

O tema gerador para este debate foi: Considerando as realidades das comunidades e a vida do jovem no Faxinal, quais demandas podem ser pautadas pensando em “Políticas Públicas”? Este tema também objetivou contribuir para dar início à formação política dos jovens, buscando debater, também, a juventude faxinalense como sujeitos de direitos. É preciso destacar que não identificamos a existência de um movimento de jovens faxinalenses, não como veremos adiante no texto em que jovens estão organizados junto de entidades e movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ou ainda, o movimento sindical de jovens da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF).

No conjunto das elaborações, jovens destacaram demandas voltadas à educação, tanto para escolarização quanto para formação técnica (voltada à qualificação para o trabalho) ou política. Vejamos alguns exemplos:

- Educação igualitária;
- Cursos de formação de lideranças, buscando o fortalecimento das mobilizações dos jovens em busca da permanência e resistência dos faxinais, e consequentemente dos povos faxinalenses;
- Recursos financeiros e financiamentos do Estado para conseguir estudar, fazer universidade na cidade e conseguir voltar;
- Cursos profissionalizantes e técnicos para os jovens: como artesanatos, reciclagem, entre outros. Tudo isso como fonte de lucro para manter a família;
- Investir em cursos técnicos e profissionalizantes, para após a conclusão dos mesmos os jovens trabalhar dentro do faxinal, como agroecologia, engenharia florestal, entre outros;
- E participar sempre desses encontros para podermos levar para a comunidade novos conhecimentos.

Percebe-se que a interface educação e trabalho que mencionamos na seção anterior se projeta nas demandas para as políticas públicas destes jovens. Reforça-se que, na visão dos jovens, o processo de escolarização/formação é considerado um caminho para a melhoria das

condições de vida. Mas, além da educação, a necessidade de incentivo à geração renda também apareceu:

- Garantia de oportunidade de trabalho dentro do Faxinal;
- Discutir alternativas de renda dos jovens;
- Investimentos de projetos na erva-mate como fonte de renda pra manter os faxinais.

Conjuntamente com as questões de educação/formação e trabalho, também apareceu no grupo o anseio de apoio às atividades de cultura e lazer. Os jovens foram expressando, ao longo dos diálogos, que parte de suas atividades culturais e de lazer, por exemplo, são criadas por eles mesmos a partir do seu território de vida, como nadar, pescar, jogar futebol, reunir-se com os amigos, festejos e bailes, entre outros. Mas, eles compreendem como fundamental na atualidade o acesso às tecnologias de comunicação e informação na sua comunidade, por exemplo. Afirmaram que gostariam de frequentar o cinema ou o teatro, houve quem afirmou nunca ter frequentado qualquer um destes ambientes. Vejamos algumas formulações:

- Construir espaços físicos para lazer;
- Construção de espaços para a formação cultural do jovem faxinalense, na busca de descobrir e incentivar os talentos locais;
- Investimentos nas áreas de lazer e esporte para manter os jovens dentro do Faxinal, e não precisar buscar outras formas de cultura fora desses espaços.

Ao final das oficinas realizadas durante os encontros organizados pela APF foram elaboradas duas cartas, nestas, questões sobre políticas públicas estão presentes. A primeira carta foi elaborada no final da primeira oficina realizada em Guarapuava durante o IV Encontro dos Povos Faxinalenses, direcionada à APF, como podemos evidenciar no quadro a seguir (quadro 06).

### **CARTA DA JUVENTUDE FAXINALENSE**

Guarapuava, 27 de agosto de 2011.

#### **À Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses**

Nós jovens faxinalenses reunidos no 4º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses, realizado no município de Guarapuava, entre os dias 26, 27 e 28 de agosto de 2011, sendo este o primeiro ano em que o evento direciona um debate específico ao nosso grupo, após um consenso coletivo (em oficina), viemos reivindicar:

- Educação igualitária;
- Construir espaços físicos para lazer;
- Cursos de formação de lideranças, buscando o fortalecimento das mobilizações dos jovens em busca da permanência e resistência dos faxinais, e consequentemente dos povos faxinalenses;
- Garantia de oportunidade de trabalho dentro do Faxinal;
- Recursos financeiros e financiamentos do Estado para conseguir estudar, fazer universidade na cidade e conseguir voltar;
- Construir uma melhor articulação da juventude, formando grupos entre diferentes faxinais;
- Cursos de formação de direito, etnia, e coletivismo;
- Discutir alternativas de renda dos jovens;
- Políticas Públicas para o jovem faxinalense;
- Construção de espaços para a formação cultural do jovem faxinalense, na busca de descobrir e incentivar os talentos locais;
- Cursos profissionalizantes e técnicos para os jovens: como artesanatos, reciclagem, entre outros. Tudo isso como fonte de lucro para manter a família;
- Investimentos nas áreas de lazer e esporte para manter os jovens dentro do Faxinal, e não precisar buscar outras formas de cultura fora desses espaços;
- Investir em cursos técnicos e profissionalizantes, para após a conclusão dos mesmos os jovens trabalhar dentro do faxinal, como agroecologia, engenharia florestal, entre outros;
- Investimentos de projetos na erva-mate como fonte de renda pra manter os faxinais;
- E participar sempre desses encontros para podermos levar para a comunidade novos conhecimentos.

QUADRO 06 – CARTA DOS JOVENS FAXINALENSES À ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS DE FAXINAIS, IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2011  
 FONTE: RELATÓRIO DE CAMPO, 2011.  
 ORG.: SIMÕES, W., 2013.

A referida carta foi entregue às lideranças faxinalenses da APF, passando a compor o conjunto de demandas destas comunidades. Segundo lideranças da APF, após o evento, em algumas realidades, jovens passaram a compor os grupos de coordenação local, contribuindo para debater os

encaminhamentos da luta faxinalense, porém, a luta ainda não tem dado a devida atenção às questões da juventude, tratando de forma prioritária questões como demandas de regularização fundiária, conflitos territoriais com o agronegócio, alternativas para geração de renda, criação de reservas de desenvolvimento sustentável, ICMS ecológico, direitos étnicos a política estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros. Na visão das lideranças da APF, a prioridade é o território.



FIGURA 11 – JOVENS ENTREGANDO CARTA À ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS DE FAXINAIS, IV ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2011.  
FONTE: SIMÕES, W., 2013.

Na figura acima podemos visualizar os jovens que participaram da oficina e que, no evento supramencionado, se reuniram durante o encerramento para ler e entregar a carta à APF. É preciso destacar que a escolha de quem leria e entregaria a carta foi resultado de uma decisão coletiva, assim como o fato de que, no ato da entrega, todos os jovens seriam chamados à frente da plenária do movimento faxinalense.

Já no V Encontro dos Povos Faxinalenses, a carta foi entregue ao poder público durante mesa de debate em que estavam alguns representantes do poder executivo e legislativo (figura 12), o conteúdo da carta trata diretamente sobre política pública voltada à juventude, como podemos evidenciar no quadro a seguir (quadro 07).

### **CARTA DA JUVENTUDE FAXINALENSE AO PODER PÚBLICO**

1. Nós, representantes dos jovens dos faxinais Marcondes (Prudentópolis), Bom Retiro (Pinhão), São Roquinho (Pinhão), Paiol (Lapa), Barro Branco (Rebouças), Ribeiro (Pinhão), dos Krüger (Boaventura de São Roque), nos reunimos no município de Guarapuava, durante o V Encontro dos Faxinalenses do Paraná, realizado entre os dias 30, 31 de Agosto e 01 de Setembro de 2013, para refletir e debater sobre a situação da juventude nos faxinais e elaborar proposições para formulação e implementação de políticas públicas de juventude.

2. Na oficina realizada, debatemos questões sobre a relação juventude, educação e trabalho, cultura e lazer. Diagnosticamos que a realidade da juventude é marcada por inúmeras ausências de políticas públicas, o que tem contribuído para uma migração forçada dos jovens de suas comunidades para a cidade, principalmente para estudar e trabalhar. São poucos os jovens que permanecem nos faxinais. Debatemos que o jovem que mora nos faxinais tem seu jeito de trabalhar, principalmente quando ajuda os pais. No lazer, diagnosticamos que as iniciativas existem graças ao esforço das comunidades, que realizam festas, bailes, cavalgadas, rodas de conversa e música, reunião de amigos, entre outras. O apoio dos governos é praticamente nulo para incentivo à geração de renda, cultura e lazer.

3. Desta forma, pensando em políticas públicas, propomos:

- Mais incentivo do governo nas áreas de educação, trabalho e lazer;
- Criar políticas públicas direcionadas aos jovens das comunidades tradicionais, respeitando sua cultura e identidade;
- Na educação, os governos precisam garantir políticas para existência de escolas técnicas nas comunidades, formação profissional e técnica de nível médio e superior, centros comunitários de formação a partir dos interesses da comunidade, centros de cultura e lazer (quadra de esporte, parques, teatros, cinema, acesso à internet, entre outros).
- É necessário que os governos propiciem políticas de geração de renda, construção de centros de beneficiamento de produtos do extrativismo, para agregar valores aos produtos extraídos pelos faxinalenses. É importante a existência de linhas de crédito específicas para jovens que trabalham com agricultura e extrativismo nas comunidades tradicionais.
- Os governos precisam garantir apoio à cultura no campo, criando centros culturais e de lazer, para que os jovens tenham vontade de permanecer no campo e, até mesmo, fazer com que os jovens que foram embora, retornem às suas comunidades.

4. Diante disso, entregamos e divulgamos esta carta ao poder público, para que seu conteúdo possa contribuir na reflexão, elaboração e implementação de políticas públicas de juventude.

Guarapuava, 31 de Agosto de 2013.

QUADRO 07 – CARTA DOS JOVENS FAXINALENSES AO PODER PÚBLICO, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2013.

FONTE: RELATÓRIO DE CAMPO, 2013.

ORG.: SIMÕES, W., 2013.



FIGURA 12 – JOVENS ENTREGANDO CARTA AO PODER PÚBLICO, V ENCONTRO DOS POVOS FAXINALENSES. GUARAPUAVA, 2013.  
 FONTE: SIMÕES, W., 2013.

Neste encontro, os jovens faxinalenses não ocuparam o centro da plenária. Durante a escrita da carta e o encerramento da oficina, duas jovens se dispuseram a ler e a entregá-la. É preciso destacar que, em ambos os casos, por mais que o movimento de realização das oficinas e de escrita da carta teve a mediação do pesquisador, seu conteúdo é resultado de uma elaboração coletiva. As oficinas pedagógicas, desde nossa postura investigativa delineada no capítulo anterior, se constituíram como vias de mão dupla, também objetivando proporcionar aprendizado aos jovens. A sistematização de parte do debate na forma de uma carta política a ser entregue às lideranças da APF ou do poder público, desde a perspectiva de pesquisa participante que aqui defendemos, precisa ser compreendida como sendo um ato de poder experimentar uma estratégia metodológica de demandar direitos, de se fazer ouvir, de se fazer presente.

Para finalizar a apresentação do vocabulário territorial dos jovens que se fizeram presentes em nosso percurso investigativo, apresentaremos na sequência os resultados de duas atividades: a primeira em que os jovens refletiram e dialogaram sobre o futuro dos jovens nos faxinais e a outra que denominamos de mística dos sonhos. Como já descrevemos detalhes destas atividades anteriormente, apenas reforçamos que nosso entendimento é que, por meio delas, os jovens nos trazem elementos como o sentimento de pertença a um modo de vida, os anseios e os desejos dos jovens para o presente e para um futuro.

## 2.6 JOVENS NOS/DOS FAXINAIS: PARA QUAL DIREÇÃO ESTAMOS SEGUINDO? QUAIS SÃO OS NOSSOS SONHOS?

Nas oficinas, duas foram as atividades que nos permitiram apreender para onde caminham os jovens dos faxinais, do presente para o futuro: uma atividade em que os jovens, divididos em grupos, refletiram, debateram e buscaram responder a seguinte questão: “Para vocês, qual a direção do jovem faxinalense?”; e outra que os jovens elencavam e sistematizavam seus sonhos, que foram socializados com o coletivo.

Vejamos, primeiramente, as respostas dadas pelos jovens para indicar, a partir de suas vivências e experiências, a direção que eles estão tomando, no/do presente pra o futuro:

- Permanecer no faxinal! Mas precisa de uma alternativa de renda e a ter os direitos garantidos, mas que seja na prática. Políticas públicas específicas, ser reconhecido e respeitado;
- Fazer uma faculdade que ajude nossos ideais, como Agronomia;
- O jovem após terminar os estudos... quer sair do campo em busca de um emprego, uma vida melhor na cidade. Porque atualmente o jovem agricultor não tem como se manter no meio rural;
- Queremos todos continuar morando no faxinal, mas no momento o faxinal não oferece possibilidades e oportunidades para que continuemos vivendo nele. É necessário investimento em diversas áreas para que tenhamos um emprego digno e assim oferecer a nós uma vida melhor;
- Estudar, como por exemplo... Agronomia e práticas de trabalho na comunidade ou trabalhar na roça; Um quer sair do faxinal para estudar e dois querem ficar na sua comunidade;
- Ficar no faxinal; mostrar os nossos objetivos do faxinal para o Brasil;
- Que o jovem permaneça no faxinal se tiver uma renda melhor; é um modo melhor de se viver;
- Estudar, para alcançar nossos objetivos; E o objetivo é aplicar tudo o que nós aprendemos em nossas propriedades.

Podemos constatar a ansiedade da juventude em permanecer no faxinal, porém, como contrapartida, são jovens que vislumbram um futuro melhor para a comunidade. Evidencia-se que um futuro melhor é aquele, por exemplo, que permite acesso à educação, alternativas de renda, acesso às políticas públicas, que existam mecanismos para garantir o cumprimento de seus direitos, entre outros. Essa mesma juventude, ao elencar seus sonhos a

respeito da comunidade e de suas vidas, explicitam expressões que reforçam estes mesmos aspectos que sinalizam para o sonho de um futuro melhor. Alguns jovens expressaram sonhos de caráter mais individualizado, reforçando o que já vínhamos destacando em seções anteriores, a noção de que a escolarização/formação é o caminho para uma melhoria da qualidade de vida, dentro ou fora dos faxinais:

- Meu sonho é se formar técnico em Agroecologia;
- Ir para a Aeronáutica;
- Me formar em engenharia mecânica;
- Me formar em Geografia;
- Fazer uma faculdade e trabalhar na cidade.

Mas, a grande maioria dos jovens, na mística, formulou sonhos que misturam desejos individuais e coletivos:

- Que cada um conquiste seus ideais, e que a comunidade permaneça sempre unida;
- Ter uma renda para ajudar a família no faxinal;
- Meu sonho é se formar técnico em Agroecologia e ajudar os faxinalenses;
- Eu tenho o sonho que futuramente dentro de nossos faxinais todos sejam sustentáveis, que todos morem, trabalhem e convivam em harmonia com a natureza, que não seja necessário sair dali para que possamos sobreviver e ser felizes;
- Uma vida melhor, uma oportunidade melhor de trabalho; ter uma renda melhor;
- Bastante oportunidade; melhor qualidade de vida; pessoas que apoiem;
- A união da comunidade e humildade de todos; que ninguém queira ser maior que o outro; e a convivência de todos seja em paz.

E, por fim, constatamos também a vontade de que o modo de vida faxinalense continue existindo, que os jovens permaneçam nos faxinais:

- Que cada jovem a mais, fique no faxinal;
- Que os faxinais não se acabem;
- Meu sonho é ver minha comunidade bem desenvolvida, com muitas opções de renda;
- Eu sonho em ser um caminhoneiro, espero que não acabe o faxinal;
- Eu espero que não se acabe o faxinal, assim, até os nossos filhos que virão possam dar continuidade no que estamos fazendo hoje. Dar continuidade nos costumes e tradições da região;



- O meu sonho para o faxinal é que ele seja reconhecido por todas as pessoas e também espero que ele nunca acabe;
- Que o faxinal seja reconhecido pelos órgãos públicos e pelas pessoas, que os jovens se conscientizem da importância de se manter a cultura faxinalense;
- Geração de renda para os jovens; permanência dos jovens no campo;
- Meu sonho é ver esta comunidade um dia com mais oportunidade de vida para as pessoas.

Entre os aspectos que mais se destacaram no diálogo com os jovens está a vontade desses jovens não só em permanecer no faxinal, mas que o modo de vida faxinalense continue existindo, uma vida melhor. As formulações reforçam o caráter de união, solidariedade, respeito à natureza, vontade de dar continuidade aos costumes e tradições. O vocabulário territorial reforça que educação, geração de renda, cultura e lazer se constituem como eixos fundamentais de boas condições de vida dos jovens nos faxinais.

## 2.7 CONSIDERAÇÕES E INDAGAÇÕES PARA CONTINUAR O DIÁLOGO

No contexto das comunidades faxinalenses pertencentes à APF, as lideranças pintavam desde suas perspectivas – do mundo adulto – a figura de jovens apáticos e pouco participativos, desinteressados pelas questões que atingem negativamente suas comunidades, aqueles que em sua maioria estão migrando. Na medida em que nos envolvemos e trabalhamos junto aos jovens, fomos percebendo que estes possuem seu próprio jeito de se apropriar e utilizar seu território de vida, que em certo sentido se difere das formas adultas. Percebemos que os jovens definem o que lhes interessa e o que não lhes interessa no modo de vida dos faxinais.

O trabalho na lavoura, ou ainda, o tratamento dos animais, por exemplo, já não se configura como a mais importante ou única opção de trabalho e futuro para os jovens, percebe-se que os jovens enxergam estas práticas como trabalho árduo, pouco rentável e desvalorizado perante outras profissões que podem exercer. Não por acaso, como vimos nas seções anteriores, jovens acreditam que se investirem nos estudos podem conquistar um trabalho que consideram melhor, mais qualificados e rentáveis. Essa

postura muda o sentido de estudar, pois se no passado o trabalho na comunidade ocupava um lugar central, constatamos um deslocamento para a educação, que é vista pelos jovens como um caminho para se conquistar uma vida melhor – nem sempre dentro da comunidade.

Podemos entender que a escolarização aparece não só como encaminhamento das antigas gerações, que compreendem que as novas gerações terão um futuro melhor se tiverem uma boa formação escolar e, por isso, contribuem para manter os jovens na escola, mas dos próprios jovens que, ao compartilharem experiências, passam a acreditar que a escola se configura como caminho possível para a melhoria da qualidade de vida e, por isso, a maioria deles não se enxerga sem passar por ela, chegando a sonhar com sua vida universitária para o futuro.

Em seu território de vida, pode-se dizer que os jovens compartilham experiências marcadas pela invisibilidade, ausências e marginalidades nas políticas públicas, que podem ser compreendidas como ameaças, força que contribui permanentemente à precarização da vida nos territórios faxinalenses. Os jovens, neste aspecto, não só compartilham e reforçam denúncias, que já estão na pauta da APF desde seu nascimento em 2005, como também trazem outras que são importantes para eles, como é o caso da educação, do incentivo à geração de renda desde seus interesses, a melhoria de infraestrutura que contribua para facilitar o contato com outras comunidades e com a cidade, assim como o fomento à cultura e atividades de lazer, fatores que aparecem como os que mais influenciam na migração.

Assim, considerando este cenário, se compreendermos que as territorialidades também se constituem cotidianamente (SAQUET, 2009), que algumas territorialidades cristalizam-se e outras não entre as gerações, que forças econômicas, políticas, culturais e socioambientais acabam por interferir, podendo se constituir em um movimento de continuidade e descontinuidade destas territorialidades, podemos afirmar que há um movimento permanente de des-re-territorialização nos faxinais. Desta forma, podemos conceber a juventude como sendo um sujeito estratégico para compreender as continuidades e descontinuidades do território faxinalense.

Nesse sentido, analisar os condicionantes que interferem em suas territorialidades também pode contribuir na compreensão sobre as condições

de negação, invisibilidade e subalternidade a que estão submetidos os faxinalenses de forma geral, sobretudo nas políticas públicas, em particular nesta tese as políticas públicas de juventude – como veremos adiante.

O texto que segue procurará sustentar que a compreensão destes retratos do território de vida, como resultado dos diálogos em torno de um vocabulário territorial da juventude faxinalense, exige superar as visões negativadas acerca da juventude, compreendê-los como categoria social e demandantes de direitos (GROPPO, 2000; DAYRELL, 2003). Veremos no próximo capítulo que visões negativadas a respeito da juventude contribuem para reforçar sua invisibilidade e sustentar processos de subalternização.

No caso da juventude faxinalense, faremos a defesa, ainda, de que suas territorialidades se constituem a partir de seus territórios de vida – no compartilhamento de experiências, na apropriação e no conflito com territorialidades específicas do modo de vida faxinalense –, nas relações, na convivência com territorialidades distintas, em meio à produção de invisibilidade e processos de precarização de suas vidas no território. Por isso, nossa proposição será a de compreender que os jovens faxinalenses produzem suas territorialidades em situação de fronteira. A fronteira compreendida não como um rígido limite entre dois ou mais espaços distintos, mas como espaço de interseção, coexistência (BHABHA, 1998; HISSA, 2002) – como mencionamos na introdução desta tese.

Argumentaremos ao longo desta tese que jovens faxinalenses, na relação com seu território de vida, as territorialidades específicas etnicamente diferenciadas, constroem uma visão do que podemos compreender como sendo elementos fundamentais para a vida jovem nos territórios, que chamaremos de Bem Viver da juventude faxinalense, também como resultado de um compartilhamento intergeracional com um Bem Viver faxinalense. Para construir essa noção, recorreremos à cosmovisão de povos originários de Abya Yala/América Latina presente na literatura de intelectuais latino-americanos (MACAS, 2010; HUANACUNI, 2010; GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2012) também com o intuito de inserirmos um aporte teórico-conceitual que entendemos contribuir para uma leitura geográfica dos territórios de vida faxinalense, em particular da juventude.

Nos próximos capítulos nos dedicaremos, também, ao debate acerca da produção de invisibilidades e a precarização de seus territórios de vida, considerando que a opção foi por mergulhar no campo político das políticas públicas de juventude (PPJ), levando em consideração que os jovens faxinalenses sinalizaram no vocabulário territorial a sua invisibilidade diante do poder público e que demandas que compõe o eixo educação, geração de renda, cultura e lazer são fundamentais à vida jovem na atualidade.

Ao adentrarmos no campo político das PPJ nos deparamos com uma trama transescalar de poder, que envolve atores (organismos multilaterais, representações do Estado brasileiro, intelectuais, representações de movimentos sociais e sindicais, por exemplo), discursos e práticas (realização de conferências, publicação sistemática de documentos, criação de programas, organização de conselhos, entre outros).

Diante disso, nossa intenção não foi e não é avaliar as políticas de juventude, principalmente no que diz respeito a se atenderam ou não as demandas da juventude, mas sim de mostrar que este campo político, permeado por tradições do Estado que se encontram presentes ainda na atualidade, tendem a produzir invisibilidade da diversidade de formas de ser ou de se autodefinir jovem no Brasil, em particular os jovens faxinalenses. Fecharemos essa explanação procurando destacar que há uma tensão entre o que jovens faxinalenses apontam como sendo importante para a juventude, a produção de invisibilidades e o permanente movimento de precarização de seus territórios de vida.

Cabe reforçar que objetiva-se, ao trilhar este caminho, elaborar um aporte teórico-conceitual que contribua para uma leitura da realidade vivida por estes jovens, como constituem suas territorialidades no contexto em que suas comunidades conquistam visibilidade em meio a diferentes conflitos territoriais. A pretensão é construirmos um conjunto de argumentos que reforcem a compreensão de que a juventude faxinalense com a qual trabalhamos constitui suas territorialidades considerando as territorialidades específicas de seu modo de vida, em meio à produção de invisibilidade e a precarização de seus territórios de vida.

### 3 JUVENTUDE FAXINALENSE: CATEGORIA SOCIAL E SITUAÇÃO DE FRONTEIRA

Neste capítulo, defenderemos a compreensão de juventude enquanto categoria social. Nesta perspectiva, entendemos que a concepção de juventude varia nos tempos e espaços vividos pelos grupos humanos, assim como que a constituição de sua identidade é permeada por múltiplas dimensões – econômica, política, cultural, ambiental, étnica, territorial, entre outras. É a partir desta perspectiva que sugerimos compreender a realidade vivida pela juventude faxinalense. Assim, corroboramos com a noção de que a juventude é mais do que uma faixa etária, uma fase preparatória para a vida adulta e precisa ser compreendida desde a realidade em que está inserida (GROPPO, 2000; DAYRELL, 2003; CAPELO, MARTINS e AMARAL, 2007; CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010; CASSAB, 2011).

A literatura consultada nos permitiu evidenciar, a partir de diferentes cenários históricos, uma diversidade de formas de definição e adjetivação desta categoria, a exemplo de “juventude rebelde” – que enfrenta os valores morais e éticos estabelecidos pelos adultos, são considerados jovens festeiros, sem limites, desenfreados –, a juventude enquanto “transição para a vida adulta” – uma situação transitória em que os jovens precisam ser vigiados, educados e punidos para que possam obter o aprendizado necessário para enfrentar os desafios da vida, – a “juventude apática” – sujeitos alienados e consumistas, incapazes de contribuir em movimentos de transformação social –, a “juventude violenta” – considerada um risco para a sociedade, por isso precisa ser vigiada e punida pelos seus atos –, a juventude enquanto “estágio final do pleno desenvolvimento humano” – como referência para a vida produtiva, considerados bons consumidores e de fácil adaptação aos avanços da tecnologia – entre outras.

Percebe-se, ao explorar as contribuições de diferentes autores, que a noção de juventude veio sendo hegemonicamente construída com referência no mundo adulto, deixando de explicitar, desde a voz dos jovens, aspectos que de fato marcam a construção de sua identidade, como constroem suas representações sobre o contexto geográfico em que estão inseridos, como

vivem e se relacionam com seu território, o que pensam sobre seu presente e futuro. Neste sentido, corroboramos com a noção de que precisamos nos esforçar para compreender a realidade da juventude faxinalense desde o diálogo com os jovens, objetivando o “aprofundamento de uma categoria analítica que possa ser útil para problematizar configurações e dinâmicas sociais” (CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010, p. 61).

A pesquisa sobre juventude e juventude rural, muito embora tenha ganhado espaço nos últimos anos na agenda de estudos em diferentes campos do conhecimento – com destaque para Antropologia, Sociologia, Educação e Psicologia –, muito ainda tem para revelar sobre a diversidade e as condições de vida dos jovens no Brasil (SILVA, 2002; WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009; CASSAB, 2011).

Na Geografia, segundo Barbosa (2013), a juventude não tem sido “um dos temas mais envolventes”, reforçando a importância dos geógrafos brasileiros colocarem em pauta questões sobre essa categoria. Ainda assim, encontramos estudos que, desde uma leitura espacial, têm se preocupado em debater a juventude enquanto sujeitos de pesquisa da/na ciência geográfica, a exemplo de: Neto (2008; 2012), que tem se dedicado ao debate sobre as redes de sociabilidade de jovens *punks* e pertencentes ao movimento *hip-hop*, articulando teoricamente as categorias juventude, cidade e território, tendo como horizonte poder contribuir com a construção de uma Geografia das Juventudes; Cassab (2009; 2010; 2011), que tem procurado problematizar questões sobre juventude urbana; Fernandes (2013), que vem refletindo sobre a relação entre juventude e religião desde uma perspectiva da Geografia da Religião; assim como sobre juventude rural, que está na agenda, por exemplo, de estudos de Silva e Mendonça (2010), que refletem sobre questões envolvendo juventude no campo, formação, qualificação e geração de renda a partir de uma perspectiva agroecológica, como resultado de um projeto de extensão que visa contribuir na qualificação profissional e na geração de renda para os jovens do campo; e em Silva (2009) e Lourenço (2011), cujos trabalhos procuram analisar a participação da juventude rural em áreas de assentamento da reforma agrária.

Pode-se dizer, desta forma, que nos encontramos em um campo de estudos interdisciplinar, marcado por múltiplos temas e preocupações,

correntes teórico-epistemológicas e perspectivas metodológicas, onde a Geografia se insere ainda de forma tímida. Vimos no capítulo anterior que realidades vividas por jovens faxinalenses foram mencionadas nos trabalhos de Simões (2009), Bertussi (2010), Barbosa (2010), Grzebieluka (2010), Lima (2011) e Hauresko (2012). Porém, é preciso considerar que muito ainda temos para conhecer e refletir sobre jovens faxinalenses.

Assim, reconhecemos que há um tom desafiador em trilhar um processo investigativo e produzir conhecimentos a partir do diálogo com jovens oriundos de comunidades tradicionais de faxinais, uma vez que os jovens dessas comunidades também não se constituíram como alvos centrais de pesquisas.

### 3.1 JUVENTUDE FAXINALENSE: UMA CATEGORIA SOCIAL

No Brasil rural há em torno de 8 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que representa cerca de 16% do total da juventude brasileira. São jovens que, em sua maioria, estão inseridos na agricultura familiar, nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, nos quilombos, nas comunidades indígenas, nos territórios e comunidades tradicionais, entre outros (BRASIL, 2010).

A compreensão da juventude como sendo uma categoria socialmente construída é possível desde nosso olhar do presente. É desde este presente que, olhando para diferentes cenários históricos vividos pela humanidade no ocidente, podemos definir que a juventude enquanto categoria social é “ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social” (GROPPO, 2000, p. 07). Nesse sentido, podemos compreender que:

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPO, 2000, p. 08).

Somamos a esta compreensão a noção de juventude enquanto sujeitos sociais de Dayrell (2003). Para o referido autor, a juventude:

[...] é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças

psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com bases nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003, p. 42).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que ser jovem e/ou reivindicar juventude no território da agricultura familiar é diferente de ser jovem em um acampamento ou assentamento da reforma agrária, ou ainda, em territórios indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, faxinalenses, ilhéus e ribeirinhos do litoral e do interior, entre outros povos e comunidades tradicionais, muito embora possamos considerá-los integrantes de uma “juventude rural”.

Desta forma, corroboramos com a compreensão de que há diferentes formas de ser e de viver a juventude no espaço rural brasileiro, nas interfaces entre campo/cidade ou rural/urbano, por isso podemos afirmar que, como o rural é diverso, marcado por múltiplas Geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2001), muitas delas invisibilizadas ao longo do processo de constituição do território nacional, a juventude é diversa e, por isso, pode-se afirmar que no rural brasileiro há “juventudes rurais”.

Em Castro, Correa, Martins e Ferreira (2010, p. 58), evidencia-se que, no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX, a categoria juventude aparece somada a um conjunto de adjetivações, a exemplo de “juventude revolucionária”, “juventude rebelde”, “juventude apática”, “juventude violenta”<sup>34</sup>. Para os referidos autores, estas adjetivações são promovidas sem buscar “autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como jovens”, o que vem contribuindo para invisibilizar outros aspectos que podem

---

<sup>34</sup> Na Geografia, destacamos aqui o trabalho de Cassab (2010, p. 45-49), que procura demonstrar as diferenças de perspectivas de abordagem das categorias jovem e juventude no Brasil, na segunda metade do século XX. O trabalho demonstra que a relação juventude e rebeldia ocorrem, por exemplo, em literaturas dos anos de 1950-1960, em que se considera que jovens poderiam apresentar “atitudes rebeldes e mesmo delinquentes”, seriam eles os jovens envolvidos “no *rock*, na filosofia existencialista, geração *beat*, nos trajes e na aproximação com os ideais da Revolução Cubana”. Nos enfrentamentos com as regras estabelecidas pela Ditadura Militar brasileira que marcaram, principalmente, os anos de 1970, a juventude é vista como revolucionária. Já a compreensão de juventude apática, outro exemplo, foi muito forte nas abordagens dos anos de 1980, segundo a autora “diferentemente dos jovens de 1968 e da década de 1970, os jovens de 1980 não eram mais vistos como agentes políticos de capacidade de transformação social. Os jovens são identificados como alienados e interessados apenas em se inserirem na dinâmica do consumo”.



ser considerados fundamentais na constituição desta categoria, no modo de ser e se constituir jovem, de viver e reivindicar a juventude:

No contexto contemporâneo da configuração da categoria social juventude, podemos afirmar que os jovens são colocados em posições de submissão, seja no espaço da família – principalmente as que reproduzem as estruturas patriarcais mais tradicionais – seja em espaços cotidianos da sociedade. A ideia de um período da vida privilegiado em que a sociedade (isto é, a família, a escola, a igreja, as organizações políticas etc.) pode moldar pessoas, gera ações de controle e repressão com base na ideia de um indivíduo que ainda não é pleno de direitos. É este tipo de construção que legitima ações mais ou menos violentas, por parte dessas diferentes instituições sociais, sejam elas ações de violência física ou simbólica. Assim, temos uma percepção reproduzida em nossa sociedade que valoriza determinados elementos como definidores, identificadores dos jovens e da juventude e que reforçam uma posição social subalterna (CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010, p. 62).

Destaca-se o papel da educação/formação, pois ao analisar o texto de Cassab (2011) pode-se dizer que essa dimensão aparece como sinônimo de disciplinamento a partir de, pelo menos, cinco ordens distintas, que embora sejam aqui apresentadas separadamente podem ser compreendidas na atualidade como sendo articuladas:

1ª – a educação exercida pela família, que procura repassar cotidianamente os costumes e tradições, carregados de valores morais e éticos dos grupos sociais preexistentes;

2ª – a educação oriunda de uma ordem legal, o controle a partir das leis que punem os inadequados, aqueles que burlam as regras estabelecidas pelos grupos sociais em que vivem (os adultos), que ensinam aos jovens o respeito a esta ordem;

3ª – de ordem militar, responsável por um disciplinamento moral imposto pelo Estado, que está articulado a um corpo jurídico preestabelecido;

4ª – de ordem econômica que, por meio do trabalho assalariado, conduz ao disciplinamento;

5ª – de ordem escolar que, por meio do processo de escolarização, das pedagogias estabelecidas no espaço escolar, pretende vigiar e repassar um conjunto de valores preestabelecidos e legitimados pela sociedade em geral (mas desde os interesses dos adultos).

Percebe-se que a juventude entendida como sendo uma fase de transição para a vida adulta precisa se ajustar para poder se adequar e ampliar sua capacidade de enfrentar os desafios, mas desde uma perspectiva

adultocêntrica, que está presente na família, na igreja, na escola, no Estado etc. Os desajustados, aqueles que enfrentam a ordem estabelecida, são vistos como revolucionários ou rebeldes. Por isso, podemos afirmar que se perpetua uma razão adultocêntrica que contribui para a existência de processos de submissão, subalternização e invisibilização da juventude, como iremos aprofundar ao longo desta tese.

Cabe observar que essa visão adultocêntrica está presente ainda nos dias atuais e acaba sendo impressa em discussões polêmicas, como a redução da maioria penal ou em abordagens que acabam minimizando a compreensão de juventude como sujeitos passivos aos avanços tecnológicos e consumistas – de fácil e pura adaptação, sem resistências.

Ao refletir sobre o ideal de juventude no mundo atual, por exemplo, Szapiro e Rezende (2010, p. 43-44) entendem que “os jovens pertencem a um mundo cujo valor maior e mais fundamental é hoje o valor da liberdade” que, para as autoras, trata-se de uma concepção de liberdade permeada pelo “domínio de um pensamento liberal e pela consolidação de uma sociedade de mercado”. Nessa perspectiva,

[...] ao sujeito, toda liberdade, sem restrições, pois ele mesmo, como o mercado, será capaz de autorregular-se, de modo a continuar a fazer sociedade. Essa lógica tem tornado as sociedades contemporâneas “doentes” de individualismo (SZAPIRO e REZENDE, 2010, p. 44).

A partir desta premissa, as autoras constroem um conjunto de argumentos para sustentar a noção de que vivemos, na atualidade, o que denominam de “a experiência mais historicamente conservadora e acrítica dos valores de todos os tempos anteriores”, marcado, sobretudo, por uma permanente desvalorização do patrimônio das gerações passadas, assim como da entrega sem resistência enquanto “objeto de consumo numa economia de mercado”. Nessa perspectiva, ressaltam que a condição de jovem “é a permissão para o livre exercitar de todas as experiências, sem restrições” (SZAPIRO e REZENDE, 2010, p. 46-48). Para as referidas autoras,

[...] a ideia de juventude hoje apresenta características muito particulares, que podemos associar à condição pós-moderna. Assim é que para muitos jovens, marcados pelo pensamento liberal, o presente é o que importa. O futuro vai sendo tecido dia após dia, sem grandes planos ou objetivos de longo prazo da vida (SZAPIRO e REZENDE, 2010, p. 46-48).

Na visão das autoras, essa condição contribui para uma inversão da transmissão geracional, uma vez que são os jovens que acabam por transmitir os valores morais e éticos do mundo atual para os mais adultos. Esse tipo de compreensão já aparecia nos estudos de Hobsbawn (1995, p. 317-321), quando trata do que denomina “novidade da cultura juvenil”.

Para o referido historiador, essa novidade emerge na segunda metade do século XX sendo permeada por três questões: 1) a juventude passava a ser vista como sendo “o estágio final do pleno desenvolvimento humano”, o que pulverizava a ideia de que a vida para além dos trinta anos já não era mais tão produtiva; 2) os jovens representavam uma “massa concentrada de poder de compra”, sujeitos de fácil absorção tecnológica, fato que os colocava em situação de vantagem “sobre outros grupos etários mais conservadores, ou pelo menos inadaptáveis”; 3) o internacionalismo, quando o “*blue jeans* e o *rock* se tornaram marcas da juventude moderna, das minorias destinadas a tornarem-se maiorias”.

Bauman (2013, 52-53), ao escrever sobre juventude e educação, afirma que “vistos cada vez mais como outro encargo social, os jovens não estão mais incluídos sobre a promessa de um futuro melhor”, na sua visão, o que “lhes garante certo grau de atenção dos adultos é sua real e, mais ainda, potencial contribuição à demanda de consumo”. Para o referido autor, os jovens se constituem como sendo, desta forma, sempre “um novo mercado a ser comodificado e explorado”, reféns de tecnologias como *smartphones*, computadores, televisores, entre outros.

Compreendemos que essas visões supramencionadas acabam por generalizar noções a respeito da categoria juventude e que acabam, quando tomadas de forma equivocadas, desconsiderando as possibilidades de resistência de uma juventude que é também produtora de espaço – não apenas de um espaço individualista e consumista – reforçando uma visão linear – adultocêntrica. Desta forma, corroboramos com a ideia de que compreender juventude enquanto categoria social<sup>35</sup> é considerar que o/a jovem

---

<sup>35</sup> Capelo, Martins e Amaral (2007, p. 206-218) indicam a necessidade de que se compreenda a juventude enquanto categoria social, buscando superar, principalmente, a concepção de que a juventude é apenas uma etapa transitória para a vida adulta, que viver a faixa etária entre 16 e 24 anos, por exemplo, não é suficiente para definir o jovem. Para estes, “as juventudes, tanto

tem sua geografia e história, constrói sua forma de produzir, interpretar e viver o mundo – se relacionam com gerações mais antigas, mas para além das formas idealizadas/forjadas pelos adultos ou mais velhos. Os jovens são sujeitos ativos e participam dos processos de des-re-territorialização de sua cultura e identidade – ou seja, constituem suas territorialidades em meio a aceitação ou negação, conflitualidade e renovação de aspectos que marcam e demarcam seus territórios – interferem diretamente no presente e para o futuro.

Assim, consideramos a importância de compreendermos a juventude faxinalense desde essa perspectiva, em nosso caso, nos colocando em movimento de superação de visões que focam a juventude faxinalense como sendo apática, que não quer nada com nada, que resiste radicalmente às territorialidades específicas e não quer se envolver com as questões do movimento faxinalense idealizado pela APF, como aqueles que não estão interessados pela vida no campo e idealizam que a vida na cidade é a única possibilidade de futuro.

É compreendendo a juventude faxinalense enquanto categoria social que queremos enxergá-los como sujeitos que interferem nos processos de des-re-territorialização de/em seu território vida, que constituem suas territorialidades considerando, também, as territorialidades específicas faxinalenses. Territorialidades estas que agregam, também, parte de sua forma de ser jovem nos faxinais. Os jovens faxinalenses conflituam sim com seu modo de vida, como aprofundaremos na próxima seção, mas, veremos também que se considera este modo de vida como parte fundamental no movimento de constituição de suas territorialidades na atualidade.

Assim, queremos reforçar a noção de que seus territórios de vida traduzem processos de permanências, mudanças culturais e identitárias, relações de trabalho, resultados do movimento de seleção e validação das técnicas e tecnologias, contradições econômicas e resistências que resultam do avanço e o fortalecimento do capitalismo no campo, da presença ou da ausência das políticas públicas, de um histórico de conflitos territoriais com diferentes antagonistas, entre outros aspectos nos quais a juventude também tem sua participação.

Não por acaso, no contexto de outras juventudes, a sucessão da unidade familiar tem sido uma preocupação recorrente entre os movimentos sociais e sindicais que trabalham na perspectiva da agricultura familiar, assim como o papel e a participação dos jovens nas mobilizações sociais de luta pela reforma agrária, o acesso da juventude às políticas públicas, preocupações estas que repercutem sobre fatores que têm contribuído para potencializar o êxodo-rural – como veremos no próximo capítulo, ao tratarmos das pautas da juventude no campo político das PPJ.

O caminho trilhado por esta tese até o presente momento, a partir dos retratos do território de vida, os diálogos em torno de um vocabulário territorial, quer destacar, primeiramente, que a juventude com quem temos trabalhado constitui suas territorialidades, considerando, também, aspectos de seu território de vida – que agrega um conjunto de territorialidades específicas resultantes de resistências cotidianas que atravessam gerações e que estão presentes na atualidade (como vimos na introdução desta tese).

Procuramos destacar, também, que a juventude cria suas próprias formas de ocupar e usar o território faxinalense considerando suas relações com o mundo e as mudanças técnicas, científicas e informacionais da atualidade, constituindo movimentos de des-re-territorialização, participando dos processos de seleção e validação das territorialidades específicas.

No texto, ainda, procuramos reforçar que perpassa a constituição de suas territorialidades, a produção de invisibilidades, sobretudo a produção realizada pelo Estado, que mais adiante iremos refletir em como essa invisibilização contribui para a exclusão/precarização territorial e das territorialidades específicas dessa juventude na gestão das políticas públicas que, por sua vez, podemos compreender como um dos fatores de precarização da vida no território faxinalense.

Na próxima seção, agregando às nossas reflexões a compreensão de juventude enquanto categoria social, procuraremos defender a tese de que a juventude faxinalense vive uma situação de fronteira, uma “existência fronteiriça” (BHABHA, 1998), uma condição marcada por aberturas, por diálogos e conflitos, pelo inacabamento (HISSA, 2002; DUARTE, 2005), – de quem se demonstra indignado com a precarização de suas condições de vida, almejando condições diferentes para o presente e para o futuro – relacionando-

se com outras gerações, (re)estabelecendo permanentes conexões e desconexões com seus costumes e tradições, convivendo e conflituando com territorialidades específicas do seu modo de vida, na relação com a comunidade do entorno, na interface campo-cidade, família-comunidade-mundo, onde constrói relações na escola, no trabalho – (re)constituindo suas territorialidades.

### 3.2 A PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES EM SITUAÇÃO DE FRONTEIRA: UMA PROPOSIÇÃO DE LEITURA DA REALIDADE

#### Ser jovem no faxinal é:

*“É poder ir na casa um do outro para se encontrar, jogar bola, ser família, ajudar os pais nos serviços, andar de cavalo, viver em comunidade.”*

*“Andar de moto, comer comida saudável e sossego. Temos desvantagens no acesso à cidade e ao conhecimento.”*

*“Ser o futuro da comunidade; não há opção de lazer, isso faz com que os jovens deixem a comunidade no fim de semana para se divertir; As meninas, na maioria, não sofrem preconceito. Em questão, os rapazes, sim.”*

(Jovens Faxinalenses participantes do IV Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses)

Uma jovem faxinalense da comunidade Marcondes, localizada no município de Prudentópolis, com seus 16 anos, mora com seus pais na chamada “Linha Brasília”. Durante a semana ela estuda (escola localizada na sede do município) e trabalha (no faxinal), ajudando a cuidar dos animais (que são criados à solta) e a fazer a faxina da casa. No Faxinal, afirma gostar do convívio em grupo, da tranquilidade e a segurança, destacando a pretensão de permanecer na comunidade. Acredita que, para a melhoria das condições de vida jovem e da comunidade de modo geral, torna-se necessário alternativas para geração de renda.

É preciso salientar que o Faxinal Marcondes, segundo Resolução n. 80/97, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná (SEMA), localiza-se a 18 quilômetros da sede do município. A comunidade possui criadouro

comum cercado que, como vimos na introdução desta tese, se caracteriza pelo uso comum dos recursos naturais em uma área que segundo Souza (2009, p. 68) é delimitada por “cercas, mata-burros, portões, valos e rios”.

Segundo sua cartografia social, a presença de mata fechada e animais criados à solta, a prática de mutirão para cuidar das cercas, o cuidado com as fontes de água, o trabalho com o pinhão e a erva-mate, a realização de rezas e festa de santo, a dança de São Gonçalo, são algumas das territorialidades específicas etnicamente diferenciadas nesta comunidade. São territorialidades que conflituam com a existência de feixos construídos na parte de uso comum, com as práticas de desmatamento, a contaminação das águas por meio do uso de agrotóxicos, com ameaças a lideranças etc (PNCS, 2008).

Neste cenário, o diálogo com jovens faxinalenses desta comunidade nos permitiu constatar uma forte interação com a natureza, onde nadar em rios, cavalgar e/ou brincar com os animais são atividades que fazem parte da rotina de jovens que lá vivem. Ao mesmo tempo, faz parte a convivência com pré-conceitos, com aqueles que julgam o faxinal “o lugar dos atrasados”, e com o conflito com aqueles que não querem que o faxinal continue existindo (chacreiros, criadores de cavalo, plantadores de fumo, agronegócios do entorno, entre outros); e por fim, com a falta de espaços alternativos de lazer e geração de renda, a dificuldade de acesso a internet etc.

Expressões como as que iniciam esta seção, assim como os aspectos supramencionados que marcam a vida de uma das jovens participantes de nossas oficinas, nos permitem observar que jovens faxinalenses produzem suas territorialidades considerando territorialidades específicas faxinalenses.

Neste caso, podemos inferir que a juventude com quem trabalhamos estabelece conexões (inter)geracionais, uma vez que destacam e comungam entre eles que determinadas territorialidades herdadas pelos mais antigos e que permanecem presentes nos discursos e nas práticas sociais de diferentes territórios faxinalenses na atualidade também são importantes na produção de suas territorialidades, a exemplo da proximidade com a família, da vida em comunidade (habitação e criação de animais à solta), de um contato mais intenso e diferenciado com a natureza, o trabalho com a lavoura e os animais, as tradições religiosas, entre outros.

Ao mesmo tempo, constituem suas territorialidades na relação com o mundo e suas territorialidades distintas, fazendo coexistir, por exemplo, o “andar de moto” e o “andar a cavalo”, “os bailes na comunidade e as baladas na cidade”, a convivência com “a família” e os “amigos na escola, no trabalho e na cidade”, “a vida em comunidade, no faxinal, mas também a vida no entorno e na cidade”.

Além disso, constituem suas territorialidades em meio a permanente produção de invisibilidades, sejam elas produzidas pelo próprio modo de vida, quando os mais antigos julgam a juventude como sendo “apática”, “aqueles que não querem nada”, que “não querem assumir responsabilidades” ou resultado das relações de preconceito, mas, sobretudo a invisibilidade produzida pelo Estado, que resulta em negação ou marginalização das territorialidades dessa juventude no acesso às políticas públicas de direito, o que entendemos como sendo um dos principais fatores que contribui para a precarização de suas vidas no território.

Primeiramente, recorreremos aqui ao conceito de posição geracional pioneiramente trabalhado por Karl Mannheim<sup>36</sup> (WELLER, 2007; 2010). Ao refletir sobre o pensamento de Mannheim, Weller (2010, p. 214) afirma que “o que define a posição geracional não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade ou potencialidade de poder vir a adquiri-las”. A partir desta compreensão, podemos entender que a juventude faxinalense, enquanto categoria social, como posição geracional, são sujeitos que têm um potencial de aquisição do conjunto de experiências e vivências acumuladas ao longo de gerações nos faxinais, suas territorialidades específicas, podendo compartilhá-las ou negá-las, manter ou constituir novas territorialidades.

Nessa perspectiva, Weller (2010), a partir dos pensamentos de Mannheim, destaca que é permanente a entrada de novas pessoas em uma posição geracional, e que essa entrada tanto pode obstruir os bens e experiências acumulados ao longo de gerações, como também pode contribuir

---

<sup>36</sup> Karl Mannheim, sociólogo de origem húngara (1893-1947), muito embora sua vida e obra “esteja associada à Sociologia do Conhecimento, pode ser considerado um pioneiro da Sociologia da Juventude” (WELLER, 2007). No Brasil, seu aporte teórico-conceitual-metodológico teria influenciado pensadores como Florestan Fernandes, Machado Neto, Luiz Pereira, Celso Furtado, entre outros.



para produzir, mesmo que inconscientemente, novas seleções/validações destes bens – um movimento entre esquecer o que não serve ou não é útil e de desejar o que ainda não foi ou precisa ser conquistado por aqueles que ocupam uma determinada posição geracional. A autora ainda destaca que, assim como a entrada de novos portadores, a saída também é permanente e é observada como sendo “positiva na medida em que suscita a memória ou a recordação social, tão importante quanto o esquecimento daquilo que deixou de ser significativo ou necessário” (WELLER, 2010, p. 212). Segundo a autora:

[...] Mannheim destaca duas modalidades através das quais as vivências passadas se fazem presentes. Por um lado, “como modelos conscientes”, orientadores das ações e condutas dos indivíduos em sociedade, por outro, de forma “inconscientemente comprimida”, “intensiva” e “virtual”, ou seja: como uma espécie de ferramenta condensadora de todas essas experiências, perceptíveis nas relações trazidas à tona através da recordação dessas experiências (por exemplo: a sentimentalidade) (WELLER, 2010, p. 212).

Aqui, consideramos importante retomar a compreensão de território de vida que delineamos no capítulo anterior. Compreendemos que o território de vida pode ser entendido como sendo um “modelo consciente” destacado por Mannheim, que é orientador de ações e condutas, assim como forma “inconscientemente comprimida”, mas compreendemos que não necessariamente virtual, apenas como recordação saudosista presente de memórias sentimentais que são repassadas às novas gerações.

A compreensão que defendemos é que o território de vida – que é cotidiano e referência ao mesmo tempo para o presente e o futuro, como já delineamos no capítulo anterior – pode ser visto, também, como sendo ferramenta condensadora de experiências em que os jovens também interferem nos processos de (re)produção e transformação espacial, situando-se na fronteira entre as continuidades e discontinuidades das territorialidades específicas etnicamente diferenciadas, típicas do modo de vida faxinalense.

A partir destas considerações iniciais, queremos aprofundar nesta seção a compreensão de que a juventude faxinalense constitui suas territorialidades em situação de fronteira. Trata-se, aqui, não de fronteira como limite, como sendo uma situação precisa, delimitada por uma linha rígida que separa dois mundos distintos. Hissa (2002, p. 36) ressalta, em suas reflexões, que:

Fronteiras e limites: o seu significado convencional, especialmente trabalhado pelo senso comum, é o de delimitação político-administrativa. Limitar é partilhar para governar. Limites e fronteiras

são manifestações de exercícios de poder. Limitar é dividir. E, seguramente, o ato de dividir está associado à intensão de controlar. Outros significados estão associados à ideia, decorrendo do conceito básico: extremo, fim, contorno, separação.

Essa compreensão pode ser observada no dicionário de Geografia francês, traduzido para o português, escrito por Baud, Bourgeat e Bras (1999, p. 118), em que fronteira é definida como sendo:

[...] o limite que separa duas zonas ou dois Estados. Representa uma ruptura entre dois modos de organização do espaço, entre duas redes de comunicação, entre sociedades frequentemente diferentes e por vezes antagônicas. A fronteira tem, portanto, uma forte implicação geográfica.

Em dicionários de língua portuguesa, a exemplo do Novo Aurélio do Século XXI, é muito comum a definição de fronteira como “limite” de um país ou de um território (FERREIRA, 1999, p. 945). O trabalho de Ferrari (2014), a partir de um estado da arte que procurou mapear compreensões a respeito das noções de fronteira na Geografia, nos permite constatar que limites e fronteiras são conceitos distintos. A partir de seus referenciais, a autora sintetiza que enquanto limite pode ser considerado um fator de separação, a fronteira aparece como sendo um fator de integração.

Nesta tese contrariamos essa compreensão de fronteira como limite, sugerimos compreender fronteira enquanto “demarcação imprecisa”, ou ainda, “lugar de interpenetrações, campo aberto de interseções”, “de interface e ao mesmo tempo de transição” (HISSA, 2002)<sup>37</sup>, de colaboração, coetaneidade, negociação e de contestação ao mesmo tempo (BHABHA, 1998).

Para sustentarmos este raciocínio, retomamos inicialmente o trabalho de Martins (1997) acerca do que fora denominada na segunda metade do século XX de “frentes de expansão nacional”, ou ainda “novas fronteiras agrícolas”, no norte do Brasil – sobretudo em terras amazônicas. O referido trabalho nos ajuda a refletir e a nos inspirar a respeito do conceito de situação de fronteira<sup>38</sup> que aqui estamos delineando, sobretudo as características de coetaneidade

<sup>37</sup> Essa compreensão de fronteira pode ser aprofundada nas reflexões teórico-epistemológicas acerca da ciência geográfica presente em: HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

<sup>38</sup> Trata-se apenas de uma inspiração, não nos referimos aqui às diferentes compreensões de fronteira ou de situar-se na fronteira que estão por trás dos estudos que tratam das características, das ações, dos impactos e das contradições provocadas pelos movimentos demográficos e, sobretudo, de interesses econômicos, realizados para o interior do Brasil – a exemplo das frentes pioneiras ou das novas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte do país – com destaque para o século XX.

dos acontecimentos, dos (des)encontros e dos confrontos (conflitos) de (entre) diferentes modos de vida, trajetórias e interesses etc.

O seu cenário de pesquisa era marcado pelo conflito entre os que tradicionalmente já habitam terras amazônicas (povos indígenas) e os que, muitos deslocados pelos projetos de desenvolvimento adotados pelos governantes (na maioria agricultores sem terra, deslocados pela construção de infraestruturas como barragens, entre outros), buscavam “tempo novo, tempo de redenção, justiça, alegria e fartura” (MARTINS, 1997, p. 11). Nas terras do Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rondônia, Acre, Tocantins, Goiás, entre outros, o referido autor registrou em seu percurso investigativo conflitos entre indígenas e brancos, assim como brancos que conflituavam entre si (com destaque para casos de espoliação e de escravidão por dívida).

Na fronteira<sup>39</sup> de Martins (1997, p. 11), caracterizada principalmente pelo permanente conflito, a vida se constituía tendo em um mesmo cenário os “grupos chamados civilizados” e os “diversos grupos étnicos”. Junto dos primeiros, segundo o referido autor após uma ampla convivência com seus sujeitos da pesquisa e análises documentais, a vida no território era perpassada por “intolerância, ambição e morte”, mas também de/pela “esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura”. Já dos segundos – indígenas – os territórios se definem e “redefinem continuamente” segundo seus interesses e necessidades, eram e continuavam sendo “disputados de diferentes modos por diferentes grupos” e não seguiam as leis e os interesses dos brancos. Diante desta geografia, o autor sintetiza:

[...] É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se vê quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido. Na fronteira, o Homem não se encontra – se desencontra (MARTINS, 1997, p. 12).

---

<sup>39</sup> Em seu texto, a ênfase de Martins (1997, p. 12-13) foi em afirmar que sua noção de fronteira não se assemelhava ao que denomina de “fronteira geográfica”, que é entendido por ele como sinônimo de limite. Nas palavras do autor, considerando os sujeitos-territórios de seu percurso investigativo: [...] fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano”. Estaria aí uma demonstração de coetaneidade como uma característica importante da “situação de fronteira” que estamos delineando desde nosso processo investigativo junto à juventude faxinalense.

A noção de fronteira de Martins (1997, p. 15) se mistura com a noção de fronteira da expansão agrícola instituída como programa de governo (período militar) e é marcada, sobretudo, pela “conflitividade”, no que ele irá compreender como sendo um “genocida desencontro de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo pelo abismo histórico que os separa”. Neste cenário, para Martins (1997, p. 15):

[...] na fronteira, o camponês vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontando com formas tecnologicamente avançadas de atividades econômicas, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia. E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional.

Nestas condições, ressalta o autor, a partir de seus estudos, que a fronteira de sua narrativa “longe de ser o território do novo e da inovação<sup>40</sup>”, se caracteriza mais como sendo “o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores”. Para ele, essa condição não se limita apenas ao cenário de suas investigações, mas se espalha “à sociedade inteira, em seus efeitos conservadores e bloqueadores de mudanças sociais” (MARTINS, 1997, p. 16).

Martins (1997) nos possibilitou mergulhar em um cenário que podemos considerar como situação de fronteira, onde a vida é forjada na interseção, entre conflitos e a esperança. O autor narra histórias marcadas por raptos de pessoas – sobretudo mulheres e crianças, tanto entre os grupos que considera tribais quanto pelos brancos em relação aos índios e vice-versa. Em sua obra, fala sobre a invasão dos territórios indígenas (pelos chamados colonos brancos), os conflitos entre os cristãos (os que eram reconhecidos como civilizados) e caboclos (os índios, reconhecidos não civilizados), homens e pagãos.

---

<sup>40</sup> Martins (1997) se refere às promessas dos governos a respeito das frentes pioneiras, cuja imagem criada era propagandeada como sendo a de uma ilha de possibilidades, onde trabalhadores do campo teriam as condições materiais para alcançar seu pleno desenvolvimento, com terras férteis para plantar, crédito fácil para financiar a modernização e garantir o sucesso da produção, o acesso às políticas públicas, entre outros.

Trata das noções de quem são considerados humanos e não humanos, os mecanismos e as estratégias de expansão do capital, da propagação das noções de sociedade civilizada e não civilizada, o renascimento da escravidão, entre outros. Nesta fronteira, como o próprio autor afirma, não emerge “território novo”, mas se reproduz uma trama já muito antiga da/na história da questão agrária brasileira.

No caso da juventude faxinalense, desde nossa compreensão de situar-se na fronteira, a vida de jovens faxinalenses é marcada pela coetanidade de estar entre territorialidades específicas etnicamente diferenciadas, seus modos de apropriação, dominação, aceitação ou negação destas territorialidades; mas também pela convivência com a permanente produção de sua invisibilidade e a precarização de suas vidas no território.

A síntese disposta a seguir tem a pretensão de reforçar a noção de uma juventude faxinalense que constituiu suas territorialidades não somente como oposição radical ao que já poderia ser considerado passado, em favor do que poderia ser um novo, para o presente e para o futuro, mas que constituem suas territorialidades na atualidade – seus modos de ocupação, ação e usos do/nos territórios de vida – considerando ao mesmo tempo um conjunto de territorialidades específicas do modo de vida faxinalense, a convivência com territorialidades distintas, os conflitos e contradições, a produção de invisibilidades e a precarização do território.



ESQUEMA 03: SÍNTESE DE ELEMENTOS QUE MARCAM A CONSTITUIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DA JUVENTUDE FAXINALENSE.

FONTE: VOCABULÁRIO TERRITORIAL.

ORG.: SIMÕES, W., 2014.

Para além da noção de coetaneidade, de constituir-se em um espaço de interseção/interface, como vimos em Martins (1997), questões que podemos considerar fundamentais para a perspectiva de situação de fronteira que aqui estamos delineando, recorremos, também, à noção de fronteira trabalhada por Bhabha (1998)<sup>41</sup>, que em suas palavras nos chega como aqueles que vivem “entre lugares”. Para o autor, estar entre lugares, estar na fronteira, é “habitar um espaço intermédio”, é “residir no além”.

Em suas palavras, residir no além é:

[...] ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; tocar o futuro em seu lado de cá. Nesse sentido, então o espaço intermédio “além” torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora (BHABHA, 1998, p. 27).

Entender a juventude nesta perspectiva, desta forma, não é compreendê-los como agentes produtores e transformadores do espaço no futuro, como falaram alguns em nossos trabalhos de campo, que ser jovem é “ser o futuro da comunidade”, mas alguém que intervém no aqui e no agora.

A partir desta compreensão, nos interessa agregar a noção de que a constituição das territorialidades da juventude faxinalense com quem trabalhamos, e também da própria constituição de ser jovem em território faxinalense de modo geral, resulta de negociações e conflitualidades – daí a compreensão de que a juventude se torna um sujeito estratégico de intervenção no território, das mudanças que vão ocorrendo no conjunto das territorialidades específicas do território faxinalense de modo geral. A negociação é compreendida aqui como “articulação de elementos antagônicos ou contraditórios” (BHABHA, 1998, p. 51).

Nessa perspectiva, a constituição das territorialidades em situação de fronteira, como processo, vai resultando de negociações e conflitualidades com territorialidades específicas, típicas do seu modo de vida, de resistências cotidianas realizadas e territorializadas ao longo de gerações, mas também vai incluindo os anseios dos jovens, suas angústias e seus interesses a partir de

---

<sup>41</sup> Em suas reflexões a partir das obras de Frantz Fanon e outros autores que ousaram escrever, literaturalizar a respeito da realidade vivida em países africanos e em cenários marcados pelos movimentos de independência pós II Guerra Mundial, assim como de literaturas que tratam de espaços de tensão envolvendo luta de classe, mas também de reconhecimento das diferenças de gênero, raça e etnia, Bhabha (1998) trata a situação fronteiriça como “entre lugares”, “espaço intermédio”, “residir no além”.

um histórico de precarização de suas vidas no território – como resultado de suas relações com os mais antigos, nas múltiplas relações com territorialidades distintas, com o mundo etc.

Neste sentido, reforçamos nossa proposição, a noção de que a juventude faxinalense constitui suas territorialidades em uma situação de fronteira ou de estar “entre lugares” (BHABHA, 1998), seja na inter-relação campo-cidade, família-comunidade-mundo, educação-trabalho, sociedade-natureza, nas relações intergeracionais, entre a dúvida de permanecer ou migrar de suas comunidades, agindo sobre as continuidades e descontinuidades de sua cultura e identidade, em meio à produção de invisibilidades e a precarização de seu território de vida.

Para Bhabha (1998, p. 20), isso significa estar nos interstícios dos processos de constituição do humano, onde coexiste “a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationnes], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”.

Bhabha (1998, p. 27) ressalta a necessidade de uma ruptura com o que irá denominar de “barreira do tempo de um presente culturalmente concluído” e nessa perspectiva destaca a importância de se tomar o “passado-presente” “como grande parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver”. O passado, desta forma, interfere na atuação do presente. Assim, podemos compreender que a juventude faxinalense, ao constituir suas territorialidades na relação com territorialidades específicas de seu modo de vida, conflitua e/ou reforça a re-existência de territorialidades que atravessam gerações e se projetam no presente como parte de suas territorialidades no aqui e no agora.

A partir do que delineamos até aqui, podemos afirmar que na pesquisa promovida com jovens rurais por Wanderley (2007) encontramos características do que podemos ler como situação de fronteira. Seu trabalho de investigação contou com a participação de 615 jovens de 15 a 24 anos, que vivem nas zonas rurais dos municípios de Glória do Goita (Zona da Mata Norte), Orobó (Agreste Setentrional) e Ibimirim (Sertão do Moxotó).

Destaca a autora que os jovens pesquisados pertencem em sua maioria à realidade vivida por famílias de pequenos agricultores, com determinadas características, tais como: pequenas propriedades, com produção diversificada

para autossustento da família e para comercialização local, resultado do trabalho familiar. Neste cenário, Wanderley (2007, p. 23) defende a noção de que “o estudo da juventude rural supõe a compreensão de uma dupla dinâmica social: uma dinâmica espacial e outra temporal”:

[...] Por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva (WANDERLEY, 2007, p. 23).

Na concepção de situação de fronteira que estamos delineando, espaço e tempo são categorias que caminham juntas, assim, a superposição de espaços destacada pela autora, para nós também é uma superposição de tempos. Isso porque compreendemos que no território podem coexistir múltiplas histórias e trajetórias, costumes e tradições, identidades étnico-raciais, de gêneros, gerações, entre outras (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2009; 2011; 2013).

Considerando nossa compreensão de situação de fronteira, os jovens do processo investigativo de Wanderley (2007) constituem suas territorialidades levando em consideração ao mesmo tempo as territorialidades específicas de suas comunidades – a convivência familiar e comunitária, o trabalho familiar, entre outros – mas também suas relações existentes com a escola, com a lógica urbano-industrial fora de sua realidade comunitária, que também imprimem suas ações e contradições, seus desejos para o presente e para o futuro – a inter-relação passado-presente-futuro no aqui e no agora. Por isso, interferem diretamente nos modos de vida da agricultura familiar, por exemplo, e colocam na pauta o debate acerca da sucessão familiar, as continuidades-descontinuidades das práticas sociais típicas desta espacialidade.

Mas, como menciona Bhabha (1998, p. 27), o “intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico”. Muito embora as reflexões deste autor nesta formulação estivessem centradas nas



relações que envolvem diferentes culturas e identidades, no caso das juventudes, desde a noção de situação de fronteira que aqui estamos delineando, podemos compreender que tal fato pode ocorrer dentro de um mesmo modo de vida.

Essa situação pode ser observada na pesquisa de Stropasolas (2006), já mencionada no capítulo anterior. O trabalho abarcou diferentes dimensões presentes na vida jovem inserida na agricultura familiar e de pequenos municípios, a exemplo das realidades de trabalho, cultura e lazer, a relação campo-cidade, entre outros. Neste contexto, o texto contribui para refletir a respeito da invisibilidade dessa juventude em diferentes esferas da vida social; os conflitos provocados por relações desiguais de gênero, em particular envolvendo o processo sucessório da propriedade agrícola, a masculinização do campo e a migração da juventude para a cidade, distantes das territorialidades específicas de seu modo de vida.

Destacamos, neste momento, a migração das mulheres para a cidade e o processo de masculinização do campo. Como já mencionamos no segundo capítulo desta tese, segundo Stropasolas (2006), a partir de conversas com os jovens, a masculinização é um processo presente porque as moças não são vistas como herdeiras da propriedade (também chamada de unidade familiar). Segundo o autor elas só adquirem propriedade a partir do casamento com um filho de agricultor ou quando retornam à casa dos pais para cuidar deles. Neste caso, aquelas que não casam saem para estudar e dificilmente retornam ao campo. Stropasolas (2006, p. 22) destaca que esse retorno e casamento com os filhos dos agricultores representam para as moças que saem “a continuidade da condição social da mulher na agricultura, condição vivida por suas mães e que elas não pretendem reproduzir”. Estaria aí um exemplo em que jovens conflituam com territorialidades específicas, com uma condição que aparece a elas como predeterminada e interferem diretamente nos processos de (re)produção do território de vida.

Bourdieu (1983) ressalta que conflitos entre jovens e os mais velhos podem ocorrer quando a juventude se antecede na procura do novo:

Há períodos em que a procura do “novo” pelo qual os “recém-chegados (que são também, quase sempre, os mais jovens biologicamente) empurram os “já chegados” para o passado, para o ultrapassado, para a morte social (ele está acabado) se intensifica e, ao mesmo tempo, as lutas entre as gerações atingem uma maior

intensidade: são os momentos em que as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, quando os jovens aspiram “cedo demais” à sucessão. Estes conflitos são evitados durante o tempo em que os velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos, regular as carreiras e os cursos, controlar a rapidez da ascensão nas carreiras, frear aqueles que não sabem se frear, os ambiciosos que “queimam etapas”, que se “lançam” (de fato, na maior parte das vezes, eles não precisam frear porque os “jovens” – que podem ter cinquenta anos – interiorizam os limites, as idades modais, isto é, a idade na qual se pode “razoavelmente pretender” a uma posição, e não tem nem mesmo ideia de reivindicá-la antes da hora, antes de “chegar sua hora”). Quando o “sentido dos limites” se perde, vê-se aparecer os conflitos a respeito dos limites de idade, dos limites entre as idades, que têm como objeto de disputa a transmissão do poder e dos privilégios entre as gerações (BOURDIEU, 1983, p. 112-121).

O conflito entre jovens faxinalenses e territorialidades específicas aparece mais abertamente na Cartografia Social dos/das Aprendizes da Sabedoria (que reúne aqueles/as que desenvolvem práticas tradicionais de cura)<sup>42</sup>. Os jovens aparecem na projeção cartográfica elaborada pelos participantes das oficinas de cartografia social, deitados à sombra de uma árvore.

Segundo os relatos dispostos na cartilha, os jovens não querem aprender os ofícios tradicionais, o trabalho com as ervas medicinais, as rezas e as práticas de benzimento. Um exemplo pode ser evidenciado no comentário a seguir de uma faxinalense da comunidade Marmeleiro de Cima, localizado no município de Rebouças-PR:

[...] A recriminação das igrejas, dos médicos, o esquecimento, a falta de interesse pelos jovens, pois acham que é uma coisa de antigamente, **o jovem quer só o que é moda, que passa na TV**. Como tá acham que é difícil de ir atrás desses conhecimentos, dessas ervas (PNCS, 2008, p. 04, grifos meus).

O desinteresse dos jovens faxinalenses pelos saberes tradicionais também aparece no comentário de outra faxinalense, agora do Faxinal do Rio do Couro, localizado no município de Irati:

[...] Se terminar tudo, os curadores, benzedeiros, as costureiras, daí não vai ter, pois se **os mais novos** não aprenderem, esses morrem, daí fica sem... **os jovens não querem aprender, não dão valor para essas coisas**, porque quando está com uma dor forte aí se lembra do curador do benzedor, vão lá no curador... no benzedor (PNCS, 2008, p. 04, grifos meus).

<sup>42</sup> Trata-se de uma Cartilha da Associação Aprendizes da Sabedoria (ASA), denominada “Faxinalenses: Fé, Conhecimentos Tradicionais e Práticas de Cura”. Ver: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 1. Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura. Irati, 2008.

A partir deste segundo comentário é possível fortalecermos a compreensão de situação de fronteira que aqui estamos delineando, como situação em que coexistem intercâmbio e conflitualidade, de estar em um espaço-tempo de negociações, continuidades-descontinuidades, de trânsito livre entre o passado, o presente e o futuro. Neste caso, os jovens aparecem como aqueles que não querem aprender os ofícios tradicionais, porém, quando precisam destas práticas, ainda visitam os/as benzedores/as. Assim, muito embora não queiram se envolver com estes conhecimentos e práticas tradicionais, há jovens que ainda constituem suas territorialidades levando em consideração a existência destas mesmas práticas.

Nessa perspectiva, compreender que a juventude faxinalense constitui suas territorialidades em situação de fronteira contribui para levantar duas questões que consideramos importante destacar: 1) entender a juventude enquanto categoria social, que constitui suas territorialidades em situação de fronteira, também nos permite enxergá-los como sujeitos que intervêm nos processos de produção e de transformação do território de vida; 2) no caso da juventude dos povos e comunidades tradicionais, reforça-se a compreensão de tradição como algo do presente, vivo e em permanente mudança.

A primeira questão vai de encontro com nossa proposição de enxergar a juventude faxinalense, assim como as juventudes rurais e urbanas, como categoria social, conforme já destacamos na seção anterior desta tese. Enquanto categoria social, queremos reafirmar a necessidade de que para compreender a juventude faxinalense, como constituem suas territorialidades, como agentes produtores e transformadores do seu território de vida, é preciso superar as adjetivações negativas e que contribuem para subalternizá-los e/ou invisibilizá-los – como aquelas em que reafirmam que a juventude não quer nada com nada, não querem se envolver com as questões dos faxinais, que estão radicalmente em conflito com as territorialidades específicas que marcam suas vidas e só enxergam uma vida melhor na cidade, longe de suas comunidades de origem etc.

Constatamos, ao longo de nossos trabalhos de campo e do diálogo com jovens, que a juventude conflitua sim com algumas das tradicionalidades que ainda marcam seu modo de vida, mas as maiores tensões são provocadas,

sobretudo, pelas condições precárias em que se encontram muitas de suas comunidades.

Deste modo, queremos sustentar a noção de que o mundo adulto tomado como a única referência para a produção e reprodução da vida humana se constitui como razão que subalterniza e invisibiliza a juventude como categoria social e desconsidera a participação destes sujeitos nos processos de produção e transformação do espaço. Assim, reafirmamos nosso compromisso em tornar visíveis os sujeitos que historicamente foram produzidos como invisíveis, produzidos como não existentes.

Sousa Santos (2006) destaca cinco lógicas de produção da não existência: 1) a monocultura e rigor do saber, que produz o ignorante; 2) a monocultura do tempo linear, que produz o residual; 3) a classificação social, que produz o inferior; 4) a escala dominante, que adota como primordial a escala global em detrimento da escala local; 5) a lógica produtivista, que produz o improdutivo. Vejamos o quadro a seguir:

<b>Lógica ou modo de produção</b>	<b>Descrição</b>
Monocultura e rigor do saber (O ignorante)	É o modo de produção de não existência mais poderoso. Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. [...] Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura.
Monocultura do tempo linear (O residual)	[...] a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. [...] É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não contemporaneidade do contemporâneo, a ideia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem. [...] Neste caso, a não existência assume a forma da residualização que, por sua vez, tem, ao longo dos últimos duzentos anos, adotado várias designações, a primeira das quais foi o primitivo, seguindo-se outras como tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido.
Classificação social (O inferior)	Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias. A classificação racial e a classificação sexual são as mais salientes manifestações desta lógica. [...] a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior.

Continua

Escala dominante (O local)	[...] a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Na modernidade ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas principais: o universal e o global. O universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos. Tem, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que por essa razão são consideradas particulares ou vernáculas. [...] No âmbito desta lógica, a não existência é produzida sob a forma particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global.
Lógica produtivista (O improdutivo)	[...] o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo. [...] A natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. [...] a não existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional.

QUADRO 08 – LÓGICAS OU MODOS DE PRODUÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA, SEGUNDO SOUSA SANTOS (2006).

FONTE: ADAPTADO DE SOUSA SANTOS, 2006.

ORG.: SIMÕES, W., 2013.

Reafirmamos aqui, também, a existência de uma hierarquia geracional, que toma o adulto como referência credível, subalternizando e invisibilizando a juventude como sujeito ativo em seu território de vida. Entendemos que a hierarquia geracional cria um mundo adultocêntrico e uma noção adultocêntrica de juventude, como viemos destacando ao longo deste capítulo. Uma visão adultocêntrica que permanece presente no próprio modo de vida faxinalense e, como debateremos mais adiante, no campo político das PPJ.

Desta forma, emergem vozes (ou gritos) de jovens faxinalenses que reafirmam constituir suas territorialidades também em conexão com territorialidades específicas do território faxinalense, se apropriando, ocupando, usando e transformando o território a partir de seus interesses. Tal fato nos faz vivenciar um reforço da noção de tradição como presente, ou seja, como processo de continuidades-descontinuidades das territorialidades específicas no aqui e no agora em que os jovens se fazem presentes.

Essa perspectiva de compreensão se inspira nas reflexões de Thompson (1998) a respeito de como os costumes se manifestavam na cultura dos trabalhadores ingleses em cenários do século XVIII e XIX e na nossa própria noção de situação de fronteira que vem sendo delineada nesta seção.

Em Thompson (1998) encontramos a menção de que, para os historiadores que se ocuparam em estudar cenários da Europa Ocidental dos séculos XVI e XVII, a hipótese hegemônica era de que haveria mudanças radicais no modo de vida, sobretudo induzidos pela emergência e propagação da atividade industrial. Afirma o autor:

[...] É clara nos historiadores que se ocupam dos séculos XVI e XVII a tendência de ver o século XVIII como uma época em que esses costumes se encontravam em declínio, juntamente com a magia, a feitiçaria e superstições semelhantes. O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos era o que se supunha (THOMPSON, 1998, p. 13).

Mas, o próprio trabalho do autor nos permitirá constatar que neste contexto coexistiam no cotidiano das comunidades as forças que suscitavam mudanças nos modos de vida, contestavam práticas tradicionais, territorialidades específicas das comunidades, mas também um conjunto de resistências cotidianas que eram entendidas como fundamentais na constituição das territorialidades. Vejamos:

[...] Na sociedade rural, mas também nas áreas manufatureiras e mineiras densamente povoadas (as regiões produtoras de tecido do Oeste da Inglaterra, o território dos mineradores de estanho da Cornualha, o black Country), encontramos uma herança importante de definições e expectativas marcadas pelo costume. O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras, primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não têm um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente (THOMPSON, 1998, p. 18).

Nessa perspectiva, Thompson (1998, p. 15-17) alerta a respeito da compreensão do conceito de costume, ou ainda, de cultura, como “inflexão antropológica”, uma noção encerrada, ao se referir a generalizações a exemplo de “cultura popular”. O autor sugere uma compreensão aberta, a cultura também como “um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca”. Por isso, a sugestão do autor é a de compreender “costume como

contexto e *mentalité*”, “o costume não como posterior a algo, mas como *sui generis*: ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa”, ou seja, como *práxis* viva no aqui e no agora.

A partir deste olhar podemos compreender que a juventude faxinalense é um sujeito estratégico que, ao constituir suas territorialidades junto ao território de vida faxinalense, também contribui para reafirmar a re-existência dos faxinalenses como povos e comunidades tradicionais no aqui e no agora. Como modo de vida que coexiste e conflitua com projetos econômicos e sociais que visam a expansão do capital a qualquer custo, a mercantilização da natureza e a exploração do trabalho humano sem precedentes, projetos que almejam a existência de um campo sem gente e sem vida – projetos hegemônicos persistentes no atual período histórico do capitalismo, das grandes obras que objetivam a dita aceleração do crescimento, da expansão das monoculturas voltadas à produção de agrocombustíveis em nome do combate ao aquecimento global, entre outros.

Desta forma, corroboramos com a compreensão de que:

[...] a vida não é um movimento desterritorializado. Entendido como espaço produzido pela sociedade, o território é obra coletiva e, em si mesmo, manifestação de poderes. A construção do território, através das relações sociais, por si só, passa a significar o estabelecimento de fronteiras de natureza variada – entre pessoas e coisas (HISSA, 2002, p. 40).

É preciso reafirmar que no vocabulário territorial dos jovens com os quais trabalhamos encontramos verbetes e expressões que falam da vida em comunidade, da presença e do convívio com a natureza, da vida saudável (comer comida sem veneno), do trabalho coletivo, entre outros. Como viemos reafirmando ao longo de nossa tese, são elementos que coexistem com um conjunto de contradições, com a existência de preconceitos, com a produção de invisibilidade e/ou marginalidade de suas territorialidades na gestão de políticas públicas, com a convivência em cenários marcados por conflitos internos e com diferentes antagonistas externos, com a precarização do território de vida, entre outros. É nesse contexto que compreendemos que a juventude faxinalense vem constituindo suas territorialidades em situação de fronteira.

No próximo capítulo, a ênfase será dada a um dos temas que esteve presente ao longo dos diálogos com os jovens, ou seja, o campo político das

políticas públicas, em particular, as políticas públicas voltadas à juventude rural. É preciso salientar que a opção pelo debate da política pública emergiu desde essa relação com os sujeitos da pesquisa, pois problemáticas ligadas à educação, geração de renda, acesso à cultura e ao lazer permearam constantemente os relatos e as sínteses dos jovens, as quais percebemos impactar diretamente nas relações que os jovens estabelecem com seu território de vida, nas suas visões sobre a vida nos faxinais, nas decisões sobre o presente e para o futuro.

Nossa intenção não é promover uma análise de política pública para apresentar uma síntese que nos permita evidenciar se uma ou outra política atendeu ou não seus objetivos. Optamos em nos adentrar ao campo político da política pública de juventude no Brasil, em particular para debater políticas do governo federal voltadas à juventude rural, cenários, atores e tendências existentes nesta arena política, refletindo sobre as possibilidades de produção de invisibilidades da diversidade de formas de ser e autodefinir-se jovem rural no país, o que inclui aqui os jovens faxinalenses, seus territórios e territorialidades.

Percebemos que ser jovem nos faxinais é conviver com a falta de opção de lazer, ter uma vida marcada pelo difícil acesso à cidade, à escola, com poucas alternativas de trabalho, o que tem contribuído para potencializar processos de des-re-territorialização de jovens nos faxinais, não só de modo temporário, mas também de modo permanente, como mencionamos no segundo capítulo desta tese.

Entre os assuntos que giraram em torno do tema políticas públicas, os jovens falaram da necessidade que sentem do reconhecimento das territorialidades específicas por parte dos governos ao conjunto de serviços que estão ausentes ou chegam de modo muito precário, dificultando ainda mais a vida jovem nos faxinais. Contata-se, como debateremos ao longo dos próximos capítulos, que os territórios faxinalenses se constituem, desta forma, territórios em que é cada vez mais difícil reivindicar juventude.

Considerando esse estado de coisas, conjuntamente com o debate da produção de invisibilidade, destacamos a importância do próximo capítulo, para que possamos também fomentar permanentemente a crítica a respeito do papel do Estado nos processos de elaboração e implementação das políticas



públicas voltadas à juventude, na garantia de direitos e também de seu potencial de ser jovem. Entendemos que a ausência ou a inclusão precária das juventudes nas políticas públicas torna o Estado um agente de precarização das vidas no território – agentes promotores de des-re-territorialização/territorialização precária (HAESBAERT, 2006).

É neste tom que entendemos que o debate a respeito do campo político das PPJ tem sentido, também, para a juventude faxinalense que desde nossos diálogos demonstraram conhecer muito pouco ou quase nada de seus direitos, de um cenário que nos últimos anos se colocou em movimento, pelo menos no plano do discurso, para pensar a juventude enquanto sujeito de direitos, sujeito estratégico de políticas públicas.

#### **4 JUVENTUDE RURAL, JUVENTUDE FAXINALENSE E A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE NO CAMPO POLÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL**

Ao longo desta tese fomos problematizando o fato de que a juventude faxinalense é produzida como invisível desde o contexto social em que está inserida. Há uma tradição adultocêntrica que permeia as práticas sociais e que subalterniza o jovem faxinalense ao compreendê-lo como aquele que não quer nada com nada, um sujeito apático e que não está interessado nas questões que envolvem o modo de vida dos faxinalenses – o que tem dificultado aos jovens, por exemplo, a sua inserção junto à luta faxinalense já iniciada pela APF. Cabe salientar, ainda, que a juventude faxinalense não tem tanta centralidade nos estudos acadêmicos sobre os Faxinais, muito pouco ainda se sabe sobre ela, como constituem suas territorialidades, como vivem em seus territórios.

No capítulo anterior sugerimos a compreensão de juventude faxinalense enquanto categoria social, refletindo e problematizando a necessidade de superação do olhar negativado a respeito destes sujeitos. Defendemos a ideia de que esta juventude vem constituindo suas territorialidades em situação de fronteira, na relação com suas territorialidades específicas, convivendo com a produção de invisibilidade e a precarização de suas vidas no território.

Ao longo deste processo investigativo, nos deparamos com o tema da política pública, pois problemáticas ligadas à necessidade de ações do Estado voltadas ao eixo educação, geração de renda, cultura e lazer permearam concomitantemente os diálogos, ações que percebemos impactar diretamente nas relações que os jovens faxinalenses estabelecem com seu território e como constituem suas territorialidades, como constroem suas visões sobre a vida nos faxinais em que se inserem e suas decisões sobre o presente e para o futuro.

Evidenciamos, ao longo de nosso processo investigativo, que jovens faxinalenses também se sentem “invisíveis” diante do poder público. Neste capítulo, pretendemos desenvolver uma reflexão política do que vêm sendo consideradas “Políticas Públicas de Juventude” (PPJ) no Brasil, em particular

com foco nas ações do governo federal voltadas à juventude rural. O referido exercício visa construir argumentos que contribuam para sustentar a tese de que estas PPJ produzem invisibilidade territorial, potencializando processos de negação, marginalização e/ou subalternização das territorialidades das juventudes nestas políticas e que, na sua ausência ou atendimento precarizado, contribuem para sujeitar estes jovens a condições cada vez mais precárias de vida no espaço rural, o que podemos compreender como “territorialização precária” (HAESBAERT, 2006).

Desta forma, pretendemos dar sequência na elaboração de um aporte teórico conceitual que contribua para compreensão de como os jovens faxinalenses constituem suas territorialidades no contexto em que suas comunidades disputam visibilidade em meio a diferentes conflitos territoriais.

Ao nos adentrarmos no debate das PPJ, nos deparamos com um complexo cenário, que passamos a entender como necessário detalhar para compreensão de como as PPJ produzem invisibilidades, assim como para compreendermos como esta produção impacta no território de vida da juventude rural, por sua vez, da juventude faxinalense. Com este intuito, consideramos necessário destacar aspectos que constituem o campo político das PPJ no Brasil, em particular buscando compreender qual espaço a juventude rural ocupa em um cenário mais atual em que passa a ser entendido como “sujeito de direitos”, “sujeito de políticas públicas”.

A política pública, aqui, é compreendida como sendo o conjunto de “ações ou propostas – promovidas principalmente pelos governos – de regulação dos múltiplos problemas e contradições que afrontam as sociedades contemporâneas” (ROMANO, 2009, p. 13). Desta forma, o caminho delineado neste capítulo está ancorado na perspectiva de análise “política das políticas públicas”, ou seja, “do Estado em ação”, o que desde esse entendimento implica conhecer cenários e atores que compõem a arena política, demandas que os governos optam em atender e quais eles mantêm à margem ou no abandono, quais mecanismos e estratégias são utilizadas nos processos de elaboração e implementação de suas políticas, quem realmente se beneficia e quais suas implicações sobre a realidade (ROMANO, 2009).

A compreensão de arena política se inspira na noção de “campo político” em Bourdieu (2007, p. 164), compreendendo que esta arena é “o lugar em que

se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”.

Desta forma, considerando a participação de diferentes atores, um entrecruzamento de discursos, proposições e práticas, tomaremos como ponto de partida o contexto em que a juventude emerge como sujeito estratégico de políticas públicas em duas escalas: a escala internacional (Mundo-América Latina), procurando explicitar, sobretudo a partir de documentos oficiais de organismos multilaterais, os discursos que sustentam desde os anos de 1960 a noção de juventude enquanto sujeito estratégico do desenvolvimento, em particular dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); e a escala nacional, cuja literatura permite evidenciar que, desde 2004, o governo federal brasileiro tem afirmado permanentemente o reconhecimento da existência de uma diversidade de formas de ser jovem no país – diversidade de classe, gênero, étnico-racial, geracional, territorial, entre outros – estes, compreendidos como sendo “sujeitos de direitos” e, por isso, sujeitos estratégicos de políticas públicas.

Neste estudo, a opção tomada foi por ler os textos de forma “com e contra outros”, no sentido de encontrarmos suas aproximações e suas contradições, os “conceitos-chave” que fazem parte dos argumentos que fundamentam suas formulações tanto para poder enxergar o que dizem como o que não dizem, no sentido de problematizarmos, refletirmos e explicitarmos cada vez mais a racionalidade que os sustentam (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA, 2005).

Para uma análise do caso brasileiro, além de considerarmos um conjunto de textos oficiais, estabelecemos um diálogo com intelectuais que já se dispuseram a refletir e tecer considerações a respeito da temática juventude, juventude rural e políticas públicas, assim como com publicações elaboradas por coletivos de organizações de juventude – como da juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e da Pastoral da Juventude. Pretende-se, com esse diálogo documental e bibliográfico, trazer o máximo de elementos que nos permitam ter um panorama de um cenário em permanente

(re)elaboração em que nunca se falou ou se ouviu falar tanto em juventude enquanto “sujeitos de direitos”, “sujeitos de políticas públicas”.

Após, seguiremos com o texto procurando analisar e debater qual é o real espaço ocupado pela juventude rural e das comunidades tradicionais no campo político das PPJ, assim como tecer considerações a respeito da outra face deste cenário: o fato da PPJ, mesmo reconhecendo a diversidade de formas de ser jovem no Brasil, desde o seu interior – a arena onde as políticas e os programas são formulados – até o processo de implementação – que inclui o estabelecimento de metas voltadas à juventude rural e o financiamento –, potencializa processos de invisibilidades das territorialidades dessa juventude ao estabelecer determinados padrões de acesso a estas políticas e ao definir as demandas prioritárias para atendimento.

Assim, com o intuito de sustentarmos essa compreensão, a pretensão foi dialogar com autores que já vêm analisando o campo político das políticas públicas de juventude, assim como promover uma análise acerca do Plano Plurianual 2012-2015, que se refere ao governo de Dilma Rousseff – do programa “País Rico é País sem Pobreza” – e das Leis Orçamentárias (LOA) dos anos de 2013 e 2014.

Na continuidade, objetivamos sustentar a noção de que o Estado é historicamente permeado por tradições – a *tradição da homogeneização*, a *tradição urbanocêntrica*, a *tradição produtivista* e a *tradição adultocêntrica* – e estas, em particular no campo político das PPJ, funcionam como mecanismos de produção de invisibilidade das territorialidades da juventude rural, consequentemente fazendo do Estado um importante agente que contribui nos processos de precarização de seus territórios de vida.

Procuramos, a partir de um diálogo interdisciplinar, argumentar que a *tradição da homogeneização* produz invisibilidades quando no campo político das políticas públicas, cria-se um conjunto de exigências padronizadas para o seu acesso – a exemplo das políticas e dos programas voltados à Agricultura Familiar. Já a *tradição urbanocêntrica* produz invisibilidade quando reforça a noção de espaço rural como residual, cuja população possui baixa capacidade de acessar e produzir inovações tecnológicas, entre outros. Na *tradição produtivista*, veremos que a produção de invisibilidades ocorre quando as políticas reduzem o campo a espaço-mercadoria, espaço de produção que, no

caso da juventude rural, aposta em um padrão produtivo – a juventude da agricultura familiar – criando de outro lado um padrão improdutivo, quando uma parte da juventude rural é produzida como sendo uma residualidade-improdutiva. E, por fim, trataremos da *tradição adultocêntrica*, que produz invisibilidade ao tomar o mundo adulto como referência e a juventude como um sujeito não credível, inexperiente e incapaz de assumir responsabilidades e demandar políticas.

Para reforçar as considerações acerca de como estas tradições estão presentes no campo político das PPJ, retomamos os cenários e as tendências destacadas ao longo das seções e inserimos neste diálogo a tese de Barcellos (2014) – defendida recentemente – que procurou analisar as políticas nacionais de financiamento da agricultura familiar e de crédito fundiário. Entendemos que seu trabalho nos traz elementos de quem conviveu, viu e ouviu em diferentes cenários e em diálogo com diferentes atores que estiveram envolvidos na gestão de políticas públicas voltadas à juventude rural nestes últimos anos.

Por fim, é preciso salientar que retomamos o diálogo com o vocabulário territorial disposto no segundo capítulo desta tese, procurando ampliar nossas argumentações acerca de como a produção de invisibilidade da diversidade de formas da juventude rural no campo político das PPJ, por sua vez, produz invisibilidade e contribui para a precarização do território de vida da juventude faxinalense, consequentemente, impactando nos processos de constituição de suas territorialidades.

#### 4.1 A JUVENTUDE ENQUANTO SUJEITO ESTRATÉGICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NA MIRA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

A juventude, pós-II Guerra Mundial, passa a ser considerada por organismos multilaterais em escala global e regional (América Latina), sujeito estratégico de políticas públicas. Veremos, a seguir, que diferentes documentos oficiais publicados sistematicamente por estes organismos permitem evidenciar a propagação por meio de discursos oficiais de: 1) diagnósticos que buscam sustentar a existência de um cenário de crise, em que as juventudes, sobretudo dos países considerados pobres ou em

desenvolvimento, se encontram em situação de vulnerabilidade social e miséria, se constituindo risco social ao desenvolvimento das sociedades de modo geral; 2) um consenso global a respeito da necessidade de investimentos por parte dos governos nacionais em políticas públicas que tratem os jovens como sujeitos de direitos, com vistas à inclusão produtiva deste segmento da sociedade, para que os mesmos se constituam como sujeitos capazes de contribuir para o desenvolvimento político, econômico, cultural e socioambiental dos países em que habitam.

#### 4.1.1 O Programa Mundial de Ação para a Juventude (PAMJ) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

A Organização das Nações Unidas (ONU) mantém a temática da juventude na sua agenda de trabalho desde os anos de 1960, uma vez que em 1965 os Estados-Membros já haviam aprovado a Declaração para Promoção da Juventude, dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre as pessoas. Em 1985, o referido organismo multilateral comemorava o primeiro Ano Internacional da Juventude, onde, naquele momento, se reconhecia que a juventude é diversa – também delimitada pela faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos – “dividida em subgrupos”. Buscava-se, com isso, superar uma visão generalista a respeito da categoria (ONU, 2004).

Em 1995, a ONU lançava o Programa de Ação Mundial para a Juventude (PAMJ)<sup>43</sup>, composto por um conjunto de propostas de ações a serem desenvolvidas pelos governos dos países signatários para o ano 2000 e os anos subsequentes. Inicialmente o programa elencou 10 áreas prioritárias: Educação; Emprego; Fome e Pobreza; Saúde; Meio Ambiente; Abuso de Drogas; Delinquência Juvenil; Atividades de Lazer; Meninas e Jovens Mulheres; Total e Efetiva Participação. Em 2003 foram elencadas mais 5 áreas: Globalização; Tecnologia da Informação e Comunicação; HIV/Aids; Prevenção de Conflitos; Relações entre Gerações (ONU, 2004, p. 09).

Em 2000 a ONU publicava a Declaração do Milênio, apresentando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O referido documento trazia 8

---

<sup>43</sup> O Programa Mundial de Ações para a Juventude para o ano 2000 e subsequentes, foi aprovado pela Resolução nº 50/81 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

objetivos: acabar com a fome e a miséria; garantir Educação Básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a Aids, a Malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade do meio ambiente; fomentar alianças para o desenvolvimento (OIJ, 2007, p. 13)<sup>44</sup>. O referido documento e seu receituário passam a ser uma importante referência, sendo evocado por outros documentos, cujos discursos possuem a pretensão de motivar governos e investidores a utilizar-se de ações, políticas e programas voltados à juventude para atingir os objetivos estabelecidos.

Nessa perspectiva, desde o lançamento do PAMJ, uma série de eventos – encontros de grupos de trabalho, conferências mundiais e regionais, elaboração e lançamento de programas de ações, entre outros – marcou a agenda de diferentes países do globo tendo como centralidade o debate a respeito da juventude. Entre os eventos que marcaram esse contexto podemos destacar a Conferência Mundial de Ministros responsáveis pelos jovens, realizada em Lisboa (1998); o lançamento do Programa Regional de Acciones para el Desarrollo de la Juventud en América Latina (PRADJAL 1995-2000); a elaboração e a publicação da Convención Iberoamericana de Derechos de los Jóvenes (OIJ, 2005); a publicação do Relatório Mundial sobre a Juventude da ONU; e o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, intitulado “O desenvolvimento e a Próxima Geração” (BM, 2007), entre outros.

Procurando influenciar as ações dos governos nacionais, sistematicamente foram sendo publicados ao longo dos últimos anos diagnósticos sobre as condições de vida da juventude, em particular as juventudes que habitam os países denominados “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Os documentos passam a conceber que, na virada do século XX para o século XXI, a juventude ocupa um *status* demográfico<sup>45</sup> considerável – entendido como “bônus demográfico”. Percebe-se uma permanente preocupação, em diferentes documentos, em ressaltar as condições precárias que muitos destes jovens estão sujeitos (OIJ, 2001; ONU,

<sup>44</sup> Para mais detalhes a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), acessar: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>.

<sup>45</sup> Segundo a OIJ (2007, p. 15), entre os anos de 1995 e 2005 cerca de 18% da população mundial tinha entre 15 e 24 anos, destes, 85% vivem em países considerados “em desenvolvimento”.



2004; BM, 2007; CEPAL, 2007). Estes diagnósticos publicados permanentemente acabam por utilizar um conjunto de argumentos que procuram sustentar a ideia de que os governos precisam tomar atitudes imediatas em relação às situações políticas, econômicas e culturais consideradas adversas em que se encontram os jovens, com vistas à superação destas condições – há uma ampla divulgação de um cenário de “crise” em relação às condições de vida das juventudes.

O cenário descrito e propagado nos textos oficiais destaca situações que envolvem questões como: abandono precoce da escola; falta de participação da juventude nas decisões políticas referentes às mais diversas demandas da sociedade; poucas oportunidades de trabalho e altos índices de desemprego entre os jovens; riscos de exploração do trabalho; êxodo rural; altas taxas de mortalidade entre os jovens; altos índices de contaminação de jovens por HIV; uso de drogas ilícitas; violências das mais diferentes origens – incluindo a participação de jovens em cenários de conflitos –; *déficits* de instrumentos adequados para processar as demandas da juventude, entre outros<sup>46</sup>.

É perceptível a existência de uma estratégia discursiva, cujo conjunto de argumentos sustentado por estudos diagnósticos objetiva mobilizar pessoas em direção a um consenso social diante de um cenário de “crise” das condições de vida e de inserção da juventude na sociedade. É possível afirmar, diante de um número considerável de documentos publicados desde o PAMJ e que sugerem mobilização dos governos, entidades da sociedade civil, grupos de empresários, entre outros, uma intenção de tornar cada vez mais públicas e acessíveis as informações e as justificativas que legitimam a necessidade de reformas e ações voltadas à existência de políticas e programas que considerem a juventude enquanto “sujeito de direitos” e resolvam os problemas que os atingem (ONU, 2004; CEPAL, 2007; OIJ, 2001; 2005; 2007; 2008; 2011; 2012; BM, 2007).

---

<sup>46</sup> O Relatório Mundial sobre a Juventude da ONU, publicado em 2005, titulado “Os jovens de hoje e em 2015”, ressaltava a necessidade de se intensificar investimentos nos jovens a fim de se concretizar o PAMJ e atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). De forma geral, o diagnóstico sinalizava a existência no globo de 200 milhões de jovens vivendo na pobreza, a existência de 130 milhões de jovens analfabetos, 88 milhões de jovens desempregados, e 10 milhões vivendo com HIV/AIDS.  
Ver: <<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wyr05portuguese.pdf>>.

Percebe-se uma constante busca pela legitimação do consenso acerca de uma “equação geral” na qual os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento precisam adotar uma perspectiva de “Estado Global Participativo” – capaz de criar uma “coesão social” considerada diferenciada e complementar entre o Estado, os governos, o mercado e a sociedade –, procurando fomentar investimentos em áreas estratégicas como educação, saúde, trabalho, entre outros, aproveitando melhor o denominado “bônus demográfico” da juventude, revertendo “o cenário de crise” em um cenário economicamente dinâmico e de reduzida pobreza, com destaque aos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (CEPAL, 2007; BM, 2007).

Para o BM (2007), por exemplo, “nunca houve uma época melhor para investir nos jovens que vivem nos países em desenvolvimento”, e que todo o investimento junto à juventude contribuirá para “acelerar o crescimento e reduzir a pobreza”. O referido organismo multilateral elencou 5 prioridades para ação dos governos, consideradas “como cinco transições que formam o desenvolvimento do capital humano dos jovens: estudar, trabalhar, manter a saúde, formar família e exercer a cidadania”.

Os ecos desta geopolítica atingem a América Latina desde os anos de 1990 e resultam na criação da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), não só reafirmando sistematicamente o referido cenário de “crise” supramencionado, mas também sugerindo um receituário regional aos chefes de Estado, que inclui a noção de “Estado Global Participativo” somado ao alcance dos ODM. Evidenciaremos, a seguir, alguns destaques deste cenário regional, que tem a pretensão de explicitar os agentes, os discursos e suas estratégias de propagação da noção de juventude enquanto sujeito estratégico de políticas públicas.

#### 4.1.2 Juventude enquanto sujeito estratégico de políticas públicas na América Latina e a relação com os ODM

Na América Latina é criada em 1992 a Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ), um organismo composto por representantes governamentais

de 21 países iberoamericanos<sup>47</sup>. A referida organização nasce com objetivo de promover a “inclusão e integração das juventudes por meio de políticas públicas de juventude”. Para isso, é proposta uma abordagem integral deste grupo, desde um foco intersecretarial/interministerial, tendo a juventude enquanto um sujeito estratégico do desenvolvimento. A referida organização propõe atuar em três dimensões: política, promovendo/fomentando nos países membros a geração de políticas públicas de juventude; técnica, investigando as diferentes realidades juvenis e capacitando funcionários e representantes juvenis; e a cooperação, promovendo projetos de integração para jovens em nível nacional e regional<sup>48</sup>.

Na segunda metade dos anos de 1990, no contexto do PAMJ, a OIJ lançava o “Programa Regional de Acciones para el Desarrollo de la Juventud en América Latina” (PRADJAL 1995-2000), com objetivo central de:

[...] potenciar las capacidades de acción de los países de la región para incidir indirecta, pero positivamente en la situación de los jóvenes, grupo social considerado estratégico por su peso demográfico y por sus potencialidades para el desarrollo (OIJ, 2001).

Este programa pode ser considerado um marco, primeiramente por reforçar o cenário de crise que já vinha sendo delineado por outros organismos multilaterais em escala global – com destaque para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – segundo, por contribuir no fortalecimento dos discursos que tratam a juventude enquanto sujeito estratégico do desenvolvimento (OIJ, 2001). Evidencia-se que o referido programa manteve em seu vocabulário um conjunto de palavras-chave que vão compondo o receituário que sistematicamente é evocado em muitos outros documentos oficiais lançados por organismos multilaterais na América Latina<sup>49</sup>, sempre reforçando que as áreas estratégicas para a ação deveriam ser: educação, emprego, saúde, valorização e reconhecimento da juventude, cidadania, integração, cooperação, entre outros (OIJ, 2001, p. 31-34).

<sup>47</sup> São países signatários da OIJ: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela.

<sup>48</sup> Para saber mais sobre a OIJ, acessar: <[http://www.oij.org/es\\_ES](http://www.oij.org/es_ES)>.

<sup>49</sup> Esse conjunto de palavras-chave constitui o que o programa denomina de “desafios temáticos”, por exemplo: acesso e qualidade da educação; acesso a emprego de qualidade; saúde de qualidade; cidadania plena; valorização e reconhecimento da juventude; integração regional dos jovens; entre outros.

Desta forma, os primeiros anos do século XXI são marcados pela publicação de um considerável conjunto de documentos que evocam o PAMJ e o PRADJAL como referências estruturantes, a exemplos: o informativo denominado “La juventude en Iberoamérica: tendencias y urgencias”, publicado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em 2004, com uma atualização em 2007; a “Convención Iberoamericana de Derechos de los Jóvenes”, publicado pela OIJ em 2005; os documentos publicados pela OIJ entre os anos de 2007 e 2012, intitulados - “Jóvenes de Iberoamérica y los Objetivos del Desarrollo del Milenio”, publicado em 2007; “Juventud y Desarrollo: 2008 – Nuevos desafíos con las y los jóvenes de Iberoamérica”, publicado em 2008; o “Plan Iberoamericano de Cooperación e Integración de la Juventud”, publicado em 2009; o caderno intitulado “Los Retos Generacionales de las Personas Jóvenes de Iberoamérica en el marco del Año Internacional de la Juventud”, publicado em 2011, entre outros.

Neste contexto, por meio destes documentos, duas tendências podem ser destacadas:

1) o envolvimento de diferentes atores de propagação do vocabulário e das formulações que sustentam o cenário de crise das condições de vida da juventude e o caráter de emergência do desenvolvimento de políticas e programas voltados a este público – tais como a OIJ, a CEPAL, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), o Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); o Banco Mundial (BM), entre outros;

2) a reafirmação permanente da noção de juventude enquanto sujeito estratégico de políticas públicas, em particular para alcançar as metas dos ODM. Pode-se dizer que o aporte teórico-jurídico evocado nos documentos, a presença de representações dos diferentes Organismos Multilaterais e de chefes de Estados Nacionais (nos eventos e acordos), assim como o conjunto de análises realizadas acerca dos cenários vividos pela juventude nos países iberoamericanos (análises diagnósticas) – já considerando a juventude uma categoria heterogênea, marcada por uma diversidade cultural, política, econômica, étnico-racial, de gênero e diversidade sexual, territorial, entre outras – os receituários contendo sugestões de estratégias para a ação dos

governos, organizações internacionais/multilaterais e entidades da sociedade civil, entre outros, constitui o discurso que procura sustentar a tese de que a relação juventude-desenvolvimento é considerada estratégica para o desenvolvimento econômico, político e cultural das sociedades de modo geral.

Tese que, ganhando materialidade, é compreendida como sendo capaz de contribuir para a superação das condições de pobreza, fome, miséria, devastação da natureza, conflitos étnicos e sociais, de contribuir com a melhoria da qualidade de vida (como educação, saúde, habitação, geração de renda etc.), entre outras contradições presentes no atual contexto histórico do capitalismo.

Um dos documentos deste contexto é a “Convenção Iberoamericana de Derechos da Juventude” e soma estas duas características, possuindo a pretensão jurídica de fomentar ações que procurem garantir os direitos das juventudes. Composta por 44 artigos – evocando outros princípios internacionalmente propagados, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais –, procura destacar a necessidade de garantir os direitos humanos, os direitos à não discriminação, igualdade de gênero, formação e convivência familiar, proteção contra abusos sexuais, integridade pessoal, identidade própria, liberdade de pensamento e religião, liberdade de expressão, reunião ou associação, de participação política, de educação, acesso à cultura e arte, saúde, trabalho, habitação, proteção social, ao meio ambiente, ao esporte, entre outros.

Esse caráter pode ser evidenciado no Art. 34 da referida convenção, conforme podemos observar a seguir:

Art. 34. Inciso 2 – Los Estados Parte se comprometen a adoptar las medidas adecuadas para garantir la asignación de los recursos humanos, técnicos y financieros necesarios para programas que atiendan a la promoción de la juventude, en el área rural y urbana, la participación en la discusión para elaborar los planes de desarrollo y su integración en el proceso de puesta en marcha de las correspondientes acciones nacionales, regionales y locales (OIJ, 2005, p. 29).

Mais diretamente focado na articulação com os ODM, encontramos o documento intitulado “Jóvenes de Iberoamérica y los Objetivos de Desarrollo del Milênio”, publicado em 2007 pela OIJ. Segundo este documento, os ODM “pueden llegar a convertirse en una herramienta de la justicia social y un medio

para la consideración del otro y la aspiración de equidad conforme al derecho” (OIJ, 2007, p. 20). Nas palavras do texto:

[...] La de hoy es la primeira generación de jóvenes que cuenta con los recursos y la tecnología para realizar el derecho al desarrollo. En los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) se expresa una visión común del desarrollo, consiste en poner a la persona humana y al desarrollo social en el centro de la agenda política, por encima inclusive del desarrollo económico que sólo es un medio y una condición indispensable para el pleno desarrollo (OIJ, 2007, p. 13).

O referido documento afirma não pretender informar os avanços de políticas em torno dos ODM, não assumindo nenhuma responsabilidade em apresentar resultados concretos de ações já realizadas para este fim. Mas, se compromete a tecer, a partir de dados oficiais de Estados nacionais, estratégias que os governos, por meio de suas ações e relações (locais, regionais, nacionais e internacionais) venham a articular juventude e ODM. Nesse sentido, há um entendimento que o Estado possui o papel fundamental, principalmente ao que tange à regulação global, conforme podemos observar:

[...] La regulación en la globalidad no es factible con la reimplantación del Estado controlador, productor, “vértice” de la sociedad, sino por medio de un Estado y unas instituciones que sean subsidiarias de la acción de los ciudadanos que dan paso del Estado benefactor fracturado al Estado global participativo, conforme a una cohesión social diferenciada y complementaria entre el Estado, los gobiernos, el mercado y la sociedad. El Estado global participativo pone en el centro de sus tareas crear las condiciones de posibilidad para brindar seguridad, bienestar, libertad y desarrollo a los ciudadanos, y puede dotar de sentido social al proyecto histórico de cada nación en un contexto mundializado (OIJ, 2007, p. 23).

Nessa perspectiva, o documento apresenta um conjunto de eixos gerais voltados aos governos nacionais com vistas à promoção de políticas e programas para a juventude, tais como: crescimento rápido e sustentável; centralidade nas políticas sociais; formação de capital humano; redução fiscal; regulação global do comércio; continuidade nas políticas públicas; eficácia institucional; promover articulações, alianças, redes de colaboração; a difusão dos propósitos dos ODM; reforma institucional, no sentido da criação de espaços de participação da juventude nas decisões políticas do país, assim como para descentralizar recursos, programas e políticas voltadas à juventude; promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais; criação de indicadores que reflitam as condições de vida da juventude, entre outros (OIJ, 2007, p. 24-30).

O que os documentos não fazem referência, tanto em escala global quanto em escala latino-americana, a respeito deste cenário em que a juventude vai se constituindo sujeito estratégico de políticas públicas e dos ODM nos discursos oficiais dos organismos multilaterais supramencionados, é que há um dado contexto geopolítico pós-II Guerra Mundial (GM), marcado por um conjunto de fenômenos políticos e econômicos que ecoam nos países do globo, potencializando conflitos territoriais, desemprego, situações de fome e miséria, impactos ambientais, que são a expressão, justamente, do cenário de crise anunciado sistematicamente nos documentos. Destaca-se aqui a crise de um denominado “*Welfare State*”, a expansão do neoliberalismo e dos ajustes estruturais, do ideário da globalização e do avanço do meio técnico-científico-informacional. Nesse contexto, seria a juventude uma “ameaça” à ordem global?

Duarte e Brandão (2004) lembram que na segunda metade dos anos de 1960 há uma radicalização dos movimentos estudantis em diferentes partes do globo terrestre em contestação aos impactos negativos oriundos dos sistemas capitalista e comunista e os desdobramentos da Guerra Fria. Se o “maio de 68 francês” pode ser considerado um marco histórico deste contexto, é importante salientar que movimentos estudantis ocorreram neste mesmo período no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Tchecoslováquia, na Polônia, na China, no Japão, entre outros. Teria a juventude um caráter revolucionário?<sup>50</sup>

No mundo comunista, a “Primavera de Praga”, ocorrida em abril de 1968 na antiga Tchecoslováquia, pode ser considerada uma referência de participação de movimentos de juventude frente às opressões do poder político do comunismo real no leste europeu. No Brasil, outra referência às manifestações de juventude se dava frente às violências físicas e simbólicas promovidas pelos governantes e todo o aparato de Estado da ditadura militar pós-1964. Cabe salientar, ainda, a participação de jovens em ações políticas como a Revolução Cubana em 1959 (ZANETI, 2001), a Revolução Sandinista em 1979, no conflito Árabe-Israelense desde os anos de 1959 e na intitulada

---

<sup>50</sup> Zaneti (2001), a partir de seus estudos, defende a tese que a juventude possui um caráter revolucionário. Segundo o autor, historicamente, a juventude sempre esteve presente em movimentos de contraposição ao *status quo*, nem sempre positivos para a humanidade. Lembra que “as motivações que levaram os jovens a apoiar Hitler e Mussolini não foram, com certeza, as mesmas dos jovens de maio de 1968 em Paris”.

Revolução Xiita no Irã em 1979 (ARBEX JÚNIOR, 1997), na Revolução dos Cravos, ocorrida em Portugal no ano de 1974, entre outros. Não por acaso, uma das preocupações dos organismos multilaterais desde estes cenários históricos é justamente o recrutamento e a participação de jovens entre 15 e 24 anos em conflitos armados.

Concomitantemente a estes e outros cenários marcados por conflitos territoriais, a expansão do neoliberalismo em tempos de crise de acumulação do capital a partir, sobretudo da segunda metade dos anos de 1970, segundo Harvey (2007, p. 08), “afetou a todos por meio da combinação entre desemprego crescente e inflação acelerada”<sup>51</sup>. Como menciona Hobsbawn (1995, p. 255), se no pós II GM alguém bebeu na fonte do “Estado do Bem Estar Social”, chamado pelo referido historiador de “a Era do Ouro”, estes eram poucos.

Mesmo os países denominados “desenvolvidos”, nos “vinte anos após 1973”, denominado pelo autor de “Décadas de Crise”, foram marcados por desemprego e propagação das desigualdades socioeconômicas. Segundo Hobsbawn (1995, p. 396):

[...] Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos [...] No Reino Unido (1989), 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como “sem teto”.

Hobsbawn (1995, p. 402-403) chama a atenção para o que considera “extraordinariamente perturbador”: as mudanças no mundo do trabalho e o desemprego. Segundo o autor, o sistema produtivo passava por uma revolução tecnológica – substituindo, em muitos casos, “a capacidade humana pela capacidade das máquinas” – assim como passava a ser “globalizado ou transnacionalizado em uma extensão e com consequências impressionantes”. Havia a constituição de uma “nova divisão internacional do trabalho”, marcado pela intensificação da transferência de indústrias para os países do hemisfério Sul, o que alargava as possibilidades de exploração da matéria-prima,

---

<sup>51</sup> Segundo a OIJ (2008), em 1988 a inflação média em 26 países da América Latina era de 474%.



condições fiscais e legais favoráveis e da mão de obra barata qualificada e disponível, principalmente em países “em desenvolvimento”.

[...] A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que – direta ou indiretamente – eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização dos lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário (HOBSBAWN, 1995, p. 404).

Neste início de século XXI, a OIJ (2008, p. 22-23) apresentou o desemprego juvenil<sup>52</sup> como um desafio a ser superado, um campo estratégico para os governos nacionais investirem no desenvolvimento da juventude na Iberoamérica. Para a referida instituição “la inclusión social pasa por el trabajo y el empleo dignos”. Afirmam evidenciar que países que avançaram na “redução da pobreza” são países que investiram no crescimento dos postos de trabalho e estes são os que conseguem aproveitar bem o “bônus demográfico” representado pela juventude.

A referida instituição destaca os entraves apontados e que acirram as dificuldades de acesso e permanência da juventude no emprego, tais como: ausência de horários flexíveis para aqueles que estudam e trabalham; ausência de processos educativo-formativos voltados à formação e qualificação para o trabalho seguido de estágio, financiamento e assistência técnica. Acerca da juventude rural, o organismo ressalta que não há dados precisos devido “a la invisibilidad de este sector en las agendas públicas y en los estudios especializados”, mas que a falta de emprego pode ser considerada a causa principal da migração campo-cidade e a países “desenvolvidos”.

Desta forma, torna-se importante compreender o papel do Estado neste contexto, como configura suas ações em tempos de expansão do neoliberalismo. Para Hobsbawn (1995), as “Décadas de Crise” emergem no momento em que os “Estados nacionais perderam seus poderes econômicos”

<sup>52</sup> Segundo a OIJ (2008), baseado em dados da OIT (2004) e da OIJ (2007), em Iberoamérica, em 2003, a população jovem havia crescido em torno de 13,1% mais que em 1993, mas o emprego juvenil só havia crescido em torno de 2,8%; a taxa de desemprego regional entre jovens de 15 e 29 anos havia aumentado em 12,8% no início dos anos de 1990, mas que no início da primeira década do século XXI esse dado era de 16,2%; esse dado representava mais que o dobro das taxas de desemprego entre adultos entre 30 e 64 anos.

sendo tomados pelos ideais neoliberais. Segundo Harvey (2007, p. 02), o Estado, tomado pelos ideais neoliberais, tem sua função reduzida:

[...] o Estado deve preocupar-se com a qualidade e a integridade da moeda. Ele também deve estruturar aquelas funções militares, de defesa, policiais e jurídicas necessárias para garantir os direitos de propriedade privada, e para apoiar o funcionamento livre dos mercados. Ademais, se não há mercados (em áreas como educação, saúde, previdência social ou poluição ambiental) eles devem ser criados pelo Estado, se necessário; mas o Estado não deve se aventurar para além dessas fronteiras. As intervenções do Estado no mercado (desde que ocorram) devem ser mantidas em um nível mínimo, pois ele não deve deter informações suficientes para antecipar os sinais do mercado (preços), e também porque os interesses poderosos inevitavelmente irão distorcer e influenciar as intervenções estatais (particularmente em democracias) em seu próprio benefício.

É justamente acerca do papel do Estado no desenvolvimento de políticas e programas em áreas como “educação, saúde, trabalho, previdência social ou poluição ambiental” que incluímos o debate sobre o cenário tratado anteriormente e as áreas postas como prioritárias para os investimentos dos governos voltados à juventude. Ressalta Harvey (2007, p. 22) que “uma vez transformado em um conjunto neoliberal de instituições, o Estado torna-se um agente primordial de políticas redistributivas, revertendo a direção dos fluxos das classes altas para as baixas”. Segundo o referido autor:

[...] O Estado neoliberal consegue redistribuições graças a vários outros meios, como as revisões no sistema tributário, de modo a beneficiar os retornos de investimento em vez dos salários e ordenados, promover elementos regressivos no sistema tributário (como impostos sobre valor adicionado), reduzir gastos estatais públicos, promover o livre acesso a todos por meio do uso de taxas (exemplo, a educação superior), e prover um vasto conjunto de subsídios e cortes de taxas para as corporações (HARVEY, 2005, p. 22).

Neste caso, as políticas redistributivas e outras que visam amenizar os impactos da expansão do capitalismo podem ser compreendidas como sendo parte do que Borón (1995) irá denominar de “políticas de ajustes”<sup>53</sup>. Borón (1995, p. 77-78), ao refletir sobre o ideário democrático do Estado capitalista tomado pelos princípios neoliberais em escala latino-americana, afirmou:

---

<sup>53</sup> Para Borón (1995, p. 71), por meio destas “políticas de ajustes”, “reafirma-se por um lado o valor do Estado democrático como o âmbito natural da justiça e como instância estratégica de redistribuição de ingressos e de recursos e, ao mesmo tempo, ele é sacrificado e desmantelado em função do reforçamento darwiniano do mercado, procurando, desse modo, que o “virtuoso” afã de lucro dos burgueses não tropece com interferências extraeconômicas que possam frustrar suas potencialidades de crescimento”.

[...] o auge das posições neoliberais que configuram o Consenso de Washington converteu o Estado capitalista da América Latina na *bête noire* que é preciso combater [...] Um desses seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado, cada vez mais submetidos aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial, a grande burguesia transnacionalizada e suas “instituições” guardiãs: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico que gira em torno da supremacia do dólar. Por outro lado, a sua crise estrutural – seu raquitismo e regressividade tributária, a irracionalidade do gasto, a sangria da dívida externa, sua hipertrofia burocrática – se acrescenta um discurso ideológico autoincriminatório que iguala tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto que a “iniciativa privada” aparece sublimada como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade.

Em reflexões sobre “as políticas sociais e o neoliberalismo” em contexto latino-americano dos anos de 1990, Draibe (1993, p. 93) ressalta que os investimentos de Estado em “recursos humanos” tiveram importante expressão nas áreas de educação – qualificação profissional – e saúde –, objetivando principalmente a prevenção de doenças e atenção primária. Segundo a referida autora, os países trabalhavam com a tese de que era preciso ajustar-se às novas exigências do mercado de trabalho. Por isso, a educação, por exemplo, deveria dar conta de formar um trabalhador com “capacidade lógico-abstrata para decodificar instruções, calcular, programar e gerenciar processos”.

Em estudos sobre políticas públicas de juventude na perspectiva neoliberal, Carvalho e Noma (2011) contribuem para reforçar as considerações de Draibe (1993) ao afirmarem que a educação foi uma importante frente de ação dos governos nas políticas de combate à pobreza nos anos de 1990. Para os autores, “os discursos dominantes atribuem à educação o ônus de colocar o país em lugar de destaque no quadro econômico internacional” (CARVALHO e NOMA, 2011, p. 172).

Os processos educativo-formativos, neste caso, deveriam conduzir a uma rápida qualificação profissional, contribuindo para inserir a juventude no mercado de trabalho. Nesse sentido, afirmam os autores que:

[...] a oportunidade de acesso à educação é considerada pela classe hegemônica um dos meios mais importantes para assegurar um adequado desenvolvimento juvenil e uma melhor transição para a fase adulta. Nesse sentido, a educação torna-se ponto chave para o combate à pobreza e à desigualdade de resultados e, também, fundamental para a mobilidade e inserção social dos jovens (CARVALHO e NOMA, 2011, p. 173).

No entanto, Carvalho e Noma (2011) alertam que essa compreensão é limitada, porque a educação não consegue atingir o núcleo mais duro do funcionamento do sistema produtivo ancorado nos pressupostos neoliberais, que passa por profundas transformações estruturais. Os processos formativo-educativos, assim permeados pelos ideais neoliberais, consistem “na aprendizagem contínua por parte de um indivíduo, que deve se adaptar às necessidades do mercado”, de um mundo em “constante transformação”, sendo que o objetivo geral da aprendizagem se restringe “à adaptação do jovem e não sua formação” (CARVALHO e NOMA, 2011, p. 174).

É possível evidenciar, a partir desta literatura, que os ajustes deveriam considerar a existência de políticas sociais, uma vez que os organismos multilaterais reconheciam a propagação da pobreza – em suas mais diferentes facetas – e que na visão destes organismos ela se tornava um “entrave à modernização das economias e à sua conversão a formas mais descentralizadas, mais abertas, mais adaptáveis e dinâmicas do ponto de vista tecnológico”. Segundo Draibe (1993, p. 93):

[...] a eliminação da pobreza, a diminuição dos graus gritantes de desigualdade e a ampliação do acesso das camadas desfavorecidas aos benefícios do crescimento econômico constituem também condição da estabilidade política. Em outros termos, a estabilidade dos ajustamentos estará comprometida se os piores desequilíbrios sociais não forem eliminados, antes mesmos de se transformarem em desequilíbrios políticos. E uma das formas mais eficientes de investimento social, principalmente em países como os da América Latina, se faz através de políticas de crescimento e de políticas ativas de emprego.

Pode-se afirmar que, neste contexto, o enfrentamento à pobreza se tornou o carro chefe dos discursos destes organismos multilaterais (ZIBECHI, 2011), em particular para esta tese, para ser a saída na promoção da inclusão produtiva e do controle da juventude, como forma dos países criarem as condições para tirar o real proveito do que denominaram de “bônus demográfico” e, por sua vez, atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio. Para Zibechi (2011, p. 25):

[...] se instala a pobreza como um problema, invisibilizando a riqueza como a verdadeira causa dos problemas sociais<sup>54</sup>. Em paralelo, se

<sup>54</sup> Zibechi (2011, p. 07-08) traz exemplos bem contemporâneos, como o caso brasileiro, com destaque para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva: “El gobierno de Lula gasta el 0,5% del PIB en el programa Bolsa Familia, de transferências a los sectores más pobres de la sociedad, que perciben unos 50 millones de personas. Con la otra mano, gasta el 5% del PIB en intereses de deuda interna que beneficia al capital financiero que registra las mayores

recuperam práticas coloniais, uma vez que nunca são os pobres que definem a pobreza e sim as instituições especializadas globais ou governamentais.

Ressalta o referido autor que estes organismos multilaterais instalam bases de suas representações, qualificam profissionais, desenvolvem pesquisas e elaboram relatórios que apresentam dados publicados sistematicamente como forma de reafirmação das questões que envolvem a pobreza. Ressalta Harvey (2007, p. 03):

[...] Para que um sistema de pensamento se torne hegemônico, é necessário que a enunciação de conceitos fundamentais esteja tão profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento. Mas não são quaisquer velhos conceitos que são suficientes para tal. É necessário construir um aparato conceitual que se mostre quase “natural” para nossas intuições e instintos, para nossos valores e desejos, bem como para as possibilidades que pareçam estar inseridas no mundo social que habitamos.

Essa é a lógica que identificamos ao lermos e analisarmos os documentos já mencionados até a presente parte deste texto, da reafirmação sistemática de um cenário de crise das condições de vida da juventude, um cenário que precisa ser superado pelos governos. Veremos nos primeiros anos que marcam este século XXI um alinhamento do governo federal brasileiro a esta lógica.

O que esse aporte teórico-conceitual acerca dos ideais neoliberais e o papel do Estado nos permite afirmar é que as ações do Estado, reduzidas ao desenvolvimento de políticas de ajustes, objetivam promover a regulação social, procurando ajustar as distorções provocadas pelo capitalismo e (re)criando permanentemente as condições necessárias para a “reprodução das relações sociais capitalistas” (CARVALHO e NOMA, 2011, p. 169). Para isso, a fórmula global sugere que o Estado promova ações embasadas em um conjunto de conhecimentos elaborados acerca das problemáticas que envolvem a juventude, articulando-se ao capital privado e às organizações da sociedade civil, constituindo o que os documentos oficiais de organismos multilaterais denominaram de “Estado Global Participativo”, como mencionado anteriormente.

---

ganancias de la historia de Brasil, consolida de ese modo la desigualdad en el país más desigual del planeta. En lugar de desarrollar una política económica que le permita prescindir de las políticas compensatorias, ampliando todos los derechos a todos los brasileños y hacer la reforma agraria, Lula optó por una política que sigue generando más y más desigualdad que es “compensada” con pequeñas transferências”.

É possível evidenciar esta intenção do controle acerca da juventude quando os próprios documentos já trazem estatísticas em seus receituários que é preciso reverter, como foi o caso dos altos índices de desemprego e como é o caso das migrações internacionais de jovens para os países do Norte. A OIJ (2008) já alertava, em um de seus documentos oficiais, que “los jóvenes se encuentran entre los segmentos con mayores probabilidades de movilización” internacional, que esta instituição pode resultar em ampliação de oportunidades, mas também expor essa juventude a um conjunto de riscos – como a exposição ao trabalho mal remunerado ou informal, tráfico de drogas, vítimas de xenofobia, entre outros.

Segundo a referida instituição, baseado em dados da CEPAL (2004), ao fazer uma análise comparativa das migrações internacionais de juventude entre os anos de 1990 e os primeiros anos do século XXI afirmou que “el incremento de jóvenes entre 15 y 24 años que registran su residencia en un país distinto de su país de origen es 33% mayor que al de la década anterior”<sup>55</sup>. Nos EUA, por exemplo, o Censo Demográfico de 2010 registrou que 53,1% da força de trabalho imigrante eram jovens oriundos da América Latina, com destaque para 29,8% de mexicanos (MAGALHÃES, 2011, p. 460).

Neste caso, podemos afirmar que estes países estão diante do que Santos (2010) denomina de “regresso do colonial”. Trata-se do conjunto de pessoas que, impactados pelas atrocidades que perpetuam nos mais de 500 anos de história, desde o colonialismo e/ou neocolonialismo, marcado pela expansão imperialista do capital, pela globalização neoliberal, se rebela contra isso e, de alguma forma, contrapõe as lógicas das “sociedades metropolitanas”.

Para Santos (2010, p. 42), este regresso assume três formas: o terrorista, o imigrante e o refugiado. Em todas elas, “os espaços metropolitanos” se veem convivendo na atualidade com aquilo que apresentam como ameaças, no caso do imigrante, por exemplo, trata-se não só da sua permanência ilegal, mas também da sua ocupação no mercado de trabalho.

---

<sup>55</sup> Segundo a OIJ (2008, p. 31), baseado em dados de um documento da UNFPA/CEPAL, intitulado “Migración internacional de jóvenes latinoamericanos y caribeños: protagonismo y vulnerabilidad”, publicado em 2000, cerca de 700 mil jovens solicitaram anualmente ingresso nos EUA, representando cerca de 14% do total de imigrantes no país; cerca de 18% do total de imigrantes da América Latina para os EUA estão entre os 15 e 24 anos; na Espanha, viviam, neste período, em torno de 1 milhão de imigrantes oriundos da América do Sul.

Mas, como o Brasil reagiu diante deste cenário? Teria o Estado seguido todas as recomendações de organismos multilaterais como os que mencionamos anteriormente, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas e programas voltados à juventude? Veremos a seguir um conjunto de formulações que possuem a pretensão de explicitar o caso brasileiro, em que velhos-novos atores passam a compor o campo político das PPJ em tempos de expansão dos ideais neoliberais e dos interesses do capital. Evidencia-se, por meio de diferentes literaturas – tanto em documentos oficiais do Estado quanto no campo intelectual de estudos sobre PPJ, que os ecos de um cenário de crise e o discurso sobre a necessidade dos governos promoverem políticas para atender as problemáticas que atingem a juventude ganharão força principalmente na virada para o século XXI.

#### 4.2 JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL BRASILEIRA: SUJEITOS ESTRATÉGICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Nos primeiros anos de 1990, no Brasil, pode-se dizer que era hegemônica uma visão legalista acerca da categoria juventude. Neste período, há o predomínio da compreensão desta categoria como sendo um “risco social”, uma ênfase era dada à compreensão de juventude enquanto sujeitos em situação de vulnerabilidade, em alguns casos uma ameaça à ordem social, entendidos como pessoas vivendo uma etapa preparatória para os compromissos da vida adulta (SPÓSITO e CARRANO, 2003; SPÓSITO, CARVALHO e SILVA e SOUZA, 2006).

Esse era o contexto em que houve o lançamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, o que também contribuiu para fomentar estudos e análises acerca da população jovem não protegida pela lei e que se encontrava, sobretudo, em condições econômicas desfavoráveis e à margem de diferentes políticas públicas, em particular as camadas jovens das periferias urbanas e nos espaços rurais do país.

Veremos, nesta seção, que há um relativo consenso de que o foco das políticas públicas voltadas aos jovens vai sofrendo mudanças significativas ao longo do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1999/2002), se fortalecendo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-

2010) e que permanece em andamento no governo de Dilma Rousseff (2011-2014).

Para alguns intelectuais, principalmente nos últimos 10 anos, ocorreram mudanças de foco na noção acerca da categoria juventude de forma paradigmática, o que veio impactando diretamente na forma de conceber esse grupo populacional. Trata-se não mais da juventude prioritariamente vista como sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social, como ameaça à sociedade, sujeitos passivos em preparação para a vida adulta, mas sim como sujeitos de direitos, capazes de demandar e participar da construção das políticas públicas que atendam seus reais interesses (AQUINO, 2009; SILVA e ANDRADE, 2009; MACEDO, 2011; CARRANO, 2011; CASTRO, 2011). Mas, esta visão mudou o posicionamento do Estado frente às políticas e ações voltadas à juventude, em particular, à juventude rural?

#### 4.2.1 Diagnósticos de um cenário de crise e a necessidade de (re)pensar as políticas públicas voltadas aos jovens no Brasil

No ano de 2003 é publicado pela UNESCO Brasil um documento intitulado “Relatório de Desenvolvimento Juvenil – 2003”<sup>56</sup>, objetivando a constituição de um indicador sintético que pudesse expressar o nível de desenvolvimento dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos<sup>57</sup>, o que seria chamado de Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ). As bases de dados utilizadas para a elaboração do relatório foram: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de 2000, do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (2000) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2001. O relatório assume que “utilizou os critérios que norteiam a

---

<sup>56</sup> O Relatório de Desenvolvimento Juvenil teve a coordenação de Júlio Jacobo Waiselfisz, na época, membro do Comitê para a Área de Desenvolvimento Social da UNESCO Brasil.

<sup>57</sup> Muito embora o estudo tenha considerado a faixa etária entre 15 e 24 anos, o documento ressaltava que há diferentes faixas para delimitar quem são os jovens, como é o caso da CEPAL que já havia considerado que a juventude pode chegar até os 29 anos, o governo chileno, em que jovens eram aqueles com até 30 anos, ou ainda, o governo japonês em que esta idade já se estendia até os 35 anos (WEISELFISZ, 2004, p. 26).



escolha dos indicadores utilizados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (PNUD)<sup>58</sup>.

O referido relatório apresentou um cenário que pode ser considerado de crise no que diz respeito às condições de vida da maioria dos jovens do país na virada do século XX para o XXI, sobretudo no que diz respeito às dimensões de educação, saúde e renda. O quadro a seguir procura explicitar alguns dos alertas levantados no documento.

DIMENSÕES	ASPECTOS DIAGNÓSTICOS
Educação	Elevados índices de evasão escolar; distorção idade-série; jovens, que devido às suas condições sociais precisam estudar e trabalhar ao mesmo tempo; elevados índices de analfabetismo, com destaque para os altos índices de jovens não alfabetizados no espaço rural brasileiro <sup>59</sup> ; discrepâncias em relação à média de estudos dos jovens, entre regiões brasileiras e entre os que vivem zona rural e urbana <sup>60</sup> .
Distribuição de renda	No período analisado, em uma comparação entre os 10% de maior renda no país e os 50% de menor renda, destacou-se que os primeiros recebiam o equivalente a 6,4 salários mínimos, enquanto no segundo cada membro estaria recebendo o equivalente a 0,4 salário mínimo. Assim, conforme o documento, os membros do primeiro grupo estavam ostentando “15,7 vezes mais renda que os da metade inferior das famílias brasileiras”. Destaca o relatório que essa distribuição varia entre as regiões brasileiras, as zonas rurais e urbanas, entre homens e mulheres <sup>61</sup> , entre negros, pardos e brancos <sup>62</sup> ; outro aspecto destacado são os altos índices de jovens estudantes que precisam trabalhar ou que deixam de estudar para isso (trabalho precoce) <sup>63</sup> , impactando diretamente nos anos de estudo desta categoria.

<sup>58</sup> As três dimensões básicas estabelecidas para a composição do IDH são: renda, educação e saúde. Para detalhes ver: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>.

<sup>59</sup> O relatório apresenta os índices de analfabetismo por localização do domicílio (urbano ou rural) e por regiões. Em âmbito nacional, enquanto 2,8% dos analfabetos estavam situados na zona urbana, os dados sinalizavam que 12% estavam situados na zona rural. É possível destacar que os dados permitem evidenciar uma maior concentração de analfabetos entre jovens de 20 e 24 anos.

<sup>60</sup> A média de anos de estudo é maior na área urbana, em todas as regiões, conseguindo níveis mais altos no Sudeste (8,5), Sul (8,5) e Centro-Oeste (7,8). Como vem acontecendo no decorrer das análises empreendidas neste estudo, a maior desvantagem está no Nordeste (6,6). Na zona rural – já esperado –, os níveis antes assinalados decaem em todas as regiões. As médias de anos de estudo no Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste são, respectivamente, 4,1, 6,1, 6,7 e 6,0 (WEISELFISZ, 2004, p. 71).

<sup>61</sup> Segundo o relatório: “Mudando o foco da renda familiar para o da renda própria do indivíduo, nota-se que os homens que têm renda própria superam em muito o número registrado entre as mulheres: 54,0% contra 37,8%. Isso ocorre em todas as unidades federativas (WEISELFISZ 2004, p. 95)”.

<sup>62</sup> Entre os brancos, a maior média de Renda Familiar *Per Capita* (RFPC) aparece no Distrito Federal, que é de 3,56 salários mínimos, contra 1,67 salário mínimo entre negros e pardos. A menor média da RFPC entre os brancos aparece na Paraíba, com 1,10 salário mínimo, enquanto que a menor média entre negros e pardos, que é de 0,55 salário mínimo, aparece em Alagoas (WEISELFISZ, 2004, p. 93).

<sup>63</sup> Destaca-se que em 2001 cerca de 30% dos jovens tinham como atividade exclusiva só o estudo, enquanto que 31,2% tinham só o trabalho, outros 18,2% conciliavam trabalho e estudo. O relatório ressalta que estes dados variam entre os jovens que vivem na zona rural e aqueles

Saúde	Os dados permitem evidenciar a predominância de mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes de transporte e suicídios); É destacado que, considerando que no início do século XXI a expectativa de vida do brasileiro era de aproximadamente 65 anos, cerca de 15 mil jovens entre 15 e 24 anos eram mortos todos os anos e, por isso, deixavam de ter 45 anos de vida no país <sup>64</sup> ; ou questão destacada está nos elevados índices de gravidez antes dos 20 anos de idade <sup>65</sup> .
-------	---

QUADRO 09 – ASPECTOS DIAGNÓSTICOS DESTACADOS NO RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL, 2003.

FONTE: WEISELFISZ, 2004.

ORG.: SIMOES, W., 2014.

Segundo este relatório, dadas as condições apresentadas, não se poderia depositar muita esperança na melhoria da qualidade de vida da juventude em um curto prazo de tempo. Reforçou-se, também, que por causa dos elevados níveis de concentração de renda no país, era pouco provável um “retrocesso nas linhas de pobreza e exclusão econômica que atingem grandes parcelas da juventude” (WEISELFISZ, 2004, p. 182).

Considerou-se que estes elevados níveis de concentração de renda provocavam desdobramentos negativos no acesso aos benefícios sociais, como saúde e educação, o que estava potencializando as condições de vulnerabilidade da juventude. Neste sentido, segundo Weiselfisz (2004, p. 182), a juventude pobre, branca ou negra, homem ou mulher, já teria seu destino predeterminado, como podemos observar na consideração a seguir:

Com limitadas condições de acesso educacional, o destino de grande parte de nossa juventude encontra-se predeterminado. Sem condições de progresso educacional, sem experiência laboral, com escassas oportunidades no mercado de trabalho, engrossa o exército dos jovens sem atividade socialmente definida, muitos deles enveredando pelos poucos caminhos que a realidade lhes oferece, sejam legítimos ou ilegais (WEISELFISZ, 2004, p. 182).

Podemos afirmar que o referido relatório sintetizava um cenário de crise, destacando permanentemente durante a apresentação de seus dados a

---

que vivem na zona urbana: “Em todas as unidades federativas em que a comparação é possível, a proporção de jovens que só estuda é largamente menor nas áreas rurais. As menores taxas são registradas no Espírito Santo (18,9% na área rural contra 59,8% na área urbana), Mato Grosso (20,8% e 56,8%, na mesma ordem) e Santa Catarina (22,8% e 61,4%, na mesma ordem)” (WEISELFISZ, 2003, p. 117).

<sup>64</sup> Entre as mulheres, a taxa de mortalidade por causas violentas no ano de referência é de 15,72 em cem mil. Entre os homens, essa taxa sobe para 132,91.

<sup>65</sup> Aos baixos níveis de renda estão associados baixos níveis de educação, incluindo a educação sexual e reprodutiva. Isso traz uma consequência individual e imediata na vida dessas jovens, que é a desvantagem em termos de perspectivas no mercado de trabalho e de independência; e uma consequência social que se refletirá nas gerações seguintes, pelos filhos nascidos e famílias geradas em tais contextos desfavoráveis, fomentando a manutenção das mesmas estruturas de desigualdade (WEISELFISZ, 2004, p. 171).

necessidade de investimentos por parte dos governos à juventude (ainda que não tenha tecido nenhum receituário).

Se olharmos desde o discurso presente em documentos oficiais de organismos multilaterais publicados neste mesmo período sobre a situação de vida da juventude latino-americana, o Brasil pode ser considerado um país – de proporções continentais – que naquele momento contribuía para engrossar o caldo da exclusão e da marginalização da juventude (OIJ, 2001; 2005; 2007; CEPAL, 2004). O discurso de crise, sustentado por dados estatísticos e análises, acaba por servir de referência, por exemplo, a outro documento publicado pela UNESCO Brasil no ano de 2004 intitulado “Políticas Públicas de/para/com as juventudes”<sup>66</sup>.

O destaque a este documento torna-se importante neste contexto na medida em que ele sinalizava ao governo nacional brasileiro a necessidade de uma mudança paradigmática no que diz respeito à forma de se elaborar e executar políticas públicas voltadas à juventude no país. Logo na introdução, o documento considerou que “os jovens enfrentam diversas vulnerabilidades, que são sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento” (UNESCO, 2004, p. 19), reforçando aspectos do cenário já apresentado por Weiselfisz (2004).

O documento apontava a necessidade de superação de políticas e programas com “enfoques tradicionais” que procuravam criar espaços específicos para o desenvolvimento de políticas voltadas à juventude – políticas setoriais – para assumir uma perspectiva de política “integrada e transversal”<sup>67</sup>, ou seja:

[...] que permita somar os esforços institucionais e organizacionais oriundos da lógica setorial, trabalhando em conjunto com os próprios jovens, mas também e muito especialmente com os adultos que mantêm estreitas relações com eles, como: docentes, dirigentes comunitários, empresários, policiais, comunicadores sociais e pais (UNESCO, 2004, p. 19).

---

<sup>66</sup> A equipe de elaboração deste documento era composta por: Ernesto Rodríguez (Consultor), Mary Garcia Castro (Pesquisador Sênior da UNESCO Brasil), Miriam Abramovay (Pesquisadora da Universidade Católica de Brasília), Fabiano Lima (Pesquisador da UNESCO Brasil) e Leonardo Pinheiro (Pesquisador da UNESCO Brasil).

<sup>67</sup> Nessa perspectiva, o documento aponta que há necessidade da existência de uma coordenação em nível nacional, que buscasse, em particular, garantir a participação da juventude nas decisões políticas (UNESCO, 2004, p. 20).

As considerações procuram sustentar/defender a perspectiva de que políticas de juventude “compreendem de fato políticas de/para/com juventudes”, conforme podemos observar a seguir:

[...] de – uma geração diversificada segundo sua inscrição racial, gênero e classe social, que deve ser considerada na formatação de políticas; para – os jovens, considerando o papel do Estado de garantir o lugar e bem-estar social na alocação de recursos; com – considerando a importância de articulações entre instituições, o lugar dos adultos, dos jovens, a interação simétrica desses atores, e o investimento nos jovens para sua formação e exercício do fazer política (UNESCO, 2004, p. 20).

Quando trata sobre os programas implementados nos anos de 1990 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram elencados cerca de 30 programas que estavam distribuídos entre os diferentes ministérios existentes, e algumas iniciativas promovidas pela sociedade civil<sup>68</sup>, e ressalta-se ainda que possam ter ocorrido ações em âmbitos de governos estaduais e municipais, onde predominava uma perspectiva setorial e fragmentada de fazer política pública voltada à juventude. Considerando estudos já realizados sobre políticas públicas no Brasil, são apontadas cinco limitações na gestão destes programas, como:

[...] a fragmentação, competência interburocrática, descontinuidade administrativa, ações com base na oferta das instituições (mais do que nas necessidades dos beneficiários) e a existência de uma grande divisão entre a formulação/decisão e a efetiva implementação” (UNESCO, 2004, p. 98).

Sinaliza-se um problema, em particular:

[...] a inexistência de uma institucionalidade articuladora do trabalho governamental em nível federal, que poderia coordenar o trabalho das diferentes Secretarias de Estado e as experiências no plano estadual e municipal (UNESCO, 2004, p. 99).

O documento ressaltou que o novo governo – naquele momento tratava-se do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – já teria condições de “apresentar respostas renovadas” no que diz respeito à gestão de políticas públicas voltadas à juventude, tendo os jovens como “sujeitos de

<sup>68</sup> Entre os programas, estavam: Programa de Saúde Adolescente do Ministério da Saúde; Plano de Educação Profissional (PLANFOR), do Ministério do Trabalho; Programa de Estudantes em Convênio de Graduação e o Projeto Escola Jovem (do Ministério da Educação), Jogos para a Juventude, Olimpíadas Colegiais e do Projeto Navegar (do Ministério de Esportes e Turismo), Serviço Civil Voluntário, Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei e Promoção dos Direitos das Mulheres Jovens Vulneráveis à Violência Sexual e à Exploração Sexual Comercial, do Ministério da Justiça; Jovem empreendedor, do Ministério do Trabalho, entre outros (UNESCO, 2004, p. 97).

direitos e interlocutores na formulação, implementação e avaliação das políticas dirigidas a eles” (UNESCO, 2004, p. 100). Essa renovação, segundo a Unesco (2004, p. 100), se constituía a partir de um novo paradigma, uma concepção de política integrada de/para/com juventudes<sup>69</sup>.

No entanto, após a análise do Plano Plurianual (PPA, 2004-2007)<sup>70</sup> com vistas à verificação de investimentos<sup>71</sup> voltados à juventude enquanto um sujeito estratégico do desenvolvimento, evidenciou-se que a juventude ainda ocupava um lugar periférico nas políticas públicas de escala federal. Conforme a Unesco (2004, p. 166):

[...] por um lado, a ênfase colocada nos adolescentes, mais que nos jovens propriamente ditos, e, por outro, naqueles em situação de vulnerabilidade. Em nenhum momento, o PPA propõe ações nas quais os jovens se coloquem como atores estratégicos do desenvolvimento, salvo em algumas poucas alusões aos voluntários, bem como o papel dos jovens na construção da sociedade do conhecimento, para a qual não há metas específicas.

Para fins de análise, o documento publicado pela Unesco (2004, p. 172) escolheu 21 programas que, na descrição de seus objetivos, mencionavam a juventude como público-alvo. O documento organizado tratou destes programas optando por diferenciá-los em dois modelos: Modelo I, os programas que atingem direta ou indiretamente os jovens; Modelo II, os programas que atingem exclusivamente os jovens.

Em síntese, o documento ressalta:

De acordo com os critérios selecionados pelo Modelo II, o orçamento para atividades dirigidas aos jovens é algo em torno de 60,7 bilhões de reais, o que corresponde a 6% do total dos recursos previstos para

<sup>69</sup> Este denominado “novo paradigma” referencia-se em um texto publicado em 2002, por Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, na Revista Brasileira de Estudos Populacionais, vol. 19, n.2, jul/dez, intitulado “Por um novo paradigma do fazer política: políticas de/para/com juventudes”.

<sup>70</sup> O PPA 2004-2007 estava organizado em torno de 4.300 ações, agrupadas em 374 programas que, por sua vez, fazem parte de 30 grandes desafios, estabelecidos no marco de três megaobjetivos, ordenados em cinco dimensões. Segundo a Unesco (2004, p. 165), dos 30 grandes desafios, apenas um fazia referência direta à juventude – objetivando reduzir a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes com relação a todas as formas de violência; entre as 16 metas prioritárias, apenas sobre a Educação é que aparece referência explícita à juventude – com destaque para o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos; em uma das metas referentes à Reforma Agrária, consta referência à Educação – alfabetização de jovens e adultos nas áreas de reforma agrária.

<sup>71</sup> A engenharia institucional do Estado pode ser explicitada da seguinte forma: “O PPA, estabelece os objetivos e as metas que comprometam o Poder Executivo e Legislativo a dar continuidade aos programas na distribuição dos recursos”; “A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é outro instrumento de planejamento orçamentário” que tem como principal finalidade, “estabelecer quais serão as metas do PPA que deverão ser priorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), que terá validade para o ano seguinte” (UNESCO, 2004, p. 169-170).

este quadriênio. Desse total, aproximadamente 88,85% estão ligados a programas da área de educação, 3,85% de agricultura (crédito fundiário), 2,26% para programas ligados à área de assistência social, 1,86% na área de emprego e trabalho, outros 1,52% estão alocados no Ministério da Justiça para atender jovens em conflito com a lei e jovens indígenas. O restante dos recursos, cerca de 2% do orçamento selecionado, está dividido em programas de cultura, ciência, esporte e direitos humanos (UNESCO, 2004, p. 185).

Diante das considerações dispostas anteriormente, cientes de que neste cenário histórico havia um conjunto de programas propostos para atender a juventude, ainda que não exclusivamente, podemos afirmar que no Brasil, até então, no âmbito das políticas e dos programas governamentais, a juventude não ocupava um papel de destaque na agenda política.

A falta de uma coordenação nacional com vistas à articulação dos programas existentes dentro dos mais diferentes ministérios – o predomínio de uma perspectiva setorial; a ausência de uma cultura do acompanhamento e da avaliação dos programas propostos no PPA; a ausência de participação da juventude enquanto atores nos processos de elaboração e de implementação das políticas, por exemplo, são apontados como entraves/desafios a serem superados (UNESCO, 2004).

É neste contexto que, em 2004, cria-se no âmbito da gestão federal um grupo de trabalho interministerial sobre PPJ (UNESCO, 2004, p. 168). Assim, estaria o governo federal brasileiro optando naquele momento por uma mudança paradigmática na gestão das políticas voltadas à juventude, ou seja, deslocando-se do tratamento setorial para um tratamento integrado e transversal dos programas, em uma perspectiva de/para/com juventudes? O texto a seguir objetiva trazer aspectos do cenário em que as demandas da juventude passam a compor a agenda política, das políticas públicas no âmbito do Governo Federal, buscando contribuir para reforçar esta análise política das políticas públicas.

#### 4.2.2 O nascimento da Secretaria Nacional da Juventude, as conferências nacionais e aspectos do campo político das PPJ

Em 2005, como desdobramento dos debates ocorridos no âmbito do grupo de trabalho interministerial supramencionado, nasce junto à Secretaria

Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)<sup>72</sup> (BRASIL, 2010). Conforme sua própria página na internet, em 2005, junto com a SNJ, também nasceu o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)<sup>73</sup> o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)<sup>74</sup>. Neste mesmo ano, o governo federal havia instituído a Política Nacional de Juventude – considerada marco na agenda juvenil. A crítica primeira era de que até então a compreensão de juventude estava restrita à noção presente no ECA e isso precisaria ser superado. Quando do lançamento do ProJovem, a faixa etária destinada já era de 15 a 24 anos, cabendo destacar que esta faixa etária já vinha sendo utilizada pela ONU e pela OIJ.

Considerando este cenário, podemos afirmar que a juventude passa a ocupar um espaço diferenciado na agenda política. A construção da agenda é considerada, desde o campo intelectual de estudo das abordagens metodológicas em políticas públicas, uma das fases da política, que é seguida pela formulação, implementação e avaliação (VIANNA, 1996; FARIA, 2003; ROMANO, 2009).

Segundo Vianna (1996, p. 07), “a agenda é definida como o espaço de constituição da lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção do governo e dos cidadãos”. A partir de seus referenciais, a autora permite afirmar que existem três tipos de agendas: “sistêmica ou não governamental, governamental e de decisão”, sendo que:

[...] a primeira contém a lista de assuntos que são, há anos, preocupação do país, sem contudo merecer atenção do governo; a segunda inclui os problemas que merecem a atenção do governo; a

<sup>72</sup> Era Secretário Nacional da Juventude neste período, Luiz Roberto de Souza Cury (Beto Cury), filiado ao Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais.

<sup>73</sup> O Conselho Nacional da Juventude é responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltados para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público. Segundo disposto na página da SNJ, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a instituir um Conselho específico para a Juventude. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil – constituído por diferentes representações/organizações da juventude.

<sup>74</sup> Segundo a SNJ, inicialmente, o objetivo era contribuir para que a juventude, que se encontrava na faixa etária entre os 15 aos 24 anos, pudesse terminar o Ensino Fundamental - reintegrar estes jovens à escola. Em 2007 foi instituído o ProJovem Integrado, como resultado da unificação de seis programas: ProJovem – Agente Jovem – Saberes da Terra – Consórcio Social da Juventude – Juventude Cidadã e Escola da Fábrica. Atualmente, o ProJovem possui quatro modalidades, executadas por diferentes ministérios – o antigo ProJovem Urbano e o ProJovem Campo, responsabilidade do Ministério da Educação (MEC); o ProJovem Trabalhador, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); o ProJovem Adolescente, que é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

última, a lista dos problemas a serem decididos (VIANNA, 1996, p. 07-08).

Desta forma, podemos afirmar que, com o nascimento da SNJ, há uma mudança de lugar na agenda acerca das políticas públicas voltadas à juventude, que passa da “sistêmica ou não governamental” para a “governamental” que, segundo Vianna (1996, p. 07-08), pode ocorrer “quando há eventos dramáticos ou crises, influência de um quadro de indicadores ou acumulação de informações e experiências”. No caso brasileiro, o quadro dramático e de crise é aquele que veio sendo pintado anteriormente, sustentado por um conjunto de informações-indicadores acerca das condições de vida da juventude no país, produzidos por organismos que também influenciam essa mudança na agenda política no país.

No ano de 2007, por exemplo, era publicada a atualização do Relatório de Desenvolvimento Juvenil, agora, não só como resultado de um trabalho realizado pela UNESCO Brasil, mas como resultado de uma articulação que reuniu a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana<sup>75</sup>, o Instituto Sangari<sup>76</sup>, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social e o Ministério da Ciência e Tecnologia. A explicitação destes novos atores na realização e na publicação deste relatório nos permitiu constatar a formação de uma rede de relações, constituída por instituições (inter)nacionais, com a preocupação em dar visibilidade às condições de vulnerabilidade da juventude brasileira.

O presente relatório reforçava a existência de um cenário de crise já descrito na versão de 2004. Muito embora ele procure apresentar algumas

<sup>75</sup> A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) é oficializada pelo Decreto nº 99.204, de 6 de Abril de 1990. Segundo o Art. 1º, do Título I (da constituição da RITLA), e do Capítulo I (definição e objetivos), a RITLA é um instrumento descentralizado de cooperação regional aberto à participação dos Estados-Membros do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), destinado a construir para o desenvolvimento tecnológico regional através do intercâmbio de informação. A SELA é composta atualmente por países da América Latina e Caribe, sua criação data do período da Guerra Fria, no contexto da Ditadura Militar no Brasil, em 1975. Ver: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99204.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99204.htm)>.

<sup>76</sup> O Instituto Sangari foi criado em 2003 pela empresa Sangari Brasil. Segundo sua própria página na internet, esta empresa explicita que sua pretensão é mobilizar a opinião pública para a importância de democratizar o acesso ao conhecimento científico. Neste momento, evidenciamos que Júlio Jacobo Waiselfisz assinou o documento como Diretor de Pesquisa do Instituto Sangari. Em 2003 ele aparecia como membro de um Comitê para a Área de Desenvolvimento Social. Assim, cabe destacar que o referido sociólogo é coordenador da Área de Estudos sobre a violência da FLACSO, exerceu funções de Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco e também foi Coordenador de Pesquisa e Avaliação e do Setor de Desenvolvimento Social da UNESCO/Brasil.



mudanças que considera significativas, como os impactos da ampliação da oferta do Ensino Fundamental e Médio, dos investimentos para amenizar ao máximo os índices de analfabetismo – no caso da Educação –, os esforços do programa Bolsa Família para amenizar os impactos da concentração de renda, as reformulações introduzidas pelo programa ProJovem da SNJ, entre outros, afirma que as realidades vividas por muitas juventudes é ainda perpassada por múltiplas contradições sociais, econômicas e culturais.

Entre as sugestões deste documento ao governo estava a ampliação da faixa etária para a abrangência dos programas, procurando atender jovens dos 15 aos 29 anos; a necessidade de unificação dos programas voltados à juventude, a exemplo do ProJovem; o fortalecimento do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), recém criado para promover a qualificação da educação no país (com programas de formação e qualificação dos professores, entre outros); a continuidade, o reajuste, a concentração de benefícios no Programa Bolsa-Família ou de outros programas de transferência de renda (WEISELFISZ, 2007, p. 156-158).

Em 2008 é realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A referida conferência possuía um documento-base, que passou a ser lido e debatido em diferentes escalas de atuação do poder público (municipal, estadual e federal), sendo que a etapa nacional acabou por elaborar o relatório final com o conjunto de proposições debatidas e apresentadas – nas chamadas Conferências Livres, as Conferências Estaduais ou na Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais. É possível evidenciar que, naquele momento, esse processo também foi marcado não só pela participação de representações dos governos, mas também da sociedade civil (BRASIL, 2008a; 2008b).

O documento-base problematizou questões referentes à situação política, social e cultural da juventude brasileira, os desafios que precisam ser enfrentados, elegendo algumas prioridades – Educação e Trabalho; Tecnologias da Informação; Direito à Cidade; Juventude do Campo; Lazer e Esporte; Meio Ambiente; Saúde; Direito à Segurança; Valorização da Diversidade; entre outros. Quando indaga por que a importância de se debater políticas públicas para a juventude, o referido documento procura chamar a atenção da juventude para a importância de seu protagonismo junto ao Estado,

reforça o papel do poder público, e que o predomínio das condições de vulnerabilidade que atingem a juventude brasileira – definidas como mazelas – “não está na falta de interesse dos jovens”, mas sim “na falta de oportunidades para que eles desenvolvam seu potencial”, estaria aí, conforme disposto no documento, o enfoque em que se deve construir as políticas públicas (BRASIL, 2008a, p. 14).

Neste mesmo contexto foram apresentados alguns desafios para a gestão de políticas públicas: erradicar o analfabetismo; ampliar o acesso ao ensino e à permanência em escolas de qualidade; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2008a, p. 17).

O relatório final desta conferência permite observar que houve um movimento de conferências locais e regionais pelo país e que acabou com o evento final em Brasília, os registros afirmam a participação de 260 organizações que atuam com a juventude<sup>77</sup>. As proposições que resultaram do evento foram organizadas a partir de 16 temas, sendo que a Educação, o Trabalho, a Cultura, a Sexualidade, a Saúde e o Meio Ambiente foram os temas que mais agregaram propostas de encaminhamentos por parte dos participantes, e Drogas, Cidades, Família, Campo e Povos e Comunidades Tradicionais os que agregaram menos proposições (BRASIL, 2008b, p. 7). Pode-se notar que as proposições dispostas no relatório final procuram explicitar/denunciar as contradições sociais, políticas e culturais vividas pela juventude no Brasil, reforçando um cenário de crise ao apresentar diagnóstico acerca da juventude frente à ausência de políticas públicas em todas as escalas de atuação do poder público.

---

<sup>77</sup> Cabe destacar que essa perspectiva de atuação já havia sido sugerida pela UNESCO (2004). Essa perspectiva de atuação do governo federal, com vistas à participação da sociedade civil, e em particular dos movimentos sociais populares, é tida como uma marca do Governo Lula. Ver: BRASIL. **Democracia Participativa: Nova Relação do Estado com a Sociedade** (2003-2010). Secretaria Geral da Presidência da República: Brasília, 2011.

Logo no início do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff<sup>78</sup> foi realizada uma segunda conferência nacional de juventude. É possível observar, em um documento intitulado “Propostas Finais Aprovadas”, que persiste um conjunto de proposições de políticas que venham atender as demandas da juventude desde seus interesses. Cabe ressaltar que no referido documento a juventude rural e dos povos e comunidades tradicionais acabam ocupando um espaço nas discussões e, conseqüentemente, nas proposições. O texto apresenta preocupação em explicitar as demandas das juventudes que permanecem no campo brasileiro, envolvendo questões relacionadas à maior inclusão e respeito no processo de escolarização, até questões referentes à garantia de acesso ao território.

Especificamente acerca da juventude rural, em 2012 foi realizado o 1º Seminário Nacional sobre “Juventude Rural e Políticas Públicas”. Diferente das conferências supramencionadas, este evento não ocorreu em outras partes do país, ficando restrito a um evento em Brasília. No entanto, afirma ter mantido o processo dialógico entre Estado e Sociedade Civil, cabendo destacar o engajamento de intelectuais de diferentes universidades brasileiras<sup>79</sup>. No relatório final, encontramos referência da presença de, pelo menos, 200 participantes, entre eles “40 organizações/movimentos sociais, representantes dos governos federal e estaduais, pesquisadores e professores de licenciatura do campo e indígena”, assim como 140 jovens representantes da agricultura familiar, camponeses, quilombolas, indígenas de todas as regiões do Brasil, entre outros (BRASIL, 2012, p. 6).

Sobre os desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural, destacou-se:

[...] A constatação dos problemas que a juventude rural enfrenta e que fortalecem a tendência ao êxodo rural foi recorrente. Ocorreu consenso em relação à necessidade de uma política que efetivamente garanta as condições de vida, trabalho e renda, e acesso a direitos como educação, saúde e mobilidade. Reforçou-se ainda a demanda pelo direito à vivência juvenil no campo e nas

<sup>78</sup> Evidenciam-se mudanças na composição da SNJ, que passa a ter como Secretária Severine Carmem Macedo. Até assumir a SNJ, a referida secretária estava atuando na Direção Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores (PT). Ela possui um histórico de militância junto às questões da juventude rural, em particular a juventude da Agricultura Familiar ligada, sobretudo, aos sindicatos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF).

<sup>79</sup> Entre os intelectuais, podemos citar a presença de Elisa Guaraná de Castro (UFRRJ), José Roberto Novaes (UFRJ); Marilda Menezes (UFCG), Valmir Stropasolas (UFSC), Assunção Lima (UFPE), Paulo Carrano (UFF), José Gabriel Correa (UFCG), entre outros.

floretas com acesso a condições de expressão cultural, desportiva, de lazer, de interatividade nas redes virtuais. Outro tema abordado é a necessidade de se garantir que as políticas atendam a diversidade de gênero, cultural, étnico-racial e regional da juventude rural (BRASIL, 2012, p. 27-28).

O relatório final deste seminário ressalta que “a partir da luta dos jovens rurais organizados foi possível quebrar a invisibilidade e pautar o Estado frente à construção de políticas públicas de juventude rural” (BRASIL, 2012, p. 58). Porém, é possível considerar que o debate acerca de um cenário negativo em que vive a juventude rural persiste justamente porque a realidade vivida pelos jovens permanece assolada pelas contradições políticas, culturais e econômicas existentes.

No ano de 2013 foi lançada uma cartilha intitulada “Políticas Públicas de Juventude”<sup>80</sup>. O texto da referida cartilha afirma que a SNJ inaugurou uma série de ações – a Política Nacional da Juventude – com impactos que considera como positivos, tais como: “aumento do número de jovens no Ensino Superior, a retirada de milhões deles das condições de miséria e pobreza, a criação de mecanismos de participação social, a exemplo dos conselhos e conferências nacionais” (BRASIL, 2013). No referido documento são ressaltadas as conquistas jurídicas, com destaque para a Emenda 65/2010, que inseriu o termo “jovem” na Constituição Federal, assim como são sinalizados alguns desafios a serem enfrentados:

[...] Apesar dessas conquistas, o Brasil ainda precisa dar respostas a problemas não totalmente solucionados, como o desemprego juvenil, que afeta não só os jovens brasileiros, mas do mundo inteiro. Combater o desemprego e assegurar o trabalho decente para os jovens é um dos desafios da agenda governamental. Nessa mesma pauta, incluímos o compromisso com a educação de qualidade, a saúde integral, o acesso à cultura, esporte e lazer, tempo livre e o direito à participação, além de um item que requer atenção ainda mais especial por parte do poder público, que é o enfrentamento à violência contra a juventude, em especial, contra os jovens negros, as principais vítimas no país (BRASIL, 2013, p. 05).

O texto introdutório à cartilha de políticas traz uma síntese do histórico de trabalho da SNJ, explicitando dados sobre algumas das questões negativas que atingem a juventude na atualidade e um conjunto de informações acerca das ações realizadas e que podem ser acessadas pelas prefeituras municipais. O texto afirma ter a pretensão de ser uma contribuição “com o poder público e

<sup>80</sup> O referido Guia pode está disponível na íntegra em: <<http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>>. Acesso em: 03/05/2014.

a sociedade civil na institucionalização das políticas públicas de juventude nos municípios” (BRASIL, 2013, p. 07). É possível evidenciar, neste documento, que a SNJ procura reforçar a juventude como sujeito estratégico de políticas públicas, como também se coloca na posição de fomentadora de ações.

Pode-se afirmar que, neste cenário, o campo das PPJ se complexifica, uma vez que se cruzam atores e conhecimentos oriundos desde uma escala internacional, com atores, conhecimentos e ações que passam a existir em escala nacional, instituindo a noção de juventude como sujeito estratégico de políticas públicas. Está disposto um conjunto de demandas que precisam ser tomadas como prioridades na gestão destas políticas. Entre os atores estão os próprios jovens que, desde suas instituições, passam a compor “a arena política”, com demandas que já vinham construindo desde seus espaços de atuação, como é o caso de determinados movimentos da juventude rural. Há pautas de reivindicações que são elaboradas desde o “campo político da juventude” no contexto de suas organizações sociais, como veremos a seguir.

Estabeleceremos um diálogo com documentos elaborados a partir de movimentos organizados de juventude rural, o MST, a FETRAF e a CPT, com a intenção de destacar que, se por um lado, no plano do discurso, o governo federal passa a incorporar as demandas da juventude para sustentar uma suposta posição de destaque na agenda política, de outro, a juventude rural organizada já vinha construindo historicamente essa pauta desde suas realidades vividas. Já havia um conjunto acumulado de reivindicações dos jovens voltados às políticas públicas. Veremos, inclusive, que documentos foram sendo elaborados ao longo dos últimos 10 anos e foram sendo entregues sistematicamente a representações do poder público. São reivindicações que denunciam ausências ou atendimento precário, reforçam nossa crítica ao Estado enquanto um agente de precarização dos territórios de vida da juventude.

#### 4.2.3 Movimentos de juventude rural e o debate a respeito da necessidade de PPJ

Em 2004 era realizado em Niterói-RJ, na Universidade Federal Fluminense (UFF), o 1º Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária (ENETERRA). O referido evento contou com a participação de 1500 pessoas, que focou o debate em três temas centrais: 1) alternativas ao atual modelo econômico – com destaque para o desemprego e estagnação econômica; 2) Reforma Agrária e o seu papel na superação da miséria; 3) e o papel das Universidades na construção de um projeto de desenvolvimento nacional democrático. Naquele momento, era destacado o desafio de “impulsionar a organização da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) em todo o Brasil e ampliar a participação juvenil na construção coletiva dos movimentos”<sup>81</sup>.

A carta final deste encontro destaca uma considerável crítica à política econômica adotada pelo iniciado governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, na visão dos jovens, continuava subordinando ações governamentais aos interesses do capital financeiro globalizado, tendo desdobramentos negativos entre “jovens, mulheres e populações afrodescendentes”. É sinalizada, também, a necessidade de alteração da política econômica como sendo fundamental para uma retomada do crescimento econômico, acompanhada de “distribuição de renda, valorização do trabalho, desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social”, com centralidade no combate às “desigualdades de classe, raça, gênero e orientação sexual”.

Na pauta, ainda aparecem questões como: a necessidade de se desenvolver um mercado interno de consumo de massas, desde uma perspectiva sustentável, com equilíbrio no uso dos recursos naturais; a recuperação do valor do salário mínimo; a reforma agrária; a participação popular na gestão do Estado brasileiro; a democratização dos meios de comunicação; o acesso ao Ensino Superior e à Educação Básica de qualidade etc.

---

<sup>81</sup> A carta final do 1º ENETERRA pode ser acessada em: <<http://www.mst.org.br/node/2908>>.

Neste encontro, o MST reforçava que a juventude dos acampamentos e dos assentamentos da reforma agrária possui um papel estratégico e fundamental, conjuntamente com os demais movimentos de jovens do campo e da cidade, na luta pela melhoria das condições de vida dos brasileiros, rumo a outro projeto de desenvolvimento econômico e social para o país. Registros sinalizam que em 2010 já havia cerca de 500 mil jovens vivendo nas áreas de reforma agrária. Nessa mesma perspectiva, em 2010 foi realizada a I Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, que tinha como objetivo criar as condições para potencializar o diálogo entre jovens dos assentamentos e acampamentos do MST, com vistas a debater a permanência da juventude no campo que, segundo veículo de comunicação do próprio movimento, é “inviabilizada pela falta de escola, fonte de renda, ou espaços culturais e esportivos”<sup>82</sup>.

É preciso destacar que no caso dos jovens faxinalenses, estas também são as demandas apresentadas, como já viemos reforçando ao longo deste texto e aprofundaremos. As cartas elaboradas pelos jovens destacam, por exemplo, a necessidade de mais incentivo nas áreas de educação, trabalho (geração de renda) e lazer, reconhecimento e respeito à cultura e à identidade faxinalense, apoio à cultura e acesso aos meios de comunicação, entre outras demandas que podem contribuir para melhorar as condições de vida da juventude.

Em um documento intitulado “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”, publicado pelo MST em 2010, o referido movimento afirma que está fazendo um trabalho de formação com a juventude, lembrando que em “2007 foi realizado um seminário da juventude com 150 jovens das cinco regiões” e que em 2008 “mais de 800 jovens fizeram um encontro na UFF, onde debateram o papel da juventude na luta pela reforma agrária e para o desenvolvimento com justiça social nas áreas rurais” (MST, 2010). Neste documento está inserida a “Proposta de Reforma Agrária Popular do MST”. Nesta proposta, a categoria juventude aparece logo em seus “objetivos gerais”, pois está na pauta do movimento às políticas públicas: “Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades de trabalho, renda,

---

<sup>82</sup> Essa formulação está registrada em: <<http://www.mst.org.br/node/10380>>.

educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude” (MST, 2010, p. 40).

O MST aponta, ainda, um conjunto de medidas que acredita ser fundamental nesta proposta de reforma agrária, a juventude aparece em algumas delas, mais diretamente quando o documento trata da interiorização do processo de industrialização, reafirmando a necessidade de se garantir “a geração de empregos no interior, em especial para a juventude e para as mulheres”; do investimento em um “novo modelo tecnológico” para o trabalho no campo, com ênfase na formação e no trabalho voltado para a “agroecologia” (MST, 2010, p.43-45).

Em 2012 ocorreu a III Jornada da Juventude Sem Terra e o debate acerca das questões apontadas como motivos que contribuem para a expulsão da juventude do campo continuaram na pauta dos diálogos, pois entre os temas debatidos pelos jovens do MST estavam: educação – sobretudo no que diz respeito ao sucateamento das condições de infraestrutura e das práticas pedagógicas das escolas (que desconsideram e tratam com preconceito a cultura e a identidade dos sujeitos do campo); a nuclearização e as condições do transporte escolar; possibilidades de geração de renda; acesso ao crédito; postos de saúde; áreas de lazer e esporte; implantação de agroindústrias familiares; espaços para desenvolver a cultura e comunicação, entre outros<sup>83</sup>.

Jovens do MST e de outras organizações coletivas da juventude, União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Pastoral da Juventude, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), entre outros, vêm participando desde 2012 da “Jornada Nacional de Lutas da Juventude Brasileira”. Na pauta de reivindicação dos jovens encontramos assuntos como: financiamento público da educação; condições dignas de trabalho; distribuição de renda; reforma agrária; o Estatuto da Juventude; garantia dos direitos sociais e humanos; democratização da comunicação de massas, entre outros<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Textos sobre a III Jornada Nacional da Juventude Sem Terra podem ser encontrados em: <<http://www.mst.org.br/3-Jornada-Nacional-da-Juventude-Sem-Terra>>.

<sup>84</sup> Mais detalhes sobre a referida pauta podem ser evidenciados em: <<http://portalctb.org.br/site/images/stories/docman/Unir-Juventude-Brasileira.pdf>>.



Em 2013 a referida jornada contou com atividades/manifestações de jovens e suas organizações em diferentes estados da federação, na pauta estavam:

[...] a luta pela destinação dos 10% do PIB brasileiro para educação pública, a construção de uma reforma política democrática, o combate à violência e ao extermínio da população jovem e negra no Brasil, a reforma agrária, a democratização dos meios de comunicação e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários e direitos (BRASIL DE FATO, 2013, p. 02).

As pontuações acima nos permitem evidenciar, desde o movimento de juventude do MST e o conjunto de sistematizações oriundas dos momentos de lutas/reivindicações coletivas, que no contexto em que o Estado Nacional brasileiro afirma estar assumindo a juventude rural enquanto sujeito estratégico de políticas públicas, as pautas indicam um descompasso entre o discurso adotado pelo governo federal e a realidade expressa e registrada pelos jovens rurais. Esse descompasso também pode ser evidenciado nos próprios documentos publicados pela SNJ a partir dos seminários nacionais de juventude tratados anteriormente.

Assim como o MST, a FETRAF também afirma, em seus documentos, possuir no seio de sua organização a participação da juventude e as suas pautas voltadas às políticas públicas. Representantes da referida organização entendem que “os jovens são fundamentais no processo construtivo de participação social para a diminuição das desigualdades sociais e para continuidade da produção de alimentos do país” (OLIVEIRA, CELUPPI e KOHWALD, 2011, p. 36).

Desde a segunda metade dos anos 2000, a FETRAF vem realizando sua “Jornada de Lutas pela Agricultura Familiar”, a categoria juventude aparece nas pautas de reivindicações voltadas à necessidade da existência de políticas públicas. Entre as demandas específicas da juventude da Agricultura Familiar, ligada aos sindicatos da FETRAF, se destacam:

[...] limitado acesso a instrumentos de política pública capazes de viabilizar melhorias nas condições socioeconômicas tais como programas de acesso à terra, de crédito, de formação e qualificação profissional, de educação, de acesso a internet e outras infraestruturas básicas como moradia, estradas e serviços de eletrificação e telefonia (OLIVEIRA, CELUPPI e KOHWALD, 2011, p. 36).

Em 2012, como resultado da VII Jornada Nacional de Lutas, há registros que nos permitem evidenciar que a FETRAF realizou audiências com ministérios do governo federal. Para a referida federação, composta por sindicatos, naquele momento, a pauta da juventude da agricultura familiar estava centrada em alguns eixos, como: capacitação profissional; o acesso à terra (reforma agrária e crédito fundiário); crédito (Pronaf Jovem); cultura, lazer e inclusão digital; acompanhamento técnico (ATER); preservação da ecobiodiversidade<sup>85</sup>. A preocupação desta instituição se refere, principalmente, à permanência dos jovens no campo e a sucessão da propriedade familiar.

Ainda em 2012, fora realizada a 2ª Plenária Nacional da Juventude Rural, em que, além de jovens ligados à FETRAF, estavam reunidas representações da juventude da Via Campesina, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento dos Pescadores, associações de estudantes, entre outros. Entre as questões levantadas nesta plenária estavam as dificuldades de permanência do jovem na terra, sendo destacado como motivo desta problemática o latifúndio e a falta de políticas governamentais que garantam crédito, educação de qualidade, acesso à comunicação, cultura e lazer. É elaborada uma crítica acerca da importância de superar o modelo econômico vigente e a visão de um campo sem vida, apenas voltado para produção em larga escala, entre outros<sup>86</sup>.

Em 2013, como resultado do diálogo entre FETRAF e governo federal, foi publicado um “Caderno de Respostas” à pauta de reivindicações oriundas da IX Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. O referido caderno apresenta respostas dos diferentes ministérios e secretarias diante de demandas apresentadas pela federação voltada ao desenvolvimento de políticas públicas.

No texto, a categoria juventude permeia diferentes demandas, como: redefinição do crédito fundiário, visando aumento e desburocratização dos subsídios; apoio à organização da produção, comercialização,

<sup>85</sup> Este registro pode ser evidenciado em: <<http://www.fetra.org.br/agencia-de-noticias/439/negociacao-com-snj-aponta-para-construcao-de-politicas-para-a-juventude>>.

<sup>86</sup> Este registro pode ser evidenciado em: <<http://www.fetra.org.br/agencia-de-noticias/478/plenaria-das-juventudes-debate-protagonismo-e-uniao-entre-campo-e-cidade>>; ou ainda em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2012/10/15-10-2012-plenaria-nacional-da-juventude-rural-reune-jovens-de-todo-o-pais-em-luziania-go>>.

agroindustrialização, cooperativismo, crédito e apoio a feiras de produtos agroecológicos e orgânicos oriundos da agricultura familiar; questões ambientais, sustentabilidade e agroecologia; juventude e inclusão socioprodutiva (entendida como sendo resultado de ações intersetoriais articuladas envolvendo educação, qualificação profissional, acesso a lazer, esporte e internet, entre outros) levando em consideração “a atual ausência de perspectiva de vida e trabalho na atividade agrícola e no espaço rural por parte da juventude e o consequente e crescente êxodo para as cidades, entre outros” (BRASIL, 2013, p. 25); Educação do Campo, visando ampliação das possibilidades de acesso e permanência dos jovens da Agricultura Familiar na Educação Básica e no Ensino Superior, incluindo a formação técnica voltada para o trabalho no campo; entre outros (BRASIL, 2013, p. 9-45).

Evidencia-se, nestes registros, que a juventude constitui um sujeito estratégico no movimento da Agricultura Familiar conduzido pela FETRAF-Brasil, em particular a sucessão da unidade familiar. A referida federação reconhece a necessidade de PPJ que atendam os reais interesses dessa juventude, para amenizar ou até extinguir o êxodo para os centros urbanos. Pode-se afirmar que já não se tratam apenas de demandas desde os interesses dos adultos, pois os registros permitem evidenciar a participação de jovens no processo de elaboração da pauta, sobretudo a partir de plenárias coletivas.

Por fim, destacamos os trabalhos realizados pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), como resultado da atuação da Igreja Católica no Brasil desde os anos de 1980. Suas raízes estão ancoradas historicamente na “Juventude Agrária Católica (JAC), que atuou no Brasil entre os anos de 1947 e 1968”, na “Teologia da Libertação” e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgem a partir da Conferência Episcopal de Medellín que aconteceu em 1968. A PJR possui representação e atuação em 22 estados brasileiros, a referida organização, misturando princípios de fé e práticas religiosas típicas do cristianismo católico, com estudos e práticas políticas, tem em sua missão a formação política da juventude na luta por uma vida digna no campo e na cidade (PJR, 2009, p. 07).

As representações da PJR nos estados e municípios brasileiros desenvolvem inúmeras atividades de formação da juventude e movimentos de

luta por direitos, vão desde atividades locais a seminários nacionais para a construção de pautas que são entregues aos governos<sup>87</sup>. Em PJR (2009) evidenciamos que estão nas linhas de ação desta organização de juventude: o protagonismo juvenil; ajudar os jovens do campo para que assumam a identidade camponesa; contribuir na transição do modelo agrícola tradicional, com vistas ao trabalho com a agroecologia e a cooperação; potencialização da participação da juventude na construção de um projeto popular para o Brasil, contra toda violência estrutural, simbólica e física, o extermínio da juventude, assim como a democratização da terra; do acesso à cultura e aos meios de comunicação, entre outros.

Em 2012, representantes da PJR entregaram junto à SNJ uma pauta com sugestões de políticas públicas, durante o “I Seminário Nacional da Juventude Rural” realizado em Brasília, mencionado em seção anterior. Na pauta, aparecem questões que se articulam com as demandas que são explicitadas pelo MST ou pela FETRAF, tratadas anteriormente, tais como: acesso à terra, via reforma agrária popular; trabalho e renda no campo, visando, sobretudo, a desburocratização do acesso a projetos de geração de renda; a transformação do Pronaf Jovem em um programa mais amplo, voltado para a permanência da juventude rural no campo; apoio à agroecologia; acompanhamento técnico (assistência); apoio à agroindústria de pequeno porte; apoio à comercialização e ao fortalecimento da economia popular solidária; melhoria da qualidade de vida no campo (infraestrutura básica, acesso a cultura e inclusão digital); o acesso à Educação do Campo em todos os níveis; combate ao avanço do agronegócio; fortalecimento dos espaços de debate sobre juventude rural; garantia de orçamento dentro das políticas públicas voltadas para a juventude rural, entre outros.

Em 2013 estas mesmas questões levantadas persistem e são entregues novamente aos representantes do governo federal com o intuito de contribuir na formulação de políticas públicas voltadas à juventude rural<sup>88</sup>.

Evidencia-se, desta forma, que sistematicamente são entregues pelas organizações coletivas da juventude rural um conjunto de demandas

<sup>87</sup> As atividades promovidas pela PJR no Brasil podem ser evidenciadas em: <<http://www.pjr.org.br/2013/>>.

<sup>88</sup> Este registro pode ser observado em: <<http://www.pjr.org.br/2013/index.php/pjr/392-ministro-gilberto-carvalho-garante-que-o-futuro-da-luta-esta-assegurado>>.

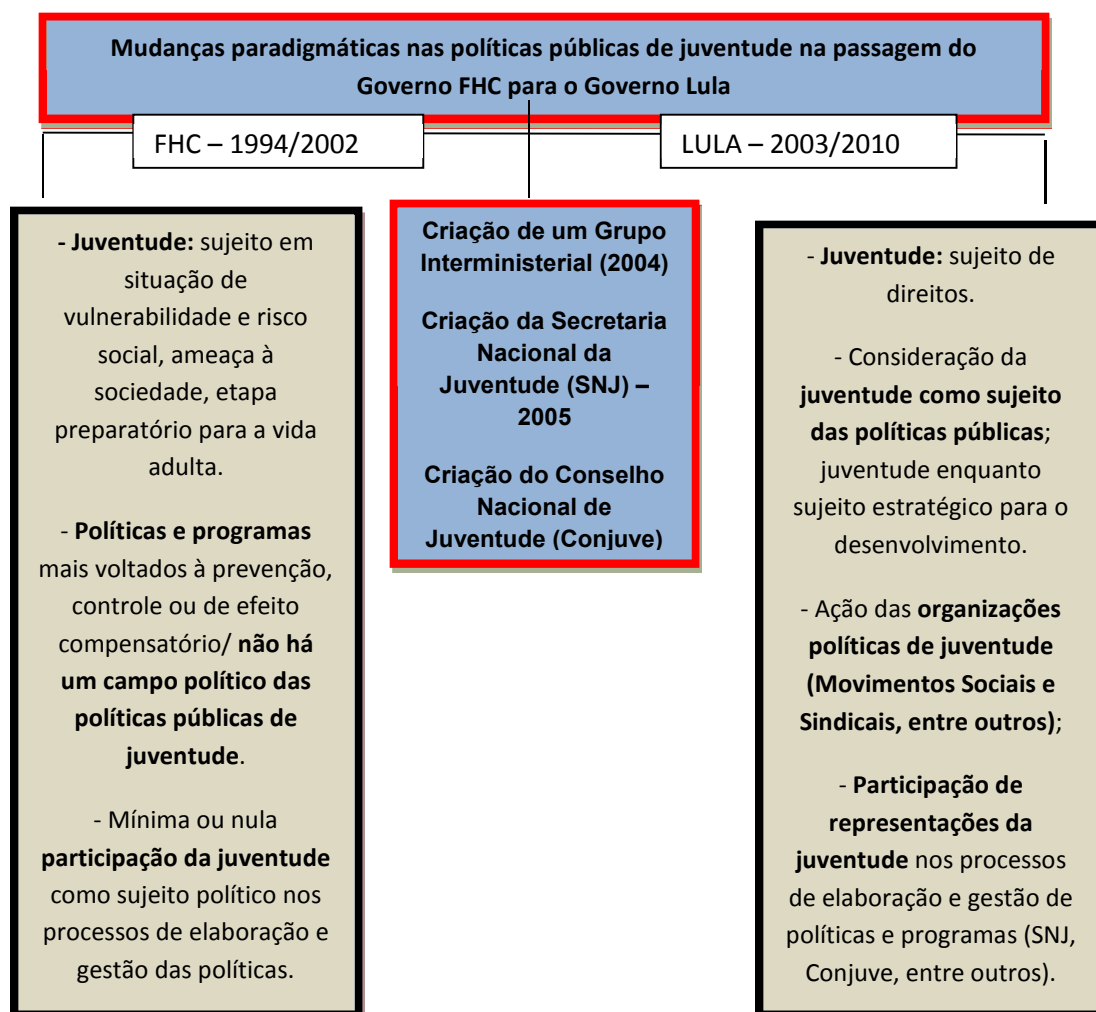
resultantes da ausência de políticas e programas que de fato atendam os reais interesses desta categoria. Ao mesmo tempo em que no plano do discurso há um movimento de institucionalização destas demandas (presentes nos documentos, cartas e relatórios, entre outros), da noção de juventude enquanto sujeito de direitos, sujeitos de políticas públicas, os documentos destas organizações nos permitem evidenciar que estas demandas parecem não sair do papel, as territorialidades das juventudes rurais continuam em movimento de permanente precarização, como evidenciamos a partir dos retratos expressados pela juventude faxinalense com quem temos trabalhado.

Para finalizar nossa exposição a respeito desta arena política, o campo político das PPJ, traremos a seguir um diálogo com pesquisadores que nos últimos anos estiveram preocupados em debater o tema. Veremos que no campo intelectual há certo consenso de que mudanças paradigmáticas foram ocorrendo no campo político das PPJ, porém, reconhecendo que persiste uma distância entre o discurso da política e sua efetivação. Será a partir deste cenário, de entrecruzamento de discursos oriundos dos documentos oficiais de representações do poder público brasileiro e de organismos multilaterais, de documentos publicados por movimentos de juventude rural organizada e das contribuições do campo intelectual a respeito das PPJ, que iremos demonstrar que o campo das PPJ produz invisibilidades, tornando-se agente que contribui em processos de precarização dos territórios de vida da juventude.

#### 4.2.4 Juventude, juventude rural e o campo político das PPJ: reforçando o olhar a partir de quem analisa e debate o tema

As PPJ no Brasil são alvo de análises, considerações e críticas, principalmente no que diz respeito aos últimos 15 anos em que, para alguns intelectuais, se evidenciam mudanças que podem ser consideradas significativas nas concepções e nas formas de gestão das políticas públicas por parte do governo federal. A mudança de foco acerca da noção de juventude é considerada paradigmática, uma vez que segundo a literatura consultada deixa de compreender a juventude como sujeitos passivos, risco social, passando a compreendê-los como sujeitos de direitos, sujeitos de políticas públicas (AQUINO, 2009; SILVA e ANDRADE, 2009; MACEDO, 2011; CARRANO,

2011; CASTRO, 2011). O esquema a seguir dispõe alguns dos aspectos que marcam este cenário de mudanças:



ESQUEMA 04 – ASPECTOS QUE MARCAM MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS NO CAMPO DAS PPJ, DO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) PARA O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (LULA), SEGUNDO LITERATURA CONSULTADA.  
 FONTE: AQUINO, 2009; SILVA E ANDRADE, 2009; MACEDO, 2011; CARRANO, 2011; CASTRO, 2011.  
 ORG.: SIMÕES, W., 2014

Ao refletir sobre “a juventude como foco das políticas públicas”, Aquino (2009) destaca que “a juventude inscreveu-se como questão social no mundo contemporâneo a partir de duas abordagens principais”: 1) como problema, o jovem ligado à delinquência, ao uso de drogas, a comportamentos de risco, entre outros; b) como fase transitória para a vida adulta, como alguém que precisa ser permanentemente acompanhado, educado e ajustado para assumir as responsabilidades e tornar-se produtivo (AQUINO, 2009, p. 25).

Tal fato pode ser evidenciado nos estudos de Spósito, Carvalho e Silva e Souza (2006), que objetivou investigar ações destinadas aos jovens em 74 prefeituras de cidades brasileiras de 8 Estados<sup>89</sup>. O estudo revelou que as secretarias municipais que apresentavam propostas de ações voltadas à juventude, em sua maioria eram aquelas ligadas à “assistência/inclusão/ação social”. Ao mesmo tempo em que se evidenciavam as discussões acerca da inclusão dos jovens enquanto sujeitos de direitos – considerando o ECA – “do ponto de vista das políticas de juventude, a visibilidade que ocorre origina-se, sobretudo, dos adolescentes pobres, em situação de rua ou em conflito com a lei” (SPÓSITO, CARVALHO e SILVA e SOUZA, 2006, p. 243).

Os referidos pesquisadores destacam que, se de um lado havia um movimento de reconhecimento das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, de outro evidenciava-se processos de negação e/ou marginalização de adolescentes pobres, em particular negros e moradores das periferias urbanas das grandes metrópoles do país.

Nas palavras dos referidos pesquisadores:

O modo como são considerados pela opinião pública os adolescentes em conflito com a lei, recolhidos nos sistemas de internação, espalha-se para todos aqueles que estão submersos nos bairros pobres e nas favelas. Nega-se a sua condição de indivíduos em formação e desenvolvimento, com múltiplas possibilidades abertas ao crescimento pessoal ao lado de necessidades amplas no domínio do lazer, da cultura, do esporte, da participação, entre outros. Para esse setor, tratado como vulnerável ou produtor de risco, são reservadas as ações de inserção social, compensatórias e de forte teor socioeducativo. Aos outros, aqueles que podem minimamente usufruir alguns direitos, o termo jovem passa a ser fortemente aplicado. De modo perverso, a ideia de adolescência carrega não só estigmas de natureza psicológica ou patológica, tradicionais em algumas teorias facilmente absorvidas pelo senso comum, como incorpora o estereótipo que designa aqueles que ameaçam a sociedade (SPÓSITO, CARVALHO e SILVA e SOUZA, 2006, p. 255).

Neste mesmo contexto de transição do governo FHC para o governo Lula evidenciamos que a juventude rural se encontra praticamente invisível nos

---

<sup>89</sup> A pesquisa foi realizada em 13 municípios do estado de São Paulo, 04 municípios do estado de Santa Catarina, 06 municípios do estado de Espírito Santo, 20 municípios do estado de Rio de Janeiro, 04 municípios do estado de Goiás, 12 municípios do estado de Minas Gerais, 11 municípios do estado de Rio Grande do Sul e 04 municípios do estado de Pernambuco, um universo de investigação de “cerca de oito milhões de jovens entre 15 e 24 anos, para uma população total de aproximadamente quarenta milhões de habitantes. A pesquisa apresenta dados referentes a um período que vai desde os anos de 1980 até 2004, mas a pesquisa de campo junto às prefeituras reflete mais a situação de políticas e programas que foram desenvolvidos entre 2001 e 2004.” (SPÓSITO, CARVALHO e SILVA e SOUZA, 2006, p. 239).

debates acadêmicos e é inexistente sua participação no campo das políticas públicas (WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2010). No campo intelectual, as reflexões estavam centradas, principalmente, “no eixo juventude-trabalho-educação”, buscando compreender e contribuir, sobretudo, a respeito do êxodo rural. Segundo Castro (2010), predomina entre o final dos anos de 1990 a 2002, a noção de jovem rural enquanto “filho de agricultor”, como aquele que vive um período da vida em que precisa passar por uma preparação voltada a atender a sucessão na propriedade familiar. Veremos mais adiante, em nossas reflexões, que esta compreensão ainda é predominante no campo político das PPJ, sobretudo em relação à juventude da agricultura familiar.

A condição de invisibilidade e exclusão da juventude rural nas PPJ permeou as pesquisas que foram mapeadas por Weisheimer (2005). Ao refletir sobre o tema a partir das pesquisas analisadas, ressaltou que a invisibilidade se constituiu como sendo um dos mais perversos mecanismos que fortificam processos de exclusão e marginalização desta categoria, para nós, a precarização dos territórios de vida. Para esse pesquisador:

[...] Não é exagero dizer que os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito de participar das decisões que afetam a sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, marginalidades e exclusões.

Para Castro (2009, p. 182), a invisibilidade da juventude rural pode ter como explicação o fato de serem percebidos como “uma população específica, uma minoria da população jovem do país”. Ela ressalta que esse público representa aproximadamente 8 milhões de jovens vivendo no campo, o que não se trata de um “pequeno contingente”. Para a referida autora, a juventude rural é, na maioria das vezes, associada à migração campo-cidade e o desinteresse pela vida no campo. Essa associação, em sua visão, se constitui com um fator que contribui para a invisibilidade desses sujeitos, como sujeitos formadores de identidade e, por consequência, de demandas sociais. Neste caso, se há uma diversidade de jovens vivendo no espaço rural brasileiro, ela é ainda desconhecida e se encontra tão excluída quanto os jovens pobres, negros e moradores das periferias urbanas.



Em um trabalho que procurou analisar o contexto que marcou o encerramento do segundo mandato do governo Lula, em que a juventude passa a ser compreendida enquanto sujeito de direitos, alvo de políticas públicas, Macedo (2011)<sup>90</sup> destacava como desafio fundamental: o Estado “olhar a juventude como um segmento estratégico para o novo desenvolvimento econômico, social e ambiental do país”. Ao refletir sobre o desenvolvimento, procura explicitar que não se trata do desenvolvimento ancorado nos pressupostos do Banco Mundial, “que impõe o trabalho a qualquer custo, a massificação da educação de qualquer maneira”, mas sim de um desenvolvimento que garanta a articulação entre políticas públicas universais e específicas, que percebam “os jovens” como sujeitos dessa construção.

Em suas considerações, destaca que “as propostas específicas para a juventude ainda são vistas como um conjunto de caixinhas, cada segmento e cada esfera defendendo a sua”, tornando-se um desafio à criação de proposições que superem esta fragmentação, que na sua visão não pode nem cair no extremo da transversalização – as políticas distribuídas entre os ministérios – e nem no extremo do exclusivismo – em que somente uma secretaria, a exemplo da SNJ, fique responsável pela gestão das políticas e programas. Em sua visão, uma articulação ocorreria de fato a partir da seguinte condição:

[...] é preciso repensar e fortalecer um pacto pela juventude, que parta da Secretaria Nacional de Juventude e consiga chegar até onde o jovem está, no município, no bairro, e o conecte com o governo federal. Considerar o local, o território, com suas referências e diferenças, é um dos grandes desafios da política pública de juventude (MACEDO, 2011, p. 231).

Analisando este mesmo cenário das PPJ, Carrano (2011) considera que houve um avanço importante na compreensão da juventude enquanto sujeito de direitos. Em sua interpretação, já não é possível mais desenvolver políticas públicas voltadas aos jovens no Brasil que procurem tratar a juventude como problema, como portadores de problemas sociais que precisam ser superados via promoção de ações de controle social e tutela. No entanto, lembra que a

---

<sup>90</sup> Trata-se de Severine Carmem Macedo, que até então não tinha assumido a Secretaria Nacional da Juventude, no momento desta análise, se identificando no texto de sua autoria como sendo dirigente de juventude do Partido dos Trabalhadores (PT). Ela tornou-se secretária nacional da juventude do governo federal em 2011, já no governo de Dilma Rousseff.

questão da juventude não está resolvida no país e que nem todos os envolvidos com demandas da juventude compreendem a questão dos direitos da mesma forma – há contradições. O referido autor entende que as conquistas não ocorrerão sem conflitos, considerando o “caminho mais promissor”, aquele construído com os sujeitos jovens que demandam direitos, denunciam as injustiças que marcam suas vidas e os oprimem (CARRANO, 2011, p. 237).

Em sua avaliação, Carrano (2011) destaca que ainda persiste nas PPJ um abismo entre o discurso e a prática. A partir de seus referenciais, em suas considerações, explicita que estas políticas ainda “não se constituíram em suportes suficientes para que os jovens brasileiros possam viver com dignidade o tempo de juventude e, também, caminhar em transições não tão acidentadas para a autonomia da vida adulta” (CARRANO, 2011, p. 238). Sobre o que entende como sendo fragilidades do que já foi realizado no campo das PPJ até então, destaca:

A fragmentação, a superposição das ações públicas e descontinuidade administrativa, a inconsistência do marco legal, a insuficiência de orçamentos, de recursos humanos e materiais, a despreocupação com as pesquisas de caráter nacional e a não construção de indicadores sociais sólidos, nacionais e comparáveis ao longo do tempo (CARRANO, 2011, p. 238).

Ao tratar do caráter fragmentário das PPJ, ressalta que muitas vezes essas políticas, além de setoriais, “são gestadas na lógica mental do mundo dos adultos e suas instituições”, traz como exemplo o que ocorre com as políticas gestadas pelo Ministério da Educação – caso do ProJovem, que foca suas ações no sucesso escolar, reduzindo a noção de juventude a estudantes e/ou alunos – pelo Ministério da Saúde – que promove ações voltadas aos adolescentes, concebidos como transição para a vida adulta, sujeitos instáveis e em crise – pelo Ministério do Desenvolvimento Social – onde ações parecem estar mais voltadas para a integração familiar do que para o favorecimento da autonomização dos jovens.

O referido autor entende como necessário e estratégico compreender que as PPJ precisam estar incorporadas no campo mais amplo das políticas de direitos sociais, procurando evitar o isolacionismo das ações. Para ele:

[...] inserir as políticas de juventude no debate mais amplo pelos direitos sociais públicos, e na luta contra as desigualdades no Brasil, pode se constituir em via estratégica para a afirmação do campo das

PPJ nas políticas de Estado. Sabemos que são essas políticas que podem durar no tempo e no espaço, adquirir maturidade institucional, profissionalizar agentes públicos, criar canais duradouros e efetivos de diálogo com a sociedade civil, perenizar e atualizar orçamentos e, dessa forma, atravessar qualificadamente o jogo de conveniências e compromissos políticos partidários que emergem a cada mudança de governo (CARRANO, 2011, p. 238).

Ainda neste mesmo cenário de análise que marca o final do governo Lula, Castro (2011) afirma que “a mudança de paradigma de juventude em situação de risco para juventude sujeito de direitos” se constitui como uma importante conquista. Na visão da autora:

[...] A consolidação da categoria juventude sujeito de direitos representa uma alteração de paradigma, em que o público-alvo passa de passivo a agente, corresponsável pela construção das políticas públicas. Se esse processo ainda está em curso e evidentemente pode sofrer recuos, aponta a possibilidade de consolidação de uma importante conquista: a legitimação de novos atores e, principalmente, da juventude como agente nesse processo de construção do campo das PPJ, ou seja, percebe-se uma mudança de paradigma de políticas públicas de uma visão conservadora Estado/provedor-Jovem/atendido para políticas públicas como processo de construção participativa onde o(a) jovem é agente (CASTRO, 2011, p. 283).

Ao indagar sobre quem faz o campo das PPJ no Brasil hoje, Castro (2011, p. 297-298) destaca três principais representações: a academia que, por meio dos trabalhos dos pesquisadores e especialistas, vem rompendo com a visão adjetivada (juventude rebelde/juventude problema), assumindo “a perspectiva das relações sociais e processos identitários que geram conflitos, tensões, consensos e conciliações, na amplificação da temática e na sua valorização como tema investigativo”; o Estado, “materializado em programas e gestores de governo”; e a juventude organizada. Outros três atores são apontados: as igrejas e suas organizações de juventude; as ONGs e as formas associativas e/ou cooperativadas de prestação de serviços sociais; e o setor empresarial, “forma de fundações e institutos de ação social e/ou responsabilidade empresarial”.

Ao tratar de avanços e desafios, aponta como avanços:

[...] a apropriação do debate juventude e políticas públicas por parte de indivíduos/coletivos inseridos em diferentes espaços da sociedade; a apropriação do debate e de capacidade formulativa por uma parcela cada vez maior da juventude organizada e que se organizou a partir dessa conjuntura; a penetração no senso comum desse debate, ainda que fortemente disputado e mediado por outros atores, como a mídia (CASTRO, 2011, p. 303).

Já como desafios, a referida autora aponta a necessidade de superarmos ainda mais os “processos de deslegitimação do ator político jovem associado à condição de fase de preparação para o futuro”, fato que, para Castro (2011), contribui para desqualificar o reconhecimento de lideranças jovens para “atuação em cargos de direção”; a necessidade do fortalecimento dos movimentos de juventude, desde suas organizações coletivas, de forma autônoma; “a consolidação da percepção da centralidade da juventude para um desenvolvimento sustentável para enfrentar enormes desigualdades sociais da sociedade brasileira, intensamente vivida por milhões de jovens homens e mulheres” (CASTRO, 2011, p. 305).

Nesse sentido, tanto Macedo (2011) quanto Carrano (2011) e Castro (2011) permitem evidenciar, a partir do contexto analisado, que se no discurso estatal acerca das PPJ a juventude passava a ser assumida pelo governo Lula como sujeito estratégico, sujeito de direitos, persistia a existência de limites no campo das PPJ que já eram sinalizados a partir de análises de governos anteriores, tais como: a própria necessidade de olhar a juventude como sujeito estratégico de políticas públicas; a fragmentação ou a pulverização das ações entre ministérios e secretarias; as discontinuidades administrativas; as inconsistências legais, apontadas por Carrano (2011) como sendo insuficientes para confrontar marcos historicamente legitimados pela sociedade, entre outros<sup>91</sup>.

Assim, podemos afirmar a existência de uma hegemonia discursiva que se propaga sistematicamente nestes últimos anos, sendo boa parte deste discurso já incorporado nos últimos 15 anos em documentos oficiais do governo federal, no âmbito da gestão governamental e suas propostas de políticas voltadas à juventude, tanto no que diz respeito ao anúncio constante de um cenário catastrófico acerca das condições de vida da juventude, quanto no que diz respeito à necessidade da juventude ser compreendida como sujeito

---

<sup>91</sup> Cabe lembrar que no momento desta análise, segundo Papa e Freiras (2011, p. 09) o Brasil já vinha construindo uma experiência no campo das PPJ, tornando-se, segunda as autoras, referência para outros países. Elas destacavam as seguintes iniciativas: “a criação, em 2005, da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e de programas variados dirigidos aos jovens, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)”. Elas ainda ressaltaram a realização da 1ª Conferência Nacional e toda mobilização e debate acerca das questões da juventude; a entrada do Brasil no cenário internacional, sua incorporação junto à OIJ, suas participações junto às reuniões especializadas da Juventude do Mercosul (REJ), entre outros.

de direitos, sujeitos estratégicos de políticas públicas, assim como no delineamento destas políticas. É presente um vocabulário composto por termos como trabalho decente, respeito mútuo, cultura da paz, inclusão produtiva, desenvolvimento sustentável, valorização e reconhecimento da juventude, cidadania, integração e cooperação, entre outros.

E, ainda, um cenário em que disputam visibilidade, desde o campo das PPJ, uma diversidade de jovens que atuam em diferentes movimentos sociais e sindicais (um cenário marcado pela participação da juventude em conferências, reuniões, grupos de trabalho, conselhos, entre outros) e o conjunto de elementos que compõe suas pautas de reivindicação frente às contradições políticas, econômicas, culturais e ambientais em que se encontram. Pode-se dizer que “nunca se falou tanto em juventude como sujeito estratégico de políticas públicas”.

A questão que orientará a continuidade de nossas considerações é: Qual é o espaço da juventude rural no campo das PPJ, neste mesmo contexto? A tese que queremos sustentar é a que o campo das PPJ, mesmo reconhecendo a diversidade de formas de ser jovem no Brasil, desde sua arena – onde as políticas e os programas são formulados – até as indicações do que é programado para ser implementado – que inclui o estabelecimento de metas e o financiamento – produz invisibilidades acerca das territorialidades da juventude rural, em particular as territorialidades da juventude faxinalense, resultando em negação e marginalização no atendimento, que por sua vez potencializará processos de precarização de seus territórios de vida.

#### 4.2.5 Qual o espaço ocupado pela juventude rural no campo das PPJ no Brasil? A produção de invisibilidade nos meandros da arena política

Ao realizar uma avaliação geral do conjunto de programas federais existentes durante o Governo Lula, Silva e Andrade (2009, p. 68) apontaram que o governo construiu uma política nacional voltada à juventude, abrangendo diferentes dimensões (educação, saúde, emprego, cultura, esporte, segurança e meio ambiente), mas embora tal característica possa ser entendida como avanço, persistia a dificuldade de diálogo e integração destas políticas, ou ainda, na construção de uma agenda de trabalho que incluísse “de fato, as

temáticas e os problemas juvenis, tendo os jovens como participantes deste processo”.

Em suas considerações, Silva e Andrade (2009, p. 62) apresentam um retrato dos programas voltados ao atendimento da juventude em 2009, que era composto por 17 programas federais, compreendidos em sete eixos, sendo estes: “Elevação da Escolaridade, qualificação profissional e cidadania; Educação, ensino médio e superior; Financiamento e crédito rural; Cultura, esporte e lazer; Meio Ambiente; Saúde; e Segurança pública”. Os referidos programas estão espalhados entre diferentes órgãos do governo federal, tais como: a SNJ, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros.

Quando delimitamos em quais programas citavam como público-alvo, diretamente a juventude rural, encontramos menção em apenas 4 deles, sendo estes:

1) *ProJovem Campo saberes da Terra*, gestado pelo MEC, que visa elevação da escolaridade com qualificação profissional, que tem como público-alvo jovens da Agricultura Familiar;

2) *Programa Nossa Primeira Terra*, gestado pelo MDA, que consiste em uma linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), voltado para aquisição e investimento em infraestrutura básica de imóveis rurais, tendo como público-alvo jovens que queiram permanecer no campo;

3) *Pronaf Jovem*, também gestado pelo MDA, que consiste em financiamento de até R\$ 6 mil para cada unidade familiar, tendo 10 anos de prazo de pagamento do empréstimo com juros de 1% ao ano, cujo público-alvo são jovens entre 16 e 25 anos que tenham concluído a formação ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou ainda, que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional;

4) *Pontos de Cultura*, gestado pelo MEC, visando a ampliação do acesso da população de baixa renda à produção de bens e serviços culturais; aquisição de *kit* de produção multimídia, computadores com internet banda

larga, entre outros, cujo público-alvo são as localidades rurais, indígenas e quilombolas, assim como os centros urbanos de todo o país.

É interessante salientar que destes quatro programas, somente no que se refere aos Pontos de Cultura é que no público-alvo aparecem as categorias indígena e quilombola, que podem ser compreendidos como jovens dos povos e comunidades tradicionais. Nos demais programas a ênfase está na juventude da agricultura familiar. Evidencia-se, também, o foco na educação (em uma perspectiva de formação articulada com a qualificação para o trabalho no campo) e nas condições concretas para viabilizar a produção agrícola – imóveis rurais e financiamento da produção. Neste caso, o entendimento que se pode ter é que basta, para a juventude rural, estudar e trabalhar, não necessitando de lazer, saúde, acesso à cultura e aos meios de comunicação, entre outros.

Em um trabalho que objetivou analisar como está ocorrendo a constituição das políticas públicas voltadas à juventude rural na primeira década do século XXI, a partir dos debates e formulações realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho de Juventude Rural (GTJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar (CONDRAF)<sup>92</sup>, em particular a política do Pronaf Jovem, Barcellos (s/d)<sup>93</sup> nos permite evidenciar o conjunto de programas que possuem a pretensão de impactar na vida da juventude rural no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e algumas questões que podemos considerar relevantes na compreensão de qual espaço a juventude rural ocupa no território das políticas públicas de juventude, ações e tensões.

---

<sup>92</sup> Segundo Barcellos (s/d, p. 16), o CONDRAF “é um órgão colegiado integrante da estrutura do MDA. Esse espaço tem como objetivo promover a articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade em debates relativos a temas como: Desenvolvimento Rural sustentável, reforma agrária e Agricultura Familiar. Dentre os seus objetivos, constam alguns como: subsidiar a formulação de políticas públicas de responsabilidade do MDA e propor a adequação, inclusive legal, de PPs federais, às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. A estrutura de funcionamento e de deliberação do CONDRAF é composta pelo: Plenário, Secretaria, Comitês e Grupos Temáticos. Dentre esses espaços, a temática da Juventude Rural é debatida junto ao Grupo Temático de Juventude Rural – GTJR”.

<sup>93</sup> Trata-se de: BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a Juventude Rural no Brasil**: apontamentos iniciais sobre o processo de constituição desse campo de estudos. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/Artigo\\_025.pdf?file\\_id=9146068](http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/Artigo_025.pdf?file_id=9146068)>. Acesso em: 10/08/2012.

Em suas considerações, o referido autor salienta que, para além da SNJ, o MDA é o órgão do Estado que mais tem promovido ações, políticas e programas à juventude rural. Explicita que no MDA a questão da juventude rural é tratada mais precisamente dentro da “Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)” e CONDRAF, onde se encontra o GTJR (BARCELLOS, s/d, p. 16). Ao tratar da configuração do GTJR, Barcellos (s/d) nos permite evidenciar o conjunto de representações que a compõe, órgãos do Estado, entidades, movimentos sociais e sindicais<sup>94</sup>.

Ao tecer algumas de suas percepções e evidências sobre as formas de atuação política neste GTJR, o referido autor descreve um campo em disputa, onde um conjunto de negociações, alianças, enfim, de estratégias, acabam por direcionar, dar um rumo às políticas públicas de juventude no âmbito do MDA. Conforme Barcellos (s/d, p. 30):

[...] observa-se que entre os representantes políticos de diversas faixas etárias, além da disputa pelo rumo das pautas, ocorrem as disputas relativas a determinadas concepções epistemológicas de juventude na sociedade (faixa etária, comportamento, biologia, psicologia e dentre outras) e dos temas como educação, qualidade de vida, trabalho, geração de renda e PPs direcionadas a esse grupo social.

Nas contribuições do autor, percebe-se que as correlações de força influenciam até nas formas simbólicas de expressão da diversidade jovem e suas representações coletivas (suas bandeiras, suas marcas, seus símbolos, entre outros) – dos movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais, entre outros. Na visão do autor:

Essa estratégia de diferenciação não é utilizada no grupo talvez por todos se reconhecerem como possíveis aliados ou atuantes em prol de uma pauta em comum e ser um espaço consultivo de escuta e de elaboração de ideias, ou mesmo que a opção por alguma

<sup>94</sup> Segundo Barcellos (s/d, p. 16): “O GTJR tinha como integrantes os representantes dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA); o do Trabalho e Emprego (MTE); da Educação e Cultura (MEC); da Saúde (MS); a Secretaria Nacional da Juventude (SG/PR); Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF Brasil); Pastoral da Juventude Rural (PJR); União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); Rede de Centros Familiares de Formação por Alternância (Rede CEFFAs); Coordenação Nacional dos Quilombos (CONAQ); Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA); Instituto Aliança (IA); Instituto de Juventude Contemporânea (IJC); Movimento de Organização Comunitária (MOC), Escolas de Formação Quilombos dos Palmares (EQUIP); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Agrícola do Brasil (FAZER) e a Comissão Nacional dos Povos Indígenas”.



diferenciação pode causar algum tipo de constrangimento pessoal ou de cunho político devido as diferentes opções políticas dos agentes tanto do governo, como das organizações (BARCELLOS, s/d, p. 33).

Muito embora o autor não disserte sobre os tipos de constrangimento ou de cunho político a que estão submetidos os membros do referido grupo, neste caso, a respeito da explicitação de seus elementos simbólicos e identitários, percebe-se o que podemos compreender como um ocultamento da diversidade das identidades, ou ainda, a diversidade enquanto um problema no campo político em que se pensa, elabora e implementa políticas públicas e programas para a juventude rural.

Cabe salientar que os eixos estratégicos de debate e deliberação de GTJR neste período eram: 1) Acesso a Terra, Trabalho e Geração de Renda; 2) Educação e Qualidade de vida no Campo; e 3) Organização e Participação Política da Juventude Rural. Segundo Rocha (2011, p. 29-30)<sup>95</sup>, em 2009, o referido grupo de trabalho de juventude incluiu na proposta final da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) o seguinte item:

[...] No processo de construção da PDBR, merece destaque especial a participação dos jovens que, mesmo representando um terço da população que vive no meio rural, permanecem com dificuldade de acesso à terra e aos demais meios de produção, bem com aos serviços de saúde, educação, cultura e lazer. Essa situação estimula o êxodo rural, especialmente dos jovens, causando duas grandes consequências: a descontinuidade na sucessão da agricultura familiar e o envelhecimento da população rural. Por isso, a juventude é um sujeito social estratégico na construção do projeto de desenvolvimento rural sustentável do país.

Segundo o relatório elaborado por Rocha (2011, p. 30-31), o GTJR estava cumprindo o seu papel “de forma decisiva e qualitativa”, se consolidando “como um espaço estratégico para a juventude rural, voltado para o desafio de garantir a participação coletiva das entidades juvenis organizadas na formulação de propostas e nas decisões do governo”. A referida pesquisadora afirma, no relatório, que os membros deste grupo de trabalho têm

---

<sup>95</sup> Trata-se de Ana Teresa Ferreira Rocha, que elaborou um relatório ao MDA em 2011, contendo a sistematização do debate no CONDRAF sobre juventude na construção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural com foco nos territórios rurais. O referido relatório objetivou sistematizar as ações do Grupo Temático de Juventude Rural no CONDRAF principalmente acerca dos conteúdos resultantes dos debates ocorridos para a construção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, com ênfase na Juventude. “Trata-se de uma síntese das principais discussões realizadas por este Conselho, em 2008 e 2009, tratando aqui, especificamente do Grupo Temático Juventude Rural - GTJR, bem como das discussões centrais acerca do marco legal brasileiro sobre a juventude” (ROCHA, 2011, p. 05).

procurado compreender as dinâmicas das PPJ ofertadas pelo Estado, confrontando-as com as demandas que são dispostas pela juventude rural de modo geral, sendo que quando estas demandas não são contempladas, segundo Rocha (2011), são elaboradas contribuições para sua melhoria.

Quando se observa desde estas considerações, a primeira impressão que fica é que o governo brasileiro fortalecia naquele momento a visão de que a juventude rural é um dos focos prioritários das políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade de vida no campo, ou seja, das PD BRs. Essa aparente posição estratégica desmorona-se a partir do momento em que se apresenta o montante dos recursos financeiros destinados para as PPJ, voltadas, em particular, à juventude rural, assim como quais serão as áreas prioritárias destes recursos.

No sentido de fortalecermos essa reflexão, mapeamos junto ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 os programas, as metas e os órgãos responsáveis onde apareciam os seguintes termos: jovens, juventude, juventude rural, jovens do campo ou jovens da zona rural. No geral, encontramos referência em 12 programas, 56 metas, tendo como órgãos responsáveis um total de 8 ministérios, o gabinete da Presidência da República, 2 secretarias e a Câmara dos Deputados. Mas, quando focamos apenas nas referências à própria juventude rural, encontramos menção aos termos apenas em 5 programas, 9 metas, 2 ministérios, a Presidência da República e a Câmara dos Deputados. Vejamos detalhes no quadro a seguir:

PROGRAMA	METAS	OBJETIVOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
<b>1. Agricultura Familiar</b>	<p>1. Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, <u><b>jovens do campo</b></u> e assentados e assentadas da reforma agrária. (Objetivo 0411)</p> <p>2. Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e <u><b>ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo</b></u> (Objetivo 0411)</p> <p>3. Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a <u><b>50 mil jovens rurais</b></u>. (Objetivo 0412)</p>	<p><b>0411</b> - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.</p> <p><b>0412</b> - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.</p>	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
<b>2. Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização</b>	<p>4. Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e <u><b>jovens</b></u> para acesso aos mercados e aumento da renda (Objetivo 0747).</p>	<p><b>0747</b> - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.</p>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Continua

<p><b>3. Autonomia e Emancipação da Juventude</b></p>	<p>5. Formar lideranças das <u>juventudes rurais</u> e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis. <b>(Objetivo 0276)</b></p> <p>6. Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional;</li> <li>- jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e</li> <li>- <u>jovens rurais e de comunidades tradicionais</u> <b>(Objetivo 0967)</b></li> </ul> <p>7. Capacitação de 50.000 <u>jovens moradores de áreas rurais</u> para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo. <b>(Objetivo 0989)</b></p> <p>8. Qualificação de <u>3.000 jovens prioritariamente rurais</u> e de comunidades tradicionais <b>(Objetivo 0989)</b></p>	<p><b>0276</b> - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.</p> <p><b>0967</b> - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional.</p> <p><b>0989</b> - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.</p>	<p>Presidência da República - PR</p>
<p><b>4. Trabalho, Emprego e Renda</b></p>	<p>9. Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal;</u></li> <li>- afrodescendentes, mulheres, <u>jovens</u> e pessoas com deficiência física e intelectual. <b>(Objetivo 0287)</b></li> </ul>	<p><b>0287</b> - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.</p>	<p>Câmara dos Deputados</p>

QUADRO 10 – A JUVENTUDE RURAL NO PPA 2012-2015: PROGRAMAS, METAS, OBJETIVOS E ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS.

FONTE: BRASIL, PPA 2012-2015.

ORG.: SIMÕES, W., 2013.

A partir do quadro anterior (10), podemos agrupar as referências mais diretas à juventude rural basicamente em dois grandes eixos: 1) Educação/Formação voltada à qualificação social e profissional; 2) Crédito, Assistência Técnica e Geração de Renda. No primeiro eixo, estariam as ações cujos objetivos são de contribuir para formação de lideranças juvenis, na constituição de sociedades sustentáveis, na qualificação profissional visando o trabalho cooperativo, na capacitação para inserção produtiva e uma gestão mais racional da produção no trabalho da agricultura familiar, entre outros.

Já no segundo eixo estariam as ações voltadas ao crédito, visando adequar o projeto geral da agricultura familiar a especificidades da juventude rural, tendo em vista criar as condições ou potencializar ações de geração de renda, buscando a ampliação da inserção da juventude ao que chamam de processo produtivo ou ainda de inserção no mundo do trabalho. Se focarmos nas menções voltadas aos jovens oriundos dos povos e comunidades tradicionais, teríamos apenas alguma referência no que diz respeito ao primeiro eixo, sobretudo no que se refere à realização de cursos voltados para qualificação social e profissional, a exemplo de metas que tem como órgão responsável a Presidência da República.

Assim, no que diz respeito às metas explicitadas no documento supracitado, em síntese, torna-se possível evidenciar uma hegemônica compreensão de juventude rural e de campo/rural, nos permitindo deduzir que a juventude é compreendida como aquela que está inserida, sobretudo, no contexto da agricultura familiar organizada, cuja grande parcela se encontra em condições precárias de vida, precisando de apoio educacional, técnico e financeiro para inserir-se no mundo do trabalho; e o campo é o campo da produção agropecuária, do trabalho para geração de renda, que precisa de apoio técnico, inovação tecnológica, que não precisa de ações voltadas à habitação, saúde, acesso à cultura e ao lazer da juventude. Essa perspectiva dá indicativos de não compreender outras formas de ser ou se autodefinir jovem e de viver a juventude no campo.

É preciso considerar, ainda, que o PPA explicita as metas que são traçadas para um governo de quatro anos, mas isso não significa que estas metas serão contempladas com financiamento e se constituirão em ações concretas. Para termos uma noção dos recursos destinados à juventude rural,

recorremos à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013 – Lei n. 12.708/2012 – especificamente ao seu Volume II, onde estão explicitados os recursos que serão destinados à consolidação dos programas de governo. Na LOA, são indicados os objetivos, a iniciativa que será tomada para isso, o título de onde será apreendido o recurso e o órgão responsável por este título (também conhecido como unidade orçamentária). Cabe salientar que os objetivos e as iniciativas são codificados no PPA e aparecem na LOA.

No PPA 2012-2015 consta um programa específico voltado à juventude, intitulado “Autonomia e Emancipação da Juventude”. Neste programa, encontramos 38 metas, tendo como órgãos responsáveis a PR, o MTE e o MEC. Sobre a juventude rural, encontramos referência direta em quatro metas voltadas para a formação de lideranças das juventudes rurais, com vistas à construção de iniciativas de formação de uma sociedade sustentável, a ampliação da oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens entre 18 e 29 anos, capacitação de jovens para o que denominam de inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo, entre outros.

Mas, qual o montante de recursos destinados a este programa na LOA, para o cumprimento de suas metas? Pode-se afirmar que os recursos destinados a este programa não chegam a 0,014% do montante de recursos previstos para o orçamento da união para o ano de 2013<sup>96</sup>.

Ao pesquisar na LOA a partir de descritores como juventude rural, jovem rural, jovem do campo, jovem dos povos e comunidades tradicionais, foi encontrada referência direta voltada especificamente a este segmento em apenas um programa disposto no PPA 2012-2015, o programa “Autonomia e Emancipação da Juventude” (ver quadro anterior). Tendo como unidade orçamentária a “Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba”, a referida ação visava capacitação e monitoramento da juventude rural, objetivando a “qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social”. Quando procuramos pelo descritor “jovem”, ou ainda,

---

<sup>96</sup> A Lei n. 12.798 de 4 de Abril de 2013, fixou receita e despesas em igual valor em um total de R\$2.276.516.541.532,00 (dois trilhões, duzentos e setenta e seis bilhões, quinhentos e dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e um mil e quinhentos e trinta e dois mil reais). No que diz respeito ao programa Autonomia e Emancipação da Juventude, o montante de recurso era de R\$333.342.575,00 para o ano de 2013. Para o ano de 2014, esse recurso ficou ainda menor, sendo estabelecido em R\$ 195.553.998,00 (PLOA – 2014).

“jovens”, no plural, encontramos determinadas ações que nos permitem evidenciar que a juventude rural se constitui um dos segmentos a ser atendido – a exemplo de ações e recursos voltados para o atendimento à Educação Básica (que incluem as populações do campo).

Cabe salientar que no PPA 2012-2015 há três metas que envolvem a juventude rural no programa denominado “Agricultura Familiar” (ver quadro anterior), que tem como órgão responsável o MDA. Mas, quando pesquisamos se há alguma referência direta à juventude na LOA referente a este programa em 2013, ou seja, se há destinação de algum recurso financeiro que pretenda atingir diretamente este público-alvo, não encontramos referência.

No que diz respeito a recursos que tenham como objetivo subsidiar a Assistência Técnica (também conhecida como ATER), por exemplo, encontramos na LOA 2013 – a pretensão de que os recursos financiem ações voltadas à diversidade camponesa – como o próprio texto da lei descreve: a agricultura familiar, áreas de reforma agrária, mulheres rurais, quilombolas e povos e comunidades tradicionais – mas, não há nenhuma referência à juventude rural. Ao desenvolver uma análise acerca do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para o ano de 2014, a partir dos mesmos critérios estabelecidos para uma análise da LOA 2013, voltamos a encontrar a mesma condição.

Esta análise política nos permite evidenciar que nunca se falou ou se escreveu tanto sobre juventude enquanto sujeito estratégico de políticas públicas, assim como se reconheceu que há uma diversidade de formas de ser jovem no país, porém, há poucos recursos financeiros para cumprir com metas dispostas como prioritárias para o desenvolvimento de políticas públicas, assim como se evidencia que há um processo de homogeneização da juventude rural – que passa a ser hegemonicamente reconhecida como “juventude da agricultura familiar” – e concomitantemente de invisibilidade da diversidade de formas de ser jovem – o que inclui a juventude faxinalense de que estamos tratando nesta tese.

As considerações tecidas até aqui a respeito do campo político das PPJ nos permitiu constatar um permanente movimento de invisibilidade-visibilidade-invisibilidade das territorialidades da juventude rural. O debate sobre juventude

e sobre PPJ seguiu, no plano do discurso, retirando da invisibilidade a diversidade de formas de ser jovem no Brasil. Discursos estes que procuraram explicitar e problematizar aspectos considerados negativos no que se refere às condições de vida dos jovens, se revestindo de belas formulações, termos e proposições para sustentar a necessidade de se considerar estes sujeitos enquanto sujeitos de direitos, sujeitos de políticas públicas.

O vocabulário territorial disposto no segundo capítulo desta tese nos permite afirmar que os dilemas vividos por jovens faxinalenses são também vividos por diferentes jovens do Brasil rural, o que os transformam em sujeitos estratégicos e alvo das PPJ. A ausência destas políticas, ainda que voltadas principalmente para educação e trabalho, constituem uma considerável contribuição para precarização da vida destes jovens nos faxinais. Tal fato impacta em como estes jovens produzem suas territorialidades, intensificando, por exemplo, a produção das territorialidades na interface com a cidade, no entanto, tendo a cidade como uma importante referência para melhoria das condições de vida (principalmente porque é onde se localizam as possibilidades de continuar os estudos e gerar renda).

Quando refletimos desde nosso campo empírico – das territorialidades da juventude faxinalense – e considerando as constatações mencionadas anteriormente a respeito do campo das PPJ, torna-se possível afirmar que esta visibilidade, no campo das PPJ, não se constitui como uma visibilidade “real”, capaz de contribuir para a existência de uma política pública que atenda os reais anseios da juventude rural e suas diversidades, reconhecendo territorialidades distintas. Pelo contrário, constitui-se em invisibilidade.

Queremos sustentar a noção de que esse processo de invisibilização territorial vai ocorrendo dentro do campo político das políticas públicas em que se define a pauta política, as metas a serem atingidas, o seu público-alvo, os recursos financeiros destinados para o cumprimento de ações e as próprias ações a que estes recursos são destinados, entre outros.

Destacamos, neste momento, duas tendências que inicialmente nos permitem refletir sobre este processo: 1) o campo das PPJ induz a existência de uma forma de campo político da juventude; 2) há uma redução/indução da compreensão de juventude rural, que acaba sendo compreendida como sendo hegemonicamente juventude da agricultura familiar.



Na primeira tendência, o campo das PPJ é ocupado por jovens pertencentes a organizações sindicais ou movimentos sociais que historicamente se constituíram no contexto da questão agrária brasileira como apresentamos anteriormente – denominaremos de juventude rural organizada. Mesmo quando há participação da juventude dos chamados povos e comunidades tradicionais, eles são pertencentes a algum tipo de federação ou associação, como é o caso da participação das representações quilombola e indígena no GTJR, no MDA.

Vimos anteriormente que na visão de Castro (2011 p. 283-285), quem faz o campo das PPJ são a “academia, o Estado e a juventude organizada”. A presente autora traz como avanço a “apropriação do debate juventude e política públicas” pela juventude organizada, assim como a ampliação de sua “capacidade formulativa” de demandar políticas públicas. Ao detalhar a arena política das PPJ, evidenciamos que a concepção de juventude organizada pressupõe uma forma de organização, a qual os jovens precisam atender.

Na visão da autora, neste cenário, a juventude passa a se assumir como “categoria de identificação política”, “um ator que não se esgota na arena do debate das políticas públicas”. Neste caso, podemos compreender que ou a juventude faxinalense atende esta forma de organização ou então continuarão a ser excluídos ou ficar à margem dos debates e das decisões, das tramas e dos encaminhamentos voltados às PPJ. Assim, pode-se afirmar que nesse entendimento está permeado um movimento de homogeneização da compreensão de quem é o jovem que faz e participa do campo das PPJ, pois se trata de uma noção de juventude organizada, com bandeira e pauta de luta.

Já na segunda tendência, a noção de juventude rural vai sendo reduzida à noção de juventude da agricultura familiar, ainda que tenham referências à juventude assentada ou dos povos e comunidades tradicionais. Tal fato pode ser evidenciado em definições de público-alvo, como é o caso do ProJovem Campo Saberes da Terra ou do PRONAF Jovem, ou ainda na institucionalização de um grupo de trabalho específico de juventude junto ao MDA, como é o caso do GTJR, que ocupa um espaço no CONDRAF.

No caso do GTJR, por exemplo, segundo relatório apresentado por Rocha (2011), a preocupação central da juventude rural foi debater o êxodo rural, principalmente porque este êxodo contribui para a descontinuidade na

sucessão da agricultura familiar – como mencionado anteriormente. Neste caso, ao reduzir a noção de juventude rural à noção de juventude da agricultura familiar, pode-se afirmar que há um processo de homogeneização da noção de juventude, que também precisa atender a uma forma de ser jovem.

Nesta forma de ser jovem, é preciso observar que a radicalização da padronização pode chegar a níveis mais amplos, uma vez que há uma legislação que define quem são os agricultores familiares, como é o caso da Lei n. 11.326 de 24 de Julho de 2006<sup>97</sup>. Na referida lei, mesmo quando há menção que seus beneficiários também são os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, ou ainda remanescentes de quilombos e comunidades indígenas, pressupõe a existência de uma unidade ou estabelecimento familiar que deve atender, por exemplo, a um padrão produtivo.

Tal lei impacta, por exemplo, no que trata dos requisitos para o acesso ao PRONAF, porque baliza quem serão os seus beneficiários e quais critérios eles devem atender para acessá-lo<sup>98</sup>, assim, podemos compreender que, ao estabelecer um padrão produtivo, cria o seu contrário, um padrão improdutivo. Neste caso, podemos entender que a juventude da agricultura familiar se constitui com sendo a representação da juventude produtiva, por isso são estabelecidas metas e recursos para que, por meio de processos educativo-formativos articulados à qualificação profissional, assistência técnica, acesso ao crédito fundiário voltado à produção, ocorra o que o Estado denomina de “inclusão produtiva” dessa juventude – conforme pode ser evidenciado entre as metas do programa da Agricultura Familiar proposto no PPA 2012-2015.

Podemos nos questionar se houve realmente uma mudança paradigmática no campo das PPJ, ainda que a juventude rural tenha se constituído sujeito partícipe deste processo, pois a ênfase das políticas ainda

---

<sup>97</sup> Para a referida lei, é considerado agricultor ou produtor familiar “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo os seguintes requisitos: I – não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família; III – tenha renda familiar predominantemente originada do próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

<sup>98</sup> Rainha e Nascimento (2013) tratam de como os critérios estabelecidos pelo PRONAF, ao padronizar e estabelecer critérios muito bem delimitados acaba por produzir a invisibilidade de pescadores artesanais e potencializar processos de precarização dos territórios da pesca artesanal no Rio de Janeiro. Ver: RAINHA, Felipe Andrade; NASCIMENTO, Nara Oliveira do. **A política pública e a invisibilidade**: uma análise do PRONAF e da sua abrangência à pesca artesanal. In. Anais do II Seminário Nacional Espaços Costeiros. Rio de Janeiro, 2013.

permite evidenciar que os jovens são tratados como aqueles que estão em estado de vulnerabilidade social cujo “êxodo rural”, por exemplo, ameaça os processos sucessórios da agricultura familiar, que por sua vez coloca em risco a produção de alimentos no país ou contribui para o inchaço e os problemas das cidades, entre outros.

Neste caso, as PPJ não enxergam necessariamente o jovem como um sujeito de direitos, que possui o direito de viver em um campo com vida, onde ele possa estudar e trabalhar, onde possa acessar a cultura geral e o lazer, mas um jovem que deve estudar e trabalhar, qualificando suas habilidades para continuar suprindo, por exemplo, uma necessidade fundamental para a humanidade – a produção de alimentos.

Assim, pode-se dizer que as duas tendências presentes no campo das PPJ acabam por produzir a invisibilidade de uma multiplicidade de formas de ser jovem no Brasil rural, tanto por induzirem a um processo de homogeneização acerca de como eles devem se organizar para ocupar um espaço neste campo, quanto por induzirem a um padrão identitário – com destaque para juventude da agricultura familiar – como padrão de acesso às políticas públicas priorizadas nos documentos analisados anteriormente.

Desta forma, podemos compreender que há um Estado e um campo político das PPJ tomados pela razão metonímica (SANTOS, 2006) que, ao reduzir a noção de juventude rural à juventude da agricultura familiar, acaba por ocultar a coexistência de múltiplas formas espaciais e suas trajetórias (MASSEY, 2008), potencializando compreensões que podem sustentar a noção de que a juventude das comunidades tradicionais são minorias, residuais.

Segundo Santos (2006), a noção de residualidade emerge da “ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos”, aparecendo na história da humanidade de diferentes formas, tais como: “progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização”. Para o referido autor, trata-se de uma “monocultura do tempo linear”, que acaba por produzir invisibilidades ao excluir e/ou subalternizar aqueles que não seguem, se adaptam ou se adequam a esta linearidade. As designações para estes são: “o primitivo, o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvimento”, entre outros.

Ao refletir sobre como os atuais governos – a exemplo de Reino Unido e Estados Unidos – procuram sustentar a tese da “inevitabilidade” da globalização neoliberal que vivemos na atualidade, Massey (2008) destaca como essa compreensão vai potencializando “as diferenças ao redor do mundo” em que esta “cosmologia de única narrativa” acaba por obliterar “as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço”, reduzindo, assim, as “coexistências simultâneas a um lugar na fila da história”. A autora reforça que [...] “as trajetórias de outros podem ser imobilizadas enquanto prosseguimos com as nossas; o desafio real da contemporaneidade dos outros pode ser desviado no momento em que os relegamos a um passado (retrógrado, antiquado, arcaico)”.

Nesse sentido, a negação da coexistência de múltiplas formas de territórios-territorialidades da juventude rural pode ser entendida como sendo um dos mecanismos de produção de invisibilidades. Pode-se compreender que a juventude da agricultura familiar aparece como sendo a mais forte figura representativa da juventude que é estratégica das/nas políticas públicas voltadas à juventude rural que, induzida pelo Estado, torna-se a possibilidade credível de ser jovem no campo brasileiro – mesmo quando há o reconhecimento, pelo menos no plano do discurso, da existência de uma diversidade de formas de ser jovem no Brasil.

Já a juventude dos povos e comunidades tradicionais, em nosso caso, a juventude faxinalense, não se adequando a esta forma de ser jovem ou à forma de constituir-se enquanto juventude organizada, corre o risco de se tornar resíduo de um tradicional do passado, símbolo do atraso e obstáculo do progresso.

Trata-se, a nosso ver, de velhas roupagens para o que vem sendo entendido como novos paradigmas – os jovens continuam sendo entendidos como um segmento da sociedade em permanente vulnerabilidade social e um risco social à humanidade, assim como alguém que está em fase de transição para a vida adulta e precisa passar por uma formação adequada para assumir as responsabilidades que a vida no espaço rural, em particular na propriedade da família, irá exigir.

O processo investigativo realizado junto a jovens faxinalenses do Paraná nos permitiu evidenciar que eles não constituem um campo político da

juventude consolidado a ponto de ser considerado um movimento da juventude faxinalense, como é o caso da juventude do MST, da CPT ou da FETRAF, como mencionamos anteriormente. Talvez esteja aí um dos desafios que precisa ser encarado pela APF.

Esta forma de juventude organizada já existente nestas entidades tende a ser mobilizadora, participante de atividades políticas organizadas por suas entidades, com capacidade de organização de eventos e mobilizações, formulações de pautas, participação em reuniões com chefes de Estado, entre outras ações. Este não é o caso da juventude faxinalense com quem dialogamos, que ainda não tem seu espaço político junto ao movimento faxinalense, muito menos dentro da arena política que viemos delineando neste capítulo.

No que diz respeito ao acesso a políticas públicas, a constatação junto a jovens faxinalenses é a de que estas políticas chegam pela ausência ou por sua obrigatoriedade. A obrigatoriedade de a juventude faxinalense estar na escola, por exemplo, força o Estado a garantir o acesso à escolarização – ainda que este processo não atenda os reais interesses desta juventude. Podemos entender, assim, que a ausência de uma escola próxima dos faxinais com um processo formativo que não compreenda suas territorialidades específicas, potencializando movimentos de des-re-territorialização, como já mencionamos no segundo capítulo desta tese.

Assim também acontece na ausência de políticas e programas que incentivem a existência de alternativas de geração de renda, o que tem levado os jovens a migrar até mesmo para outras cidades. Jovens faxinalenses com os quais trabalhamos se apropriam do território e desenvolvem práticas de lazer, falam em jogos de futebol, festas, bailes, cavalgadas, rodas de conversa, reunião de amigos, mas sentem a ausência de programas que oportunizem o acesso a um teatro ou cinema, a internet, entre outros.

Quando retomamos o vocabulário territorial disposto no segundo capítulo desta tese, podemos evidenciar que jovens faxinalenses, ao se manifestarem a respeito do que gostam e do que não gostam nos faxinais, destacam questões como: falta de lazer, a distância das comunidades em relação à cidade, a falta de oportunidades e geração de renda, poucas opções

de cursos, precarização do acesso às escolas e espaços de cultura e lazer, aos meios de comunicação, entre outros.

Os jovens, ao refletirem sobre permanecer ou sair dos faxinais, reforçam alguns destes aspectos que não gostam e procuram apresentar algumas justificativas que nos permitem observar causas que contribuem para sua migração futura, como a necessidade de completar os estudos, a oportunidade de obter ou melhorar a renda (autonomia financeira), entre outros aspectos que expressam o descontentamento com a vida no campo, dada a precarização em que se encontram seus territórios de vida.

No diálogo com os jovens faxinalenses que participaram de nossas oficinas, a ausência de políticas públicas acompanhou permanentemente os debates e revelou ser um dos mecanismos mais perversos de exclusão que potencializa processos de produção de invisibilidade das territorialidades dessa juventude, assim como a precarização de seus territórios de vida. São ausências que negam juventude ao privar aqueles que se identificam como jovens, de ser jovem.

Jovens faxinalenses explicitaram aspectos que se aproximam das pautas da juventude organizada, que já ocupa um determinado espaço no campo político das PPJ, mas não participam efetivamente deste campo político. Apresentam demandas que se constituem como um eixo central composto pelos seguintes elementos: educação, geração de renda, cultura e lazer. Podemos compreender como um Eixo de fundamental importância para sua “participação efetiva como membros de uma sociedade”.

Haesbaert (2006, p. 315), a partir de seus estudos e reflexões, ao considerar que a “exclusão social” também se configura em exclusão territorial, fala em “territorialização precária”. Essa perspectiva de “territorialização precária” é entendida pelo autor como sendo “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto ‘recurso’ ou ‘apropriação’ (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade”.

Desta forma, reafirmamos que a juventude faxinalense que participou de nossas oficinas constitui suas territorialidades em meio à produção de invisibilidades, sendo a ausência de políticas públicas o desdobramento que permeou constantemente nossos diálogos e que, a partir de nossas

investigações, constatamos ser um dos principais fatores de precarização de suas vidas no território.

A pretensão de explicitar, problematizar e analisar cenários em escala nacional é a de sustentar a tese de que, em tempos onde se discute e se afirma no plano do discurso a visibilidade da juventude rural, o reconhecimento de que há múltiplas juventudes no Brasil, o campo das PPJ é permeado por mecanismos que produzem invisibilidades da diversidade de formas de ser jovem no Brasil rural e contribuem para potencializar processos de precarização das vidas no território.

Na próxima seção defenderemos que essa produção de invisibilidade é resultado da persistência de tradições que estão presentes na arena política, nos processos de elaboração, nas definições de metas e o destino dos recursos (a definição das prioridades). São essas tradições: a tradição urbanocêntrica, a tradição adultocêntrica, a tradição da homogeneização e a tradição produtivista. Abordaremos cada uma destas para delinear nosso entendimento de como elas estão presentes no campo político das PPJ e seu potencial de produção de invisibilidade.

#### 4.3 TRADIÇÕES DO ESTADO NO CAMPO POLÍTICO DAS PPJ E A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE DAS JUVENTUDES

A ênfase dos programas governamentais em áreas voltadas para escolarização/profissionalização e crédito, sustentados pelo argumento da necessidade imediata da inclusão produtiva da juventude, nos dá sinais de que os objetivos das políticas estão determinados a contribuir com o projeto de desenvolvimento econômico adotado pelos governos desde o final do século XX. Cabe destacar que no documento da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PD BR), por exemplo, a juventude rural é entendida como sendo sujeito estratégico “na construção do projeto de desenvolvimento rural sustentável do país” (CONDRAF, 2010).

Tal fato nos coloca, neste contexto, em uma face mais sombria do que parece e que precisa ser compreendido como um dos fatores fundamentais dos processos de precarização dos territórios de vida das juventudes rurais, em particular das territorialidades da juventude faxinalense. A literatura nos permite

afirmar que a juventude rural de modo geral continua à margem das políticas públicas e que a juventude faxinalense é praticamente excluída neste cenário.

Ao analisar em sua tese de doutorado as políticas de financiamento da agricultura familiar voltada aos jovens, o PRONAF-Jovem, e de Crédito Fundiário, Barcellos (2014, p. 202) destaca que “as opções políticas, operacionais e de destinação orçamentária” em relação a estas políticas são impactadas pelo que podemos denominar de trama transescalar de poder – composta por atores nacionais e internacionais, mediada por interesses empresariais e por organismos internacionais – em que o Brasil assume um papel estratégico de produção agropecuária dentro de um cenário mais amplo de expansão agrícola mundial.

Não por acaso, o secretário das Nações Unidas – Ban Ki-moon – e o diretor geral da FAO – o brasileiro José Graziano da Silva – pediram aos governos, em 2014 – que passou a ser considerado Ano Internacional da Agricultura Familiar –, para que ações sejam realizadas objetivando contribuir para o empoderamento da juventude rural, com vistas à efetivação do que denominaram de desenvolvimento rural equitativo. A tese de Barcellos (2014, p. 203) reforça a existência de um cenário muito atual e nada animador, conforme podemos observar na síntese a seguir:

[...] Nas pautas e nos espaços de debates sobre políticas públicas para a juventude rural foi identificada a proposição da necessidade de formulação de outras políticas de crédito e acesso a terra, com outro projeto de desenvolvimento rural que contemple o conjunto das suas pautas de reivindicação não é apenas propor a sua inclusão em um modelo de produção agropecuária atrelado somente aos nichos do competitivo e excludente mercado capitalista e apoiado por políticas públicas altamente burocratizadas, sem o suporte técnico apropriado e sem capilaridade social. Entretanto, nesse período de pesquisa, observei que os representantes governamentais não apresentaram propostas de alteração das políticas públicas sem fugir das alternativas já conhecidas, como unificar ou ampliar políticas já existentes ou mesmo dando respostas aparentemente diferentes, mas sem propor alterações nos eixos estruturantes do desenvolvimento rural brasileiro. Mesmo que as organizações e movimentos sociais tenham suas forças políticas relativamente organizadas (grupos de pressão), com mudanças de representantes políticos no interior do próprio governo, o fluxo político dessas políticas públicas não convergiu a ponto de que essas políticas fossem efetivas e atendessem as demandas das reivindicações apresentadas.

Esta síntese nos ajuda a reforçar o que vínhamos afirmando na seção anterior acerca do campo político das PPJ. O discurso oficial do Estado



realmente veio reconhecendo a existência da diversidade de formas de ser jovem no Brasil rural e incorporando em textos da política as demandas dessa juventude, porém, um olhar mais detalhado sobre a arena política e a literatura que procura analisá-las nos levou a um movimento de invisibilidade- visibilidade-invisibilidade.

Pode-se dizer que se instalou um círculo vicioso de conferências, elaboração sistemática de documentos e o diálogo com representações jovens dos chamados movimentos sociais e sindicais, reconhecendo a juventude rural como sujeitos de direitos, demandantes de políticas públicas, porém, houve pouca ação.

Barcellos (2014, p. 201-205) sinaliza em sua pesquisa alguns dos entraves que desde sua compreensão contribuíram para a não efetivação de políticas públicas voltadas à juventude rural, em particular as políticas de crédito analisadas pelo pesquisador. Entre eles destacamos:

- a) Dissonâncias entre os resultados que o Estado espera do beneficiário (juventude rural) e da política pública, que diferem muitas vezes das condições e por vezes dos projetos e planos de vida dos(as) jovens rurais, técnicos e dirigentes políticos que vivem em uma determinada realidade no meio rural;
- b) Preconceito intergeracional sobre a questão da juventude, a falta de formação técnica apropriada dos quadros técnicos e políticos do Estado (Ministérios, ATER, bancos e agências) para atuar com os grupos sociais que se identificam como juventude rural;
- c) O tratamento marginal das demandas da juventude, mais como um tema geral, não de forma singular e apropriada;
- d) Desatualização de dados fornecidos pelos órgãos dos Ministérios.

Na visão do pesquisador, “esses entraves ou problemas se configuram como um tipo de persistência histórica de um padrão burocrático-institucional do Estado brasileiro ao longo de seus governos” (BARCELLOS, 2014, p. 205), o que contribuiu para que as políticas voltadas à juventude rural, principalmente as políticas de crédito, fossem consideradas por ele como sendo:

[...] insuficientes para a produção das mudanças significativas e necessárias para a construção de condições de vida dignas e a transformação do meio rural em um espaço que possibilite aos jovens a autonomia e a emancipação que eles podem acionar para a construção de seus projetos de vida no espaço rural brasileiro. Assim, os efeitos do atual arranjo político-institucional das políticas públicas para a juventude rural são reconhecidas pelo conjunto das organizações e movimentos sociais, bem como por alguns atores vinculados ao governo, como de alcance limitado e que não atingem o conjunto dos(das) jovens que vivem em condições classificadas pelo governo como de miséria, sem terra ou com terra insuficiente (BARCELLOS, 2014, p. 205).

Muito embora não tenhamos discordância de Barcellos (2014) no que se refere ao conjunto de entraves destacados em relação ao campo político das PPJ, corroboramos mais com a noção de que todas essas questões levantadas constituem uma trama marcada por opções políticas contraditórias, aliadas à lógica do capital e com interesses econômicos muito bem definidos, que persiste historicamente como um “padrão burocrático-institucional” na visão deste pesquisador, mas que preferimos denominar de “engenharia-institucional-burocrática-dirigida”, dado que diferentes atores compõem grupos de trabalho, coordenações, departamentos, influenciam a construção e constroem pautas, coordenam, encaminham ou não as demandas voltadas às políticas públicas. No entanto, consideramos que essa persistência histórica vai além de suas burocracias, da falta de qualificação profissional dos agentes do governo ou da desatualização de dados.

Destacaremos a seguir que há um conjunto de tradições que persistem ao longo da história na arena política brasileira, no campo político das políticas públicas com foco no espaço rural, para delimitarmos e para que possamos explicar melhor o que estamos querendo dizer, e que tornam o Estado uma instituição produtora de invisibilidade e incapaz de atender as demandas da juventude rural, em particular sem querer enxergar a juventude dos povos e comunidades tradicionais, entre eles os faxinalenses, consequentemente, contribuindo na precarização dos territórios de vida.

Ao observarmos criticamente o campo político das PPJ, podemos observar a existência de, pelo menos, quatro tradições que permeiam a arena e os meandros em que as políticas e os programas são propostos e colocados em movimento (ou na inércia): *a tradição da homogeneização, a tradição urbanocêntrica, a tradição produtivista e a tradição adultocêntrica*. Passaremos por essas tradições procurando argumentar sobre como elas aparecem no campo das PPJ, o que nos ajudará a entender como elas produzem invisibilidade da diversidade de formas de ser jovem no Brasil rural, suas territorialidades, contribuindo para não atender os reais interesses dos jovens, se constituindo como força potencializadora de processos de precarização de seus territórios de vida. Desde já é preciso salientar que essas tradições precisam ser compreendidas como coexistentes, ainda que em determinados casos uma delas possa se sobressair.

A *tradição da homogeneização* pode ser evidenciada quando o Estado cria um conjunto de exigências padronizadas para o acesso às políticas e aos programas de governo e é perceptível desde o momento em que o Estado afirma reconhecer a diversidade existente no território brasileiro, mas torna-se incapaz de atender essas diversidades. A padronização, amparada por um conjunto de normas e regras estabelecidas, sustentada por um arcabouço teórico-jurídico e levada ao extremo pelo poder público em suas diferentes instâncias de gestão, é uma marca dessa tradição. Há uma tendência em manipular as identidades dos sujeitos e a forçar assumir uma identidade padrão para acessar políticas e/ou programas, invisibilizando a diversidade interna de modos de vida no Brasil rural, sendo excluídos aqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos – negando multiplicidades de formas espaciais de existência, contribuindo nos processos de precarização da vida nos territórios.

Desta forma, podemos compreender que a tradição da homogeneização eleva o potencial de invisibilização, por parte dos governos, da existência das múltiplas territorialidades da juventude faxinalense, da integração política-economia-cultura-natureza presente em seu território de vida; do conjunto das territorialidades desta juventude que considera como parte estruturante as territorialidades específicas dos faxinalenses – questões como a vida em comunidade, o uso comum da terra para habitação e criação de animais, os costumes e tradições, as relações diferenciadas com a natureza, as práticas religiosas e festejos, seus desejos e anseios sobre o presente e para o futuro, entre outros, como destacamos no segundo capítulo desta tese.

É preciso considerar que a tradição da homogeneização sempre esteve presente, como Porto-Gonçalves (2006, p. 46) ressalta a partir de seus referenciais que “a ideia de uma mesma língua nacional, de um mesmo sistema de pesos e medidas, e de uma mesma religião”, por exemplo, são elementos de um “projeto de homogeneização em curso na constituição do estado territorial moderno”<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Quijano (2009) nos permite afirmar que a tradição da homogeneização é um dos legados do processo de colonização e de exploração dos territórios originários do que hoje denominamos de América Latina. Para ele trata-se da homogeneização como resultado de um movimento de racialização desde a passagem dos séculos XV e XVI quando “a vasta e plural história de identidades e memórias (seus nomes mais famosos são todos conhecidos, Maias, Astecas,

Nessa perspectiva, o projeto de Estado-nação brasileiro, ancorado nesta noção eurocêntrica de Estado moderno, vinculado aos pressupostos do nacionalismo “que reivindica um espaço geográfico” a ser utilizado pelo que denomina de “povo” e o “conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle de seu território” (LITTLE, 2002), veio se constituindo como uma máquina de violências físicas e simbólicas em relação à diversidade de grupos sociais que tradicionalmente ocupam seus territórios no país, em particular no espaço rural – o que inclui aqui a diversidade da juventude rural brasileira.

No campo político das PPJ, identificamos que a tradição da homogeneização aparece, por exemplo, quando se torna hegemônica a compreensão de juventude rural principalmente como juventude da agricultura familiar, cuja compreensão de quem é ou não agricultor familiar está relacionado a uma legislação existente (a lei da Agricultura Familiar). Percebe-se, também, que o processo de homogeneização também aparece na compreensão de quem são os sujeitos jovens que compõem o campo político das PPJ e dialogam com os agentes do Estado. Constatamos, como mencionamos anteriormente, que no cenário político predomina a participação de jovens ligados aos chamados movimentos sociais e sindicais, como na composição dos grupos de trabalho, nos registros dos eventos e nos documentos elaborados pelo Estado.

Em seu percurso de pesquisa, Barcellos (2014, p. 254) também identificou essa tendência, que é marcada por conflitos entre o Estado e os jovens, conforme podemos observar a seguir:

[...] o sentido dado à categoria juventude rural, ou jovens do campo, que o Estado passou a selecionar como público-alvo ou beneficiário para as políticas públicas, tentou unificar grupos sociais e identitários distintos que vivem no campo e na floresta, como extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco babaçu, pescadores/as, marisqueiros/as, agricultores/as familiares, trabalhadores/as assalariados/as rurais, meeiros, posseiros, arrendeiros, acampados e assentados da reforma agrária, artesãos/ãs rurais. Contudo, essa tentativa de unificação como “juventude rural” não necessariamente foi aceita pelos grupos de juventude, os quais reivindicavam outras identidades, seja para organização cultural ou política como jovens

---

Incas) do mundo conquistado, foi deliberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade racial, colonial e derogatória, “índios”. Assim, além da destruição de seu prévio mundo histórico-cultural, foi imposta a esses povos a ideia de raça e uma identidade racial, como emblema de seu novo lugar no universo do poder” (QUIJANO, 2009, p. 29).

quilombolas, juventude dos povos de terreiro, jovens dos povos da água etc.

Tais constatações reforçam nossa compreensão de que o Estado, tomado por uma razão técnico-científica, ancorado nos pressupostos da modernidade ocidental que podemos denominar de “razão metonímica”<sup>100</sup> (SANTOS, 2006), contribui para invisibilizar a coexistência de múltiplos modos de vida, suas múltiplas formas espaciais de existência e histórias, trajetórias (MASSEY, 2008), o espaço geográfico como “lócus da coexistência do diverso, natureza e cultura ao mesmo tempo, lugar dessa contiguidade característica que é o espaço nosso de cada dia” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 233).

Nessa perspectiva, corroboramos com Castro-Gómez (2005, p. 81) que o Estado acaba por se posicionar pretensiosamente como sendo “a esfera em que todos os interesses encontrados na sociedade podem chegar a uma síntese, isto é, como o *locus* capaz de formular metas coletivas, válidas para todos”, como se isso fosse realmente possível e pudesse compor efetivamente os programas, as políticas públicas.

Mas, o que constatamos é que o processo de homogeneização produz invisibilidade da diversidade de formas de ser jovem no Brasil rural em tempos que essa juventude se faz presente no campo político das PPJ. Os documentos oficiais como resultado da participação desta juventude em seminários, eventos, grupos de trabalho, entre outros, suas demandas voltadas às políticas de diferentes áreas (saúde, educação, segurança, geração de renda, habitação, cultura, lazer, entre outros) reforçam sistematicamente, pelo menos no plano do discurso, a existência dessa diversidade territorial.

Porém, o que observamos como tendência – ao forçar a padronização do público-alvo das políticas e ao focar em áreas bem definidas, a exemplo de educação/escolarização e trabalho – é a “aplicação escrita de critérios racionais” que contribuem para que esse Estado venha criando as condições para “canalizar os desejos, os interesses e as emoções dos cidadãos em

---

<sup>100</sup> Ao tratar dos conceitos de sociologia das ausências e das emergências, Sousa Santos (2006), a partir de suas reflexões sobre o que denomina de razão metonímica – razão que se afirma como sendo “uma razão exaustiva, exclusiva e completa, muito embora seja apenas uma das lógicas de racionalidade que existem no mundo”, que não é capaz de aceitar “que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo” e que, por isso, a sua compreensão do mundo não é somente parcial, mas também seletiva – afirma que “há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível”.

direção às metas definidas por ele mesmo” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 81)<sup>101</sup>. Assim, as formas de organização de juventude e a priorização de ações que visam educação/escolarização e trabalho também se tornam demandas prioritárias da juventude por indução do Estado.

A tradição da homogeneização contribui para reforçar práticas que desconsideram as territorialidades específicas dos faxinalenses na elaboração e gestão das políticas públicas como o uso comum das terras para habitação e criação de animais ou a relação mais próxima e respeitosa com a natureza. Há faxinalenses, por exemplo, que não possuem titulação de suas terras, são posseiros ou agregados. Há, ainda, casos em que a documentação não está organizada nos padrões preestabelecidos nos editais, essa organização não faz parte das prioridades de algumas famílias. Nestas situações, os jovens dificilmente acabam se encaixando nos critérios das políticas voltadas à agricultura familiar.

Em outros casos, evidenciamos que famílias faxinalenses participam de programas da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, ao longo das oficinas observamos que jovens são ajudantes de seus pais em uma política que não tem os faxinalenses, muito menos a juventude faxinalense como público-alvo direto, forçando as famílias a atender os critérios da agricultura familiar impostos pelo Estado. No processo investigativo constatamos que os jovens conhecem muito pouco sobre o papel do Estado e a gestão de políticas públicas.

É preciso reforçar, também, o fato de que a juventude faxinalense ainda não se constitui como ator político, juventude organizada, que é capaz de se mobilizar e tomar espaço no campo político das PPJ. Há um entendimento homogeneizante a respeito da forma de quem são os jovens que compõem a arena política das PPJ: a juventude organizada. Percebemos, no diálogo com os jovens, a necessidade de organização política para denunciar ausências e descasos, cobrar do Estado a elaboração e a efetivação de políticas públicas

---

<sup>101</sup> Castro-Gómez (2005, p. 81) ressalta que na organização do Estado-Nacional moderno, a “formação do cidadão como “sujeito de direito” somente é possível dentro do contexto e da escrita disciplinar e, neste caso, dentro do espaço de legalidade definido pela constituição. A função jurídico-política das constituições é, precisamente, inventar a cidadania, ou seja, criar um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governabilidade”.

de direito que contribuam para a melhoria das condições de vida dos jovens nas comunidades.

Ao mesmo tempo, os jovens explicitaram a necessidade de ampliar espaços de diálogo e concretizar ações que possibilitem contribuir na sua formação política – para que eles possam estudar caminhos, compreender seu papel político, fortalecer sua participação na luta faxinalense e com outros jovens do campo e da cidade, entre outros. Estaria aqui um desafio ao movimento faxinalense da APF.

Colocamos a importância de se pensar atentamente sobre isso, uma vez que os faxinalenses já se encontram envolvidos em diferentes espaços que tratam de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais – as associações, os conselhos, as comissões, entre outros. Jovens demonstraram ter interesse, ainda que possa ser considerado simbólico, em participar dos debates e das ações que envolvem a questão faxinalense, sobretudo nos espaços de atuação da APF, e certamente surge a necessidade de contribuir na criação de condições para que isso aconteça.

Mas, destacamos a importância de se superar os preconceitos, os adjetivos e os mecanismos que constroem a noção de uma juventude incapaz de contribuir e de demandar, que fortalecem a noção de uma categoria que ainda não é plena de direitos. Cabe perguntar: Em que medida a juventude dos faxinais tem sido chamada a participar e debater sobre a questão faxinalense? Qual o lugar da juventude neste movimento de construção da identidade faxinalense, como identidade política? Há possibilidade de um movimento jovem desde o contexto em que emerge a luta faxinalense no Estado do Paraná e no Brasil, uma vez que há jovens que demonstraram interesse em fazer parte deste movimento? São questões para refletir e dialogar, pensando outros/novos encaminhamentos dos faxinalenses que se organizam junto à APF, frente à juventude faxinalense.

A *tradição urbanocêntrica* se soma à tradição da homogeneização. O olhar urbanocêntrico sobre o espaço rural possui um legado que parece resistir na contemporaneidade, sobretudo no campo político das políticas públicas. Uma das primeiras questões está na noção de rural como espaço de menor densidade demográfica, associada à ideia de menor número de população e/ou à existência de locais quase desabitados, o que reforça a compreensão de que

população rural e, por consequência a juventude rural, se constitui como minoria da população brasileira – residual.

Nessa perspectiva, essa residualidade populacional é considerada menos heterogênea (menor diferenciação social), sendo a grande maioria reconhecida por sua atividade econômica, como agricultores familiares, pequenos produtores rurais, entre outros – por isso categorias como acampados e assentados da reforma agrária ou das mais diferentes representações dos povos e comunidades tradicionais perturbam a ordem do discurso e das ações do Estado.

Em relação à juventude rural, conforme mencionamos no capítulo anterior, Castro (2009) considera que um dos fatores que veio contribuindo historicamente para a invisibilidade da juventude rural no Brasil está no fato de serem percebidos como população específica, minoria da população jovem que, associada a questões negativas como o desinteresse pela vida no campo e a migração campo-cidade, não são vistos como sujeitos demandantes de políticas públicas.

Tal fato nos ajuda a compreender por que nos documentos oficiais acerca das PPJ após o governo Lula – como os que destacamos no capítulo anterior – procuram sempre ressaltar a quantidade de jovens entre 15 e 29 anos que habitam no espaço rural brasileiro de modo sempre positivado, reafirmando sistematicamente que não são tão poucos jovens que vivem no campo. A própria necessidade de se conhecer mais sobre a diversidade de jovens no Brasil rural faz parte desta compreensão. Castro (2010), em trabalho de pesquisa sobre as produções científicas acerca da categoria juventude rural, constatou que até a primeira década do século XXI havia baixo índice de trabalhos que abordassem o modo de vida de jovens rurais em comunidades indígenas, quilombolas, entre outros – o que indica a necessidade de conhecermos melhor a diversidade da juventude rural brasileira.

Outra característica da tradição urbanocêntrica está em enxergar o urbano como produtor de tecnologias, como espaço modernizado e dinâmico, o rural e seus sujeitos como sendo de baixa capacidade de acessar e produzir inovações tecnológicas – entrariam aqui categorias como atrasado, rústico e/ou não moderno – ou ainda a uma menor capacidade de responder a estas



inovações – quando os sujeitos são considerados como arredios e/ou conservadores. Nesse sentido, corroboramos com Moreira (2007):

[...] Na modernidade, o rural foi apreendido na cultura e na política pelas oposições campo-cidade, tradicional-moderno, posições incivilizado-civilizado e não tecnicificado-tecnificado. O rural-agricultura da modernidade – construído no caldo cultural, político e econômico das revoluções científicas, burguesa e industrial – foi concebido como sujeito aos domínios da natureza e da tradição. Constitui-se como um rural a ser transformado, seja pelos processos civilizatórios burgueses, seja pelos processos de modernizações, dentre os quais os de tecnificação e os da lógica e racionalidade dos mercados.

Essa tradição não só veio sustentando técnico-cientificamente as ações governamentais no Brasil ao longo do século XX<sup>102</sup> – com destaque para a Revolução Verde – como ainda está presente hoje nos discursos e práticas dos agroestrategistas e que acirram os conflitos territoriais no espaço rural brasileiro da atualidade. Sobre a atuação dos agroestrategistas – que procuram ampliar a capacidade de expansão das monoculturas, dos empreendimentos do agronegócio, das diferentes formas de mercantilização da natureza etc. –, Almeida (2010, p. 136) destaca que:

[...] Com a expansão atual dos agronegócios, há argumentos triunfalistas de que o setor pretende ocupar 250 milhões de hectares, ou seja, quase 30% da superfície do Brasil, consoante depoimento do representante da Confederação Nacional da Agricultura, em Audiência Pública na Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizada em Brasília no dia 11 de Setembro de 2007. Sob essa ótica triunfalista os povos indígenas e quilombolas, bem como as demais comunidades tradicionais são considerados um obstáculo à expansão ou à implementação dos agronegócios e às livres transações de terras. São vistos como sujeitos biologizados, isto é, como mera extensão dos recursos naturais, sem consciência nem direitos.

É esta composição de compreensões destacadas por Almeida (2010), de sujeitos biologizados, atrasados, que precisam ser modernizados, que compõe a concepção de um Estado que enxerga parte da juventude rural, o que inclui os jovens faxinalenses, como sendo um “residual-improdutivo”. Tal fato pode ser considerado um exemplo concreto de como o Estado, tomado

<sup>102</sup> Sobre essa questão, ao discutir as diferentes compreensões acerca do espaço rural na modernidade, Moreira (2007, p. 74) nos lembra que: “As instituições de extensão rural e a formação dos extensionistas do Pós-II Guerra Mundial, por exemplo, inspiradas e incentivadas pela influência dos EUA na dinâmica do ocidente foram projetadas para levar o conhecimento técnico científico e a lógica dos mercados ao mundo rural, tecnicizando os processos produtivos e civilizando culturas tidas como atrasadas. Na hegemonia internacional da Aliança para o Progresso, o sistema de extensão rural implantado na periferia latino-americana idealizava a missão do extensionista rural como uma missão transformadora e modernizante.

pela razão metonímica ancorada nos pressupostos da modernidade ocidental, produz o que Sousa Santos (2006, p. 787) denomina de “não modernidade do contemporâneo”, que por sua vez produz a não existência quando contribui para potencializar a noção de juventude rural como resíduo de uma população de modo geral.

Nessa perspectiva, a juventude rural enquanto minoria da população e a juventude faxinalense como minoria desta minoria, precisa se qualificar o mais rápido possível para atender à lógica do mercado. Percebe-se essa tendência nas políticas públicas voltadas, principalmente, para educação/formação no sentido de contribuir na assistência técnica e na (re)produção familiar. Assume-se majoritariamente uma preocupação com a produção de alimentos, que também podemos compreender como sendo uma preocupação oriunda, principalmente, dos centros urbanos, cuja autonomia/soberania alimentar é totalmente atingida. Essa preocupação com a produção de alimentos – como já mencionamos anteriormente – alcança uma ordem global.

O rural, desde a tradição urbanocêntrica, é reduzido a espaço de produção, não um espaço de vida, de cultura, lazer, educação, entre outros, por isso, essa compreensão também contribui para invisibilizar as territorialidades da juventude – como é o caso da juventude faxinalense que, além das questões que já destacamos, também constituem suas territorialidades reforçando especificidades dos territórios de vida dos faxinalenses.

É preciso salientar que, em nosso percurso investigativo, evidenciamos que jovens faxinalenses enxergam a cidade como possibilidade de uma vida melhor. O campo aparece como espaço de ausências, os relatos da juventude dispostos no vocabulário territorial nos permitem afirmar que as más condições das estradas dificultam o acesso e a relação com a cidade, há dificuldade de acesso aos meios de comunicação, atividades de cultura e lazer, e muitas das escolas estão localizadas nas sedes dos municípios.

O trabalho no campo é posto como árduo e pouco rentável quando comparado com as possibilidades que a cidade oferece. Paira um triunfalismo do urbano sobre o rural. Jovens faxinalenses querem permanecer no campo, mas deixam dúvidas, pois se a vida não melhorar consideram as possibilidades de migrar. A juventude faxinalense também vai sendo tomada por esta tradição

urbanocêntrica, que vai apagando as possibilidades de enxergar o campo como espaço de vida. A comunidade faxinalense, desta forma, vai se constituindo um espaço onde se torna cada vez mais difícil reivindicar juventude.

A tradição urbanocêntrica, desde essa perspectiva, pode ser entendida como sendo capaz de reforçar a compreensão de que o modo de vida faxinalense segue o caminho da extinção, que os faxinalenses se constituem como resíduos de uma sociedade que logo deixará de existir, seu modo de vida é visto como atrasado e precisa ser superado.

A criação do leitão à solta, por exemplo, é condenada pelos padrões técnicos e científicos das empresas do agronegócio. A vida em comunidade, a interação com a natureza, o sentimento de pertença a um território em que se pode ser mais livre, ter segurança, não ter horário para cumprir ou responder às regras estabelecidas por um patrão, se encontra e se confronta com um urbano que se coloca como mais dinâmico, como o espaço que possibilita ampliar os estudos, melhorar as condições de trabalho, o acesso à cultura e ao lazer.

Já a *tradição produtivista* está presente nos interesses explícitos pelo Estado e seu projeto de desenvolvimento econômico, como resultado de suas relações públicas e privadas. As raízes dessa tradição se encontram no processo histórico de constituição do território e do Estado nacional brasileiro<sup>103</sup> e da persistência em um projeto de desenvolvimento econômico que veio contribuindo para potencializar processos de concentração de renda e terra (privilegiando a propriedade privada), fortalecendo processos de expulsão dos trabalhadores do campo, a mercantilização da natureza e se articulando cada

---

<sup>103</sup> Moreira (2014) traz elementos histórico-geográficos do Brasil – sobretudo do século XIX e da primeira metade do século XX – que contribui para reforçar a compreensão de que a formação do Estado nação brasileiro nasce comprometida com uma elite latifundiária e escravocrata, cujo compromisso maior estava na maximização dos lucros e no fortalecimento da propriedade privada da terra – raízes da tradição produtivista. Segundo o referido autor, entre 1830 e 1950 o Brasil viveu um período que irá denominar de “sobrevida de ciclos de plantacionismo”. Nesse período, no território brasileiro, se encontravam cinco macroformas espaciais: o espaço cafeeiro (ocupando terras, principalmente do centro e oeste do planalto paulista e do norte do Paraná), o espaço seringueiro (em terras da floresta amazônica), o espaço canavieiro-usineiro (com destaque para a zona da mata nordestina), o espaço colonial-imigrante (planalto sulino, também marcado pela policultura em pequenas parcelas de terra) e o espaço pastoril (em terras do sertão nordestino, no sertão central e no sertão sulino) (MOREIRA, 2014, p. 92-96). Nesse contexto, para Moreira (2014, p. 96), “com o fito de agregar como expressão pactual das oligarquias rurais dessa pluralidade que por fim se formata o Estado nacional”.

vez mais ao capital internacional (favorecendo a instalação de multi-transnacionais e suas mais diferentes formas de exploração do território). Cabe destacar, ainda, a criação das condições de infraestrutura para servir, principalmente, interesses econômicos (como construção de ferrovias, rodovias, usinas, portos, transposições de rios, sistemas de comunicação, entre outros), investindo em mudanças técnico-científicas, legais e financeiras (MORISSAWA, 2001; THOMAZ JÚNIOR, 2010; BRANDÃO, 2010; ALMEIDA, 2010; ACSELRAD e BEZERRA, 2010).

A perspectiva do “novo mundo rural brasileiro” (SILVA, 1997) também se coloca nestes últimos anos como um dos eixos que sustentam essa tradição produtivista, justamente porque potencializa, no campo político das políticas públicas voltadas ao espaço rural brasileiro, o foco na noção de campo enquanto espaço de produção, agora também dos trabalhos não agrícolas (muitas destas atividades ligadas ao turismo rural), mas, soma-se a ela a tradição urbanocêntrica.

Para Graziano (1997, p. 43), percussor desta perspectiva, “o rural só pode ser entendido como um *continuum* do urbano”, em que o “meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano”. No final dos anos de 1990, já no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, essa perspectiva se coloca na arena política e vem se fortalecendo ao longo dos últimos anos.

Sem nos adentrarmos em muitos detalhes, pois não é o objetivo deste estudo, cabe lembrar que o primeiro documento que marca a nova proposta de reforma agrária do segundo mandato do governo FHC se intitulava “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural – política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”. Entre seus objetivos estavam: contribuir para a erradicação da pobreza rural e redução dos índices gerais de pobreza no Brasil; estimular mudanças educacionais, ampliando sua dotação de capital humano e social; e proporcionar as condições necessárias para que os agricultores familiares desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural em um mundo globalizado (LOPES, 1999).

Naquele contexto, para alguns pesquisadores, a postura tomada pelo Estado foi a de articulação e submissão aos interesses do capital internacional, seguindo aspectos do receituário proposto pelo Banco Mundial (LOPES, 1999; ALENTEJANO, 2000). Uma das tendências identificadas por Lopes (1999, p. 50) está na homogeneização de todo pequeno produtor rural em agricultor familiar. Já Alentejano (2000, p. 92) identifica que o documento traz duas concepções bem distintas de agricultores: os “modernos, profissionais”, sendo estes capazes de “competir nos mercados”; e os “agricultores de regiões com baixo potencial agrícola e cujo limite de desenvolvimento é dado pelas potencialidades naturais e locais”. Para este pesquisador, com base nesta distinção:

[...] a política governamental é claramente seletiva, distinguindo entre os agricultores que devem ser alvo de uma política agrícola ativa e os que devem ser alvo de políticas sociais compensatórias. Assim, 2,3 milhões de estabelecimentos familiares são excluídos do âmbito da política agrícola, por sua classificação como periféricos, ou seja, inviáveis economicamente (ALENTEJANO, 2000, p. 93).

Tais questões destacadas nos permitem evidenciar desdobramentos muito concretos das manifestações que representam as marcas dessa tradição produtivista no campo político das políticas públicas voltadas ao espaço rural brasileiro. Nos Governos Lula e Dilma – últimos 15 anos – as políticas voltadas à agricultura familiar passam por alterações, mas a ênfase nas políticas de crédito e de assistência sustentadas pelo discurso do combate à pobreza continuam (BARCELLOS, 2014, p. 110-112).

Barcellos (2014), utilizando-se de dados disponíveis do MDA e do MAPA, nos permite evidenciar que os baixos investimentos nas políticas como o PRONAF, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, as ações voltadas para os Assentamentos dos Trabalhadores Rurais, os Territórios da Cidadania, entre outros, vieram contribuindo na sua visão para aumentar a concentração de terras no país e precarizar territórios de vida da maioria da população rural, com destaque para a migração da juventude rural.

Na seção anterior procuramos demonstrar que tanto em documentos oficiais, como o PPA 2012-2015, quanto nas leis orçamentárias de 2013 e 2014, há uma forte ênfase em programas que visam assistência técnica e crédito rural (aquisição de terras e financiamento da produção) voltados ao fortalecimento da Agricultura Familiar. Desta forma, podemos inferir que há

uma compreensão hegemônica de um campo enquanto espaço de produção, mesmo quando outros documentos elaborados e publicados pelo Estado afirmem que o campo precisa ser entendido como espaço de vida (de educação, de valorização da cultura e da identidade, entre outros). A tradição produtivista foi também identificada por Barcellos (2014, p. 133-134) no que diz respeito ao campo político das PPJ, conforme podemos observar a seguir:

[...] Destaca-se que, conforme consta em SNJ (2010), as ações de governo identificadas e efetivas com o recorte juvenil no espaço rural, entre os anos de 2003 a 2010, foram realizadas pelo MDA, INCRA, MEC e MTE e priorizaram a disponibilização de crédito para aquisição de terra ou para a realização de projetos técnicos, de formação em educação do campo e de produção agropecuária, centrados no PNCF-NPT e Pronaf-Jovem, além do PRONERA, o ProJovem Campo, executado pelo MEC, e do Consórcio Rural da Juventude, que foi realizado pelo MTE em parceria com as organizações sindicais.

O pesquisador destaca que no desenvolvimento de sua pesquisa constatou que “estudos acadêmicos e técnicos” presentes no campo político das PPJ dos quais ele pode analisar:

[...] tendem a considerar que a diversidade de projetos de vida que não estejam incluídas no modelo do agronegócio ou da agricultura familiar, em diversos casos, são consideradas pobres, possíveis portadoras de miserabilidade e são público-alvo a ser atendido por políticas sociais, por não terem uma renda monetária considerada adequada para o consumo de bens materiais ou por adotar estilos de produção agrícola não rentáveis na lógica do mercado capitalista e do Estado (BARCELLOS, 2014, p. 255).

Desta forma, segundo Barcellos (2014), essa tendência contribui para produzir uma visão negativada acerca de uma parcela da diversidade de jovens rurais no Brasil, “que estigmatiza os estilos e projetos de vida que não estejam articulados com a cara do novo rural brasileiro, que é moderno, produtivo e rentável”. Segundo ele:

[...] esses preceitos foram captados nos espaços de participação e formulação das políticas públicas para a juventude rural, pois as políticas em seu processo de formulação geralmente eram permeadas pela discussão da necessidade da inclusão produtiva, do acesso ao crédito e da educação profissionalizante para os (as) jovens rurais<sup>104</sup> (BARCELLOS, 2014, p. 217).

<sup>104</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) voltado especificamente para o campo (o PRONATEC Campo), por exemplo, objetiva o fortalecimento das capacidades produtivas e gerenciais no campo. Só no primeiro semestre de 2014, segundo o MDA, já haviam sido realizadas 10.414 matrículas em 42 cursos junto a Institutos Federais, escolas técnicas vinculadas às universidades federais, redes estaduais e Centros Federais de Educação Tecnológica. Mais detalhes, ver: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-de-40-mil-vagas-est%C3%A3o-dispon%C3%ADveis-para-cursos-do-pronatec-campo>>. Acesso em: 17/01/2015.

Os termos inclusão produtiva, acesso ao crédito e educação profissionalizante são marcas concretas da tradição produtivista no campo político das PPJ que, somados aos interesses do agronegócio e do processo de homogeneização da Agricultura Familiar voltado à lógica do mercado, torna parte da juventude dos povos e comunidades tradicionais improdutivo, a exemplo dos faxinais. Ao longo deste texto, procuramos destacar que essa é uma forte tendência quando a agricultura familiar se estabelece como um padrão produtivo, por isso queremos sustentar a noção de que a juventude faxinalense, desde esta perspectiva, passa a ser considerada uma residualidade-improdutiva.

O vocabulário territorial dos jovens faxinalenses com os quais trabalhamos nos mostrou que estudar e trabalhar faz parte do conjunto das territorialidades desta juventude, no entanto, parte do que a juventude entende como sendo trabalho não se encaixa, desde a tradição produtivista, como sendo um trabalho produtivo. Há jovens que atuam no apoio aos pais tirando leite, trabalhando na horta ou na lavoura, no extrativismo da erva-mate, na produção do fumo, nos serviços domésticos, misturando práticas voltadas para o autoconsumo que gera vida e ampliando a renda.

Por outro lado, como já mencionamos em diferentes partes deste trabalho, a juventude manifesta não estar satisfeita com as suas condições de trabalho, entendem que no faxinal o trabalho é árduo e pouco rentável. Querem estudar porque acreditam que podem conseguir um emprego melhor, nem sempre dentro do faxinal. Há os que acreditam que podem melhorar as condições de trabalho no campo, destacam o desejo de estudar agroecologia, turismo, artesanato. Há outros que até querem permanecer no faxinal, porém anseiam estudar e trabalhar na construção civil, na contabilidade, na administração de uma indústria, em um escritório de advocacia, entre outros. Percebe-se que, entre os jovens, também perpassa um conjunto de preocupações que já se aproximam dos interesses produtivistas.

A lógica produtivista, em que o crescimento econômico se constitui como sendo um “objetivo racional inquestionável”, para Santos (2006) é uma das lógicas de produção da não existência, em nosso caso, de invisibilidade

territorial. Para o referido autor, essa lógica está ancorada nos pressupostos da produtividade capitalista, onde:

[...] a natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. Segundo essa lógica, a não existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional (SOUSA SANTOS, 2006, p. 789).

Desde essa compreensão, estaria a juventude faxinalense (entre outros jovens do Brasil rural) fadada a se adaptar/adequar aos padrões produtivos como um único caminho a ser seguido ou se tornar uma “residualidade-improdutiva” e, por isso, excluída do projeto de desenvolvimento rural proposto no campo político das PPJ na atualidade. Nesse sentido, se constrói o que Massey (2008, p. 24) chamou de “cosmologia de única narrativa”, que acaba por “obliterar as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço”, reduzindo, assim, as “coexistências simultâneas a um lugar na fila da história”.

A autora reforça que ao adotar essa postura “as trajetórias de outros podem ser imobilizadas enquanto prosseguimos com as nossas; o desafio real da contemporaneidade dos outros pode ser desviado no momento em que os relegamos a um passado (retrógrado, antiquado, arcaico)” (MASSEY, 2008, p. 26). Assim, corroboramos com a noção de que o Estado, ao assumir essa postura, acaba por contribuir para o que Massey (2008, p. 26-28) chama de “fracassos da imaginação espacial” no sentido de “inadequado para enfrentar os desafios do espaço, fracasso por não incluir suas multiplicidades coetâneas, por não aceitar sua contemporaneidade radical, por não lidar com a complexidade de sua constituição”.

Por fim, ainda neste mesmo contexto é preciso apontar a persistência da *tradição adultocêntrica*, que já está presente no seio do modo de vida faxinalense (como já mencionamos anteriormente) e também se apresenta muito forte no campo político das PPJ. Nessa tradição, o mundo adulto é tomado como referência, os jovens não são sujeitos credíveis, são julgados como inexperientes e incapazes de assumir responsabilidades, precisando ser tutelados, educados, fiscalizados, entre outros. A juventude é, assim, um



período de transição para a vida adulta, perspectiva que não é nova na história das políticas públicas brasileiras e do olhar do Estado sobre os jovens.

A preocupação com a sucessão familiar na agricultura familiar, por exemplo, pode ser considerada uma marca da tradição adultocêntrica, assim como a afirmação de que eles precisam se preparar profissionalmente a qualquer custo para o mercado de trabalho que os espera, para sua suposta inclusão produtiva. Desta forma, a tradição adultocêntrica acaba por contribuir para reforçar “uma posição social subalterna” dessa juventude, uma vez que há “a ideia de um período da vida privilegiado em que a sociedade (isto é, a família, a escola, a igreja, as organizações políticas etc.) pode moldar pessoas, gerar ações de controle e repressão com base na ideia de um indivíduo que ainda não é pleno de direitos” (CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010, p. 62).

Essa compreensão se aproxima muito da lógica de classificação social que Sousa Santos (2006, p. 787-788) entende, também, como um dos mecanismos de produção da não existência. Esse mecanismo, assentado no que denomina de “monocultura da naturalização das diferenças”, “consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias”. O referido autor faz menção, principalmente, às classificações racial e sexual, porém, incluímos aqui a geracional, quando a juventude é entendida como inferior, incapaz, irresponsável, entre outros.

Para Sousa Santos (2006, p. 788) “a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior”. Em nosso caso, isso acontece quando a arrogância adultocêntrica desconsidera totalmente a juventude como ator político, que também pode contribuir nos processos políticos e de luta nos movimentos sociais e sindicais, sujeitos demandantes de políticas públicas ou como sendo incapazes de contribuir nos processos de elaboração e gestão das políticas e dos programas, assumindo a real posição de sujeitos de direitos dentro de uma concepção de Estado que se posiciona como Estado de direito.

Por isso, a existência de conflitos intergeracionais no campo político das PPJ na atualidade acaba se transformando em um entrave, conforme constatou Barcellos (2014, p. 214):

[...] A questão do preconceito intergeracional que é também reproduzida pelo Estado é refletida e está interligada em uma concepção, do tipo adultocêntrica da sociedade, de um prisma de educação e concepção de que o urbano é o espaço onde a vida se desenvolve de forma mais dinâmica na qual o rural seria um local atrasado, onde as coisas ocorreriam de forma mais lenta. Essa concepção se manifesta de diversas formas em discursos e ações dos atores de governo [...].

A constatação acima nos permite observar um entrecruzamento entre as tradições de homogeneização, urbanocêntrica, produtivista e adultocêntrica, o que podemos compreender como fortes mecanismos de produção da invisibilidade territorial da diversidade de formas de ser jovem rural no Brasil, que se transforma em um dos vetores de precarização de muitos de seus territórios de vida. O entrecruzamento é sempre uma possibilidade, seja entre duas ou entre todas as tradições, o que potencializa os processos de invisibilização e subalternização da juventude no campo político das PPJ.

Os jovens faxinalenses com os quais trabalhamos falam das contradições internas vividas por suas comunidades, a exemplo de maus-tratos dos animais, falta de cuidados de moradores com a natureza, conflitos entre vizinhos que não respeitam os acordos comunitários. Percebeu-se, ao longo dos diálogos, que estas tensões também tornam a vida mais difícil nos faxinais. Por outro lado, constatamos que educação, geração de renda, acesso à cultura e lazer são elementos que se sobressaem neste debate. O diálogo com a juventude veio nos mostrando que as condições de acesso à escola, as desvantagens na relação com a cidade, a falta de alternativas de geração de renda, de espaços que contribuam para a sua formação cultural, que fomentem práticas de lazer e esporte, são elementos que marcam a precarização de suas vidas no território. Entendemos que as quatro tradições mencionadas contribuem neste processo de precarização.

No próximo capítulo procuraremos sustentar o argumento de que a juventude faxinalense, em situação de fronteira, ou seja, ao constituir suas territorialidades entre territorialidades específicas que atravessam gerações e se projetam no modo de vida faxinalense na atualidade, a produção de invisibilidade, em particular a produção de sua invisibilidade no campo político das políticas públicas de juventude e o permanente movimento de precarização de seus territórios de vida vislumbra o que denominaremos de “Bem Viver da juventude faxinalense”. Em diálogo com o vocabulário territorial disposto no

segundo capítulo desta tese, destacaremos elementos para demonstrar a existência deste Bem Viver, como resultado das relações que os jovens estabelecem com territorialidades específicas dos faxinalenses, somados aos anseios e aos desejos de uma vida melhor.

## **5 A EMERGÊNCIA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER DA JUVENTUDE FAXINALENSE: UM OLHAR DESDE A COSMOVISÃO DE POVOS ORIGINÁRIOS DE ABYA YALA/AMÉRICA LATINA**

No terceiro capítulo, sugerimos a compreensão de que a juventude faxinalense constitui suas territorialidades em situação de fronteira. Procuramos sustentar a noção de que os jovens constituem suas territorialidades considerando ao mesmo tempo um conjunto de territorialidades específicas do modo de vida faxinalense, os conflitos existentes no seio de suas comunidades e com diferentes antagonistas externos, as relações que estabelecem com o seu entorno (na escola, na cidade, entre outros), convivendo com a produção de invisibilidades e a precarização de suas vidas no território.

Trata-se da constituição das territorialidades como resultado de negociações, intercâmbio e conflitualidades em que podemos compreender os jovens enquanto sujeitos estratégicos de intervenção no território, partícipes dos processos que marcam as permanências e/ou mudanças que vão ocorrendo no conjunto das territorialidades específicas dos faxinalenses.

Já no capítulo anterior, nos atemos à produção de invisibilidade da diversidade de formas de ser e autodefinir-se jovem no Brasil rural. Salientamos que a juventude faxinalense vai sendo produzida como invisível no seio das relações sociais típicas de seu modo de vida, mas nossa ênfase foi sobre a produção de invisibilidade no campo político das PPJ. Entendemos que os conflitos internos, as práticas que subalternizam a juventude como sujeitos capazes de contribuir nas questões que envolvem a luta faxinalense, por exemplo, podem ser considerados elementos que deixam mais difícil a vida jovem nos faxinais. Por outro lado, o eixo educação, geração de renda, cultura e lazer permearam nossos diálogos e foram postos pelos jovens como elementos fundamentais para uma vida melhor.

Os jovens vieram alegando que se sentem invisíveis diante do poder público e nos permitiram observar que a histórica ausência ou atendimento marginalizado no que se refere aos elementos deste eixo contribuem para a precarização de seus territórios de vida. São estes elementos os que mais

influenciam, por exemplo, na tomada de decisão sobre permanecer ou migrar dos faxinais. Podemos afirmar que as comunidades faxinalenses não possuem as condições necessárias para que se reivindique juventude.

Ainda argumentamos, no sentido de sustentar a compreensão de que o Estado, tomado por tradições – *a tradição da homogeneização, a tradição urbanocêntrica, a tradição produtivista e a tradição adultocêntrica* – produz invisibilidade das diversas formas de ser ou se autodefinir jovem no Brasil.

Neste capítulo, procuraremos discutir a noção de que, desde esta situação de fronteira, os jovens nos indicam elementos que emergem como fundamentais para o que podemos denominar de um Bem Viver. A noção de Bem Viver que aqui nos inspira nasce nos territórios de vida de povos originários de Abya Yala/América Latina. Podemos afirmar que a vida em comunidade, o respeito ao espaço-tempo de renovação da natureza, o trabalho em sua forma ontológica, a autogestão do território e a espiritualidade são elementos constituintes deste Bem Viver (MACAS, 2010; HUANACUNI, 2010; GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2012).

Nos questionamos sobre a existência de um Bem Viver entre os jovens faxinalenses. Longe de olharmos com lentes rousseauianas e cairmos na armadilha de persistir na discussão classificatória se estes jovens que vivem em territórios e comunidades tradicionais estariam entre o estado de natureza – o “bom selvagem” – e o estado de sociedade, buscamos referências entre os intelectuais latino-americanos que nos provocaram a pensar sobre o Bem Viver como utopia, como possibilidade, como desafio para o presente e para o futuro.

Assim, tendo como base o vocabulário territorial já disposto no segundo capítulo, retomamos alguns elementos para nos ajudar a argumentar sobre a existência de um Bem Viver da juventude faxinalense, o Bem Viver como resultado das relações que estes jovens estabelecem com territorialidades específicas, somados aos anseios e aos desejos de uma vida melhor, um desafio para o presente e para o futuro.

Um Bem Viver que, desde o olhar aqui delineado, mesmo reconhecendo que há múltiplos posicionamentos entre os jovens, desde o contexto marcado pelas territorialidades específicas dos faxinalenses, pode ser visto, também, como alternativa, como a composição de um conjunto de elementos que podem tornar o território faxinalense um território em que se

pode constituir juventude. Procuraremos argumentar que esse Bem Viver pode ser considerado alternativa, diante do hegemônico modelo ocidental de sociedade, à lógica autodestrutiva do capital em que historicamente permeiam processos de extermínio, negação, exploração, mercantilização, acumulação etc., e que hoje coloca em risco toda forma de vida na Terra.

### 5.1 BEM VIVER DA JUVENTUDE FAXINALENSE?

Acreditamos que quando os jovens faxinalenses que participaram deste processo investigativo elaboraram verbetes e expressões acerca do que é ser jovem em uma comunidade faxinalense, o que os faxinais representam para os jovens, o que gostam e o que não gostam em seus territórios de vida, assim como quando elaboraram cartas a serem entregues aos representantes do poder público, expressaram elementos do que podemos considerar como sendo estruturantes de um “Bem Viver”.

Bem Viver – também denominado em outras línguas como *Buen Vivir*, *Sumak Kawsay*, *Suma Qamaña* – é um conceito cujos princípios estão ancorados no “paradigma indígena originário” de *Abya Yala* – que atualmente chamamos de América Latina – a exemplo de um *ayllu andino*<sup>105</sup>. Entre os princípios podemos encontrar a vida comunitária, o trabalho coletivo, a convivência com a natureza e o respeito ao seu espaço-tempo de renovação, a integração/inter-relação/inter-dependência da vida humana com todas as demais formas de vida na Terra<sup>106</sup>, o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais-coletivos, a livre espiritualidade (MACAS, 2010; HUANACUNI, 2010; GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2012).

Localizar o Bem Viver dentro do paradigma indígena originário é compreender que seus princípios também estão ancorados na cosmovisão dos

---

<sup>105</sup> Segundo Gudynas (2011, p. 462), investigador do Centro Latino Americano de Ecologia Social, “suma qamaña” se desenvolveu “en un específico contexto social, ambiental y territorial, representado por el ayllu andino [...] Es un espacio de bienestar en convivencia con las personas, los animales y los cultivos. Allí no existe una dualidad que separa la sociedad de la Naturaleza, ya que uno contiene al otro y son complementarios inseparables.

<sup>106</sup> Nesta cosmovisão, a vida está em tudo na Terra (Pachamama), até mesmo naqueles elementos da natureza que costumamos denominar na cultura ocidental como seres inanimados como as rochas, a água, o ar, o fogo, entre outros (HUANACUNI, 2010).

povos andinos<sup>107</sup>, que embora possam constituir modos de vida distintos, segundo Huanacuni (2010, p. 452), emergem “del mismo paradigma comunitário; conciben la vida de forma comunitaria, no solamente de relación social sino de profunda relación con la vida”. Trata-se, segundo este pensador de um “paradigma de la cultura de la vida”, em que “todo está unido e integrado, y que existe una interdependência entre todo y entre todos”.

Sobre o conceito de Bem Viver, alertamos que é preciso considerar que há um complexo debate acerca das origens e dos princípios que constituem o significado dessa expressão. No contexto destes debates, Gudynas (2011) destaca a partir de seus referenciais que há complexas reflexões acerca, por exemplo, se “suma qamaña” é uma formulação genuinamente indígena ou uma invenção pós-moderna dos intelectuais *aymaras*<sup>108</sup>, assim como a compreensão de que “el Buen Vivir no está restringido al sumak kawsay ou suma qamaña andino”. Segundo ele:

[...] Ideas similares se encuentran en otros pueblos, y tan sólo a manera de ejemplo podemos citar el shiir waras, el bien vivir de los aschuar ecuatorianos, entendido como una paz doméstica y una vida armoniosa, incluyendo un estado de equilibrio con la Naturaleza (Descola, 1996). O el kúme mongen, el vivir bien en armonía de los mapuches del sur de Chile. Más allá de los pueblos indígenas también se pueden citar casos para agrupamientos multiétnicos o no-indígenas. Por ejemplo, en los llamados “cambas del bosque” amazónico del norte de Bolivia, producto de más de 150 años de encuentros y cruces culturales, se defiende la “vida en tranquilidad”, con un acento en la seguridad, bienestar y felicidad desde una identidad fuertemente vinculada a la selva (Henkemans, 2003) (GUDYNAS, 2011, p. 462).

O autor explicita que há um Bem Viver também entre comunidades de afrodescendentes em áreas do Pacífico colombiano, entre os seringueiros e castanheiros da Amazônia, que também constituem seu território de vida em uma inter-relação diferenciada e respeitosa com determinados ecossistemas.

Vejamos um esquema-síntese que procura apresentar princípios do que podemos denominar de Bem Viver:

<sup>107</sup> Na cosmovisão dos povos andinos, segundo Huanacuni (2010) existem duas forças convergentes que formam o processo da vida: “la fuerza cósmica que viene del cielo; y la fuerza telúrica, de la tierra (la Pachamama)”. De acordo com o referido historiador “estas dos fuerzas convergentes en el proceso de la vida, generan toda forma de existência y las diferentes formas de existência se relacionan a través del AYANI (la complementariedad).

<sup>108</sup> Povos *aymara* se estabeleceram em Abya Yala/América Latina, desde a época em que se convencionou chamar de pré-colombiana em terras do Peru, Bolívia, Argentina e Chile. Mais detalhes ver: Hidalgo (2006). Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/MaxAntonioArnsdorffHidalgo.pdf>>.



ESQUEMA 05 – SÍNTESE DE PRINCÍPIOS DO BUEN VIVIR/BEM VIVER SEGUNDO LITERATURA CONSULTADA.

FONTE: GUDYNAS, 2010; MACAS, 2010; LEÓN, 2010; UNCETA, 2011.

ORG.: SIMÕES, W., 2014.

A literatura consultada, tomada como referência para a elaboração do esquema anterior, reafirma sistematicamente que o Bem Viver se contrapõe radicalmente ao desenvolvimento proposto pelos agentes do capital e seus remédios para amenizar os impactos negativos provocados pela ascensão do capitalismo e sua sede de acumulação. Trata-se, a nosso ver, de uma contraposição à “colonialidade global de poder e seu capitalismo colonial/global<sup>109</sup>”, hoje muito mais perverso, excludente e predatório

<sup>109</sup> Estariam entre as tendências desta colonialidade global de poder e seu capitalismo colonial/global, segundo Quijano (2012, p. 51): 1) la reprivatización de los espacios públicos, del Estado en primer término; la reconcentración del control del trabajo, de los recursos de producción y de la producción/distribución; 3) la polarización social extrema y creciente de la población mundial; 4) la exacerbación de la “explotación de la naturaleza”; 5) la perfetichización del mercado, más que la mercancía; 6) la manipulación y control de los recursos tecnológicos de comunicación y transporte para la imposición global de la tecnocratización/instrumentalización de la colonialidade/modernidad; 7) la mercantilización de la subjetividad y de la experiencia de vida de los individuos, principalmente de las mujeres; 8) la exacerbación universal de la dispersión individualista de las personas y de la conducta egoísta travestida de libertad individual; 9) la “fundamentalización” de las ideologías religiosas y de sus correspondientes éticas sociales; 10) el uso creciente de las llamadas “industrias culturales” (sobre todo de imágenes, cine, tv, vídeo etc.) para la producción industrial de un imaginario de



(QUIJANO, 2012, p. 53). Encontramos essa contraposição em Macas (2010, p. 16) ao refletir sobre Sumak Kawsay<sup>110</sup>, uma das expressões de Bem Viver oriunda da língua *kichua*, idioma tradicional de povos originários dos Andes equatorianos. Segundo este autor:

[...] No es posible la convivencia del Sumak Kawsay y el sistema actual, no puede ser un sistema de este Estado, hay que pensar fundamentalmente en el cambio de estructuras de este Estado y construir uno nuevo, pero hecho con nuestras manos, con las manos de todos y todas. Estamos presentando una propuesta como opción de vida para todos, no es una propuesta indígena para los pueblos indígenas sino para toda la sociedad.

Nessa mesma perspectiva, León (2010, p. 23) nos destaca que o confronto entre a lógica do capital e a lógica da vida é uma constante na história da humanidade e que os agentes do capital encontram saídas perversas para continuar sustentando suas ganâncias, legitimando suas ações, a exemplo do que tem sido denominado de economia verde. Para a economista equatoriana:

[...] en la propuesta del Buen Vivir, encontramos convergencias y articulaciones: visiones de los pueblos ancestrales, propuestas desde la economía feminista que en términos temporales es precursora de la economía crítica: surge ya con un matiz anticapitalista, cuestionando la teoría económica por su parcialidad y por sus sesgos. Están también en esta arena común la economía ecológica – más reciente –, así como corrientes de la economía crisis o ecuménica, que han tenido todas ellas como preocupación común la vida. El gran salto que se hace en términos de discurso económico con la noción de Buen Vivir es desplazar a la acumulación como categoría central de la economía, y situar la vida con esa centralidad (LEÓN, 2010, p. 24).

Em síntese, León (2010, p. 24-25) sinaliza que o Bem Viver propõe princípios de uma economia para a vida, que tem o trabalho como um dos mais importantes eixos articuladores, o trabalho não só como emprego – trabalho assalariado – mas, sobretudo as suas múltiplas formas na atualidade e as possibilidades para o futuro; conjuntamente, há o pressuposto do respeito com a natureza e seus ciclos de reprodução; a redefinição do conceito de produtividade, pois tem como premissa o constante equilíbrio da vida e o

---

terror y de mistificación de la experiencia, de modo a legitimar la “fundamentalización” de las ideologías y la violencia represiva.

<sup>110</sup> Macas (2010, p. 14) destaca que por el Sumak, podemos comprender como sendo “la plenitud, lo sublime, excelente, magnífico, hermoso(a), superior”; e por el Kawsay, la vida, es ser estando. Pero es dinámico, cambiante, no es una cuestión pasiva”. Para o autor, desta forma, podemos compreender que o Bem Viver, enquanto Sumak Kawsay, “sería la vida en plenitud. La vida en excelencia material y espiritual. La magnificencia y lo sublime se expresa en la armonía, en equilibrio interno y externo de una comunidad”.

reconhecimento da diversidade de relações produtivas em contraposição à diversidade de produtos proposta pelos agentes do capital.

Ainda neste campo de debate, Unceta (2011, p. 109-111) reforça ao trazer a compreensão de que o Bem Viver se coloca como alternativa radical à globalização capitalista-neoliberal, como alternativa de futuro à humanidade ao defender entre seus princípios o bem-estar mais desmaterializado; a natureza como parte inerente da formação do ser social e a necessidade de se considerar que as atividades humanas estão integradas a esta natureza; a defesa dos saberes tradicionais em contraposição às tecnologias agressivas e uniformizadoras produzidas e propagadas em nome do desenvolvimento; a autogestão e a crítica radical ao poder separado da participação popular.

Houtart (2011, p. 71-72), ao defender o Bem Viver também como uma crítica à modernidade ocidental capitalista-neoliberal, alerta para os usos equivocados dos conceitos de *Sumak Kawsai* e *Suma Qamaña*, a exemplo do uso político de seus princípios para sustentar a criação e a aplicação de políticas públicas compensatórias, “como equivalente de políticas asistenciales a favor de los pobres, se presenta como una reivindicación meramente indígena, o se repite como un eslogan que finalmente pierde sentido”.

Quando trata da aplicação do Bem Viver nas constituições e nos planos nacionais de governo, com destaque para o “Plan Nacional para el Buen Vivir del Ecuador 2009-2013”, o referido autor estabelece uma crítica a respeito da grande distância entre o Bem Viver proposto pelo referido plano e o Bem Viver realmente existente entre os equatorianos. Em suas palavras:

Evidentemente, tanto las constituciones, como el Plan Nacional son escritos y no necesariamente realidades. Existe en América Latina, una larga tradición que busca la perfección jurídica, sin preocuparse demasiado de su aplicación. Sin embargo, ciertos discursos pueden ser “performantes” como se dice en lingüística y servir de referencia para acción. Es por eso que los movimientos indígenas lucharon en Ecuador, Bolivia y en otros países del continente, para obtener en los textos jurídicos el reconocimiento de sus nacionalidades y aún la utilización del lenguaje ancestral para expresar ciertos conceptos, como el “Buen Vivir”. Algunos dicen del Plan Nacional para el Buen Vivir, que se trata de un bello “poema”, ya que los grandes principios expresados, en un lenguaje filosófico y antropológico muy válido, son, en fin de cuenta, alegorías no realmente aplicadas, o peor aún, un discurso paralelo a prácticas políticas muy diferentes. Solamente un análisis autocrítico puede resolver este dilema (HOUTART, 2011, p. 74).

Princípios ancorados nos pressupostos de Bem Viver desde a perspectiva tratada até aqui estão presentes nas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Na constituição boliviana o termo utilizado é Vivir Bien/Viver Bem, aparecendo com maior ênfase na seção dedicada aos princípios, valores e fins do Estado, assumindo os múltiplos significados de sua pluralidade social:

[...] ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble) (GUDYNAS, 2011, p. 03).

Segundo Gudynas (2011, p. 04), esta pluralidade de referências nesta constituição ocupa o mesmo espaço que outros princípios já considerados clássicos na história das constituições do país como igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, equidade social e de gênero, bem-estar comum, justiça social, entre outros.

Já na constituição equatoriana, segundo este mesmo autor, o Bem Viver constitui um conjunto de direitos, dentro de um mesmo plano que outros direitos já historicamente mais presentes, tais como o direito à alimentação, ambiente saudável, acesso a água, comunicação, educação, entre outros.

No Equador:

[...] la Constitución presenta una sección dedicada al “regimen del Buen Vivir”, en la cual se indican dos componentes principales: los referidos a la inclusión y la equidad (tales como educación, salud, seguridad social, vivienda, comunicación social, transporte, ciencia etc.); y los enfocados en la conservación de la biodiversidad y manejo de recursos naturales (por ejemplo, protección de la biodiversidad, suelos y aguas, energías alternativas, ambiente urbano etc.) (GUDYNAS, 2011, p. 04).

Há diferenças/contradições importantes entre as duas constituições no que diz respeito ao tratamento mais institucionalizado dado ao Bem Viver. Não é nosso objetivo aprofundarmos uma vez que não estamos aqui nos dedicando a uma análise destas constituições, no entanto, consideramos importante registrar que a literatura consultada destaca que, na Bolívia, por exemplo, não há uma referência direta aos princípios de Suma Qamaña em seções que tratam de direitos fundamentais da sociedade boliviana. Outro exemplo interessante está no tratamento dado aos cuidados com a natureza, enquanto na constituição equatoriana a natureza é tratada como sujeito de direitos – se reconhece os direitos da natureza, ainda que em paralelo com os direitos

clássicos, “llamados derechos de tercera generación”, focando mais no direito que os seres humanos, as gerações futuras, possuem de acesso aos bens naturais – na constituição boliviana se mantém apenas referências clássicas, onde se reforçam pressupostos como qualidade e proteção ambiental (GUDYNAS, 2011, p. 04-05).

Mas talvez entre as contradições mais cruciais esteja o fato de que os textos constitucionais não se desligam do modelo econômico vigente das visões desenvolvimentistas que se propagaram ao longo dos últimos 60 anos na América Latina, que apostam na lógica urbano-industrial-capitalista-neoliberal. Segundo Gudynas (2011, p. 04-05), a diferença é que na constituição equatoriana o “régimen del Buen Vivir está articulado con el régimen de desarrollo”, o referido autor destaca que no texto desta constituição “el régimen de desarrollo es definido como el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del *sumak kawsay* (Art. 215)”. Já no caso boliviano:

[...] Las tensiones con las visiones clásicas del desarrollo se colaron en el texto constitucional boliviano en los artículos donde se postula que una de las metas del Estado es industrializar los recursos naturales. Si bien esa meta puede ser entendida en el marco de las demandas históricas de romper con la dependencia exportadora de materiales primas, el problema es que desemboca en una tensión con las metas de protección de la Naturaleza. Cuando se indica que la “industrialización y comercialización de los recursos naturales será prioridad del Estado” (art. 355), se abren las puertas a toda clase de contradicciones con quienes reclaman la protección e integridad de la Naturaleza. Por ejemplo, podría argumentarse la inconstitucionalidad de medidas de protección ambiental en sitios naturales donde se ubican vacimientos mineros o petroleros que serán extraídos para ser industrializados con lo cual podría caerse en un Vivir Bien que esquivo el ambiente (GUDYNAS, 2011, p. 05).

Ainda assim, diante do que tecemos até aqui, longe de esgotar as diferentes compreensões e contradições acerca do conceito de Bem Viver e suas aplicabilidades, a partir de seus princípios, podemos compreendê-lo como parte de nossas utopias frente às contradições vividas no atual período histórico do capitalismo e suas mais diversas atrocidades a toda forma de vida na Terra.

Enquanto possibilidade, entendemos que o Bem Viver carrega consigo um arsenal ancestral-filosófico que remonta nossas origens e, o que nos parece, longe de se constituir princípios passados (cristalizados), emergem

como desejos do presente e para o futuro. Um viver bem que não se resume apenas ao suprimento material da vida desde uma perspectiva consumista e ancorada nos pressupostos da lógica do capital. Por isso, corroboramos com a noção de que o Bem Viver/*Buen Vivir/Sumak Kawsay/Suma Qamaña*, guardados os diferentes significados dados pela diversidade dos povos originários, pode ser considerado alternativa credível às lógicas impostas pela “modernidade-ocidental-capitalista-eurocentrada”<sup>111</sup> (QUIJANO, 2012).

É enquanto alternativa que, a partir do vocabulário territorial elaborado nesse percurso investigativo pelos jovens faxinalenses, pretendemos argumentar sobre a existência de um “Bem Viver da juventude faxinalense”. Não queremos aqui afirmar que a juventude faxinalense constitui um Bem Viver como as comunidades originárias andinas, isso seria um equívoco. Corroboramos com Gudynas (2010, p. 10):

[...] existen diversas posturas sobre la buena vida, e incluso dentro de cada cultura hay distintas opiniones en cuanto a su definición. Incluso es necesario advertir que buena parte de las reflexiones actuales giran alrededor del *suma qamaña* aymara, pero esa idea del Buen Vivir no puede ser transplantada, por ejemplo, a los shuar de la selva amazónica. De la misma manera, es muy difícil sostener que el Buen Vivir pueda expresarse en un saber indígena puro, ya que esa misma pureza será motivo de cuestionamientos.

Zibechi (2014), em um trabalho que o levou a dialogar com sujeitos Sem Teto, em Salvador, capital do estado da Bahia, nordeste brasileiro, nos permitiu evidenciar que sujeitos acampados em prédios ou terrenos, convivendo entre a luta por moradia, as condições precárias de habitação e a vontade de viver, produziram formas solidárias de organização social e de relações humanas. Constata-se por meio do trabalho deste autor que esta situação acaba por mobilizar pessoas visando a organização da luta – que tem a ocupação de espaços públicos e privados que não cumprem sua função social no espaço

---

<sup>111</sup> Características desta colonialidade-modernidade-eurocentrada podem ser encontradas em Quijano (2005; 2009; 2010); Mignolo (2006); Escobar (2005); Wallerstein (2006); Castro-Gomez (2005), Gonçalves (2001; 2006). Entre estas características, podemos destacar: a) a hegemonia da patente europeia de modernidade (com destaque para concepções de mundo, ciência (conhecimento) e humanidade e natureza (relações sociedade-natureza)); b) sequência histórica unilinear e universalmente válida; c) dominação, expropriação e mercantilização dos territórios de vida e do trabalho; d) inferiorização, dominação, extermínio dos não europeus colonizados; e) supremacia da revolução científica, com epicentro em países da Europa ocidental e alguns centros de conhecimento, como únicos válidos e universais, negando diversos saberes, múltiplas histórias, modos de vida etc.; f) a dominação, a exploração e a mercantilização crescente e permanente da natureza; entre outros.

urbano como um de seus principais instrumentos de luta e reivindicação do direito à moradia. Segundo Zibechi (2014, p. 127):

Millones de brasileños tienen graves problemas de vivienda. El Movimiento Sin Techo busca organizarlos, ocupa predios abandonados y terrenos de la periferia para presionar al gobierno. Cuando consiguen asentarse, aún de forma transitoria, intentan transformar las relaciones sociales en base a sus sueños de un mundo diferente.

Dialogando com Pedro e Ana, dois militantes do movimento sem teto de Salvador, Zibechi (2014) narra os desafios enfrentados por pessoas que visam construir esse mundo diferente a partir de um cenário marcado, sobretudo, pela precarização dos territórios de vida. Neste cenário vamos percebendo a emergência de elementos constituintes do que podemos denominar de Bem Viver, que na visão do autor trata-se de “la utopía del buen vivir”. A partir do diálogo com os dois personagens supramencionados e sua inserção em realidades vividas por acampados, Zibechi (2014, p. 128) nos permite evidenciar em trechos de seus registros elementos desta utopia:

Durante las primeras semanas, las más difíciles para conseguir la consolidación de la ocupación, realizan marchas hasta la prefectura para demandar la expropiación del terreno, exigir agua y otros servicios. Uno de los pasos más importantes consiste en formar comunidad: hacer conciencia de que forman un colectivo, establecer reglas de conducta, tomar decisiones en asambleas, que serán la clave para que el acampamento consiga superar las dificultades. Eso no es sencillo, ya que supone crear nuevas relaciones y pautas culturales entre personas acostumbradas a decidir de modo individual.

Procurando destacar ações, mas também os desafios e as contradições existentes nos meandros da luta por moradia – como as dificuldades de formar os agrupamentos de trabalho, os enfrentamentos realizados contra o machismo e o tráfico de drogas<sup>112</sup> – a referida literatura nos permite constatar que para o caso dos sem teto trabalhado pelo autor, estão entre os elementos de um Bem Viver a vida comunitária, a gestão coletiva de um espaço em que há necessidade de ajuda mútua, o fim das disparidades de gênero<sup>113</sup>, práticas

<sup>112</sup> No diálogo com Pedro, um de seus interlocutores Sem Teto, Zibechi (2014, p. 130) traz expressões sutis que permitem constatar as contrições e os desafios a serem enfrentados para a organização de um acampamento, como podemos ver no seguinte exemplo: “Las brigadas son grupos de familias que se encargan de la limpieza y la salud en las ocupaciones así como de convocar y coordinar las asambleas, y son rotativas por semanas. “Es muy difícil hacer que funcionen”, confiesa Pedro”.

<sup>113</sup> O Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) possui um coletivo de mulheres chamado de “Guerreiras Sem Teto” que desde 2005 fazem a luta procurando denunciar violências contra as

solidárias e o cuidado permanente da vida. De acordo com Zibechi (2014, p. 131), “construir comunidades del buen vivir, ése es nuestro objetivo dice Pedro, sin saber que los aymaras y quechuas se inspiran en el mismo principio, aunque le llaman Sumak Kawsay o suma qamaña (buena vida o buen vivir)”. Destaca-se que “las comunidades son las conquistas efectivas de viviendas que dan lugar a nuevos barrios, como Valeria, donde se construyeron 150 casas con apoyo estatal y ayuda mutua”.

Salienta Zibechi (2014, p. 135) que:

[...] la sensación de que el cambio social desde los márgenes es casi imposible, por los traumas que provocan el hacinamiento, la miseria atroz y las privaciones. Por el contrario, si observamos las hileras de casitas de la comunidad de Valeria, con dos habitaciones cada una, sala, cocina, baño y un terreno al fondo, donde las mujeres pusieron en pie una cooperativa de alimentos, retorna la esperanza.

Como já mencionamos anteriormente, Gudynas (2010) afirma haver um Bem Viver em outras comunidades, e ainda nos provoca ao dizer que “es necesario promover el debate sobre el Buen Vivir en otras circunstancias y con otros actores”. O exemplo disposto anteriormente a partir do trabalho de Zibechi (2014) nos mostra que o Bem Viver não pode ser compreendido a partir de uma perspectiva encerrada, uma vez que na situação retratada pelo autor, as relações sociais em torno da vontade de um viver bem é que fazem emergir seus elementos constituintes.

Nesse sentido, o referido autor pergunta: “Cuál sería el Buen Vivir al que aspiran los vecinos de una favela en Brasil?” Considerando essa provocação, nos perguntamos: Quais seriam os elementos componentes de um Bem Viver da juventude faxinalense?

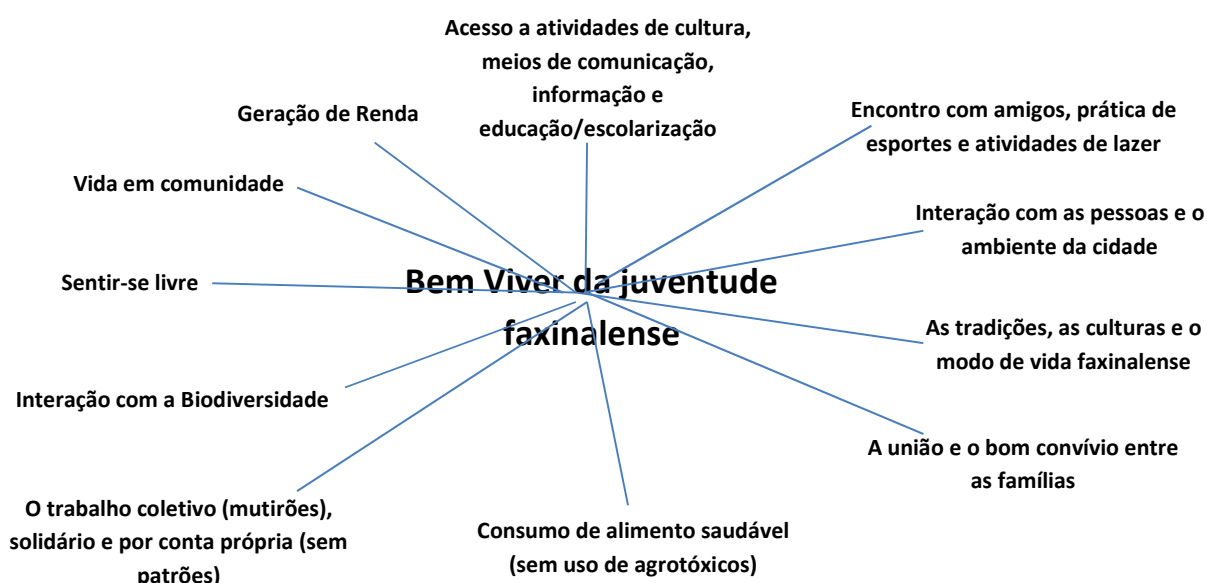
Os elementos dispostos no esquema a seguir representam, desde nosso olhar, o que estamos chamando de Bem Viver da juventude faxinalense. Eles não são cristalizados, podem mudar entre os jovens e suas comunidades, mas cabe ressaltar que eles foram aparecendo de modo global durante nossos diálogos com os sujeitos jovens.

Esta composição de elementos precisa ser compreendida como resultado da soma de verbetes-expressões que foram sendo manifestados por jovens faxinalenses acerca das territorialidades específicas dos faxinalenses –

---

mulheres Sem Teto, incluindo as violências provocadas por políticas e traficantes, assim como atos de racismo e machismo existentes dentro do próprio movimento (ZIBECHI, 2014, p. 134).

como a vida em comunidade, a interação com a biodiversidade, o trabalho coletivo, solidário, a união e o convívio entre as famílias – conjuntamente com seus anseios frente às ausências das políticas públicas e a precarização de suas vidas no território – a exemplo da interação com a cidade, o acesso a espaços de lazer, cultura e educação, entre outros. Elementos que foram sendo expressos e que podemos compreender como sendo essenciais para uma vida jovem nos faxinais. Vejamos o esquema:



ESQUEMA 06 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO BEM VIVER DA JUVENTUDE FAXINALENSE.

FONTE: VOCABULÁRIO TERRITORIAL.

ORG.: SIMÕES, W., 2014.

A juventude destacou, em nossos diálogos, a importância de compreender que a vida em comunidade, por exemplo, agrega hoje a interação com a cidade, com a necessidade de acessar um processo de escolarização que os conecta com outros conhecimentos acerca do mundo. Que a vida em comunidade também compreende ter o respeito às especificidades de seu modo de vida (que superem a visão dos faxinais como espaço atrasado, os preconceitos de modo geral).

A questão que queremos ressaltar é que estes elementos nos dão a possibilidade, no contexto em que eles emergem – no processo de elaboração e de diálogo com um vocabulário territorial, como resultado da vida de modo geral e de emergência dos faxinalenses frente às opressões provocadas pelo



Estado e os antagonistas do agronegócio (agroestrategistas) – de afirmar que a juventude faxinalense constitui alternativa de vida, um conjunto de elementos que podem ser considerados fundamentais para a vida jovem nos faxinais. Para reforçar essa compreensão, retomaremos uma das atividades realizadas com os jovens que trabalhamos, quando foram desafiados a expressar e debater acerca das políticas públicas, sobretudo suas demandas mais emergentes diante de suas realidades. Vejamos algumas das formulações que estão dispostas no vocabulário territorial:

- Educação Igualitária;
- Cursos de formação de lideranças, buscando o fortalecimento das mobilizações dos jovens, e consequentemente dos povos faxinalenses;
- Investir em cursos técnicos e profissionalizantes, para que após a conclusão dos mesmos os jovens possam trabalhar dentro do faxinal, como agroecologia, engenharia florestal, entre outros;
- Uma melhor estrutura de transporte, educação e saúde nos faxinais. Incentivo aos jovens para permanecerem nos faxinais;
- Através do reconhecimento, o incentivo para os jovens para que este mantenha-se na comunidade, assim como projetos de lazer e outros que fixem o jovem no faxinal.

ESQUEMA 07 – FORMULAÇÕES ELABORADAS POR JOVENS FAXINALENSES PARA SINTETIZAR O DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.  
 FONTE: VOCABULÁRIO TERRITORIAL.  
 ORG.: SIMÕES, W., 2014.

Nas formulações supramencionadas é possível observar, por exemplo, a ênfase em querer melhorar as condições de vida da juventude, mas também da comunidade de modo geral – a exemplo de quando demandam cursos que venham a fortalecer a juventude e, consequentemente, os povos faxinalenses, ou ainda, quando demandam “estrutura de transporte, saúde e educação” para os faxinais. No vocabulário territorial, os jovens apontam a vida em comunidade como contraposição aos conflitos, ao individualismo, às pessoas que só fazem intrigas, às brigas internas existentes nos grupos, o fim dos faxinais.

Nas expressões, os jovens persistem em afirmar que preferem permanecer em seus territórios de vida, ainda que isso seja muito relativo entre

eles – a exemplo de expressões como “os jovens possam trabalhar dentro dos faxinais”, ou ainda “incentivo aos jovens para permanecerem nos faxinais”. Tal fato não pode ser visto descolado da escolha de estudar em cursos profissionalizantes como agroecologia e engenharia florestal, muito embora a escolha profissional também seja muito relativa.

Nas formulações acima destacadas, percebe-se que há jovens que demonstram o interesse em articular a qualificação para o trabalho e o modo de vida, em interação com a natureza típica dos faxinais – sua biodiversidade. Nesse sentido, em alguns casos, a qualificação para o trabalho também está submetida às especificidades que caracterizam o modo de vida nos faxinais e seus interesses.

O cuidado e/ou a preocupação com a natureza presente em seus territórios de vida é uma constante entre os verbetes e expressões elaborados pelos jovens. No vocabulário territorial, encontramos verberes/expressões como: manter a natureza, preservação, respirar ar livre, “desfrutar de forma mais correta desse bem que é a natureza dentro do faxinal”. O ambiente natural aparece nas formulações utilizadas para caracterizar os faxinais na visão dos jovens – a diversidade de Fauna e Flora. Aparece também como manifestação cultural, pois entre festas, bailes e rodeios, os jovens afirmam nadar em cachoeiras, andar a cavalo, pescar, entre outros. Reforça-se a ideia de que ser jovem nos faxinais compreende uma relação muito próxima e permanente com a natureza.

Cabe mencionar, ainda, a preocupação com uma vida saudável, a exemplo de querer consumir alimento sem veneno. Tais expressões aparecem como contraposição a outras que explicitam a preocupação com os impactos ambientais, a exemplo da seguinte formulação: “destruição ambiental por aqueles que não respeitam a natureza”; ou ainda quando é feita menção a maus-tratos de algumas pessoas em relação aos animais ou àqueles que poluem a natureza existente, assim como aos que não apoiam o modo de vida etc.

Estes elementos componentes do que estamos denominando de Bem Viver da juventude faxinalense, ao expressar preocupações com a continuidade do modo de vida – a vida comunitária, marcada por determinadas tradições – o cuidado com a natureza, a necessidade de melhoria das

condições de vida da comunidade e a permanência dos jovens, por exemplo, podemos compreender como sendo elementos que contrapõem lógicas de apropriação, dominação, mercantilização e acumulação capitalista.

Desta forma, podemos afirmar que enquanto a expansão do capital no campo nos últimos anos no Brasil, marcada cada vez mais pela propagação do agronegócio exportador, pela alta concentração de terras, pela expansão de megaprojetos de desenvolvimento (como usinas hidrelétricas, vias de transportes, entre outros), pela ausência ou marginalidade do espaço rural nas políticas públicas de educação, saúde, habitação, cultura e lazer, em particular das PPJ, tem contribuído para expulsar jovens do campo e/ou precarizar seus territórios de vida, jovens faxinalenses expressam um conjunto de elementos de seu Bem Viver que dão sinais de aspectos fundamentais para a vida e sua permanência no campo.

Ao longo de nosso estudo, podemos afirmar que elementos desse Bem Viver parecem não estar restritos aos jovens faxinalenses, também fazem parte de elementos considerados importantes por outros jovens rurais – da agricultura familiar, dos quilombos, dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, entre outros.

Desde essa perspectiva, corroboramos com Macas (2010, p. 15):

[...] El sistema occidental establece como su modelo dominante y universal el capitalismo, cuya esencia es la acumulación. Su base es la apropiación de los medios de producción, la privatización de la Madre Naturaleza. Incluso los conceptos los debemos ir revisando, nos han enseñado a decir recursos. Nos dicen recursos humanos, recursos naturales, porque todo tiene que ver con la mercantilización de las cosas, la mercantilización del ser humano, en ese sentido ellos han puesto los nombres perfectos. El sistema occidental se sustenta en la explotación del trabajo del ser humano. Se considera el sistema económico, político, de la vida, único, válido y global, ese es el sistema occidental.

Inclui-se na caracterização deste sistema o totalitarismo epistêmico-científico que, a partir de uma concepção eurocêntrica de ciência, vem desde meados do século XVII desconsiderando, invisibilizando e/ou subalternizando outras formas de conhecimentos e modos de vida. Destaca Mignolo (2006, p. 677) que “as consequências práticas das realizações científicas e a ideologia que as acompanha são hoje visíveis por todo o lado desde o extermínio da natureza até a marginalização e extermínio dos seres humanos”.

Ainda nesta perspectiva, corroboramos com Houtart (2011, p. 63) que vivemos em permanente crise deste modelo de vida e desenvolvimento proposto pela “ontología de Occidente y en su visión lineal científica y tecnológica de la historia, que considera a la naturaleza como una serie de elementos separados (recursos naturales) e impone una visión antropocêntrica (utilitarista) del desarrollo” ou, como afirma León (2010, p. 23), a crise como resultado da confrontação entre a lógica do capital e a lógica da vida. Para a referida autora:

[...] las crisis del capitalismo, que tienen que ver con las formas de profundizar la acumulación y ampliar la ganancia, se han vuelto más y más complejas. La actual crisis suma dimensiones financieras y otras, pero además da cuenta del agotamiento ambiental, de las implicaciones de la depredación y explotación que hacen insostenibles los esquemas de producción y consumo predominantes, lo cual nos coloca ante um escenario futuro que solamente puede ser diferente.

Desta forma, reforçamos que o Bem Viver aqui delineado, em particular o Bem Viver da juventude faxinalense, pode ser compreendido como alternativa, desafio para o presente e para o futuro, fonte de inspiração para se pensar as relações de vizinhança, a vida em sociedade, as relações entre sociedade-natureza, por exemplo.

Queremos, com esta afirmação, contribuir para a compreensão de que o Bem Viver, longe de estar no passado andino, preso ou isolado a uma realidade indígena específica, também pode ser encontrado em outras realidades como já nos alertava Gudynas (2010), assim como coloca Houtart (2011, p. 66-67):

[...] Construir el futuro es la meta, y no regresar al pasado. Esto no significa una fe ciega en el progreso científico y tecnológico, ni un desprecio de las sociedades ancestrales. Al contrario, un esfuerzo así exige la crítica del “progreso” tal como la modernidad lo ha concebido y un uso más amplio de los saberes tradicionales. No que se trata tampoco de una valorización ética, como si uno fuera mejor que el otro, sino de una perspectiva histórica, capaz de condenar lo que llamamos “progreso”, calificándolo de “maldesarrollo” y de apreciar los saberes y las prácticas materiales y simbólicas de las sociedades del pasado. Hoy día, la tarea principal es el reconocimiento de una pluralidad, es donde cada uno, con su pensamiento propio pueda contribuir tanto a la crítica del capitalismo, como a la construcción del post-capitalismo.

Assim, considerar essa perspectiva de compreensão de mundo e de vida é ter a utopia enquanto espaço em que projetamos nossos sonhos e desejos, como realidade possível de ação e transformação no aqui e no agora.

É se colocar em favor da defesa da vida, contra toda forma de dominação, expropriação, exploração e extermínio. É ter “la autoproducción y reproducción democráticas de la existencia social, como eje continuo de orientación de las prácticas sociales” (QUIJANO, 2012, p. 53).

Mas é preciso considerar que, no caso da juventude faxinalense, parte de seu Bem Viver está mais como desejo/anseio da juventude do que como realidade vivida. Como já mencionamos permanentemente nesta tese, a juventude faxinalense constitui suas territorialidades em situação de fronteira, em meio à produção de invisibilidades e a precarização de suas vidas no território.

Nas cartas elaboradas pelos jovens, voltadas ao poder público, estão expressas demandas fundamentais para a elaboração e a implementação de PPJ, sobretudo o eixo educação, geração de renda, acesso à cultura e ao lazer, que tenham como ponto de partida o respeito à cultura e à identidade faxinalense. Os trabalhos de campo, a convivência com jovens faxinalenses e com lideranças faxinalenses de modo geral nos permitiram evidenciar que não só o avanço do capital no campo, mas também o processo de invisibilização dos povos faxinalenses e a ausência e/ou marginalidade das/nas mais diferentes políticas públicas têm contribuído para precarizar seus territórios de vida.

## 5.2 ENTRE O BEM VIVER, A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE E A PRECARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE VIDA

Procuramos destacar na seção anterior que o Bem Viver da juventude faxinalense é resultado da soma de elementos que estão presentes no modo de vida faxinalense, com elementos que consideramos fundamentais para a vida jovem nas comunidades faxinalenses da atualidade.

A questão é que parte de seu Bem Viver não é, necessariamente, realidade concreta em seus territórios de vida ou existem de forma muito precária e/ou marginalizada. A invisibilidade diante do poder público e a ausência do Estado, por meio de suas políticas públicas, foram apontadas como os principais fatores de influência desta precarização. Assim, podemos afirmar que o Estado vem se comportando como um agente produtor do que

podemos denominar de “Mal Viver”. Trata-se de um Estado alinhado aos interesses dos agroestrategistas e permeado por tradições oriundas da modernidade eurocentrada, como discutimos na seção anterior.

Enquanto a juventude faxinalense ressalta que a vida comunitária, o convívio com os amigos, a possibilidade do trabalho coletivo, a necessidade de geração de renda e a interação com a biodiversidade são fundamentais para seu Bem Viver, entre as tendências do campo político das PPJ está a aposta, ainda que de forma muito insatisfatória, como já sinalizado no capítulo anterior e reforçado em nosso diálogo com Barcellos (2014), em uma perspectiva produtivista voltada a aprofundar o processo de transformação da diversidade de territórios e territorialidades de povos e comunidades do Brasil rural em agricultura familiar.

Essa perspectiva é marcada pela padronização de critérios de acesso às políticas públicas – *tradição da homogeneização* – como a propriedade privada da terra e seus documentos de comprovação, que se reforça com as políticas de acesso ao crédito, ou ainda, na formação-qualificação para o trabalho, visando, sobretudo, o que denominam de inclusão produtiva em uma lógica de mercado que é também marcada pela produtividade e pelos interesses dos agroestrategistas – *tradição produtivista*. Por isso, expressões como “pouca renda, difícil acesso a mercados, falta de oportunidade e geração de renda, poucas opções de cursos e trabalhos” vieram a fazer parte do vocabulário territorial dessa juventude e expressam elementos que caracterizam a precarização de suas vidas no território.

Um olhar sobre o campo político das PPJ nos permitiu constatar que questões como acesso à cultura e lazer voltado à juventude rural está muito longe de atender os anseios dos jovens. Na tese de Barcellos (2014, p. 244), evidenciamos que é preciso pensar conjuntamente com a juventude quais espaços e ações serão desenvolvidos, para evitar que praças e parques não se tornem espaços estranhados aos seus interesses – *tradição urbanocêntrica*.

A falta de espaços de lazer criada pelo Estado foi apontada por jovens faxinalenses como uma constante. Em uma das cartas elaboradas ao poder público, jovens faxinalenses expressaram tomar algumas iniciativas como “realizar festas, bailes, cavalgadas, rodas de conversa e música, reunião de amigos, jogos de futebol, andar de moto”, mas entendem como importante

para seu Bem Viver a existência de “quadras de esporte, parques, teatros, cinema e internet”. Os jovens entendem que o Estado precisa contribuir na garantia de acesso a estes elementos voltados à melhoria das condições de vida nos faxinais (superação da tradição urbanocêntrica).

Jovens faxinalenses que participaram deste processo investigativo expressaram que dividem sua vida entre educação/escolarização e trabalho. O trabalho vai além da profissionalização, está ligado ao modo de vida nos faxinais, como os serviços da casa, os cuidados com as hortas e pomares, os animais e algumas das atividades na comunidade (como arrumar cercas, mata-burros, entre outros).

Tanto no que se refere à educação/escolarização quanto ao trabalho, muito embora os jovens expressem opiniões diferentes a respeito, entre eles predominam aqueles que entendem como importante a articulação com o modo de vida, por isso aparece junto das demandas voltadas às políticas públicas a necessidade de oferta de cursos voltados para formação de lideranças – porque também querem participar dos sindicatos e associações, no próprio movimento faxinalense –, nas áreas do direito e do coletivismo, o artesanato, o extrativismo (com destaque para a erva-mate), a agroecologia e a engenharia florestal, o financiamento para o acesso à universidade.

O acesso a cursos técnicos e/ou à universidade ultrapassam os limites da prática com a agropecuária ou o extrativismo, aparecem os interessados em fazer, por exemplo, engenharia civil ou informática. Assim, a centralidade do financiamento para o trabalho ou a profissionalização voltada às atividades agropecuárias, desde a perspectiva da Agricultura Familiar, atende apenas uma parte dos interesses destes jovens. A vida jovem, desta forma, está bem longe dos Faxinais.

Por isso, entendemos que todas essas questões que constituem o que viemos chamando de eixo educação, geração de renda, cultura e lazer fazem parte do Bem Viver da juventude faxinalense, desta forma, as ausências ou a marginalização nos acessos potencializam os processos de precarização do território de vida e contribuem para que os faxinais não sejam vistos pelos jovens como um território em que é possível ser jovem.

Haesbaert (2006, p. 315), ao abordar o tema da pobreza e da exclusão, afirma que em determinadas condições de privação social, sobretudo dos

recursos ou de acesso a elementos – materiais e simbólicos – que são fundamentais para uma “participação efetiva como membros de uma sociedade”, ocorre, também, uma exclusão territorial, des-re-territorialização. Nessa perspectiva, segundo o autor:

[...] Des-re-territorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca “total” ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2006, p. 312).

Assim, para Haesbaert (2006, p. 251), essa des-re-territorialização pode ocorrer na imobilidade espacial, bastando que determinados sujeitos “vivenciem uma precarização de suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural”.

Nesse sentido, podemos inferir que muito embora a juventude faxinalense esteja territorializada, porque constituem suas territorialidades considerando as territorialidades específicas, ela está vivenciando processos de “exclusão socioespacial/inclusão precária<sup>114</sup> ou de des-re-territorialização/territorialização precária”, dado que uma parte dos elementos que são considerados fundamentais de seu Bem Viver não estão garantidos pelo Estado em seu território de vida ou não estão em consonância com especificidades de seu modo de vida, seus interesses. Desta forma, podemos compreender que territórios faxinalenses não possuem parte das condições necessárias para que a juventude se constitua plenamente como jovem.

Esse processo de des-re-territorialização/territorialização precária não está restrito à juventude faxinalense. Jovens quilombolas pesquisados por Cupertino (2012) e Soares (2012), por exemplo, também vivem esse dilema. Cupertino (2012) procurou analisar como as políticas públicas estariam sendo formuladas para enfrentar, em particular, a migração dos jovens de seu território de vida. Realizada nos territórios quilombolas do município de Piranga/MG – comunidades quilombolas de Santo Antônio de Pinheiros Altos e

---

<sup>114</sup> Haesbaert (2006) constrói a noção de inclusão precária a partir do diálogo com Martins (1997), que considerava essa noção mais viável do que o uso do conceito de exclusão, que na visão do sociólogo acaba por desconsiderar a reação daqueles que vivem “formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão”.



Santo Antônio do Guiné – a pesquisa constatou, principalmente, que há uma atuação esquizofrênica entre diferentes representantes do poder público, tanto no que diz respeito à falta de diálogo entre agentes dos governos e suas diferentes instâncias políticas de atuação (união, estado, município), quanto em relação às políticas e às especificidades dos territórios quilombolas<sup>115</sup>. Tal fato não ameniza em nada os processos migratórios dos jovens, que entendem que suas vidas são muito precárias quando comparadas com as oportunidades que podem obter na cidade – sobretudo para estudar e trabalhar.

Com a realização da pesquisa, Cupertino (2012) conclui que diante da ausência de políticas públicas que levem em consideração as especificidades dos territórios quilombolas e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos jovens, com acesso qualitativo a educação, moradia, geração de renda, saúde, cultura e lazer, os jovens quilombolas migram para o espaço urbano porque acreditam que é a única solução viável. A pesquisadora procurou enfatizar que uma das problemáticas está na inoperância das prefeituras em relação à captação de recursos, o que dificulta a existência de ações voltadas aos jovens.

Essa inoperância do poder público também foi observada por Soares (2012) que, ao analisar políticas públicas educacionais voltadas às Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), idealizadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), constatou, por exemplo, que uma escola foi construída para atender comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, divisa com o estado de São Paulo, de forma provisória devido à falta de documentos que comprovassem o título das terras<sup>116</sup>.

Neste caso, as terras precisariam ser do Estado, serem adquiridas por ele seja por compra ou doação. A falta desta documentação também levou à

---

<sup>115</sup> Cupertino (2012) chega a essa síntese após acompanhar a atuação da Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATER) – que tinha ações na comunidade voltadas à assistência técnica para o trabalho na perspectiva da Agricultura Familiar – e a atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a oferta do ProJovem Adolescente – programa do governo federal que procura articular escolarização com formação para o trabalho.

<sup>116</sup> A realidade a que se refere Soares (2012) é vivida, principalmente, por jovens da Comunidade Quilombola João Surá, que se localiza no município de Adrianópolis, Área Metropolitana Norte de Curitiba. Segundo a pesquisadora, a falta de um estabelecimento escolar nessa comunidade força um movimento pendular da juventude em mais de 80Km de estradas de chão e em relevo recortado para frequentar a escola de educação básica mais próxima.

negação das solicitações de recursos ao governo federal para a construção definitiva dos estabelecimentos escolares, mesmo estando estas comunidades com processos em andamento para reconhecimento e titulação de suas terras. A autora procura demonstrar em sua tese que, no caso das comunidades quilombolas analisadas, “a diferença é indiferente” para o Estado, cujas políticas impactam diretamente nas relações que estes estabelecem com seu território de vida, como constituem suas territorialidades.

A precarização da vida no território também ocorre em assentamentos da reforma agrária, como podemos contatar no trabalho de Mendes (2013). A referida pesquisadora buscou identificar as PPJ e compreender seus impactos na vida de jovens do assentamento Sepé-Tiarajú, localizado no município de Serra Azul-SP e se deparou com uma realidade em que jovens assentados estão submetidos à precarização de suas territorialidades (difícil acesso à escola, ausência de espaços de cultura e lazer, falta de oportunidades para geração de renda, entre outros). A pesquisa aponta que, para alguns, a cidade acabou se tornando a melhor opção, principalmente para o acesso ao trabalho e para o lazer.

Isso nos permite afirmar que não se trata apenas de um processo que atinge as territorialidades específicas dos chamados povos e comunidades tradicionais, a exemplo dos jovens faxinalenses e quilombolas, mas também de outros segmentos/representações espaciais da juventude rural. Barcellos (2014, p. 261), na conclusão da sua tese, observa que:

[...] Os espaços de participação social e formulação política da SNJ tiveram a presença de diversos representantes do governo federal e dos(as) jovens representantes das organizações e movimentos sociais. Nesses espaços foi constante a elaboração de diagnósticos dos supostos “problemas” que a juventude rural enfrenta no espaço rural. Nesses espaços também foram acordadas entre os(as) jovens a necessidade da formulação de uma política pública que efetivamente garantisse as condições de vida, trabalho e renda, e acesso a direitos como educação, saúde e mobilidade com direito a vivência juvenil no campo e nas florestas com acesso a condições de expressão cultural, desportiva, de lazer e de interatividade nas redes virtuais via internet.

Mesmo assim, ficou perceptível que o tema da juventude rural, na confluência dos seus fluxos políticos nesse momento histórico, diante do MDA, da SNJ e demais espaços de governo, não obteve o acúmulo de força política necessária para adentrar na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e nem para provocar a criação de políticas públicas que possam produzir as condições necessárias para o desenvolvimento de projetos de vida ancorados aos anseios da maioria da população que vive no espaço rural.

Por isso, reafirmamos que, diante deste contexto, o Bem Viver da juventude faxinalense continua em permanente processo de invisibilização e precarização, “des-re-territorialização/territorialização precária” (HAESBAERT, 2006). O Estado, tomado pelas *tradições da homogeneização, urbanocêntrica, produtivista e adultocêntrica*, aliado aos interesses dos agroestrategistas, funciona como sendo um dos principais agentes deste processo, ampliando as condições do que podemos chamar de “fascismo social”<sup>117</sup>, elevando, assim, a linha abissal<sup>118</sup> existente entre uma parte que se considera forte – porque detém, sobretudo, o poder político e econômico acerca da gestão dos territórios e suas potencialidades – e aqueles cujos territórios de vida são atingidos, fragilizados, marginalizados, precarizados e excluídos etc. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 45).

No que diz respeito à diversidade de formas de ser jovem no Brasil rural, suas demandas às PPJ, a agenda de trabalho parece apontar para um cenário em que se precisa considerar um esgotamento do movimento, pelo menos no plano do discurso, de reconhecimento da juventude como sujeito de direitos, sujeitos demandantes de políticas públicas e para a necessidade do

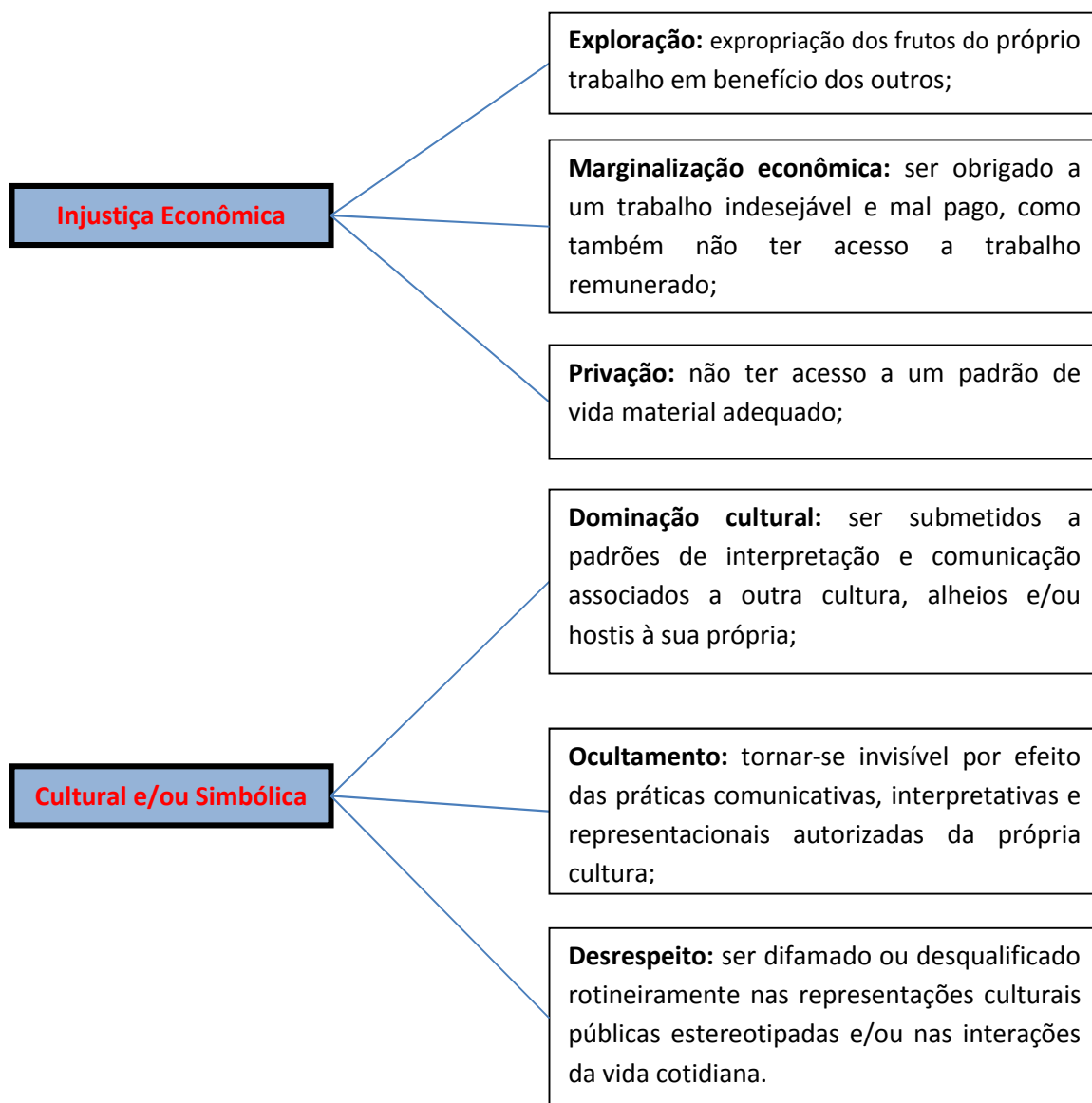
---

<sup>117</sup> Para Sousa Santos (2010, p. 45-47) o fascismo social se caracteriza por ser um “regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca”. Segundo o autor, este fascismo está presente em diferentes práticas, por exemplo: que geram segregação socioespacial (como divisões em zonas selvagens e zonas civilizadas, ou práticas que criam cidades privadas, condomínios fechados, entre outros); quando reforçam diferenças de poder entre partes de um contrato de direito civil (como acontece em casos de privatização de serviços públicos, saúde, segurança, eletricidade e água); quando “atores sociais como forte capital patrimonial retiram ao Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra seus interesses”.

<sup>118</sup> Sousa Santos (2010) afirma que o pensamento moderno ocidental tem se constituído como “pensamento abissal”, onde distinções são estabelecidas por meio de “linhas radicais”, que dividem a realidade social em “dois universos distintos” em que um deles vai sendo permanente produzido como não existente. Para o referido autor “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 39). Ele demonstra como essa perspectiva é antiga ao estabelecer uma crítica em como “as teorias do contrato social do século XVII e XVIII”, por exemplo, ao construírem e propagarem a noção de que “os indivíduos modernos, ou seja, os homens metropolitanos entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formarem a sociedade civil” (universo deste lado da linha abissal) acabam por criar “uma vasta região do mundo em estado de natureza, um estado de natureza a que são condenados milhões de seres humanos sem quaisquer possibilidades de escaparem por via da criação de uma sociedade civil” (o outro lado da linha). Desta forma, podemos inferir que para a noção hegemônica de juventude rural existir é preciso negar, invisibilizar outras tantas formas de ser e se constituir juventude. Para atender os interesses de propagação do agronegócio, na perspectiva dos agroestrategistas, o Estado precisa negar, invisibilizar, subalternizar, precarizar diferentes territórios de vida do Brasil rural.

desenvolvimento de ações que realmente atendam as demandas dos jovens. Um debate que se aproxima muito do que vem sendo refletido pela filósofa Nancy Fraser (2006; 2007) a respeito das políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição.

Nancy Fraser caminha no campo intelectual da filosofia para problematizar e sugerir uma noção ampla de justiça em que distribuição e reconhecimento se constituem como “duas dimensões mutuamente irreduzíveis” (FRASER, 2007), ao que ela irá denominar de “dilema redistribuição-reconhecimento” (FRASER, 2006). A referida autora destaca que “demandas por reconhecimento da diferença dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, ‘raça’, gênero e sexualidade”, ressaltando que “lutas por reconhecimento ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material” (FRASER, 2006, p. 231). Ela propõe duas maneiras de compreender a injustiça: a econômica e a cultural/simbólica. Vejamos o esquema a seguir:



ESQUEMA 08 – MANEIRAS DE COMPREENDER A INJUSTIÇA, SEGUNDO FRASER (2006).  
 FONTE: FRASER, 2006.  
 ORG.: SIMÕES, W., 2012.

A partir destas duas maneiras de compreender a injustiça, Fraser (2006, p. 232) sugere que se pode combater a injustiça econômica por meio do que denomina de “reestruturação político-econômica”, ou ainda, ações de “redistribuição”, o que pode envolver pensar sobre: “redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas”.

Já a injustiça cultural e/ou simbólica se combate com “reconhecimento”, o que na visão da autora pode envolver “revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados”; “o

reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural”; “uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas”. Sua defesa é que pessoas sujeitas a ambas injustiças “necessitam de reconhecimento e redistribuição” (FRASER, 2006, p. 233).

A referida autora irá propor uma concepção de justiça ampliada que sinteticamente denomina de “paridade de participação”. Entendendo que paridade significa “condição de ser um par, de se estar em igual condição com outros, de estar partindo do mesmo lugar”, Fraser (2007, p. 118-119) afirma que para essa concepção ampliada de justiça seja possível torna-se necessário o suprimento de duas condições: 1) condição objetiva: “a distribuição dos recursos materiais deve dar-se de modo que assegure a independência e voz dos participantes”; 2) condição intersubjetiva: “requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social”.

Na primeira condição, seriam excluídos “os arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as grandes disparidades de riqueza, renda e tempo livre, negando, assim, a algumas pessoas os meios e as oportunidades de interagir com outros como parceiros”; já na segunda condição seriam excluídas “normas institucionalizadas que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características associadas a elas”, ou ainda “que negam a algumas pessoas a condição de parceiros integrais na interação, seja sobrecarregando-os com uma excessiva atribuição de diferença, seja falhando em reconhecer o que lhes é distintivo” (FRASER, 2007, p. 119-120).

Desta forma, a autora reforça que sua concepção de “paridade de participação” engloba o par reconhecimento-redistribuição, sem reduzir um ao outro, destacando que a definição de “quais pessoas precisam de qual(is) tipo(s) de reconhecimento em quais contextos depende da natureza dos obstáculos que elas encontram” (FRASER, 2007, p. 123) em relação a essa concepção de paridade. Segundo ela:

[...] Independente de ser uma questão de distribuição ou reconhecimento, os reivindicantes devem mostrar que os arranjos atuais os impedem de participar em condição de igualdade com outros na vida social. Os reivindicantes da redistribuição devem mostrar que os arranjos econômicos existentes lhes negam as

necessárias condições objetivas para paridade participativa. Os reivindicantes do reconhecimento devem mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural lhes negam as condições intersubjetivas necessárias. Em ambos os casos, portanto, a norma da paridade participativa é o padrão para justificar a reivindicação.

A partir desta compreensão, podemos focalizar o debate a respeito do campo político das PPJ como um problema de reconhecimento-redistribuição, como fomos destacando ao longo desta tese um movimento nacional que vem dando visibilidade à diversidade de formas de ser e autodefinir-se jovem no Brasil, reconhecendo-os no plano do discurso como sujeitos de direitos, sujeitos estratégicos de políticas públicas. Porém, as múltiplas vozes presentes no capítulo anterior – os documentos oficiais do Estado, a juventude organizada e os intelectuais – apontam para uma ação inócua dos governos, o que tem contribuído para manter ou ampliar condições precárias de vida dessa juventude, em nosso caso, “inclusão/territorialização precária” (HAESBAERT, 2006).

No caso dos jovens faxinalenses – e podemos aqui observar que essa mesma condição também aparece em realidades vividas por outros jovens dos povos e comunidades tradicionais – o problema se apresenta de outra forma, uma vez que estes não estariam sendo reconhecidos por suas territorialidades específicas e convivem com um permanente processo de precarização de suas vidas nos territórios. Procuramos destacar ao longo deste texto que os jovens faxinalenses se sentem invisíveis diante do poder público e eles estão sujeitos a um conjunto de ausências ou inclusão precária às políticas públicas, em particular as políticas voltadas à juventude. Neste caso, podemos compreender que há jovens faxinalenses que estão sujeitos às injustiças econômicas e culturais e/ou simbólicas, tendo, desta forma, atingido sua “paridade de participação” (FRASER, 2006).

O caminho aberto por este debate sugere avançar para além das “políticas de identidade” em que o reconhecimento se dá por uma “identidade cultural específica de um grupo”, o que na visão de Fraser (2007, p. 106) torna-se uma proposição muito problemática “ao posicionar a identidade de um grupo como o objeto do reconhecimento”, uma vez que, “entendendo o não reconhecimento como um dano à identidade, ele enfatiza a estrutura psíquica

em detrimento das instituições sociais e da interação social”. Nessa perspectiva:

[...] Enfatizando a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, autoafirmativa e autopoietica, ele submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo. Muitas vezes, o resultado é a imposição de uma identidade de grupo singular e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e as interseções de várias afiliações. Além disso, o modelo reifica a cultura. Ignorando as interações transculturais, ele trata as culturas como profundamente definidas, separadas e não interativas, como se fosse óbvio onde uma termina e a outra começa (FRASER, 2007, p.107).

Assim, para a autora, as políticas de reconhecimento precisam superar o foco radical no que diz respeito à valorização das identidades em detrimento da superação de sua subordinação, que também poderíamos chamar aqui de processos de subalternização. Nesse sentido, as políticas de reconhecimento, ao ter como sentido a paridade de participação, torna-se capaz de valorizar mais “a interação entre grupos, em oposição ao separatismo e ao enclausuramento”, evitando “reificar a cultura – sem negar a sua importância política” (FRASER, 2007, p. 109).

Certamente o debate é mais amplo e complexo, porém, queremos aqui colocá-lo como uma agenda aberta de reflexões e trabalho, como pontapé inicial para problematizar o campo político das PPJ voltadas, sobretudo, às juventudes rurais, em particular dos povos e comunidades tradicionais<sup>119</sup>. Um campo político que nos aponta para o desafio de se pensar reconhecimento-redistribuição como um par irreduzível. Desde a perspectiva aqui delineada, desafia pensar para além do reconhecimento das diferenças que marcam as

<sup>119</sup> Salientamos que, neste momento, foi instalada, por exemplo, a 3ª Conferência Nacional de Juventude, que ocorrerá entre maio e dezembro de 2015, contendo, inclusive, uma etapa específica voltada para jovens dos povos e comunidades tradicionais. Momento em que o debate a respeito das PPJ ganham centralidade e as questões levantadas neste estudo podem contribuir. Entre os objetivos desta conferência, destacamos: a indicação de prioridades de atuação do poder público, colaborar e incentivar a atuação conjunta de municípios e estados em torno de planos e metas comuns para a população jovem, ampliar a compreensão a respeito dos direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude, entre outros (BRASIL, 2015). Salientamos, também, a necessidade de aproximação e debate a respeito das PPJ junto ao governo do Estado do Paraná, que criou recentemente uma Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas de Juventude com a pretensão de elaborar PPJ em conformidade com a Política Nacional de Juventude; e que criou um Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, que já era para estar funcionando dentro da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos que, segundo a Lei Estadual n. 17.425, de 18 de Dezembro de 2012, “tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais”.



territorialidades das juventudes nos campos e nas cidades, apontando para a compreensão de como estas diferenças se constituíram em fatores de subalternização, de ampliação das desigualdades socioeconômicas, de precarização da vida nos territórios, da exclusão e/ou fragilização das condições necessárias para a efetiva participação dos jovens como membros de uma sociedade. Aponta para uma mudança política radical em que a paridade de participação, como propõe Fraser (2006), seja possibilidade.

Entendemos que as PPJ não são elaboradas para atender os interesses e as especificidades das diferentes formas de ser jovem no Brasil rural, em particular as territorialidades específicas da juventude faxinalense, assim como não basta um conjunto de reformas/adequações nas políticas preexistentes, mas sim uma mudança radical de postura política e de vida em sociedade que procure romper com a concepção de Estado-moderno-ocidental-capitalista eurocentrado que resiste na atualidade.

Essa mudança radical de postura política exigiria, desde nosso olhar, por exemplo, um rompimento com “la colonialidad global del poder y su capitalismo colonial/global hoy en su más predatório período” (QUIJANO, 2012, p. 53). Para Quijano (2012, p. 53), a des/colonialidade do poder<sup>120</sup> se constitui em um eixo que possibilitaria uma contínua produção democrática da existência social:

[...] Ese nuevo horizonte de sentido histórico, la defensa de las condiciones de su propia vida y de las demás en este planeta, ya está planteado en las luchas y prácticas sociales alternativas de la especie. En consecuencia, en contra de toda forma de dominación/explotación en la existencia social. Es decir, una des/colonialidad del poder como punto de partida, y la autoproducción y reproducción democráticas de la existencia social, como eje continuo de orientación de las prácticas sociales.

Para o referido pensador, esse movimento de des/colonização do poder implica em reconfigurações de nossas práticas sociais, tais como:

---

<sup>120</sup> Para Quijano (2010, p. 84-86) a colonialidade “sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal”. Para o referido pensador é com o surgimento da América Latina e um processo permanente de inferiorização da diversidade humana de seus povos originários que “o capitalismo torna-se mundial”. Quijano (2005, p. 109-113) aponta que para ele há existência de uma divisão racial do trabalho que teve seu epicentro no processo de colonização da América, porém, procura demonstrar que o padrão de poder mundial é sistêmico, pois propõe entender que “no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo”.

- a) la igualdad social de individuos heterogéneos y diversos, contra la *desigualizante* clasificación e identificación racial/sexual/social de la población mundial;
- b) por consiguiente, las diferencias, ni las identidades, no serían mas la fuente o el argumento de la desigualdad social de los individuos;
- c) las agrupaciones, pertencias y/o identidades serían el producto de las decisiones libres y autónomas de individuos libres y autónomos;
- d) la reciprocidad entre grupos y/o individuos socialmente iguales, en la organización del trabajo y en la distribución de los productos;
- e) la redistribución igualitária de los recursos y productos, tangibles e intangibles, del mundo, entre la población mundial;
- f) la tendencia de asociación comunal de la población mundial, en escala local, regional, o globalmente, como el modo de producción y gestión directas de la autoridad colectiva y, en ese preciso sentido, como el más eficaz mecanismo de distribución y redistribución de derechos, obligaciones, responsabilidades, recursos, produtos, entre los grupos y sus individuos, en cada ámbito de la existencia social, sexo, trabajo, subjetividad, autoridade colectiva y co-responsabilidad en las relaciones con los demás seres vivos y otras entidades del planeta (QUIJANO, 2012, p. 53-54).

Somamos a estas considerações de Quijano (2012) as considerações de Gudynas (2010) a respeito do Bem Viver. Para ele, “el Buen Vivir puede ser entendido como una plataforma”, que a partir do encontro de múltiplas ontologías é possível compreender:

[...] que el proyecto de la Modernidad se ha agotado, y hemos alcanzado un punto crítico que permite “ver” esas outras ontologías, no necesariamente entenderlas en toda su complejidad, pero al menos observar sus manifestaciones, reconocerlas como alternativas válidas y respetables, inspirarse en ellas y reapropiarlas para transformar nuestras propias cosmovisiones (GUDYNAS, 2010, p. 14).

Enquanto plataforma para ver e viver o/no mundo de outra maneira, o Bem Viver, segundo Gudynas (2010, p. 14-16), se articula a alguns eixos que precisam ser compreendidos como sendo comuns às mais diferentes formas de sua expressão. Seriam estes eixos:

a) *outra ética para reconhecer e atribuir valores*, se afastando da ética ocidental predominante em que tudo que nos rodeia se converte em mercadoria;

b) *descolonização de saberes*<sup>121</sup>, reconhecendo a multiplicidade de saberes e práticas existentes entre os mais diferentes grupos humanos do

<sup>121</sup> A respeito da colonialidade do saber – enquanto negação e violência epistêmica planetária – e o debate a respeito de um movimento de descolonização de saberes, ver Mignolo (2006); Porto-Gonçalves (2006); Lander (2005).

mundo, superando a visão de que há um saber privilegiado que deve dominar e servir de referência como única possibilidade de explicação do mundo (da realidade);

c) *superação da racionalidade de manipulação e instrumentalização*, se afastando dos saberes e dos poderes que possuem a pretensão de dominação e manipulação da vida para atingir fins privados e individualizados;

d) *concepções alternativas de natureza* (relação sociedade-natureza), que reposicionem o ser humano como integrante da trama da vida;

f) *a noção de comunidade ampliada*, composta não só por seres humanos, mas também por outros seres não humanos e objetos, assim como o espírito;

g) *a Terra como um lugar para as vivências e afetos*, em que o Bem Viver não estará preso à sua base material (muito embora ela seja necessária), ampliando as possibilidades de expressão dos afetos, das vivências em que se compartilham alegrias ou tristezas, rebeldia ou compaixão etc.

Tanto a proposta de descolonização do poder em Quijano (2012) quanto os eixos do Bem Viver apontados por Gudynas (2010) podem ser fontes de inspiração para nos desafiar a pensar um mundo para além do (neo)desenvolvimento proposto pela modernidade euro-ocidental capitalista. Tal fato exige outro olhar sobre as proposições supramencionadas, acreditar que elas não se reduzem a um conjunto de posicionamentos restritos a determinadas comunidades indígenas que se colocam como entraves ao chamado progresso da humanidade ou modelos atrasados de vida, que não passa de um discurso romântico, fantasioso e ultrapassado que precisa ser superado. Ao mesmo tempo, não podemos cair na armadilha de uma institucionalização estatal que as reduzam a políticas compensatórias.

A partir destas reflexões, tomamos como necessária a superação das tradições que persistem no campo político das PPJ, assim como considerar como possibilidade de transformação radical deste campo político as reconfigurações de nossas práticas sociais, como destacadas por Quijano (2012) e Gudynas (2010). Entendemos como necessária a superação dos saberes e práticas que apostam em uma visão “lineal del progreso sin fin gracias a la ciencia y a la tecnología, en un planeta inagotable”, assim como os princípios econômicos e altamente destrutivos que marcam o atual período

histórico do capitalismo, que “ignora las externalidades, es decir, los daños ecológicos y sociales” (HOUTART, 2015, p. 304)<sup>122</sup>. Uma permanente busca de alternativas que nos possibilitem avançar nas relações que ainda reproduzem “formas de dominação sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial” – heterarquias<sup>123</sup> (CROSFUGUEL, 2008, p. 123).

---

<sup>122</sup> Houtart (2014) aponta uma série de dados que nos alertam sobre os efeitos ecológicos e sociais que resultam da opção política pela lógica do mercado proposto, por exemplo, pelo Banco Mundial e demais organismos que falam em nome de um suposto desenvolvimento econômico, cultural e sustentável da humanidade. Entre estes efeitos estariam: redução de terras voltadas à produção de alimentos, permanente expulsão dos camponeses de suas terras (provocada, por exemplo, pela expansão dos monocultivos, pela construção de barragens, pela exploração mineral, entre outros), ampliação do desmatamento, contaminação das águas, dos solos e dos trabalhadores provocados pelo aumento do uso de produtos químicos, submissão cada vez maior dos pequenos produtores à lógica imposta pelos grandes mercados, entre outros.

<sup>123</sup> Corroboramos com Crosfogueuel (2008, p. 125), que “o capitalismo é apenas uma das múltiplas e enredadas constelações da matriz de poder colonial do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/ moderno europeu” e que “dado o seu enredamento com outras relações de poder, destruir os aspectos capitalistas do sistema-mundo não seria suficiente para destruir o atual sistema-mundo. Para o transformar seria essencial destruir um todo histórico-cultural heterogêneo a que se chama a “matriz de poder colonial” do “sistema mundo”. Para o referido autor, “a descolonização e a libertação anticapitalista não podem ser reduzidas a uma única dimensão da vida social. É necessária uma transformação mais ampla das hierarquias sexuais, de gênero, espirituais, epistêmicas, econômicas, políticas, linguísticas e raciais do sistema-mundo colonial/moderno. Sugerimos aqui a inclusão da hierarquia geracional, que desconsidera o potencial produtor e transformador da juventude; que invisibiliza e subalterniza a juventude e não o reconhece como ator político e capaz de demandar direitos etc.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou tratar, sobretudo, a respeito da relação juventude e território. Tomamos como referência jovens faxinalenses cujos territórios de vida são permeados por territorialidades específicas, por relações e pela convivência com territorialidades distintas, por tensões internas, conflitos territoriais com diferentes antagonistas, produção de invisibilidade, em particular a produção de invisibilidades no campo político das PPJ e o permanente processo de precarização da vida nos territórios.

Objetivamos refletir em torno de um aporte teórico-conceitual que trouxesse a juventude para o centro das reflexões, que venha a contribuir com outras/novas leituras espaciais a respeito de como vivem os jovens nos faxinais, como constituem suas territorialidades em um contexto complexo e contraditório em que suas comunidades disputam visibilidade e se encontram marcadas por situações de conflitos por terra e território, mas também pela vontade de viver.

Nos preocupamos em promover um diálogo de saberes em contato com a geografia local. Argumentamos no sentido de nos comprometer com a produção de um conhecimento geográfico que seja capaz de contribuir com transformações sociais, pretendendo ser mais um instrumento de luta dos faxinalenses nos cenários marcados pelos conflitos por terra e território, pela busca incansável pelo reconhecimento de sua cultura e identidade, pela melhoria das condições de vida nos faxinais, entre outros. Como afirmamos na introdução desta tese, desde o início fizemos a opção pelo movimento, no sentido de contribuir na construção de uma Geografia em movimento e para o movimento.

Refletimos a partir de uma Sociologia das ausências e das emergências (SOUSA SANTOS, 2006), optamos por uma perspectiva dialógica de estudo e reflexão (FREIRE, 1987; 2007), exercitamos no sentido de nos comprometer com a elaboração do conhecimento científico desde uma compreensão popular e contextualizada (MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006). Uma Geografia que contribua não somente para denunciar os processos de invisibilização e precarização dos territórios de vida nos faxinais, mas também contribua para reforçar a compreensão de que conhecimentos e práticas faxinalenses, seus

saberes e experiências, se constituem como racionalidades que também nos permitem vislumbrar alternativas para o presente e o futuro ao que está posto pela lógica do capital – e suas múltiplas formas de mercantilização, exploração e subalternização – em detrimento da lógica da vida.

Corroboramos com a compreensão de que é preciso combater ao máximo o desperdício de experiências e que “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica e filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2010).

Nos encontramos e nos confrontamos, desta forma, com um contexto marcado por disputas epistêmicas, em um mundo no qual chamar o outro de tradicional contribui para reforçar processos de invisibilidade territorial, mas também o encaminha para um projeto de sociedade cujos princípios, conhecimentos e práticas têm colocado em risco a vida na Terra.

Desta forma, desafios permanecem e recheiam nossas agendas de trabalho, nos convidam a fortalecer processos de “revalorização das humanidades”, em que diferentes atores coletivos se mostram cada vez mais capazes de “promover modernidades alternativas e, na melhor das hipóteses, modos não eurocêntricos de conhecimento e, em geral, de vida social e ecológica” (ESCOBAR, 2006, p. 647-648).

Neste estudo, dialogamos e refletimos em torno de um vocabulário territorial elaborado por jovens faxinalenses. O conjunto de verbetes e expressões, assim como as literaturas com que trabalhamos, nos permitiu obter retratos do território de vida de jovens em que se destacam:

- a) Jovens faxinalenses são produzidos como invisíveis no interior de seus próprios territórios de vida. Entendimentos dos adultos (ou mais antigos) a respeito da juventude, como aqueles que não querem nada com nada, que não estão comprometidos com a vida no faxinal, que não são responsáveis e capazes de assumir compromissos, contribuem na invisibilização destes sujeitos e suas territorialidades. Neste percurso investigativo, compreendemos que ser jovem nos faxinais, constituir juventude, não significa estar apenas em uma posição de contestação, mas também de compartilhamento de experiências, saberes e fazeres específicos do território de vida, as territorialidades específicas dos faxinalenses. É também constituir

suas territorialidades considerando as múltiplas dimensões do território de vida faxinalense (política-economia-cultura-natureza), que é território do cotidiano e referência ao mesmo tempo.

- b) A juventude convive com a dúvida entre permanecer ou sair dos faxinais. Seus sentimentos de pertença conflituam, principalmente, com as condições precarizadas de vida no território. Os jovens, impulsionados pela necessidade de continuar os estudos, pela busca de trabalho alternativo (considerado por eles como sendo menos árduo e mais rentável), acesso às atividades culturais e de lazer, assim como acesso a meios de comunicação como a internet, se des-re-territorializam de modo temporário e permanente. Assim, podemos compreender que a juventude faxinalense constitui suas territorialidades na inter-relação campo-cidade, família-comunidade-mundo.
- c) Jovens faxinalenses dividem seu tempo entre os estudos e o trabalho. Seja o trabalho como parte do modo de vida, a exemplo dos serviços da casa, os cuidados com os animais e para o autoconsumo, ou para geração de renda, a exemplo dos trabalhos com o fumo, nos aviários ou na lavoura. A escolarização é vista pelos jovens como possibilidade de conseguir um emprego melhor, por isso entendemos que educação/escolarização e trabalho para geração de renda constituem dois fatores importantes de decisão dos jovens em permanecer ou migrar dos faxinais. Neste caso, podemos compreender que a juventude constitui suas territorialidades na inter-relação educação-trabalho, entre o trabalho movido pela lógica da vida e o trabalho movido pela lógica do capital.
- d) Quando o assunto é políticas públicas, os jovens vieram reafirmando que se sentem invisíveis diante do poder público. Retratam que muitas das dificuldades enfrentadas dentro dos faxinais, como estradas precárias, difícil acesso a escolas e postos de saúde, falta de alternativas para geração de renda que respeitem a dinâmica da vida nos faxinais, espaços de cultura e lazer, entre outros, persistem porque os governos não consideram suas territorialidades específicas nos processos de elaboração e implementação das

políticas e dos programas governamentais. Os jovens expressaram, por exemplo, que parte de suas atividades culturais e de lazer são criadas por eles mesmos, a partir das territorialidades específicas dos faxinalenses, como: nadar, pescar, jogar futebol, se reunir com os amigos, realizar festejos, cavalgadas, bailes, entre outros. Mas, compreendem como fundamental, na atualidade, o acesso às tecnologias de comunicação – com destaque para o acesso à internet –, expressam a vontade de frequentar cinemas ou teatros. Neste caso, a juventude constitui suas territorialidades permeada pela produção de invisibilidade no campo político das políticas públicas, em particular as PPJ e a precarização de seus territórios de vida.

- e) Há jovens que sonham em permanecer nos faxinais em que vivem. Vislumbram um futuro melhor para toda a comunidade, com acesso a educação, alternativas de renda, acesso às políticas públicas, cumprimento de seus direitos constitucionais, respeito à sua cultura e identidade, entre outros.

A partir de constatações como estas, sugerimos compreender a juventude faxinalense como categoria social, que constitui suas territorialidades em situação de fronteira. Enquanto categoria social, procuramos reforçar a necessidade de superarmos compreensões que reduzem a noção de juventude como uma faixa etária ou como fase de transição para a vida adulta. Visões estas que reforçam a compreensão de juventude como sujeitos que não possuem capacidade de assumir compromissos, responsabilidades, demandar direitos, que não são agentes de produção e de transformação espacial. Corroboramos com a compreensão de que é preciso criar condições para superar conhecimentos e práticas que colocam os jovens em posições de submissão, que reforçam uma condição social subalterna (CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010).

Nessa perspectiva, defendemos a necessidade de superarmos visões que focam a juventude faxinalense como sendo apática, como aqueles que não querem nada com nada, que só pensam em ir embora, que apenas querem conflitar com territorialidades específicas dos faxinalenses, que enxergam a vida fora da comunidade como sendo a única possibilidade de um futuro



melhor. Entendemos que compreendê-los como categoria social é enxergá-los como sujeitos que interferem nos processos de continuidades e descontinuidades de seu modo de vida, como sujeitos estratégicos de intervenção no território de vida, das mudanças que vão ocorrendo no conjunto das territorialidades específicas do território faxinalense de modo geral.

Esses jovens criam suas próprias formas de ocupar e usar esse território, de se relacionar com o mundo e as mudanças técnicas, científicas e informacionais da atualidade, que não só conflituam, mas também compartilham com experiências e práticas que atravessam gerações, constituindo suas territorialidades em meio a aceitação ou negação, conflitualidade e renovação de aspectos que marcam e demarcam seus territórios. Entendemos que essa compreensão amplia o olhar sobre os jovens que vivem nos faxinais para além das posições sociais de filhos, estudantes e “mais novos”, sujeitos passivos às questões que permeiam e interferem em suas vidas.

Desde essa perspectiva, observamos que jovens faxinalenses constituem suas territorialidades, considerando, também, territorialidades específicas dos faxinalenses. Comungam entre eles que determinadas territorialidades herdadas pelos mais antigos e que permanecem presentes também são importantes na constituição de suas territorialidades, tais como: a centralidade na família, da vida em comunidade, o contato mais intenso e diferenciado com a natureza, o trabalho com a lavoura e os cuidados com os animais criados à solta, o convívio com tradições religiosas, entre outros.

Por outro lado, convivem não só com o intercâmbio, mas também na relação com territorialidades distintas, com conflitualidades. Consideram importante a coexistência entre o andar a cavalo e o andar de moto, os bailes e festas da comunidade e as baladas na cidade, as relações familiares, com os amigos, a vida em comunidade, mas também a vida no trabalho, no entorno e na cidade.

São jovens que constroem relações em meio à produção de sua invisibilidade, falam de jovens que não conhecem a cultura faxinalense, de pessoas que os consideram atrasados, do poder público que não os enxerga, de escolas que não consideram elementos de sua cultura e identidade e, ao mesmo tempo, denunciam a precarização de seus territórios de vida, o difícil

acesso à cidade e à escola, as ausências de alternativas de geração de renda, a falta de espaços de lazer e de acesso à cultura proporcionada pelo Estado, entre outros. Entendemos que os jovens clamam por um território de vida que lhes permita ser jovem, em que o Bem Viver da juventude faxinalense seja possível.

Assim, também sugerimos a compreensão de que a juventude faxinalense com a qual dialogamos constitui suas territorialidades em situação de fronteira, de estar entre as territorialidades específicas típicas do território faxinalense, a produção de invisibilidade e a precarização dos territórios de vida, constituindo suas territorialidades na inter-relação campo-cidade, família-comunidade-mundo, educação-trabalho, sociedade-natureza, entre a dúvida de permanecer ou migrar de suas comunidades, entre outros.

Os jovens vieram, ao longo de nosso estudo, reafirmando que se sentem invisíveis. Destacamos que essa invisibilidade também é produzida no seio de suas comunidades. Por outro lado, quando nos deparamos com o debate da política pública, ampliamos os diálogos com o intuito de entendermos como o Estado produz invisibilidade, como se constitui um agente que potencializa processos de precarização da vida nos territórios. O território faxinalense é, desta forma, um território em que é mais difícil ser jovem, reivindicar juventude.

No Brasil, considerando o conjunto de documentos oficiais analisados neste estudo, podemos afirmar que desde 2005 cresce um movimento nacional acerca da sustentação da noção de juventude enquanto sujeito de direitos, sujeitos estratégicos de políticas públicas (AQUINO, 2009; SILVA e ANDRADE, 2009; MACEDO, 2011; CARRANO, 2011; CASTRO, 2011; BARCELLOS, 2014).

Evidencia-se que, durante o governo Lula, transcendendo pra o governo Dilma, se estabelecem debates acerca das demandas das juventudes, os limites e os desafios a serem enfrentados pelos governos. Destacamos a realização de conferências nacionais – que mobilizaram, segundo relatórios publicados, jovens envolvidos em mais de 200 organizações de juventude no país (BRASIL, 2008a, 2008b, 2011a, 2011b).

Sobre a juventude rural especificamente e o campo das políticas públicas, a literatura nos permitiu evidenciar um debate acerca da invisibilidade a que está sujeita esta categoria, a crescente necessidade da existência de

políticas públicas voltadas à juventude rural, em particular as que relacionam educação e trabalho no sentido de reconhecer a diversidade de formas de ser jovem no rural, suas culturas e a identidade e ampliar as possibilidades de geração de renda, reconhecendo a diversidade de formas de ser jovem no rural, procurando impactar, principalmente, no êxodo rural (WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009; CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010). Evidenciamos, também, que a categoria juventude é acionada como ator político por diferentes organizações coletivas, a exemplo do MST, da FETRAF e da CPT. Os jovens destas organizações e de muitas outras vieram, ao longo destes últimos 15 anos, disputando espaço político e demandando políticas que atendam seus reais interesses.

Quando nos questionamos sobre qual seria o real espaço ocupado pela juventude rural no campo político das PPJ no Brasil, o estudo nos levou a refletir sobre a existência de um movimento permanente de invisibilidade- visibilidade-invisibilidade. Trata-se da compreensão de que, ao longo destes últimos anos, o debate sobre juventude e sobre política pública de juventude segue no plano do discurso, retirando da invisibilidade a diversidade de formas de ser jovem no Brasil, explicitando e problematizando aspectos negativos de suas condições de vida, se revestindo de belas formulações e proposições para sustentar a noção de que os jovens são ou devem ser sujeitos estratégicos de políticas públicas.

Porém, quando refletimos desde a realidade retratada por jovens faxinalenses, levando em consideração o permanente movimento de diálogo entre jovens rurais com representações de Estado, sua participação em reuniões e conferências, assim como o que constatamos nos estudos acerca dos documentos oficiais do governo federal (com destaque para o PPA e a LOA, metas e recursos), encontramos produção de invisibilidade.

No quarto capítulo apontamos, inicialmente, a existência de duas tendências que sustentam um processo de invisibilização territorial dentro do campo político das PPJ, arena em que se define a pauta política, as metas a serem atingidas, o seu público-alvo, os recursos financeiros destinados e as ações prioritárias. A primeira se refere ao fato de que ocupa um espaço diferenciado nesta arena política, uma juventude organizada. Uma juventude que já construiu, por exemplo, um espaço político em movimentos sociais e

sindicais – como foram os casos do MST, da FETRAF e da CPT, mencionados anteriormente. Já a segunda, se refere a um processo de redução da compreensão da juventude rural como sendo juventude da agricultura familiar. A esta juventude, dois grandes eixos de políticas públicas se destacaram, uma voltada para educação – qualificação social e profissional – e outra voltada para o acesso a crédito, assistência técnica e geração de renda.

Destacamos, desta forma, que as PPJ não consideram necessariamente o jovem como um sujeito de direitos e o campo como espaço de vida, onde possa estudar, trabalhar e também tenha condições de acesso à cultura geral e ao lazer, por exemplo. A ênfase é na visão de uma juventude rural que estude e trabalhe, qualifique-se profissionalmente em busca de sua suposta inclusão produtiva. Entendemos, então, que se no plano do discurso o Estado afirma passar por uma mudança paradigmática no campo político das PPJ, a juventude rural continua sendo compreendida como aqueles que estão em estado de vulnerabilidade social, cujo êxodo rural continua ameaçando os processos sucessórios de uma agricultura familiar, assim, é preciso investir prioritariamente em educação e trabalho.

Desta maneira, procuramos sustentar a compreensão de que neste cenário as juventudes que não se encaixam ou não se adequam a esta forma de ser jovem ou à forma de constituir-se enquanto juventude organizada, são produzidas pelo Estado como invisíveis, como não existentes (SOUSA SANTOS, 2006). No caso da juventude dos povos e comunidades tradicionais, em particular a juventude faxinalense com quem dialogamos, corre-se o risco de serem produzidos como residualidade de um tradicional do passado, símbolo do atraso e obstáculo ao progresso, cujos modos de vida precisam ser superados.

Neste caso, se uma possível explicação para a invisibilidade da juventude rural está no fato de serem percebidos de modo geral como “uma população específica, uma minoria da população jovem do país” (CASTRO, 2009, p. 182), porque historicamente estiveram associados à migração campocidade e pelo desinteresse pela vida no campo, pode-se afirmar que a juventude faxinalense estaria vivendo os efeitos de múltiplas invisibilidades: como jovem, como jovem rural, como jovem dos povos e comunidades tradicionais e como jovem faxinalense.

Como jovem, porque levou um tempo para que o Estado brasileiro passasse a reconhecer de forma mais ampla que os jovens são sujeitos de direitos, que eles são diversos e precisam ser compreendidos desde o contexto econômico, político, cultural, ambiental, étnico, territorial, de gênero e diversidade social em que se encontram, entre outros, como sujeito capaz de demandar políticas públicas. Como jovem rural, porque também está associado a uma minoria da população jovem do país (de uma população rural que também é vista como resquício em um país urbanizado), mais reconhecidos como aqueles que estão em conflito com a vida no campo, com territorialidades específicas de seu modo de vida que são pouco conhecidas pela população de modo geral.

Assim, também como jovem dos povos e comunidades tradicionais, porque se inserem no contexto em que suas comunidades também disputam visibilidade, em um contexto marcado por inúmeros conflitos por terra e território, pelo reconhecimento de suas territorialidades específicas, pelo cumprimento de direitos etc. E, por fim, como jovens faxinalenses, considerando, por exemplo, que há uma razão adultocêntrica permeando as práticas sociais faxinalenses, reproduzindo visões negativadas a respeito da vida jovem nos faxinais, que a juventude faxinalense não constituiu um movimento organizado de jovens, que o poder público não tem levado em consideração especificidades de seu modo de vida nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas, assim como pelo pouco conhecimento que se tem sobre a vida jovem nos faxinais.

Esse percurso investigativo e de estudos foi nos mostrando que não há um movimento organizado de jovens faxinalenses preocupados em ocupar um espaço na arena política das PPJ. Se a juventude rural veio se tornando sujeito estratégico de políticas públicas no Brasil nos últimos 15 anos, os jovens faxinalenses com os quais trabalhamos estão sendo permanentemente excluídos deste processo. Os jovens se sentem invisíveis diante do poder público e entendem que a ausência de políticas e programas promovidos pelo Estado se constitui como sendo um dos principais fatores de precarização de suas vidas no território.

O que chamamos ao longo desta tese de eixo educação/escolarização, oportunidades de geração de renda, acesso a cultura e lazer, foi apresentado

por jovens faxinalenses de diferentes formas ao longo deste percurso investigativo, como sendo composto por elementos considerados fundamentais para a vida jovem nos faxinais. São elementos que percebemos impactar diretamente nas condições em que constituem suas territorialidades. Os jovens foram sinalizando que a ausência ou o atendimento precarizado dos governos acerca destes elementos contribuiu para um permanente processo de precarização de seus territórios de vida, de “des-re-territorialização/territorialização precária” (HAESBAERT, 2006), dificultando ainda mais, de modo geral, a vida nos faxinais.

Procuramos destacar ao longo de nossas reflexões e considerações que o campo político das PPJ, sobretudo considerando políticas e programas voltados à juventude rural, é permeado por tradições – *a tradição da homogeneização, a tradição urbanocêntrica, a tradição produtivista e a tradição adultocêntrica* – que funcionam como mecanismos de produção de invisibilidades das territorialidades da juventude rural, em particular nesta tese da juventude faxinalense.

Entendemos que estas tradições elevam o distanciamento entre o que o Estado estabelece como objetivo a ser atingido e os reais interesses dos jovens rurais, potencializam as relações de preconceito intergeracional, sustentam um tratamento periférico/marginal às demandas da juventude, entre outras questões que Barcellos (2014, p. 205) denominou “entraves ou problemas” de um tipo de “persistência histórica de um padrão burocrático-institucional do Estado brasileiro ao longo de seus governos”.

Diante destas tradições, compreendemos que o campo político das PPJ produz invisibilidade de múltiplas formas de territórios-territorialidades da juventude rural e contribui nos processos de precarização de seus territórios de vida, fracassa em sua imaginação espacial, “no sentido de ser inadequado para enfrentar os desafios do espaço, fracasso por não incluir suas multiplicidades coetâneas, por não aceitar sua contemporaneidade radical, por não lidar com a complexidade de sua constituição” (MASSEY, 2008).

No plano do discurso, no bojo de seu aporte documental, ressalta a existência de uma diversidade de jovens no país, forja uma compreensão de juventude como sujeito de direitos – inventa a cidadania – mas, nos detalhes, nos meandros da arena política, reforça a continuidade de um projeto territorial

composto por “um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno de governamentalidade” (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Mas é na fronteira, ao constituir suas territorialidades considerando ao mesmo tempo as territorialidades específicas em meio à produção de invisibilidade e um permanente processo de precarização de seus territórios de vida, que a juventude forja o que estamos denominado de Bem Viver da juventude faxinalense. Para sustentarmos nossa compreensão sobre o que entendemos como Bem Viver, mesmo reconhecendo os riscos que um diálogo com uma perspectiva ancestral-filosófica que tem sua emergência em um contexto social muito diferente da vivida pelos jovens faxinalenses, dialogamos interdisciplinarmente com intelectuais latino-americanos que têm se dedicado a este debate.

Dialogamos no sentido de nos aproximarmos de um aporte conceitual que nos ajudasse, por exemplo, a entender elementos que sustentam um sentimento de pertença dessa juventude a um território, uma juventude que mesmo marcada pela ausência do poder público, convivendo em situações de conflitos, com a produção de sua invisibilidade, em processo permanente de precarização de seus territórios de vida, ainda considera o território faxinalense seu *habitat*, um lugar tranquilo e aconchegante, onde se pode respirar ar puro, reunir os amigos, manter contato com a natureza. Uma juventude que constitui suas territorialidades não só como oposição ou em conflito, mas também considerando as territorialidades específicas de seu modo de vida.

Tratou-se de um aporte que nos possibilitasse, por exemplo, superar o entendimento de que esse sentimento de pertença não passa de uma visão romantizada, mas que nos possibilitasse compreender como prática vivida no aqui e no agora. Por isso, consideramos as compreensões acerca dos conceitos de Bem Viver (Buen Vivir), Sumak Kawsay e Suma Qamãna (GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2012), que também têm entre seus princípios a vida comunitária, uma proposta de convivência sustentável e integrada com a natureza, onde se é possível reconhecer e valorizar os saberes tradicionais-coletivos, as práticas religiosas, entre outros. Assim, destacamos mais uma vez que dialogamos não no sentido de sustentarmos que a juventude faxinalense constitui um Bem Viver como as comunidades originárias andinas, mas que a

juventude faxinalense, desde o contexto histórico e social em que se encontra, constrói sua postura sobre “la buena vida” (GUDYNAS, 2010).

Nessa postura, como refletimos no quinto capítulo desta tese, somam-se os verbetes-expressões que foram sendo manifestados pelos jovens a respeito de territorialidades específicas como a vida em comunidade, a interação com a biodiversidade, o trabalho coletivo, a união e o convívio entre as famílias, por exemplo – com seus anseios por uma vida melhor – que é ter geração de renda, acesso a atividades de lazer, cultura, aos meios de comunicação, educação, poder interagir mais com a cidade, entre outros. Elementos que compreendemos tornar os territórios faxinalenses, territórios em que é possível ser jovem, por isso, poderíamos nos perguntar: Como seria o Bem Viver de muitas outras juventudes?

Mas, o desafio persiste, uma vez que parte deste Bem Viver não se encontra de forma concreta e objetiva nos territórios de vida dos faxinalenses. A convivência com a precarização da vida jovem é uma constante. O Estado, desta forma, tomado por suas tradições, ao produzir invisibilidade e ao se constituir com um agente que contribui nos processos de precarização da vida, torna-se também um agente de produção de “Mal Viver”. Por isso, consideramos a necessidade de uma mudança radical de postura política, um rompimento com “la colonialidad global del poder y su capitalismo colonial/global” (QUIJANO, 2012, p. 53), um olhar mais atento sobre o Bem Viver também como plataforma política (GUDYNAS, 2010), sobre formas alternativas de governança, (auto)gestão da vida, que ampliem nossas possibilidades de superação de todas as heterarquias (CROSFQUEL, 2008) que ainda persistem em nossas relações. Por isso, entendemos que esse diálogo está aberto e, conjuntamente com ele, todos os enfrentamentos que ainda serão necessários.

Muito ainda tempos que conhecer e refletir em relação à juventude faxinalense. O percurso investigativo, o diálogo com jovens faxinalenses, as reflexões e os debates já realizados em torno do estudo aqui proposto, nos permite afirmar a existência de uma agenda aberta de trabalho. Desta forma, temas como a masculinização da juventude nos faxinais, juventude, gênero e diversidade sexual, as relações da juventude com seus pais, por exemplo, foram aparecendo como possibilidades de pesquisa. É preciso salientar sobre



a necessidade de aprofundamento a respeito das cotidianidades destes e de outros jovens, para que outras/novas especificidades sobre suas vidas possam ampliar o debate e contribuir no entendimento de como estes jovens vêm constituindo suas territorialidades.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri.; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. *In*: ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *et al.* **Capitalismo globalização e recursos territoriais**: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALENTEJANO, Paulo R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e des-re-territorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto**: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Projeto: Nova Cartografia Social da Amazônia, v. 2. PPGSCA, UFAM, Fundação Ford, Manaus, 2006. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (Org.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

ANDRADE, Carla Coelho de; SILVA, Enid Rocha Andrade da. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. *In*: CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

ANDREIS, Adriana Maria. **Cotidiano**: uma categoria geográfica para ensinar e aprender na escola. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências - Geografia). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2014.

ANDREIS, Adriana Maria. **Ensino de geografia**: fronteiras e horizontes. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2012.

AQUINO, Luseni. Introdução: a juventude como foco das políticas públicas. *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de. (Org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. **Movimientos Antisistémicos**. Madrid: Ediciones Akal, 2012.

BANCO MUNDIAL. **O desenvolvimento e a próxima geração**. Washington, DC: Banco Mundial, 2007.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2007: o desenvolvimento e a próxima geração – visão geral**. Washington, DC: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 2007.

BARBOSA, Jorge. Palestra do Prof. Dr. Jorge Barbosa. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 1, 2013. Edição especial. Disponível em: <[www.ufjf.br/revistageografia](http://www.ufjf.br/revistageografia)>.

BARBOSA, Tiago Augusto. **Estrutura familiar e capital social em faxinais: o caso de Taquari dos Ribeiros – Rio Azul/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2010.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a juventude rural no Brasil: apontamentos iniciais sobre o processo de constituição desse campo de estudos**. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/Artigo\\_025.pdf?file\\_id=9146068](http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/Artigo_025.pdf?file_id=9146068)>. Acesso em: 10/08/2012.

BARRETO, Marcelo. **Territorialização e tradicionalização: refletindo sobre a construção da identidade faxinalense no Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

BATISTA, João Bosco. A verdade do ser como Alétheia e Errância. **Existência e Arte – Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciência Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei**. Ano I. Janeiro a Dezembro, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BERTUSSI, Mayra Lafoz. **Liberdade para criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112 – 121.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Antônio Carlos. DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos culturais de juventude**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004, 27. reimpressão.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In*: ALMEIDA, Alfredo W. B. de *et al.* **Capitalismo, globalização e recursos territoriais**: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional de Juventude – Levante sua Bandeira**: Documento Base. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2008a.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional de Juventude – Levante sua Bandeira**: Caderno de Propostas. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2008b.

BRASIL. **1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), 2012.

BRASIL. **2ª Conferência Nacional de Juventude – Conquista Direitos, desenvolver o Brasil! Para desenvolver o Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2011b.

BRASIL. **2ª Conferência Nacional de Juventude – Conquistar Direitos, desenvolver o Brasil!** Texto Base. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2011a.

BRASIL. Decreto 6.040/2007, de 07 de Fevereiro de 2007. **Presidência da República**. Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2007.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2010.

BRASIL. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

CAPELO, Maria Regina Clivai; MARTINS, Suely Aparecida; AMARAL, Wagner Roberto do Amaral. Jovens do Campo: a procura da visibilidade social. *In*. PAULILO, Maria Ângela Silveira; JEOLÁS, Leila Sollberger; CAPELO, Maria Regina Clivati. **Juventudes, desigualdades e diversidades**. Londrina: Edue, 2007.

CARRANO, Paulo C. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. *In*. PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de Freitas (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011.

CARRANO, Paulo C.; DAYRELL, Luciano; SILVA, Ana Beatriz. Sementes da memória: um documentário sobre jovens e quilombolas. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de (Org.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, Flávia Xavier de; NOMA, Amélia Kimiko. Políticas públicas para a juventude na perspectiva neoliberal: a centralidade da educação. *In*: **Roteiro**. Joaçaba, v. 36, n. 1, p.167-186, jan/jun, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra**. Curitiba, 1984. (mimeo)

CARVALHO, Natália Dayrell de; SOUZA, Murilo, M. O. de. A pesquisa participante no contexto da Geografia Agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas. *In*: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p.145-159, 2011.

CASSAB, Clarice. Imagens e representações do jovem e da juventude: considerações sobre Juiz de Fora nos trilhos da Paz. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 158-178, dez. 2009.

CASSAB, Clarice. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **Perspectiva**. Erechim, v. 34, n. 128, p. 39-51, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. *In*: ALVARADO, Sara Victoria; VOMMARO, Pablo A. **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas (1960-2000)**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino Americana de Ciências Sociais**, p. 179-208, 2009. Disponível em: <[www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html](http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html)>.

CASTRO, Elisa Guaraná de. O campo das políticas públicas de juventude e o campo da juventude: contribuições para a reflexão. *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur Clacso, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino da Geografia. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005.

CECEÑA, Ana Esther. Sujeitando o objeto de estudo, ou da subversão epistemológica como emancipação. *In*: CECEÑA, Ana Esther (Org.) **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CEPAL. **La juventud em iberoamérica. Tendencias y urgencias**. Santiago de Chile, 2004.

CEPAL. **La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias**. Santiago de Chile: Naciones Unidas. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2007.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.

CONDRAF. **Política de Desenvolvimento do Brasil Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

CROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

CUPERTINO, Maria Cristina. **Juventude Rural Quilombola**: identificação, reconhecimento e políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2012.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, set/out/nov/dez. 2003.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, n. 17, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959>>.

DUARTE, Luis Sérgio. O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy. **Textos de História**, v. 13, n. 1/2, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur Clacso, 2005.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos Movimentos Sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2012. Edição Especial.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista Anpege**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan/jul. 2011.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FALS BORDA, Orlando. La investigación participativa y el proceso de generación de conocimientos. In: **Investigación participativa y educación popular en América Latina Hoy**. Guadalajara: IMDEC/CEAAL/Colegio de Jalisco, 1990.

FALS BORDA, Orlando; MORA-OSEJO, Luis E. A superação do eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Conhecimento Prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências “revisitado”. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev, 2003.

FAULBABER, Priscila. A Fronteira na Antropologia Social: as diferentes faces de um problema. **BIB**, São Paulo, n. 51, 1º semestre de 2001, pp. 105-125.

FAXINAIS. **Relatório final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais**. Irati, ago. 2005.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2. mai/ago. 2010.

FERNANDES, Dalvani. Juventudes, geografia e religião: reflexões a partir das noções de forma simbólica e habitus. **RA'EGA**. O espaço geográfico em análise, n. 27, Curitiba, Departamento de Geografia da UFPR, p. 67-93, 2013.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**. São Paulo, n. 70, p. 213-222, 2007.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16. n. 47, maio-ago. 2011.



GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRZEBIELUKA, Douglas. **Comunidade de Faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais**: da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi (PR). Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, ALAI, n. 462: 1-20. Quito: Febrero, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 2, n. 4, ago. 2007.

HAURESKO, Cecília. **Lugares e tradições**: as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. Guarapuava: Unicentro, 2012.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 12. reimpressão.

HOUTART, François. El concepto de Sumak Kawsay (Buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. **Ecuador Debate**, n. 84. Quito-Ecuador, diciembre 2011.

HOUTART, François. La agricultura campesina en la construcción de un paradigma poscapitalista. In: HIDALGO, Francisco; LIZÁRRAGA, Pilar; HOUTART, François (Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**: propuestas y desafíos. Quito: Editorial IAEN, 2014.

HUANACUNI, Fernando. Paradigma Occidental y Paradigma Indígena Originario. **Revista América Latina em Movimento**, febrero 2010.

JÚNIOR, José Arbex. **Guerra Fria**: terror de Estado, política e cultura. São Paulo: Moderna, 1997.

JUVENTUDE na luta por mudanças estruturais no país. **Brasil de Fato**, São Paulo, ano 11, n. 527, abr. 2013. Disponível em: <[www.brasildefato.com.br/node/12562](http://www.brasildefato.com.br/node/12562)>.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

LANDER, Edgardo. A ciência neoliberal. *In*: CECEÑA, Ana Esther (Org.) **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **Brasil e a convenção ibero-americana**. Madrid: Organização Ibero-americana de Juventude, 2012.

LEÓN, Magdalena. Reactivación económica para el Buen Vivir: un acercamiento. **Revista América Latina em Movimento**, febrero 2010.

LEVINÁS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Lucélia Santos de. **A dinâmica das territorialidades na comunidade faxinal do posto Inácio Martins-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unicentro. Guarapuava, 2011.

LITTLE, Paul Eliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In*: **Simpósio natureza e sociedade**: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia. Gramado, 2002.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Comentário sobre o “Novo Mundo Rural” ou a “Nova Reforma Agrária” do Governo FHC. **Geonordeste**, ano IX, n. 1, 1999.

MACAS, Luis. Sumak Kawsay: La vida en plenitud. **Revista América Latina em Movimento**, febrero 2010.

MACEDO, Severine C. Juventude brasileira em clima de novas perspectivas. *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migração Internacional e remessas de migrantes: elementos para uma análise marxista. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, p. 459-477, 2011. Edição especial.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, Benedita da Guia Ferreira. Políticas públicas e juventude no espaço rural. **Anais do II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**. GT3: Questão Agrária. São Carlos: UFSCAR, 2013.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-

americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur Clacso, 2005.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências “revisitado”. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **MST: lutas e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, jan. 2010.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar**: Sistema Faxinal, Rebouças (1950-1997). Assis: Unesp, 2000.

NETO, Nécio Turra. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. Tese (Doutorado em Geografia). Unesp. Presidente Prudente, 2008.

NETO, Nécio Turra. **Múltiplas trajetórias juvenis**: territórios e rede de sociabilidades. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

OIJ. **Brasil e a convenção Ibero-Americana**. Madrid: Organização Ibero-Americana da Juventude, 2012.

OIJ. **Convención iberoamericana de derechos de los jóvenes**. Madrid: Organización Iberoamericana de Juventud, 2005.

OIJ. **Jóvenes de iberoamérica y los objetivos de desarrollo del milenio**: desafios a mitad de camino. Madrid: Organización Iberoamericana de Juventud, 2007.

OIJ. **Juventud y Desarrollo – 2008: Nuevos desafios com las y los Jóvenes de Iberoamérica**. Organización Iberoamericana de Juventud, 2008.

OIJ. **Los retos generacionales de las personas jóvenes de Iberoamérica**. Madrid: Organización Iberoamericana de Juventud, 2011.

OIJ. **Programa regional de acciones para el desarrollo de la juventud en América Latina**: informe final (1995-2000). Madrid: Organización Iberoamericana de Juventud, 2001.

OLESKO, Gustavo F. **Terra, território e autonomia nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta (Mandirituba-PR)**: conflitos e resistências na luta pela vida. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: LABUR Edições, 2007.

OLIVEIRA, Eliane; CELUPPI, Daniela; KOHWALD, Diego S. A juventude na agenda da Fetraf. **Agriculturas**, v. 8, n. 1, mar. 2011.

OLIVEIRA, Rosa de Souza. Expectativas quanto ao trabalho: um estudo com jovens que vivem em assentamento rural no município de São Francisco do Pará. **Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v. 2, n. 4, jan/jun. 2007.

ONU. **Declaración de Guanajuato**. México, 2010.

ONU. **Tirando os acordos do papel**: um manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude. Nações Unidas: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2004.

PASTOUREAU, Michel. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem Medieval. *In*: SCHMITT, Jean-Claude; GIOVANNI, Levi (Org.). **História dos jovens**: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PJR. **Pauta da PJR 2012**. Campina Grande: Pastoral da Juventude Rural do Brasil, 2012.

PNCS. Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais. **Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**. Fascículo 1. Paraná, 2007.

PNCS. **Faxinalenses do núcleo metropolitano Sul de Curitiba**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2011.

PNCS. **Faxinalenses no Setor Sul – Paraná**. Fascículo 3. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Rebouças, 2008.

PNCS. **Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e prática de cura**. Paraná: Associação Aprendizes da sabedora de Medicinais e Agroecologia – ASA, 2007b.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgrafia**, Ano VIII, n. 16, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Geo-grafias**: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidade. México: Siglo XXI, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Bien vivir: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 122, mayo 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur Clacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *In*: ARAUJO, Cicero; AMADEO, Javier (Org.). **Teoria política latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Immagini e identità territorial. *In*: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi**: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, 2003.

REDYSON, Deyve. Sobre o conceito de verdade em Martin Heidegger. **Studia Diversa**. CCAE-UFPB, v. 1, n. 1, out. 2007.

ROCHA, Ana Tereza. **Documento contendo a sistematização do debate realizado no CONDRAF sobre Juventude na construção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural com foco nos territórios rurais**. Brasília: IICA/MDA, 2011.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Políticas nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Serviço Social, Editora UEPG, v. 1 n. 1, 2005.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. *In*: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

SALUM JÚNIOR. Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento. **Tempo Social**. São Paulo, 11(2): 23-47, 2000.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-57, jan/jun. 2007.

SAQUET, Marcos A. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. *In*: SAQUET, Marcos A.; SUZUKI, Júlio C.; MARAFON, Glaucio J. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, Sérgio. Mercado de terras: estrangeirização, disputas territoriais e ações governamentais no Brasil. *In*: SAQUET, Marcos A.; SUZUKI, Júlio C.; MARAFON, Gláucio José (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna. *In*: SCHMITT, Jean-Claude; GIOVANNI, Levi (Org.). **História dos jovens**: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHNEIDER, Sidinei José. Introdução ao questionamento sobre o conceito de verdade em Heidegger. **Saberes**, Natal-RN, v. 3, dez. 2010. Edição especial.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, jan-jun. 2002.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul/dez. 2005.

SILVA, Anderson José da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Juventude no campo: formação, qualificação e geração de renda a partir da agroecologia. **Espaço em Revista**, v. 12, n. 1, jan/jun. 2010.

SILVA, Elton O.; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Os que vão e os que ficam: mobilidade dos jovens em áreas de assentamento no estado da Paraíba. **Revista Percurso-Nemo**, Maringá, v. 3, n. 1, p. 15-38, 2011.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio 1997.

SILVA, Marina O. Saindo da invisibilidade – a política nacional dos povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr/set. 2007.

SILVA, Rafael Santos; CASSAB, Clarice. Juventudes, bairro e cotidiano em Juiz de Fora. **Revista de Geografia**, v. 1, 2013. Edição especial.

SILVA, Vanda Aparecida da. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 97-115, 2002.

SIMÕES, Willian. **Comunidades Tradicionais de Faxinais e Gestão de Políticas Públicas Educacionais no Estado do Paraná**: compreendendo territórios e territorialidades. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2009.

SOARES, Edimara G. **Educação Escolar Quilombola**: Quando a diferença é indiferente. Tese (Doutorado em Educação). Universidade federal do Paraná. Curitiba, 2012.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.). **El ajuste estructural en América Latina**: costos sociales y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento Prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências “revisitado”. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná. *In*: ALMEIDA Alfredo Wagner B. de; SOUZA, Roberto Martins de. (Org.) **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009.

SOUZA, Roberto Martins de. **Na luta pela terra, nascemos faxinalenses**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SPÓSITO, Marília P.; CARRANO, Paulo C. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez, 2003.

SPÓSITO, Marília P.; SILVA, Hamilton Harley de C.; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas voltadas para jovens de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 32. Rio de Janeiro, mai/ago, 2006.

STROPASOLAS, Valmir L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

SZAPIRO, Ana Maria; RESENDE, Camila Miranda de A. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? **Revista Psicologia&Sociedade**, 22 (1) 43-49, 2010.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. *In*: THOMAZ JÚNIOR, Antônio; JÚNIOR, Luzimar B. F. (Org.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho de Campo: o laboratório por excelência do Geógrafo. **Geografia passo-a-passo**. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



TURRI, Eugenio. **La conoscenza del território. Metodologia per un'analisi storico-geografica**. Venezia: Marsilio, 2002.

UNCETA, Koldo. El buen vivir frente a la globalización. **Ecuador Debate**, n. 8, Quito-Ecuador, diciembre 2011.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 30 (2): 5-43, mar/abr. 1996.

VISVANATHAN, Shiv. Convite para uma Guerra da Ciência. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil – 2003**. Brasília: Unesco, 2004.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil – 2007**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos nós de conhecer? *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências “revisitado”. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CASTRO, Elisa Guaraná de; CARNEIRO, Maria José (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *In*. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, mai/ago. 2010.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aporte teórico-metodológico e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: Um pioneiro da sociologia da juventude. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT26: Sociologia da Infância e Juventude. Recife: UFPE, 2007. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&Itemid=17](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=17)>.

ZANETI, Hermes. **Juventude e revolução**: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2001.

ZIBECHI, Raúl. **Política y miseria**: una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progressistas. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2011.

ZIBECHI, Raúl. **Vientos sobre el progresismo**: cultivando el Sumak Kawsay. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2014.